

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**O**  
**efeito suspensivo**  
**no**  
**Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

Joana dos Santos Carvalho

Aluna n.º 11939

Mestrado em Direito Administrativo

2016



**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**O**  
**efeito suspensivo**  
**no**  
**Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

Joana dos Santos Carvalho

Aluna n.º 11939

Dissertação

Orientador: Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Mestrado em Direito Administrativo

2016



## **Agradecimento**

Antes de mais, impõe-se agradecer ao meu orientador a disponibilidade que eu não soube e não pude aproveitar.

Posto isto, resta-me agradecer a todos aqueles que contribuíram para a minha disponibilidade.

Primeiro, sem ironia, porque quero crer que aqueles que me são queridos sacrificaram o tempo que teriam comigo para que este meu intento se concretizasse.

Mas, também com uma pretensa ironia, a todos aqueles que enalteceram a dificuldade do conhecimento, porque apenas o tornaram maior.



## **Resumo**

Tantas vezes adiada, a reforma do direito administrativo começou pelo Novo Código do Procedimento Administrativo (NCPA) e avançou para o processo administrativo, tendo merecido a nossa especial atenção o efeito suspensivo no âmbito dos processos cautelares.

Sobre estes, bem sabemos que vigora hoje o efeito suspensivo automático, relativamente ao qual a entidade requerida tem a possibilidade de fazer cessar por meio de resolução fundamentada com efeitos imediatos.

Pese embora, no anteprojeto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (ACPTA) se tenha ponderado solução bastante diferente. Designadamente porque o afastamento da suspensão, sem mais, apenas seria de conceber em casos de estado de necessidade. E, por último, porque a gravidade do prejuízo para o interesse público, ainda que fosse de relevar por meio de requerimento, bem como a lesão desproporcionada de outros interesses, seria submetida a apreciação prévia do tribunal.

Termos em que, a Administração não teria a possibilidade de afastar a suspensão do ato impugnado, de imediato, a menos que, em estado de necessidade, a suspensão da eficácia dos atos se achasse calamitosa e a forma de afastar aquele perigo, real e eminente, se concretizasse por meio da execução do ato.

Ainda sobre os processos cautelares, é de realçar a unificação dos critérios de decisão que se encontravam estabelecidos mediante o tipo de providência a adotar, antecipatória ou conservatória.

Além do que, foi abolido o critério de decisão sobre providências evidentes, fossem elas antecipatórias e conservatórias. Até porque, a flexibilidade processual permite, como já o fazia no passado, atribuir urgência a um processo principal, decidindo-o em sede cautelar.

## **Abstract**

Administrative law amendment, so often postponed, began with the new Code for the Administrative Procedure (NCPA) and continued with the administrative court procedures, deserving our special attention the suspensive effect within interlocutory injunctions.

In interlocutory injunctions, we all know that there is an automatic suspension of the administrative act that can end immediately by resolution from the administrative authority.

Even though, in the draft of the Code for the Administrative Court Procedures (ACPTA) the solution was quite different. In the most part, due to the end of the suspension without further, would only be possible in flagrant need. And, lastly, because the damage to public interest, even considering resolution by the administrative authority, as well as the disproportionate damage to other interests, would have a prior appraisal by the court.

Therefore, the administrative authority would not be able to avoid the immediate suspension of the administrative act, unless, in flagrant need. Thus, there must be evidence that the suspension is disastrous and that the only way to ward off that real and imminent danger would be to execute the act.

Still about the interlocutory procedure, we need to emphasize the unification of decision criteria, which were differentiated by the type, anticipatory or conservatory.

Besides, the decision criteria on obvious matters disappeared, whether anticipatory or conservatory. Most likely due to procedure pliability, it is possible to grant urgency to court procedures deciding these in the interlocutory injunction, as it has been done in the past.



## **Abreviaturas**

ACPTA – Anteprojeto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos

CA40 – Código Administrativo de 1940, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095/1940

CPA – Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91

CPC – Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013

CPTA – Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002

CRP – Constituição da República Portuguesa

LPTA – Lei de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/85

NCPA – Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015

NCPTA – Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015

RSTA – Regulamento do Supremo Tribunal Administrativo de 1957, aprovado pelo Decreto n.º 41234/1957



## Introdução

Pretende o presente estudo ser um esforço científico sobre as alterações preconizadas pela revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), que se traduziu num verdadeiro Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos (NCPTA), que teve o seu início, volvidos apenas alguns meses sobre o conhecimento do ACPTA, mas que, na sua pendência, assistiu à entrada em vigor do diploma.

Pretendemos abordar as transformações efetuadas sobre os processos cautelares, em especial. Tornando-se necessário analisar sumariamente as alterações do NCPTA, na sua generalidade, por forma a perceber o seu substrato.

Antevemos que o espírito da alteração do CPTA é também dar ênfase à perda da hegemonia da administração sobre os seus administrados, deixando de ver os atos administrativos como *grças* concedidas pelo rei que deram origem ao termo gracioso comumente usado e que chega inclusivamente a ter forma de lei no direito fiscal com a menção expressa a reclamação graciosa, como se outra houvesse.

Ao mesmo tempo, reconhece-se, neste esforço de alteração do CPTA, que a administração é forçada a ingerir em assuntos cada vez mais díspares e imprevisíveis e que a sua atividade já não se cinge à tradicional relação dita bilateral com os administrados. Ao invés, apresenta agora novos desafios de atuação multilateral, com consequências ao nível processual.

Novas realidades que têm vindo a determinar o reconhecimento de que os atos administrativos não são simples na sua formação e conteúdo. E, que, não raras vezes, tem sido apontado como fundamento para o excessivo uso de providências cautelares. Mas, o abuso daquele meio processual deve-se, não tanto à urgência das causas, mas à morosidade da justiça.

Queremos com isto dizer que a ausência de justiça, pela sua morosidade, tem efeitos nefastos no uso de formas processuais que, de outro modo, seriam excecionais. Simplesmente porque a consumação do perigo de que haja uma situação de facto consumado e a produção de prejuízos de difícil reparação, não poucas vezes, decorre da mera tramitação *normal* processual em Portugal.

Claro que, ainda assim, não é despicienda a nítida e pública falta de recursos dos meios jurisdicionais, e, por isso mesmo se tentou rever a legislação, obviando a diligências inúteis e dilatórias, por obediência ao princípio da necessidade, presente em toda a tramitação do processo administrativo, mas com especial ênfase para os processos urgentes, que se tenta restringir.

Por conseguinte, tentaremos conjeturar proficuamente sobre o móbil e as cominações das alterações verificadas. Para o efeito, usaremos da nossa melhor ciência e capacidade de análise para comentar o NCPTA na sua redação vigente.

Desde logo, realçamos a alteração sobre o pedido cautelar evidente, com fundamento em ato manifestamente ilegal, ou ato sucessivo de norma ou ato nulo ou inexistente, passa a desmerecer a tutela na alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, vigente até 30 de novembro de 2015. Que cremos ficar a dever-se precisamente à complexificação dos atos administrativos e à consequente inaplicabilidade da norma pela jurisprudência.

Mais ainda, a determinação dos critérios de decisão diferentes sobre as providências cautelares, consoante aquelas fossem conservatórias ou antecipatórias, foi dissipado e, além de um idêntico *periculum in mora*, que já existia anteriormente, passa a exigir-se um idêntico *fumus boni iuris*.

Precisamente, porque as relações não são já bilaterais e porque um ato administrativo pondera diversos e múltiplos interesses, qualquer providência cautelar tem por critério de decisão o mais exigente *fumus boni iuris*: a probabilidade de procedência da pretensão, ao invés da ausência de manifesta falta de fundamento.

Ressalvada que seja a razoabilidade daquele meio processual e a ponderação de todos os interesses em presença, que se mantém.

Ademais, o decretamento provisório da providência foi ampliado por forma a abranger mais do que os direitos, liberdades e garantias. E assim, poder permitir o equilíbrio das garantias dos administrados com as alterações supra identificadas, que, na realidade, tornaram a procedência de uma providência cautelar mais onerosa ao nível probatório. Para o que importa verificar o n.º 5 do artigo 116.º do CPTA.

Contudo, não podemos abstrair-nos de que se trata efetivamente de uma simplificação do regime cautelar por forma a descomplexificar a tramitação destes processos, que foram sendo cada vez mais usados, mas em relação aos quais foram cogitadas mutações profundas e quiçá transformadoras do processo administrativo tal como o conhecíamos.

O que, desde logo, poderia parecer uma hipérbole ao mais incauto leitor, mas na verdade, não podemos deixar de realçar que, na égide do ACPTA, se chegou a prever que o ato administrativo fosse suspenso pela apresentação de uma qualquer providência e que a reposição dos seus efeitos apenas poderia ocorrer em estado de necessidade ou após pronúncia jurisdicional sobre um requerimento que antes era uma resolução fundamentada com efeito imediato. *Vide* o artigo 128.º do CPTA e do ACPTA.

No entanto, e no âmbito de uma atividade legiferante mais participada que foi a reforma do CPTA, aquele preceito sofreu sérias críticas da doutrina e veio o legislador retratar-se abandonando aquela solução. Contudo, muito haveria a dizer se assim não fosse, pelo que concluiremos o nosso estudo com uma breve exposição de motivos que permite depreender que aquela solução do ACPTA não pode ser equacionável.

Logo, defendemos que o efeito suspensivo automático só pode ser de louvar quando acompanhado da possibilidade de emitir a resolução fundamentada com efeitos imediatos, prevista no artigo 128.º do CPTA e do NCPTA, mas não do ACPTA.

Atento o supra exposto dividimos o nosso ensaio nas seguintes partes:

- A reforma do CPTA
- As providências cautelares
- O efeito suspensivo nas providências cautelares



**Do efeito suspensivo  
no  
Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

**Parte I  
A reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

Desde a sua aprovação que o CPTA tem como preocupação essencial a eficácia e eficiência da jurisdição administrativa, numa altura em que sabemos que a litigiosidade administrativa prosperou.

E, a sua reforma não é indiferente a estas mesmas motivações, apesar de ter sido impulsionada pelo NCPA e do Código de Processo Civil (CPC).

Para o nosso estudo, ainda que especial sobre as providências cautelares, torna-se necessário analisar o NCPTA no seu todo, potenciando assim as ilações a tirar deste esforço académico. Como forma de melhor aproveitar o que foram as alterações ao CPTA, passamos a enunciar as mesmas de acordo com a mutação que lhes está subjacente.

## **Capítulo I**

### **A maior flexibilidade processual no NCPTA como manifestação da tutela jurisdicional efetiva**

Um dos vetores de reforma do NCPTA foi indubitavelmente conseguir uma celeridade processual por meio de um maior dinamismo processual, que se requer mais ajustado à necessidade de justiça.

Uma justiça que apenas o será quando acautelar uma decisão em tempo útil e para a qual terá de tornar-se mais flexível, sem com isso comprometer aquelas que são as garantias dos administrados.

Mais ainda, numa era em que a tutela jurisdicional se quer tão ampla quão tenha de o ser para garantir o acesso a todos aqueles que tenham de, nessa sede, fazer valer os seus direitos e interesses legalmente protegidos.

### **Secção I**

#### **Da ação una e indivisível**

Desde logo, e com maior relevo, esta reforma veio determinar o fim do paradoxo do modelo processual dualista que bem identificou Vasco Pereira da Silva<sup>1</sup> entre o processo especial que, na realidade era comum e o comum, que na realidade era especial. Consideração doutrinária que veio a ter aceitação no NCPTA, na medida em que o processo agora uno adota a tramitação daquele que era o verdadeiramente comum, apesar de ser chamado de especial.

Bem reconheceu o legislador que a aglutinação processual era necessária perante a flexibilidade processual, como forma de proteger os administrados por um processo mais claro e perceptível. Características que, não é por acaso que correspondem aos pilares que identificámos como sendo os fundamentos principais de alteração do CPTA. A saber: a flexibilidade processual, o maior pendor do princípio da necessidade, a maior clareza do processo e a maior garantia daqueles que nele litigam.

---

<sup>1</sup> *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio sobre as Acções no Novo Processo Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 289 e ss e 401 e ss.



Esta é verdadeiramente A alteração do CPTA.

## **Secção II**

### **Da separação de poderes e da decisão administrativa vinculada**

Aquela flexibilidade veio a manifestar-se por diversas formas, como a expressa menção à possibilidade de a sentença ou acórdão proferir o ato administrativo vinculado, ao invés de condenar a Administração a proferi-lo. O que, de resto, já havia sido amplamente defendido pela doutrina.

Assim, os tribunais vêm substituir-se à Administração na produção de ato administrativo legalmente devido, mas apenas e tão só quando aquele seja inteiramente vinculado. Que é o mesmo que dizer que, a decisão tomada em juízo não deixaria à Administração qualquer discricionariedade. Tal como poderá verificar-se no artigo 3.º, n.º 4 do NCPTA. No sentido inverso, veja-se o artigo 71.º, n.º 3 do NCPTA.

## **Secção III**

### **Da identificação dos contrainteressados**

No novo artigo 78.º-A do NCPTA, estabeleceu-se a possibilidade de a identificação das moradas dos contrainteressados ser feita pela secretaria do tribunal por meio das identificações civis. O que surge na senda do Novo Código do Procedimento Administrativo quando alude à possibilidade de o administrado suprir o ónus da prova por meio da identificação correta dos mesmos que estejam já na posse da Administração.

Ou, em processo cautelar, demonstrar a frustração do pedido de identificação dos contrainteressados e fazer pedido de intimação com essa finalidade. *Vide* o n.º 2 do artigo 116.º do NCPA e o n.º 3 do artigo 115.º do NCPTA.

## **Secção IV**

### **Da preferência por meios eletrónicos**

Nessa continuidade, quando se fala em flexibilidade e dinâmica processual não podemos olvidar a preferência pela utilização de meios mais expeditos de comunicação.

Assim, tal como foi já apanágio do NCPA, também o CPTA vem privilegiar o envio e tramitação do processo por meios eletrónicos estabelecida nos artigos 24.º a 26.º, 30.º 84.º, n.º 1, todos do NCPTA.

A este respeito cumpre recordar que o direito surge como resultado da existência da sociedade (por isso é uma ciência social) e que, por vezes, propulsiona mudanças na sociedade ou segue a vida societária. E, raras vezes anda a par da sociedade.

Neste caso em particular, o direito surge a reboque da criação de meios mais expeditos de comunicar, mas, é verdadeiramente propulsionador da vida em sociedade por instigar a preferência do seu uso. Pois, se é certo que ainda existe população sem e-mail, internet, computador ou linha telefónica, à qual não se poderia exigir o seu uso, não há advogado nem funcionário que não disponha daqueles recursos.

## **Secção V**

### **Da modificação objetiva da instância**

A flexibilidade processual foi também consagrada pelo que resultaria já do instituto da alteração superveniente das circunstâncias: a modificação objetiva da instância. Consequentemente, quando, na pendência de processo referente a ato inexistente, aquele venha a ser praticado na pendência da ação, o pedido pode ser modificado ou cumulado supervenientemente com o de impugnação do mesmo. Veja-se a esse respeito o n.º 4 do artigo 50.º e artigos 63.º e 64.º do NCPTA. E também o artigo 70.º e o n.º 4 do artigo 113.º, do NCPTA.

Do mesmo modo, quando o autor queira apenas a impugnação dos atos em processo de condenação à prática do ato devido, pode fazer decair no seu pedido, tal como previsto no n.º 3 do artigo 66.º do NCPTA.

De igual forma, no novo artigo 110.º-A do NCPTA, permite-se que o pedido de intimação seja substituído pelo pedido de adoção de providência cautelar mais adequada à pretensão.

## **Capítulo II**

### **A maior clareza legislativa no NCPTA como manifestação da segurança jurídica**

Como qualquer outro esforço legislativo, também a revisão do CPTA se propôs tornar a lei mais clara, por forma a corresponder a uma cada vez maior complexidade das relações jurídico administrativas.

Concretamente, só com uma lei processual clara e perceptível, podemos assegurar a confiança no sistema de justiça administrativa.

Para isso impunha-se que fosse feito constar na letra da lei o que já se alcançava pela aplicação de outras normas e princípios, para que, a interpretação da lei cindisse cada vez menos a doutrina.

### **Secção I**

#### **Da colaboração com o Ministério Público**

Deste modo, ainda que não estivesse vertido no CPTA, não haveria quaisquer dúvidas sobre a colaboração a prestar ao Ministério Público que decorria já da respetiva legislação aplicável àquela magistratura, mas que a clareza da lei impôs que aquela colaboração ficasse prevista no n.º 5 do artigo 8.º do NCPTA.

Donde é possível identificar um corolário dessa colaboração, quando se atribui ao Ministério Público a prerrogativa de extensão de prazo para contestar, tal como a aludida no n.º 4 do artigo 82.º do NCPTA.

### **Secção II**

#### **Da legitimidade no processo executivo**

Também para que não se suscitassem dúvidas, a legitimidade ativa do autor no processo executivo encontra-se agora na parte final do n.º 2 do artigo 9.º do NCPTA.

### **Secção III**

#### **Da representação em juízo**

Quanto à representação em juízo da Administração vem esclarecer-se que, tal como decorria já da deontologia dos advogados, à qual estão obrigados mesmo aqueles que o não são e que representem o Estado em juízo, por conflito de interesses, quando se trate de ações de responsabilidade, o Estado é representado pelo Ministério Público.

Isto porque, o autor do ato tem interesses pessoais a proteger na medida em que, por exemplo, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual, os seus bens próprios respondem pela responsabilidade que venha a provar-se culpa sua. Para o efeito, veja-se o artigo 11.º, n.º 3 do NCPTA e a Lei da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Pessoas Coletivas de Direito Público, aprovada pela Lei n.º 67/2007, nos seus artigos 5.º e 6.º, que estabelecem a obrigatoriedade do direito de regresso mediante a responsabilidade dos agentes.

### **Secção IV**

#### **Da impugnabilidade dos atos administrativos**

Claro ficou também que os atos praticados por particulares, imbuídos de *ius imperii* ou não, são impugnáveis por quem neles tenha interesse em agir. (artigo 51.º do NCPTA)

No demais, a legislação remete para o conceito de lesividade, esclarecendo-se que é possível impugnar atos endógenos do procedimento. O que decorre imediatamente do abandono do ato administrativo definitivo e executório como critério de recorribilidade jurisdicional.

Recordando-se a tese de Freitas do Amaral<sup>2</sup> do ato horizontalmente definitivo como término de um procedimento, verticalmente definitivo como emanado pela cúpula hierárquica, materialmente definitivo como uma decisão sobre uma situação jurídica e executório como passível de aplicabilidade coerciva.

---

<sup>2</sup> *Direito Administrativo*, Vol. III, Almedina, Coimbra, 1985, p.222

## **Secção V**

### **Da impossibilidade de aceitação de atos nulos**

Sobre a recorribilidade dos atos, o artigo 56.º, n.º 1 do NCPTA estabelece que a aceitação de ato o torna impossível de discutir judicialmente. Mas, acrescenta que apenas assim é relativamente aos atos anuláveis e não aos atos nulos. Com o que se consagra aquilo que decorreria do próprio regime de invalidade dos atos administrativos.

Ou seja, não pode ponderar-se a aceitação de atos que não chegam a produzir efeitos por se encontrarem feridos de nulidade. Ao invés, os atos anuláveis podem ser aceites porque vão produzindo os seus efeitos até que sejam anulados.

Não satisfeito, o legislador esclarece ainda que, para efeito de anulação dos atos, influi o prazo de impugnação dos mesmos, findo o qual aqueles se tornam inimpugnáveis.

Todavia, por meio do disposto supra, a inimpugnabilidade sobrevém ao decurso do prazo da sua impugnabilidade sempre que aquele ato tenha sido aceite pelos interessados.

## **Secção VI**

### **Das peças processuais e das diligências no processo**

Quanto às peças processuais admitidas, veio esclarecer-se a possibilidade de haver réplica e tréplica, com letra de lei no próprio código, no artigo 85.º-A do NCPTA, e já não por meio de aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (CPC). E, bem assim, quanto à audiência prévia ora prevista nos artigos 87.º-A e 87.º-C e a dedução de pedido reconventional prevista no artigo 83.º-A do NCPTA.

Sobre as diligências no processo, passa a prever-se expressamente as mesmas ou a esclarecer o seu âmbito de aplicação, na especialidade. Ainda que houvessem de resultar da aplicação subsidiária do CPC, atendendo-se, por exemplo, aos artigos 87.º a 89.º do NCPTA. Ou quando se esclarece que a audiência final visa a produção de prova testemunhal e pericial que não possa ser feita por meio documental. *Vide* o artigo 91.º do NCPTA.

### **Capítulo III**

#### **O maior pendor do princípio da necessidade como manifestação do princípio da eficiência**

De entre os pilares da reforma do NCTA não podíamos deixar passar incólume a mor incidência do princípio da necessidade que compele a adoção de uma conduta que se pautar pela indispensabilidade para os fins a que se destina obter, tal como o conceito de necessidade já avançado por Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos<sup>3</sup>.

Cada vez mais, os princípios estruturantes da atividade administrativa vão assumindo um papel cada vez mais relevante e vinculador, na medida em que assiste à profusão de áreas em que a Administração ingere. Ao mesmo tempo que a complexificação das relações jurídico-administrativas impõe leis com conceitos cada vez mais indeterminados. Conceitos esses que vão sendo determináveis pela aplicação desses mesmos princípios como o da necessidade.

Bem assim, quando falamos de processos jurisdicionais que acompanham essa mesma complexidade, com recursos cada vez mais escassos, há que tornar a sua tramitação mais eficiente e isso só é possível apelando, cada vez mais, ao princípio da necessidade.

#### **Secção I**

##### **Do juiz como guardião do andamento processual**

No NCPTA, no seu artigo 7.º-A, o juiz surge, não só como julgador, mas como personificação da justiça. Pelo que, assume a responsabilidade de zelar pela celeridade processual, estando obrigado a declinar diligências que não sejam de considerar necessárias. Não que houvesse dúvidas, mas quando um normativo deste género não existe e se impõem o princípio da participação e do contraditório, a tendência poderia levar a pensar que é de admitir mais diligências do que na realidade seriam de admitir.

Daí que, na senda do que foram outras alterações legislativas, o juiz tenha de obedecer, agora mais que antes, à indispensabilidade das diligências e atos processuais. (Artigo 90.º do NCPTA)

---

<sup>3</sup> *Direito Administrativo Geral – Introdução e Princípios Fundamentais – Tomo I*, Dom Quixote, 3.ª edição, reimpressão, Lisboa, 2008, p. 214

Também sobre os elementos probatórios, e para favorecer a agilidade processual, passa a estatuir-se que a produção de prova deve obediência ao princípio da necessidade por derrogação do princípio do contraditório e da livre admissibilidade de prova, de que é exemplo o artigo 149.º, n.º 4 do NCPTA.

Aquela restrição probatória, generalizada no processo administrativo e em especial nos processos cautelares, deve inclusivamente ter sido determinante para o desaparecimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA e que pode vir a culminar no desuso da urgência processual a que se refere o artigo 121.º do CPTA. Isto porque, este último, permite a antecipação da decisão do processo principal em sede cautelar apenas e só quando se verifique que todos os elementos necessários se encontrem nos autos. Porém, bem sabemos que qualquer juízo pode ser falível e a restrição na obtenção de meios de prova não torna confortável para o julgador assumir aquela responsabilidade. Até porque, a apreciação sobre a necessidade da prova cautelar é menor que a apreciação da necessidade dos elementos para decidir a causa principal. E, só quando a exigência da prova seja coincidente, se pode optar por aquela solução. *Vide* o artigo 118.º do NCPTA.

De facto, a necessidade é tão marcante em relação ao papel do julgador que o legislador veio inclusivamente mencioná-lo por duas vezes no mesmo preceito: o artigo 118.º do NCPTA. Estabelecendo ainda obediência ao princípio da necessidade relativamente ao momento da sua decisão, a proferir sobre pedido de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, tal como resulta do artigo 111.º do NCPTA.

A somar ao exposto, e como forma de responsabilizar o magistrado, aquele deve justificar-se perante a inobservância de prazos que são agora determinados pela lei em especial. Para o efeito, referimo-nos ao n.º 7 do artigo 29.º do NCPTA.

## **Secção II**

### **Do interesse em agir**

Todos sabemos que o princípio da tutela jurisdicional efetiva determina o acesso por todos à justiça, dispondo, para o efeito, dos meios processuais necessários a assegurar a tutela dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

Quando esses interesses passam pela condenação da Administração a se abster de praticar atos, o interessado apenas tem interesse em agir quando essa emissão seja provável e o meio processual seja a forma adequada a obter aquela omissão. Esta foi a solução que o legislador do NCPTA adotou no n.º 2 do artigo 39.º, por conta do abuso de tutela por parte dos administrados.

Consequentemente, é possível imaginar que o proprietário de um imóvel junto ao mar pudesse interpor ação contra a entidade competente para licenciar a construção de outros edifícios (mormente a edibilidade da sua área de residência) para que esta se abstinhasse de licenciar outras construções que lhe prejudicassem as vistas do seu imóvel. Sucede que, quando esse licenciamento não fosse de equacionar por não haver ameaça provável, a causa que corresse termos em tribunal não se encontraria imbuída de interesse em agir.

Pois, só podemos concluir pela lesividade ou não da atividade da Administração, quando a ação (lesiva) seja expectável. Pois caso contrário, não há uma verdadeira ameaça na esfera jurídica do autor. Não obstante, o legislador optou por tornar a questão indubitável fazendo com que a mesma constasse expressa na letra da lei.

Aquele pressuposto processual veio também condicionar o acesso ao contencioso eleitoral de atos subsequentes a outros que enfermem de ilegalidade que não hajam suscitado. Nesse sentido o n.º 3 do artigo 98.º do NCPTA.

Outra das manifestações do interesse em agir é o artigo 105.º do NCPTA, na medida em que, apesar de inicialmente se ponderar submeter aquele pressuposto à demonstração da frustração em obter a informação, consulta de processo ou certidão (no ACPTA), não foi a mesma aprovada.

Expressamente se prevendo também as normas sobre a impugnação dos documentos conformadores do procedimento contratual, nos termos do artigo 103.º do NCPTA.



Por fim, como corolário do interesse em agir é a negação de possibilidade de recurso com fundamento no valor da causa em casos de deferimento parcial em que o valor da causa seja preterido em mais de metade. (Artigo 142.º, n.º 1 do NCPTA)

De realçar é ainda o facto de, no CPTA, desde a sua aprovação, o interesse em agir surgir em articulado individualizado. O que sucede porque a legitimidade ativa apenas depende da alegação de parte na relação material jurídica administrativa controvertida que define a competência dos tribunais administrativos, tal como prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), aprovado pela Lei n.º 13/2002. Por contraposição ao processo civil, em que aquele conceito se encontra ínsito no próprio conceito de legitimidade (artigo 30.º do CPC).

### **Secção III**

#### **Da impugnabilidade de atos executivos**

Tal como o indica o n.º 3 do artigo 53.º do NCPTA, apenas se concebe impugnabilidade em relação a atos executivos quando seja de lhes apontar vicissitudes próprias, para obviar a que por este meio se viesse a obter o que não seria de obter a impugnação de ato que não seria já impugnável e, em relação ao qual, a execução se consubstancie como mero ato material, sem carácter inovador.

### **Secção IV**

#### **Da inimugnabilidade de atos nulos**

Uma das manifestações daquele princípio da necessidade é o n.º 3 do artigo 69.º do NCPTA. Aquele preceito estabelece que os atos nulos são discutíveis em juízo por meio de impugnação a todo o tempo. Mas, quando se pretenda a condenação à prática do ato devido, aquele prazo é de 2 anos.

Ora, este último prazo, revela-se incoerente com o regime da nulidade típica como a conhecemos, pois os atos nulos são aqueles que não produzem efeitos, não têm carácter

vinculativo, não são suscetíveis de execução coerciva e não se encontram sujeitos a prazo para discussão jurisdicional e, por isso são insanáveis<sup>4</sup>.

Todavia, revela-se consentâneo com o princípio da necessidade, na medida em que, apesar da invalidade do ato, aquele pode ser submetido a nova decisão procedimental. Pelo que, careceria o administrado de interesse em agir jurisdicionalmente. Isto porque, no artigo 13.º do NCPA, se estabelece que o dever de decisão sobre um mesmo pedido surge a cada 2 anos, por contraposição ao dever de pronúncia que sempre existe. Por conseguinte, a cada dois anos o administrado tem a possibilidade de ver a sua situação apreciada por meio de decisão administrativa.

Manifestação do interesse em agir que autonomizámos devido à relevância desta alteração legislativa.

## **Secção V**

### **Da sindicabilidade das normas**

À semelhança do que se verifica para os atos, o princípio da necessidade é perceptível também em relação às normas, pois apenas se podem impugnar aquelas que estejam a produzir os seus efeitos, tal como resultaria do interesse em agir. Vide o artigo 73.º do NCPTA.

Estabelecendo-se igualmente que, em relação a algumas das normas não pode ser pedida a declaração de ilegalidade a todo o tempo, mas apenas no prazo de 6 meses da sua publicação, após o qual se tornam irrecorríveis. Apenas e tão-só quando a ilegalidade que se lhes possa assacar é formal ou procedimental sem ofensa à CRP, por contraposição à material. E, mesmo nesses casos, quando não careça em absoluto de forma legal nem tenha preterido consulta pública legalmente exigida (artigo 74.º, n.º 2 do NCPTA)

---

<sup>4</sup> Sousa, Marcelo Rebelo de, e André Salgado de Matos, *Direito Administrativo Geral – Actividade Administrativa – Tomo III*, Dom Quixote, 2.ª edição, Lisboa, 2009, p. 53.

## **Secção VI**

### **Da unidade de critério de decisão das providências cautelares**

Por forma a obviar ao abuso daquele tipo de processos, o critério de decisão foi unificado quanto ao *fumus boni iuris*, anteriormente diferenciado, consoante o tipo de providência fosse antecipatória ou conservatória.

Agora, aquele critério consubstancia-se na probabilidade de ser procedente o processo principal. A que se soma um *periculum in mora* de constituição de facto consumado ou de produção de prejuízos de difícil reparação, a par da ponderação de interesses em presença e da razoabilidade da providência a conceder.

Por desuso, foi abolido o critério estabelecido para as causas evidentes, a que se referia a alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA.

## **Capítulo IV**

### **Da maior garantia dos administrados como manifestação do princípio da justiça**

Quando uma reforma, como a do CPTA, se pauta por uma maior flexibilidade processual, não pode fazê-lo, sem assegurar uma maior garantia dos administrados que permita que a tutela jurisdicional efetiva e a justiça não sejam comprometidas.

Ademais, quando uma reforma processual tem diretrizes de flexibilidade e celeridade, o equilíbrio na obtenção de justiça em tempo útil, passa necessariamente por mecanismos que permitam aos administrados ver assegurada a sua posição de parte.

### **Secção I**

#### **Da citação da entidade requerida e dos contrainteressados**

No que respeita ao conhecimento do processo, veio o n.º 5 do artigo 10.º do NCPTA esclarecer que, com a citação do órgão que praticou o ato impugnado, se considera notificada a pessoa coletiva a que o órgão pertence. O que sucede por manifestação da estrutura hierárquica em que a Administração se encontra organizada e mediante a qual o órgão tem o dever de informação em relação aos seus superiores hierárquicos.

Revelando-se contrária ao que resultaria do disposto nas citações e notificações pessoais e ilidíveis do CPC. Mas, assim é para que as citações e notificações não se achem perdidas no infundável mundo da Administração. Apelando-se agora aos meios de comunicação imediatos de que a Administração dispõe e que deve privilegiar tal como consta do NCPA.

Tudo como forma de tutelar os direitos e interesses legalmente protegidos dos administrados.

### **Secção II**

#### **Da ingerência do Ministério Público**

Vivemos numa era de crescendo de preocupações com crimes cometidos no exercício de funções públicas, que têm vindo a revelar-se justificadas, e que levaram a Procuradoria Geral

da República a necessidade criar espaço na sua página de internet para denúncias referentes a esse tipo de criminalidade.

Quiçá na mesma senda, o CPTA previu a representação do Estado pelo Ministério Público, em sede de contratação pública, por conta da suscetibilidade de criminalidade associada ao favorecimento de candidatos ou ao estabelecimento do preço. Tudo com prejuízo para o erário público.

E assim o fez no n.º 3 do artigo 11.º do NCPTA, afastando a possibilidade de representação do Estado nestas matérias por seus funcionários no âmbito do n.º 1 do artigo 11.º do NCPTA. Não que todos aqueles desmereçam a confiança, mas, sobretudo porque assim existe forma de estabelecer justiça relativa quanto às indemnizações a negociar nesses processos, quando a isso seja condenada a Administração.

Também numa perspetiva centralizadora, foi-lhe concedido o monopólio da legitimidade para interpor recursos de uniformização da jurisprudência, introduzido no n.º 7 do artigo 152.º do NCPTA, sem precedente no ACPTA.

Concluindo-se que, de uma forma geral, esta reforma do CPTA concede ainda ao Ministério Público uma maior liberdade de ação. (Artigo 85.º do NCPTA)

### **Secção III**

#### **Da competência territorial**

É indubitável que, numa jurisdição que não é tão presente no país como a administrativa, geograficamente falando, é extremamente importante garantir a proximidade dos administrados como forma de assegurar o acesso à justiça pela tutela jurisdicional efetiva.

Assim, como forma de dirimir a questão da competência territorial no caso de litisconsórcio em que não se verifique maioria de autores com foro idêntico, a parte final do n.º 2 do artigo 16.º do CPTA prevê agora a possibilidade de ser interposta a ação no tribunal da área da residência habitual ou sede de qualquer deles.

Bem assim, quanto aos contratos de trabalho em funções públicas, assiste-se à atribuição de competência ao tribunal do lugar da prestação de trabalho ou do domicílio do autor, que exerce a opção por um dos dois, tal como resulta do n.º 3 do artigo 19.º do CPTA.

Favorecendo-se ainda a jurisdição que foi determinada por autonomia das partes, por forma a dar resposta àquele que é o paradigma das relações administrativas de um maior contacto entre a Administração e os administrados. Tal como resulta do n.º 2 do artigo 19.º do NCPTA.

Ainda sobre a competência, desta feita sobre os processos executivos, quando a execução se faça depender de decisão jurisdicional, são competentes os tribunais da residência ou sede do executado ou da localização dos bens a executar. Tal como resulta do n.º 9 do artigo 20.º do NCPTA.

Ao contrário, quando possam ser executados pela Administração, sem mais, a sua competência é aferida nos termos do CPC.

#### **Secção IV**

##### **Da reclamação para a conferência**

Envolto em grande polémica perante a comunidade jurídica, o n.º 2 do artigo 27.º do CPTA, foi fundamento de recusa de competência de inúmeros recursos pela jurisprudência dos tribunais superiores.

Agora, a previsão de reclamação dos despachos do relator para a conferência mantém-se, mas apenas excepciona os despachos de mero expediente, pela sua própria natureza irrecorrível.

Ora, assim, parece-nos ser de enquadrar no âmbito de uma maior defesa dos administrados que o despacho possa ser apreciado pela conferência e que, apenas se pode apontar que, sobre esta matéria, devem estar de sobreaviso todos aqueles que possam ser partes em ações desta natureza.

## **Secção V**

### **Dos processos em massa**

Na prática jurisdicional tem-se assistido, não raras vezes a processos interpostos em massa, em relação aos quais se veio agora prever a sua urgência, tal como o estabelece a alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º do NCPTA. Assim é, por se ter verificado que, para assegurar verdadeiramente a tutela de candidatos a concursos na Administração Pública e examinados, aqueles processos devem tramitar com maior celeridade que os demais. Tal como se encontra disposto no artigo 99.º do NCPTA.

Isto porque, por diversas vezes, os candidatos a quem fosse concedido provimento do pedido eram integrados na administração, mas, entretanto, teriam sido volvidos vários anos. Com isto, pelo decurso do tempo, não podemos considerar que se fizesse cabalmente justiça. A somar ao que, indubitavelmente, ainda se teria por verificada a proteção de um interesse legalmente protegido do candidato que houvesse sido integrado por conta daquele outro, inicialmente preterido. Tudo, em detrimento do erário público, na medida em que, na verdade, a necessidade suscitada para um recurso humano traria encargo de dois.

Apesar de, nos tempos em que vivemos conhecermos uma realidade patológica de depauperação dos recursos humanos na administração, em que até seria de salutar a integração de dois funcionários por conta de um, essa não é a perspetiva sadia da administração que se pretende um dia exista.

## **Secção VI**

### **Da agilidade processual**

Como forma de obviar ao esquecimento dos pedidos a cumular por parte dos administrados, em detrimento da sua tutela jurisdicional, as acções de impugnação de atos lesivos pressupõem automaticamente que o lesado pretende ser ressarcido pelos danos verificados. O que, ainda que pudesse vir a ser reformulado como modificação do objeto da ação, não significaria que fosse tempestivo o pedido de ressarcimento pelos danos. Daí que tenha sido adotada esta solução legislativa prevista no n.º 3 do artigo 50.º do NCPTA.

Por outro lado, para agilizar o processo administrativo, vem ainda estabelecer-se que a decisão deve ser proferida no prazo de 30 dias, a que se refere o n.º 1 do artigo 94.º do

NCPTA, sem que possa conceber-se a realização de novas diligências probatórias não especificadas. Deste modo salvaguardando a expectativa de celeridade processual e de justiça por uma decisão em tempo útil. (Artigo 95.º, n.º 6 do NCPTA)

No âmbito do contencioso pré-contratual, por exemplo, é prevista a possibilidade de realizar audiência pública para discussão da matéria de facto e de direito, mas tão-só quando aquela contribua para a agilidade do processo. Assim o estabelece o n.º 5 do artigo 102.º do NCPTA.

## **Secção VII**

### **Da inércia da entidade requerida**

Com algum relevo para a posição da Administração como parte do processo, verificamos a falta de contestação dos factos arguidos pelo demandante não importa a confissão dos mesmos, mas passa a ser livremente apreciada pelo tribunal. (artigo 83.º, 4)

## **Secção VIII**

### **Da suspensão dos atos**

O contencioso pré-contratual sofreu mutações quanto ao seu âmbito de aplicação, passando a contemplar todos os contratos compreendidos no âmbito das Diretivas da União Europeia sobre contratação pública. E, nesta forma de processo, surge o efeito suspensivo automático do ato de adjudicação, no artigo 103.º-A do NCPTA, como opção legislativa de transposição da vulgarmente conhecida Diretiva Recursos. Ademais prevendo a possibilidade de adotar medidas provisórias num processo que já de si é urgente. (Artigo 103.º-B do NCPTA)

Todavia, o efeito suspensivo automático surge para assegurar a posição contratual do candidato requerente por contraposição à existência de recursos (aquisição de bens ou prestação de serviços) para prosseguir o interesse público. Este último bem protegido, mais gravoso que aquele outro.

Mas, aquela que foi a alteração que mereceu a nossa melhor atenção foi aquela que não chegou a acontecer. Ficou apenas pela previsão do artigo 128.º do ACPTA. No qual se estabelecia que o efeito suspensivo decorrente da citação do pedido cautelar não pode ser



obviado a não ser por meio de verificação do instituto do estado de necessidade. Ainda que se previsse a cessação da suspensão por meio de requerimento a submeter à apreciação prévia do tribunal e não teria efeitos imediatos. Mesmo que aditando novo fundamento como a lesão desproporcionada de outros interesses, não conseguimos acolher aquele entendimento. Mas não estamos sós, porquanto o preceito aprovado abandonou, na íntegra, aquela solução, tal como explicaremos em maior detalhe infra.

Quanto ao decretamento provisório das providências cautelares, previsto no artigo 131.º do CPTA, foi alargado o âmbito de aplicação daquele que, já não se detém nos direitos, liberdades e garantias e foi esclarecida a possibilidade de o decretamento provisório ser concedido por conta da alteração superveniente das circunstâncias, de facto ou de direito, na pendência da ação.

## **Secção IX**

### **Dos recursos**

No NCPTA, o legislador expressamente atribui competência para recorrer de decisão judicial a quem tenha sido lesado pela mesma, ainda que não tenha sido chamado ao processo. (Artigo 141.º, n.º 4 do NCPTA)

Houve ainda uma diminuição do valor da causa para efeitos de recursos para o Supremo Tribunal Administrativo, concedendo assim maior tutela aos administrados, tal como a alteração efetuada ao artigo 151.º do NCPTA.

Especificamente sobre as decisões arbitrais, está-lhes vedada a competência para apreciar a conveniência ou oportunidade da atividade administrativa, cingindo-se apenas ao direito constituído. (Artigo 185.º, n.º 2 do NCPTA)

## **Parte II**

### **As providências cautelares**

Assente o que antecede, cumpre agora centrarmo-nos naquele que é o âmago do nosso estudo, porquanto as providências cautelares merecem a nossa melhor atenção. Desde logo, pela sua relevância cada vez maior na litigância administrativa como forma de combater a ilegalidade e inércia da administração, numa justiça que não se quer morosa, mas que o é.

Dáí que a revisão do CPTA tenha recebido o nosso interesse académico, por se tratar de uma iniciativa legislativa transformadora e mais conforme à tutela jurisdicional efetiva, fazendo uso da providência cautelar na estrita medida da sua necessidade.

## Capítulo I

### O conceito de providência cautelar

Por conseguinte, passamos em revista aquela que é a essência desses processos urgentes a que se deu o nome de providência cautelar.

Etimologicamente providência vem do termo latim *providentia* que se refere a «previsão»<sup>5</sup>, a «presciência do futuro para acautelar-se em relação a ele»<sup>6</sup>.

Aliás, já na Roma Antiga a providência era a personificação divina da habilidade de prever e fazer provisão<sup>7</sup>.

Por sua vez, cautelar tem origem no termo latim *cautela* e deve ser associado à precaução de evitar um mal<sup>8</sup> ou um dano<sup>9</sup>.

Juntos destinam-se a assegurar, por meio de um juízo de prognose sumário, aquele que o é o resultado final, afastando os efeitos nefastos da mora da tramitação normal do processo principal.

Apesar de ter vindo a ser usado como norma para salvaguardar da mora anormal da tramitação processual que se verifica nos dias de hoje, o efeito nefasto que a providência cautelar pretende afastar não pode ser banalizado, sob pena de toda a litigância se tornar urgente. E, conseqüente, nenhuma ser tratada como urgente.

Por conta disso é que o NCPTA reconheceu a necessidade de alterar o estado de coisas nesse sentido.

---

<sup>5</sup> <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/provid%C3%A2ncia>

<sup>6</sup> Vários – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Instituto António Houaiss de Lexicografia Portugal, Temas e Debates, Lisboa, 2003, p. 3007.

<sup>7</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Provid%C3%A2ncia\\_\(mitologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Provid%C3%A2ncia_(mitologia))

<sup>8</sup> <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cautela>

<sup>9</sup> Vários – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Instituto António Houaiss de Lexicografia Portugal, Temas e Debates, Lisboa, 2003, p. 59 e 853.

## **Capítulo II**

### **As características das providências cautelares**

#### **Secção I**

##### **Da acessoriedade**

Afinal, quando se fala de um juízo de prognose em relação a um resultado que se pretende obter no futuro, em processo, o resultado é a decisão do processo principal e a providência é-lhe acessória, não subsiste por si. Tal como, de resto, o menciona o artigo 112.º, 1, *in fine*.

Requer a existência de uma ação principal, que pode ser intentada antes, aquando ou depois da apresentação da providência.

Quando seja intentada antes da ação principal, a providência cautelar é preliminar àquela. Quando se intente na pendência da ação principal, contemporânea. E, quando posterior, é incidental da ação principal.

Persistindo apenas enquanto não se findar a ação principal, ou enquanto aquela puder ser intentada tempestivamente. Quando não se reúna qualquer daquelas condições, a providência cautelar caduca por inutilidade da mesma.

Isto porque, qualquer providência cautelar tem por finalidade garantir a utilidade do processo principal, perante a perigosidade de que a pretensão aí formulada não possa ser obtida ou acarrete prejuízos de difícil reparação (*periculum in mora*).

Por conseguinte, o processo cautelar corre os seus termos com urgência e autonomia em relação ao processo principal.

#### **Secção II**

##### **Da urgência**

A urgência tem origem na tutela jurisdicional efetiva e no perigo de a mora processual determinar um facto consumado que não possa ser preterido por meio da decisão no processo

principal ou pela produção de efeitos que se afigurem de desvalor negativo para o requerente e em relação aos quais seja difícil de conceber a sua reparação (*periculum in mora*).

### **Secção III**

#### **Da autonomia**

Por sua vez, a autonomia do processo cautelar é-lhe atribuída por conta da necessidade de um julgamento de factos diferentes daqueles que são levados a juízo em sede principal. Porque não nos podemos esquecer que, em sede cautelar, a prova se destina a revelar a perigosidade da mora da decisão da ação principal, a mera aparência do direito conforme ao pedido do requerente, a preponderância do interesse daquele em relação a todos os outros e a razoabilidade da providência peticionada. Ou seja, para o deferimento do pedido cautelar, importa o *periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a ponderação de interesses e a razoabilidade da providência.

Coisa diferente é a definição da situação de facto e de direito, a final. Para a qual terá de demonstrar-se a verdadeira conformidade com o direito e com os demais normativos aplicáveis. Incluindo-se princípios como o da proporcionalidade, no qual se inscreve a importância de ponderar os interesses públicos e privados por forma a que a decisão seja necessária, adequada e razoável.

Mas, em momento algum se ponderará o perigo na mora, limitando-se a considerar eventualmente o valor do prejuízo que tenha sido demonstrado para efeitos de ressarcimento.

Posto isto, o que subjaz ao pedido cautelar é verdadeiramente o perigo na mora, e essa foi a sua origem tal como veremos adiante, a respeito da história do efeito suspensivo.

Sempre realçando que aquela autonomia é de refrear pela instrumentalidade da providência em relação ao processo principal, que lhe advém da sua acessoriedade.

### **Capítulo III**

#### **Os tipos de providências cautelares**

#### **Secção I**

##### **Das providências cautelares conservatórias**

No que concerne aos tipos de processo cautelar, cumpre ainda esclarecer que, o pedido a ser formulado em sede cautelar pode ter por fim manter a situação fáctica e jurídica anterior ao ato que se pretenda impugnar, derrubando-o até à decisão do processo principal. Pede-se, portanto, a conservação do estado de coisas anterior e o afastamento do ato que aí surgiu. Daí que se conheçam essas providências cautelares como sendo conservatórias.

A este respeito, as providências antecipatórias e conservatórias tinham diferentes exigências quanto aos critérios a adotar para a sua decisão. *Vide* o artigo 120.º do CPTA e NCPTA.

Consequentemente, no CPTA, as providências cautelares conservatórias obtinham deferimento depois de provado o *periculum in mora* de fundado receio de constituição de facto consumado ou na produção de prejuízos de difícil reparação. A somar ao *fumus boni iuris* em que não é manifesta a falta de fundamento do pedido ou a existência de circunstâncias que obstem ao conhecimento de mérito. Bem como teria de demonstrar-se que o pretendido é menos danoso que o seu indeferimento, depois de ponderados todos os interesses em presença, e que não há providência menos gravosa.

Agora, de acordo com o NCPTA, apesar se ser de distinguir as providências em conservatórias e antecipatórias, consoante o seu pedido, não se distinguem agora os critérios de decisão, passando a adotar-se o critério aferível, até então, das providências antecipatórias *infra* aludido.

## **Secção II**

### **Das providências cautelares antecipatórias**

Por sua vez, a antecipação cautelar é feita pela concessão antecipada do pedido feito no processo principal, com carácter transitório até à decisão daquele processo.

A esta providência cautelar, dá-se o nome de antecipatória, pois aquela mais não é que a antevisão do ato que se pretende obter no processo principal.

Relativamente às providências cautelares antecipatórias no CPTA, estas obtinham deferimento depois de provado o *periculum in mora* em tudo idêntico ao requerido para as providências cautelares conservatórias: fundado receio de constituição de facto consumado ou na produção de prejuízos de difícil reparação. Bem como, um *fumus boni iuris* da provável procedência da pretensão do processo principal. E, também a ponderação de interesses em idêntica medida da anteriormente aludida, de que o pretendido é menos danoso que o seu indeferimento e não haja providência menos gravosa.

Atualmente, a exigência para estas providências é a mesma, sendo que passou a ser também em relação às providências cautelares conservatórias, por meio da unificação do critério de decisão.

## **Secção III**

### **Da inexistência de uma “terceira via”**

Acresce que, além do supra exposto, existiam outros casos, de cariz excecional, em que era de conceder providências cautelares mediante a constatação de evidência da procedência do processo principal. Colocando-nos a par do entendimento defendido por Mário Aroso de Almeida e Carlos Alberto Fernandes Cadilha<sup>10</sup>. Na verdade, naqueles casos, não estamos perante uma terceira via de providências cautelares. Ao invés, aquelas podem ser antecipatórias ou conservatórias, consoante a finalidade que tenham.

---

<sup>10</sup> *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Almedina, 3.ª edição revista, Coimbra, 2010, p. 794 e ss.*

Estamos, sim, perante situações mediante as quais a evidência da procedência determina que, o juízo prognóstico do que acontecerá no processo principal, apenas pode ter como consequência o deferimento do pedido cautelar.

Ora, aquela situação parece-nos confundível com o espírito do instituto previsto no artigo 121.º do NCPTA. E que o legislador também veio a reconhecer como tal, na medida em que aboliu a alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA e não o artigo 121.º do NCPTA.

Como fundamentos de evidência do pedido do processo principal eram identificados exemplificativamente a manifesta ilegalidade do pedido e o ato que aplica norma anulada ou ato análogo a outro anulado, declarado nulo ou inexistente.

Ou seja, atos em relação aos quais não seja de considerar sequer a sua permanência na esfera jurídica do requerente e cuja produção de efeitos não fosse de conceber.

Em relação a esta decisão de procedência por evidência do pedido principal, suscitavam-se algumas questões que foram já objeto de análise pela doutrina. E em relação às quais, na verdade, já não tem utilidade, mas, ainda assim, pelo interesse histórico que possa ter em futuras revisões, somos a enunciar algumas das questões.

Antes de mais, o entendimento a dar ao artigo 120.º, n.º 1, alínea a), *ab initio*, do CPTA: «*sem prejuízo do disposto nos números seguintes*».

Tal como para nós, também para os autores supra citados<sup>11</sup> é indiscutível que aquela ressalva tem por finalidade afastar a exigência a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA. E, bem assim a ponderação exigida no n.º 2 do artigo 120.º.

Nesse mesmo sentido, Fernanda Maçãs<sup>12</sup>, quando afasta a apreciação da gravidade para o interesse público. E, a razoabilidade de uma providência menos gravosa. Veja-se a parte inicial do n.º 2 do artigo 120.º do CPTA.

Ainda em relação a esta via da evidência de bom direito, suscitava-se a exigibilidade de ponderar o *periculum in mora*.

---

<sup>11</sup> Almeida, Mário Aroso de, e Carlos Alberto Fernandes Cadilha, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, Almedina, 3.ª edição revista, Coimbra, 2010, p. 794 e ss.

<sup>12</sup> *As formas de tutela urgente previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, separável da revista do Ministério Público, n.º 100, 2004, p. 41 e ss.



No sentido da exigibilidade daquele critério, Mário Aroso de Almeida e Carlos Alberto Fernandes Cadilha<sup>13</sup>. Que, tal como Tiago Amorim<sup>14</sup>, equiparam-no ao pressuposto processual do interesse em agir.

Da nossa parte, somos do entendimento que aquele pressuposto processual é coisa diferente do *periculum in mora*. O interesse em agir deve ser apreciado em momento diferente e preliminar à decisão. Portanto, não podemos querer confundir a procedência de uma providência com fundamento na sua evidência, com a análise dos pressupostos processuais que sempre lhe será prévia.

Sobre o *periculum in mora*, considerando que aquele não ficou expresso na lei temos relutância em conceber que aquele critério seja aplicável a uma verdadeira providência cautelar. Porque o que definia as providências era precisamente o perigo na mora. Aí omisso.

Por conta disso, decerto, aquela norma caiu em desuso e algum uso que tenha tido deverá ser um uso indevido.

#### **Secção IV**

##### **Da atribuição de urgência aos processos**

No artigo 121.º do NCPTA, o que está verdadeiramente em causa não é uma terceira ou quarta via de providência cautelar.

Verdadeiramente, aí se prevê a atribuição de urgência a um processo principal, ainda que essa atribuição lhe seja dada em sede de processo cautelar, que corra termos. Para o que, não pode deixar de assegurar-se o direito de contraditório.

Quando se encontrem nos autos todos os elementos necessários à boa decisão da causa principal aquela pode ser antecipada sempre que a urgência assim o dite ou a simplicidade da causa.

---

<sup>13</sup> *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Almedina, 3.ª edição revista, Coimbra, 2010, p. 796.*

<sup>14</sup> *As Providências Cautelares do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: um primeiro balanço*, In *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 47, p. 41.

Simplicidade essa que somos a equiparar ao *fumus boni iuris* da evidência do bom direito, de tal monta que não possa ser controvertida qualquer interpretação que se possa fazer daquelas normas e daqueles factos. Daí que tenha sido confundida com a possibilidade anteriormente prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA. Mas não o pode ser pelos motivos já enunciados supra.

## **Capítulo IV**

### **Os critérios de decisão das providências cautelares**

Qualquer que seja a providência cautelar, exige prova de determinados critérios de que se faz depender o seu deferimento. Anteriormente diferenciados consoante o tipo de providência e agora unificado: *o periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a ponderação de interesses e a razoabilidade.

Por conseguinte, passamos à análise de cada um deles, em especial.

#### **Secção I**

##### **Do *periculum in mora***

Tal como já adiantámos, o perigo na mora da decisão principal é a essência das providências cautelares e foi revestindo diferentes formulações consoante a garantia concedida aos administrados.

Recordamos, portanto, que na pendência da Monarquia e grande parte da República o conceito era definido pelos prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.

Com a LPTA veio prever-se que o perigo se consubstanciasse na probabilidade de produção de prejuízo de difícil reparação, conforme se dispôs no artigo 76.º daquele diploma. Que, com o CPTA se transformou no fundado receio de constituição de facto consumado (apelando à convicção justificada de irreversibilidade) e na produção de prejuízos de difícil reparação (apelando à impossibilidade de reconstituição da situação).

Até hoje é este então o *periculum in mora* que tem de provar-se em qualquer das providências cautelares a adotar.

E é aquele que se tem por verificado quando uma licença de obra é obtida por alguém que, com essa obra, afete direitos e interesses legalmente protegidos de outrem.

Do mesmo modo, também o é quando um candidato tenha sido preterido em procedimento concursal que segue os seus termos com aquela exclusão. Daí que o NCPTA tenha atribuído a

natureza de processo urgente aos processos em massa tal como são definidos no seu artigo 99.º.

Surpreendente era a solução adotada pela alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA por não mencionar expressamente a prova de perigo na mora quando seja evidente a procedência do processo principal. Exemplificava meramente o legislador as situações abrangidas por esta situação como sendo: ato manifestamente ilegal; ato sucessivo de norma anulada; ato análogo a outro já anulado, declarado nulo ou inexistente.

A doutrina mais avalizada<sup>15</sup> é do entendimento de que não era de exigir a prova do *periculum in mora* naqueles casos, mas não é o nosso entendimento, sob pena de não estarmos perante uma verdadeira providência cautelar. E, talvez por isso, tenha caído em desuso e tenha sido revogada.

No mesmo sentido, veio o legislador do NCPTA reconhecer que, deixar de ponderar o *periculum in mora*, é uma forma de desvirtuar as providências cautelares, na medida em que a simplicidade da causa pode ser analisada no processo principal e conceder deferimento ao pedido.

Situação que pode inclusivamente ser trazida para a providência cautelar por assim estar previsto no artigo 121.º do CPTA e do NCPTA.

Realçando-se que, neste caso, o que acontece não é conceder providência, mas sim deferir o pedido principal, uma vez que não há porque adiar aquela decisão, para a qual apenas se impõe que tenham sido trazidos aos autos todos os elementos necessários.

Mas, o critério do *periculum in mora* não se afere a solo e, para que uma providência seja deferida há que verificar outras vicissitudes.

---

<sup>15</sup> Maças, Fernanda, *As formas de tutela urgente previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, separável da revista do Ministério Público, n.º 100, 2004, p. 41 e ss

## Secção II

### *Do fumus boni iuris*

A conformidade com o direito sempre foi de avaliar em qualquer contenda e assim o vinham entendendo a jurisprudência e a doutrina, antes mesmo de se vir a exigir expressamente na letra da lei a aparência do bom direito.

Até porque, no passado se entenderia que apenas havia verdadeiramente um efeito negativo de perigo quando fosse de esperar que o direito levasse a situação diferente da que se pretendia evitar, e, nessa medida se confundiria com o *periculum in mora*.

Apesar de haver diferenças tão relevantes que acabam por fazer-se refletir no CPTA sobre os diferentes tipos de providência cautelar a adotar.

Assim, para efeitos de providências conservatórias, teria de demonstrar-se que não é manifesta a falta de fundamento do pedido ou a existência de circunstâncias que obstem ao conhecimento de mérito. Que mais não era que mostrar a razoabilidade do pedido em relação às normas e princípios aplicáveis.

Este critério era tão parco em exigência que, só por si, seria possível equacionar a paralisação da atividade administrativa por meio de qualquer direito ou interesse particular de menor relevância. Contudo, aquele não faz fé por si só e careceria ainda da prova dos demais critérios.

Quando, por sua vez, se fizesse prova da probabilidade de lhe vir a ser dada razão no processo principal, estar-se-ia a cumprir a exigência probatória das providências antecipatórias.

Solução que, por efeito do abuso das providências cautelares a que temos assistido, e também por consequência de relações jurídico-administrativas mais complexas, o NCPTA veio a consagrar como único critério a ponderar para efeitos da aparência do bom direito. Atente-se à alínea b) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA e ao n.º 1 do artigo 120.º do NCPTA.

Mas, existia ainda uma forma mais exigente de aparência do bom direito para a qual se requer prova da evidência da procedência do processo principal. Caso em que, excecionalmente, se afastava a prova de qualquer *periculum in mora*, na opinião da maioria da doutrina de que é

exemplo Fernanda Maçãs<sup>16</sup>, com a qual não podemos concordar. Desde logo, porque se desvirtuava a essência da providência cautelar e a sua finalidade intrínseca. E, talvez por isso tenha caído em desuso.

Daí que o legislador do NCPTA o tenha reconhecido, deixando de prever aquela situação (artigo 120.º do CPTA e NCPTA), mas mantendo-se a possibilidade de dar urgência ao processo principal e sobre ele decidir em sede cautelar, nos termos e condições a que se refere o artigo 121.º do NCPTA. Para tanto se requer que todos os elementos necessários à decisão tenham sido trazidos aos autos e, ao mesmo tempo, que a simplicidade do caso ou a urgência da sua resolução definitiva o justifique.

Apesar de, a simplicidade seja de equiparar à aparência do bom direito que o artigo 120.º, n.º 1, alínea a) do CPTA exemplificava.

Ainda assim, outros são os critérios que, com este, devem ser equacionados para o deferimento de uma providência cautelar.

### **Secção III**

#### **Da ponderação de interesses**

Determina o n.º 2 do artigo 120.º do CPTA e do NCPTA que se ponderem os interesses em causa para o juízo da procedência ou improcedência da ação.

Como tal, cumpre esclarecer em que medida a administração determina volitivamente a sua atividade. Qualquer que ela seja, ato, regulamento ou contrato, ou mesmo atos materiais, de execução, ou outros, deve obediência à prossecução do interesse público, e deve sempre buscar obter a satisfação daquele interesse.

Todavia, ao fazê-lo, tem inúmeras limitações que lhe subjazem que são possíveis de alcançar da lei, mas que são essencialmente aquelas que derivam dos princípios normativos como:

---

<sup>16</sup> *As formas de tutela urgente previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, separável da revista do Ministério Público, n.º 100, 2004, p. 41 e ss

- a) A reserva de legalidade, que apenas lhe permite fazer aquilo que, por lei, lhe seja permitido (ao invés dos particulares que podem fazer tudo aquilo para o que não tenha sido determinada a proibição ou cominação sancionatória); (Artigo 3.º do NCPA)
- b) A proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, que lhe exige que pondere todos os interesses particulares que possam suscitar-se e sopesa a sua perecibilidade perante o interesse público que prossegue, agindo apenas quando os primeiros sejam de menor tutela que os segundos; (Artigo 4.º do NCPA)
- c) A boa administração, mediante a qual a administração deve usar o menor número de recursos possível para atingir o interesse público. Incluindo o menor recurso existente: o tempo. Devendo preferir a utilização de meios eletrónicos; (Artigo 5.º e 14.º do NCPA)
- d) A igualdade, que a obriga a tratar de forma igual o que o for e de forma diferente o que seja de diferenciar; (Artigo 6.º do NCPA)
- e) A proporcionalidade, na medida da necessidade por meio de atividade verdadeiramente essencial, na medida da adequação por meio da forma pertinente, e na medida da razoabilidade (ou proporcionalidade *strito sensu*) por meio de exercício da sua discricionariedade da forma menos gravosa e mais eficaz; (Artigo 7.º e 8.º do NCPA)
- f) A justiça, que impõe o tratamento recto e equitativo; (Artigo 8.º do NCPA)
- g) A imparcialidade, associada à isenção da sua atividade; (Artigo 9.º do NCPA)
- h) A boa fé, na medida de uma administração que age de forma profícua e salutar.
- i) A colaboração e participação com os particulares e com outras entidades, definindo a atividade administrativa com cariz participativo por meio de intervenção no procedimento dos interessados. Bem assim, a Administração tem responsabilidade de informar e conceder acesso, devendo cooperar com os demais interessados e organismos; (Artigo 11.º, 12.º, 17.º e 19.º do NCPA)
- j) O dever de pronúncia, decisão e responsabilidade, por meio da responsabilidade em se pronunciar sempre e decidir quando legalmente esteja imbuída dessa obrigação, sendo de lhe imputar os danos do exercício da atividade administrativa; (Artigo 13.º e 16.º do NCPA)
- k) A preferência pela gratuitidade do procedimento como forma de se relacionar com os seus administrados. (Artigo 15.º do NCPA)

Com especial interesse, somos a realçar que a própria atividade administrativa deve ponderação sobre os interesses particulares. Daí que não seja surpresa que, também para a procedência de uma providência cautelar se exija que aquela seja feita.

Por conta disso, na evolução do efeito suspensivo, introduziu-se aquela ponderação de interesses, começando por ser um juízo sobre a gravidade do dano para a realização do interesse público. Que, por sua vez, foi substituído pela gravidade da lesão para o interesse público, na senda do acolhimento da lesividade dos atos como forma de aferir da sua recorribilidade.

Tal como a conhecemos, a ponderação de interesses surge no CPTA e mantém-se no NCPTA exigindo que sejam ponderados os interesses públicos e privados em presença. Portanto, apenas é de deferir a providência quando os danos do indeferimento se avultem em relação aos danos resultantes do deferimento. (Artigo 120.º, n.º 2)

Mais se realça que, a ponderação de interesses não é mera média aritmética, porque cada direito e interesse pode ser valorizado de forma diferente. O que significa que não basta que hajam dois interesses particulares e um único público para que se possa dar este último por vencido.

Na verdade, devem ser considerados todos eles na medida da sua relevância para os bens que se encontrem assegurados e se pretendam assegurar.

Ou seja, a bem da comunidade em geral, será de fazer uma autoestrada por meio de expropriação de propriedades várias, particulares, ainda que aquelas sejam casas de morada de família e representem para os administrados, um interesse de suma importância.

## **Secção IV**

### **Da razoabilidade**

Como bem sabemos, o princípio da proporcionalidade tem três vertentes. A saber: a necessidade, a adequação e a razoabilidade<sup>17</sup>. Esta última vinha sendo designada pela doutrina como proporcionalidade *sticto sensu* ou equilíbrio<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Sousa, Marcelo Rebelo de, e André Salgado de Matos, *Direito Administrativo Geral – Introdução e Princípios Fundamentais – Tomo I*, Dom Quixote, 3.ª edição, reimpressão, Lisboa, 2010, p.214.



A necessidade, por um lado, impõe a restrição ao que for imprescindível ao fim que se pretende obter, obstando à prática de diligências e atos dilatórios e inúteis.

A adequação, por outro, é um corolário da aptidão de satisfazer a finalidade pretendida.

E, a razoabilidade determina a consideração de uma relação de custo-benefício sendo de concluir razoável quando o benefício não seja suplantado pelos custos.

Ora, para a adoção de qualquer providência cautelar é de considerar a sua razoabilidade, na medida em que o juiz deve ponderar todas as providências cautelares possíveis e passíveis de acautelar o pedido do processo principal, optando sempre por aquela que seja a menos gravosa e mais eficaz. Nesse sentido, a parte final do n.º 2 do artigo 120.º do CPTA e NCPTA.

Este critério é tanto mais relevante na medida em que a revisão do CPTA pretende obter uma maior flexibilidade processual.

Assim, resta-nos precisar que, durante a vigência da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, a maioria da doutrina defende que não é de considerar a razoabilidade em relação a esses casos excepcionais. Doutrina essa em relação à qual nos opomos porquanto assim o ressalva a própria letra da lei no artigo 120.º, n.º 1, a), *ab initio*, do CPTA, mas essencialmente porque assim o exige a própria natureza das providências cautelares.

Ademais, veio o legislador abolir aquela divergência na doutrina. Agora, no NCPTA, os critérios são indubitavelmente o *periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a ponderação de interesses e a razoabilidade, para todas as providências. Veja-se o n.º 2 do artigo 120.º do NCPTA.

---

<sup>18</sup> Amaral, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo, Volume II*, Almedina, 2.ª edição, Coimbra, 2013, p. 144.

## **Capítulo V**

### **A tramitação das providências cautelares**

Tudo começa pelo requerimento cautelar, que, uma vez apresentado, é distribuído e concluso ao juiz, tal como se alcança do artigo 116.º do NCPTA. Findo o que, em 48 horas, é proferido despacho liminar que se pronuncia sobre a aceitação ou não da petição.

O requerimento cautelar é rejeitado liminarmente quando, depois de notificado, não venha a ser suprida a omissão dos requisitos do requerimento a que se refere o n.º 3 do artigo 114.º do NCPTA, nem entregue novo requerimento sanado com:

- a) O tribunal;
- b) O nome do requerente e sua residência ou sede;
- c) A entidade requerida;
- d) A identidade e residência dos contrainteresados, ou prova de o ter solicitado à entidade requerida sem que fosse lhe fosse deferido. Caso em que, deve fazer acompanhar o seu pedido cautelar de pedido de intimação da requerida para fornecer essa identificação aos autos;
- e) A identificação do tipo de ação de que se fará depender, por forma a conhecer-se qual o resultado que pretende obter no processo principal e que pretende assegurar no processo cautelar;
- f) A identificação das providências pretendidas, em concreto;
- g) Articulado com a causa de pedir e prova sumária;
- h) Prova do ato ou norma que pretende ver suspenso, da sua notificação e da sua publicação;
- i) Identificação do processo principal quando aquele preceda ao pedido cautelar;
- j) O valor da causa.

É também rejeitado liminarmente o requerimento cautelar que padeça de manifesta ilegitimidade, seja ela do requerente ou da entidade requerida. Para o que avançamos que apenas sucederá quando não seja possível sequer de conceber que as partes identificadas no requerimento possam ter interesse na demanda.

Rejeitado liminarmente é ainda o requerimento cautelar que enferme de manifesta falta de fundamento da pretensão, e já não ilegalidade, como previsto no CPTA. Consustanciável agora na impossibilidade de verificar correlação entre o pedido feito e a sua causa de pedir ou entre esta última e o direito aplicável.

Do mesmo modo, é de rejeitar liminarmente o requerimento cautelar com manifesta desnecessidade de tutela cautelar, na medida em que seja feito pedido que não é imprescindível a assegurar o efeito útil do processo principal.

Tudo relacionado com o interesse em agir enquanto verdadeiro pressuposto processual que é possível suprir por meio de novo requerimento. Na sua falta, determina a absolvição da instância.

A estes, acrescenta-se ainda a verificação dos demais pressupostos processuais de que depende o processo principal sem possibilidade de sanção.

No despacho liminar, além de se apreciar a aceitação ou a rejeição da petição, e no mesmo prazo de 48 horas, pode ser decretada provisoriamente a providência solicitada, com carácter antecipatório, da já de si antecipatória natureza da providência cautelar em relação ao processo principal. Para o efeito, deve estar demonstrada a especial urgência pela perigosidade de se verificar uma situação de facto consumado na pendência do processo cautelar (e não processo principal). (Artigo 131.º do NCPTA)

Tendo sido inclusivamente aditada a possibilidade de esse decretamento provisório da providência surgir na pendência do processo, em momento ulterior, como consequência da alteração superveniente das circunstâncias. Fruto daquilo que resultaria já da aplicação subsidiária desse instituto, mas que agora, com o NCPTA, foi expressamente vertido em letra de lei.

Sendo aceite a petição, no despacho liminar, é ordenada a citação da entidade requerida e dos contrainteressados (aqueles que têm interesse semelhante na demanda ao da entidade requerida) para se oporem, querendo, no prazo de 10 dias.

Com aquela citação, suspende-se a eficácia do ato administrativo impugnado, com efeito imediato, como forma de garantir a tutela jurisdicional efetiva. Assim como se encontra estabelecido no n.º 1 do artigo 128.º do CPTA, do ACPTA e do NCPTA.

Uma vez recebida a citação, a entidade requerida dispõe ainda de 15 dias (prazo mais alargado que o da oposição, de 10 dias) para fazer cessar o efeito suspensivo automático do

ato impugnado, por meio de resolução com fundamento em grave prejuízo para o interesse público. Redação do CPTA e do NCPTA.

Mas que, não coincide com a reforma pensada pelo ACPTA, no qual se determinava que o efeito suspensivo era, por regra, automático, exceto em caso de estado de necessidade. E que, ressalvados esses casos, a suspensão automática só poderia ser afastada por meio de requerimento da requerida, depois de, sobre aquele se pronunciar o tribunal a favor do grave prejuízo para o interesse público ou da lesão claramente desproporcionada para os interesses envolvidos. (Artigo 128.º, n.º 1 e n.º 2 do ACPTA)

Concluídos os 10 dias para oposição da entidade requerida e dos contrainteressados, o processo é concluso ao juiz para aferir da necessidade de produção de prova, da qual se exclui a pericial, e se prevê um limite máximo de 5 testemunhas.

A menos que as oposições sejam recebidas antes de volvidos os 10 dias, caso em que, o processo é, imediatamente depois disso, concluso ao juiz.

Do último desenvolvimento que tenha o processo, o juiz profere decisão no prazo de 5 dias, na qual equaciona o *periculum in mora*, o *fumus boni iuris*, a ponderação de interesses e a razoabilidade.

Sendo que, no momento em que se encontra apto a proferir decisão, o juiz pode concluir pela urgência da resolução definitiva ou pela simplicidade da causa, munido da prova necessária, e, em vez de decidir o pedido cautelar, profere decisão sobre o processo principal. Assim é por efeito da possibilidade prevista no artigo 121.º do NCPTA, como forma de promoção da celeridade processual. E, mormente, do princípio da necessidade, na medida em que, quando se está em condições de decidir o pedido principal, não o fazer, deixando aquele correr os seus termos, é dilatório e desnecessário.

Uma vez decidido o pleito cautelar, a decisão é dada a conhecer às partes, que devem executá-la de imediato. Ressalvando-se que aquela pode ser alterada na pendência do processo principal com fundamento no instituto da alteração superveniente das circunstâncias, a que alude o artigo 124.º do NCPTA. Até porque assim o impõe a natureza acessória das providências cautelares em relação ao processo principal.

### **Parte III**

#### **O efeito suspensivo**

#### **Capítulo I**

##### **O conceito de efeito suspensivo**

O efeito suspensivo consiste em sustar a situação jurídica ou processual anterior, com uma pausa da sua continuidade no tempo até que se verifique a *conditio* de que se faz depender o fim daquela pausa.

Assim, a situação jurídica existente fica paralisada até que ocorra a condição que permita retomar a continuidade daquela mesma situação.

No que concerne aos atos administrativos, o seu efeito suspensivo implica, por conseguinte, a falta de continuidade da sua eficácia. Isto é, da sua produção de efeitos. Havendo apenas que distinguir os atos eficazes dos atos ineficazes, sendo que, os primeiros sempre serão aqueles que sejam aptos a produzir efeitos e os segundos aqueles que o não sejam.

Concordamos, portanto, com a mais variada doutrina consultada e analisada sobre esta matéria.

E, tal como o refere Marcelo Rebelo de Sousa a André Salgado de Matos<sup>19</sup>, quando nos referimos a suspensão da atividade administrativa, estamos a considerar uma ineficácia superveniente que surge depois de ter havido produção de alguns efeitos.

Em nada se confundindo com a validade dos atos que permite que hajam atos eficazes válidos ou inválidos, consoante a sua conformidade ou desconformidade com o ordenamento jurídico e normativos aplicáveis.

Posto isto, sempre diremos que a suspensão de um ato administrativo se trata efetivamente de uma falta de continuidade de eficácia, porque já não vemos os atos como definitivos e executórios, em que a pausa de daria na sua executividade como veremos na nossa análise sobre a evolução do efeito suspensivo ao longo dos tempos.

---

<sup>19</sup> *Direito Administrativo Geral – Actividade Administrativa - Tomo III*, Dom Quixote, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 2009, p. 57

Do mesmo modo, o processo suspenso fica pendente da verificação de condição que permita a continuidade do mesmo ou de prazo que nele corra.

Por contraposição, a interrupção corresponde a uma pausa da situação jurídica ou processual, acompanhada da retoma do prazo originário.

No presente estudo, focamo-nos no efeito suspensivo da atividade administrativa no âmbito da tramitação de providências cautelares do NCPTA.

## **Capítulo II**

### **O efeito suspensivo ao longo dos tempos**

#### **Secção I**

##### **O efeito suspensivo na Monarquia**

Para que se consiga compreender o efeito suspensivo no direito administrativo, há que recordar a sua evolução ao longo dos tempos, nestes que nos são mais próximos.

Na monarquia vivia-se em período de graças concedidas pelo rei, enquanto poder executivo, que veio dar o nome de gracioso ao procedimento administrativo como é vulgarmente conhecido. Ao ponto de ainda hoje, no direito fiscal, constar da letra da lei que a forma administrativa de reagir à liquidação é a *reclamação graciosa*.<sup>20</sup>

Nessa era, ao contrário do que se possa pensar, já era concebível a suspensão da eficácia das provisões régias perante o Desembargo do Paço quando pudessem resultar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação. A isso se terá referido Marcelo Caetano, tal como o informa José Manuel Santos Botelho<sup>21</sup>.

Podemos, portanto, identificar a existência do *periculum in mora* como critério de decisão da tutela cautelar reportada à monarquia. Perigo de facto consumado que se acha perante a irreparabilidade ou a difícil reparação de prejuízos.

E aquele não sofreu uma tão grande mutação ao longo dos tempos, na medida em que ainda hoje se mantém o critério da dificuldade de reparação de prejuízos. Pese embora a irreparabilidade dos mesmos tenha sido substituída pelo fundado receio de uma situação de facto consumado, que é uma formulação legislativa bem mais permissiva.

---

<sup>20</sup> Cfr. artigo 68.º e seguintes do Código de Procedimento e de Processo Tributário

<sup>21</sup> *Contencioso Administrativo anotado e comentado com jurisprudência*, Almedina, 4.ª edição, Coimbra, 2002, p. 578 e ss.

Ora, na era monárquica, é possível identificar embargos em relação a obras junto ao Hospital Real de Coimbra, em 1539 e em 1639, tal como o refere Ana Maria Leitão Bandarra<sup>22</sup>.

Na verdade, as obras junto ao hospital foram embargadas, confirmando a existência de uma tutela cautelar coerente com um *periculum in mora* para o qual é relevante a irreparabilidade ou a difícil reparação de prejuízos para o hospital da continuidade das mesmas.

## Secção II

### O efeito suspensivo na República

Mais tarde, já em plena República, com o Código Administrativo de 1940 (CA40) veio a prever-se a suspensão da executoriedade, tal como plasmada no artigo 820.º, §, n.º 6 daquele código, referindo-se à competência contenciosa dos auditores. Nos termos daquele preceito, a suspensão da executoriedade dos atos dar-se-ia por iniciativa da parte processual, o que é o mesmo que dizer que se fazia depender de pedido da mesma. E estava circunscrita às situações em que se verifiquem prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação. *Periculum in mora* em tudo idêntico ao que se verificou existir já em tempos de monarquia.

Mas, não podemos pensar que esta suspensão de executoriedade se revestia de automaticidade, tal como hoje. Na verdade, sobre ela era imprescindível o juízo do auditor, ainda que célere. *Vide* o n.º 3 do artigo 839.º do CA40.

Isto porque a administração ainda se encontra investida de todo o seu *ius imperi* e a suspensão de qualquer ato administrativo apenas se concebe como resultado do pedido de suspensão e não como forma de garantia dos administrados.

Coerentemente com o legiferado no CA40 é a competência definida do pleno do Supremo Tribunal Administrativo, por meio do n.º 5 do artigo 15.º da Lei Orgânica do Supremo Tribunal Administrativo de 1956, aprovado pelo Decreto-lei n.º 40768.

Por sua vez, com o Regulamento do Supremo Tribunal Administrativo de 1957 (RSTA), aprovado pelo Decreto n.º 41234, passa a fazer-se depender a dita suspensão de

---

<sup>22</sup> [www.iduc.uc.pt/index.php/boletimauc/article/download/2198/173](http://www.iduc.uc.pt/index.php/boletimauc/article/download/2198/173)



executoriedade do juízo de ausência de grave dano para o interesse público. Dando dignidade de letra de lei à chamada ponderação de interesses como critério de decisão do pedido de suspensão.

Além disso, mantém-se a previsão de que a suspensão da executoriedade depende da iniciativa do requerente e mantém-se a previsão de que apenas pode ser concedida relativamente a prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

Ainda no mesmo diploma podemos identificar a semente do que é hoje a resolução fundamentada, tal como a conhecemos do artigo 128.º, n.º 1 do NCPTA. Isto porque, é possível que a entidade requerida deduza embargos contra a suspensão de executoriedade no prazo de 10 dias, tal como o dispõe o n.º 1 do artigo 60.º do RSTA.

Factos que já haviam sido considerados por José Manuel Santos Botelho<sup>23</sup>.

### **Secção III**

#### **O efeito suspensivo depois da Constituição da República Portuguesa**

Entretanto, findo o Estado Novo e sob a égide da Constituição da República Portuguesa de 1976 (CRP), ficou consagrado o princípio da tutela jurisdicional efetiva, no seu artigo 20.º e sob a epígrafe “defesa dos direitos”, com uma breve menção de segurança jurídica de acesso aos tribunais e que passamos a transcrever: «*1. A todos é assegurado o acesso aos tribunais para defesa dos seus direitos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.*»

Neste enquadramento constitucional surge a previsão de maiores garantias dos administrados no Decreto-Lei n.º 256-A/77, que, no seu artigo 2.º, n.º 5, prevê a possibilidade de resolução por meio de incidente processual sobre a não determinação da suspensão de executoriedade pela entidade requerida em 8 dias. O que surge como forma de reação à não execução de decisão jurisdicional que se tenha pronunciado pela suspensão de executoriedade.

---

<sup>23</sup> *Contencioso Administrativo anotado e comentado com jurisprudência*, Almedina, 4.ª edição, Coimbra, 2002, p. 578 e ss.

Por sua vez, com a revisão da CRP de 1982, a tutela jurisdicional efetiva foi acentuada, não tanto pela fórmula legislativa do artigo 20.º da CRP que passa a ter por epígrafe “*Acesso ao direito e aos tribunais*”, mas pela epígrafe do artigo 268.º de nome “*Direitos e garantias dos administrados*” e do seu n.º 3 que passamos a transcrever: «*É garantido aos interessados recurso contencioso, com fundamento em ilegalidade, contra quaisquer atos administrativos definitivos e executórios, independentemente da sua forma, bem como para obter o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido.*»

Na verdade, assiste-se aqui à cada vez maior necessidade de regular as situações da vida dos administrados pela crescente complexidade das mesmas. Ao mesmo tempo se requer que aquela maior ingerência da Administração seja temperada com uma cada vez maior previsibilidade garantística dos administrados.

Para o efeito, importa realçar e reconhecer que as ditas relações bilaterais se foram complexificando até mesmo na quantidade de interessados e, cada vez mais, se foram tornando multilaterais.

Para além disso, as situações de facto foram sendo cada vez mais exigentes do ponto de vista técnico e operacional. Tudo isto, torna uma atividade administrativa que se quer prossiga o interesse público por meio de atos justos, imparciais, proporcionais, adequados, necessários, eficientes, eficazes, desburocratizados e céleres, bastante mais intrincada e falível.

Daí que o procedimento administrativo se tenha tornado mais difícil, exigindo mais e mais atos endógenos. Mas, mais relevante é o acentuar das garantias dos administrados, já referidas, que passam a prever a possibilidade de reagir perante a inércia da Administração em suspender a executoriedade do ato por meio de incidente.

Posto isto, o Supremo Tribunal Administrativo vinha entendendo que a suspensão de executoriedade dos atos apenas podia ser concedida quando pedida pelo requerente, quando da execução do ato resultassem prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação e quando a suspensão não provocasse grave dano para a realização do interesse público. Estava, portanto, em causa, uma situação de perigo de facto consumado para o administrado, com a derrogação de todas as situações em que o interesse público se achasse comprometido por dano avultado.

Sucedee que, na senda da evolução do direito administrativo supra referida, surge a Lei de Processo nos Tribunais Administrativos (LPTA), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/85, que previu a suspensão dos atos por meio de meio processual acessório em relação a atos de conteúdo positivo que pudessem ter efeitos negativos na esfera jurídica dos administrados e não apenas em relação a atos desfavoráveis como o ato de indeferimento, tal como o refere Carlos Alberto Fernandes Cadilha<sup>24</sup>. No que concerne aos atos de conteúdo negativo, continuava a jurisprudência a negar aquela tutela, tal como o afirmou Ana Gouveia Martins<sup>25</sup>.

Não obstante, a concessão de uma providência cautelar sob a égide da LPTA faz-se depender, já não do prejuízo irreparável e de difícil reparação, mas da sua probabilidade. Facto que denota um *periculum in mora* de exigência probatória menor que o anterior.

Além disso exige ainda a não interposição abusiva da providência. Um pouco para estancar a tendência de pedidos cautelares como alternativa aos processos principais como forma de obviar à morosidade dos processos não urgentes e transpor a dificuldade de uma justiça cada vez menos célere.

Por sua vez, sobre o grave dano para o interesse público, foi aquele substituído pela grave lesão, sabendo-se que a diferença não é de mera semântica e que acarreta uma diferença subtil representativa do acolhimento da tutela jurisdicional pela lesividade dos atos que acaba por ser acolhida pela revisão constitucional de 1989. Até porque o conceito de dano como uma depauperação, seja ela patrimonial ou não, presente (dano emergente) ou futura (lucro cessante), não é tão abrangente como a lesão enquanto efeito negativo na esfera jurídica.

Sobre esta matéria em particular, cumpre recordar que outrora, a recorribilidade dos atos administrativos se cingia àqueles que fossem definitivos e executórios e nesse sentido, foi prolífica a doutrina.

A esse respeito, a conceção avançada por Freitas do Amaral<sup>26</sup> defendia a tripla definitividade: horizontal, vertical e material. A par da executoriedade.

Como tal, um ato administrativo seria horizontalmente definitivo na medida em que é o culminar de um encadeamento de atos preparatórios e endógenos que formam o procedimento

---

<sup>24</sup> *Dicionário de Contencioso Administrativo*, Almedina, 2006, p. 668

<sup>25</sup> *A Tutela Cautelar no Contencioso Administrativo (em especial nos procedimentos de formação dos contratos)*, Coimbra, 2005, p. 187 e ss. (Tese na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

<sup>26</sup> *Direito Administrativo*, Vol. III, Almedina, 1985, p.222

administrativo. E, seria verticalmente definitivo o ato que emana do cume da hierarquia em que a administração se acha organizada. E, finalmente, seria materialmente definitivo o ato que se constituísse como uma decisão sobre uma situação jurídica.

Segundo o mesmo entendimento, a executoriedade dos atos fazia-se depender da sua aplicabilidade coerciva dos mesmos.

A esta conceção foram apontadas várias críticas, diretamente conexas com a falta de garantias para os administrados, tal como o fez Vasco Pereira da Silva<sup>27</sup>, numa perspectiva da lesividade dos atos que foi acolhida pelo legislador constitucional com a revisão de 1989.

Com aquela revisão constitucional, consagra-se a teoria da essencialidade da suspensão dos efeitos, tal como já o havia referido José Manuel Santos Botelho<sup>28</sup>, na medida em que, assegurar uma decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo, tal como prescrito no artigo 20.º, n.º 4 e n.º 5 da CRP, implica permitir discutir em tribunal a lesividade dos atos sem que se perca o efeito útil da decisão. Para isso, é essencial a suspensão dos atos administrativos.

Mas, segundo o mesmo autor<sup>29</sup>, esse não é, à data, entendimento doutrinal inquestionável. E, menos ainda jurisprudencial. Mesmo depois de o Tribunal de Justiça das Comunidades e do Tribunal dos Direitos Humanos se pronunciarem pela existência de um direito fundamental à tutela cautelar como manifestação do direito fundamental à jurisdição efetiva nos processos *Factorfame* e *Zuckerfabrik*.

O que é certo é que o Tribunal Constitucional não o reconheceu até à revisão constitucional de 1997, em que a questão ficou dirimida pela letra da lei por meio da menção expressa a medidas cautelares no n.º 4 do artigo 268.º da CRP.

---

<sup>27</sup> *Em busca do ato administrativo perdido*, Almedina, Coimbra, 1996, p.635 e ss.

<sup>28</sup> *Contencioso Administrativo Anotado e Comentado com Jurisprudência*, 4ª edição, almedina, março 2002, coimbra, pp578 e ss.

<sup>29</sup> José Manuel Santos Botelho, *Contencioso Administrativo Anotado e Comentado com Jurisprudência*, Almedina, 4ª edição, Coimbra, 2002, p. 578 e ss.

## Secção IV

### O efeito suspensivo depois do Código de Processo nos Tribunais Administrativos

Quando surge o CPTA, aprovado pela Lei n.º 15/2002, a suspensão da eficácia dos atos administrativos é plena.

E é com este paradigma que surgem diferentes tipos de providências cautelares com diferentes critérios de decisão. Mas sobre qualquer delas é possível que a entidade requerida emane resolução fundamentada, e, com ela reverta a suspensão automática dos atos que decorre da mera interposição da providência cautelar. Precisamente sobre essa matéria nos deteremos na nossa análise e no nosso estudo, porquanto se afigura prodente estudar a possibilidade avançada pelo ACPTA, de que a resolução fundamentada apenas pudesse justificar-se no estado de necessidade ou após pronúncia jurisdicional pedido da entidade requerida. *Vide* o artigo 128.º do CPTA e do ACPTA.

Ainda decorre também do CPTA, aquando da sua aprovação uma solução legística interessante, que merece a nossa nota e para a qual partimos do mesmo pressuposto que Diogo Freitas do Amaral e Lino Torgal<sup>30</sup>: a diferença entre a atribuição de urgente a processo principal e uma providência. Só mediante a compreensão da diferença entre aquelas duas realidades, podemos compreender o artigo 121.º, n.º 1, do CPTA.

Por meio daquele preceito, quando se afigure manifesta a urgência na resolução do pedido principal, pela natureza e gravidade que lhe forem ínsitas, e desde que os elementos indispensáveis à tomada de decisão tenham sido feitos constar do processo, pode a decisão principal ser tomada em sede cautelar, depois de devidamente assegurado o princípio do contraditório. Do mesmo modo, quando o caso se afigure simples de tão evidente e aí se encontrem os elementos imprescindíveis à decisão.

Após o que, cumpre verificar a evolução dos critérios de decisão dos processos cautelares desde a aprovação do CPTA, consoante as tipologias de processos cautelares a que se refere a lei.

---

<sup>30</sup> *Curso de direito administrativo*, Vol II, Almedina, 2ª reimpressão, Coimbra, 2003, p. 516

Desde logo, independentemente de se tratar de pedido cautelar antecipatório ou conservatório, surge o critério aplicável à evidência da procedência do pedido do processo principal (artigo 120.º, n.º 1, alínea a) do CPTA). Nestes casos, a doutrina tem defendido que não se exige a existência de qualquer perigo na mora da decisão. Ao contrário daquele que é o nosso entendimento, porquanto não podemos perder o critério de decisão que define o que é verdadeiramente uma providência cautelar.

Ainda assim, naquelas circunstâncias, entendeu o legislador que a procedência do pedido do requerente manifesta ser tão inequívoca e irrefutável que a justiça se concretiza pela sua antecipação em sede cautelar por forma a assegurar o efeito útil de uma decisão que se tomará sem dúvidas.

Para este efeito, o legislador enuncia exemplificativamente os casos em que considera estar reunido um *fumus boni iuris* de tal monta: ato manifestamente ilegal; ato subsequente a norma já anulada; ato análogo a outro já anulado ou declarado nulo.

Neste particular, somos a realçar que, tendo em consideração os exemplos que a lei alude, sempre diremos que a evidência da procedência não é a mesma coisa que o manifesto desvalor jurídico. Para o que influi estarmos perante situações em que a invalidade não precisa de ser algo como a nulidade do ato, mas se basta com a mera anulabilidade.

Razões pelas quais, somos forçados a concluir que a evidência que aqui se requer é aquela que se encontra em letra de lei ou norma que pouco possa ser controvertida por meio de interpretação. E que encontre situação jurídica que não possa ser considerada de outro modo que não *contra legem*.

E, por isso mesmo, na medida em que vamos assistindo a um ordenamento jurídico substantivo cada vez menos claro e cada vez mais permissivo na sua interpretação, o NCPTA não acolheu a continuidade daquelas providências deferidas pela evidência da pretensão do processo principal.

Contudo, não queremos que o leitor deste nosso estudo considere que a menor clareza e maior amplitude de interpretação tem finalidades impróprias. Ao invés, consideramos que, em muitos casos, é uma necessidade dos nossos dias pela maior complexificação das relações que se estabelecem. Noutros certamente o poderemos atribuir a más técnicas legislativas.

Mas, para que aquela providência tenha sido abolida contribuiu mormente o seu desuso e o princípio da necessidade que veio, no artigo 118.º do NCPTA pautar a produção de prova. Pois, submeter a juízo de necessidade a prova a admitir pode tornar-se incoerente com a prova de manifesta ilegalidade.

Além do que, esta opção de deixar de prever especificamente aquela possibilidade anteriormente consagrada na alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, vai de encontro à solução do legislador de deixar de prever critérios de decisão díspares, consoante o tipo de providência. O que, pensamos traduzir-se numa maior clareza da letra da lei.

Dáí que, o NCPTA tenha deixado de distinguir os critérios de decisão entre as providências cautelares conservatórias e antecipatórias. Sendo que a classificação agora pouco importa a esse respeito. Mas, continua a ser relevante para efeito de determinação da providência a adotar na medida da proporcionalidade que se impõe na escolha das mesmas.

Ora, as primeiras destinam-se a assegurar que a situação anterior ao ato contra o qual se reage se mantenha e as segundas pretendem obter uma situação que surge *ex novo*, em prolepse do que se pretende obter na ação principal e se caracteriza por ser uma situação sem identidade com a situação de facto anterior ao ato impugnado.

Recordemos então que as providências cautelares conservatórias seriam de deferir quando provado o *periculum in mora* se consubstanciasse no fundado receio de constituição de facto consumado ou na produção de prejuízos de difícil reparação. A este, teria de dar-se igualmente por verificado o *fumus boni iuris* decorrente de fundamento que não fosse manifestamente adverso por falta de razão ou obstrução ao conhecimento de mérito da causa. Sem esquecer que o n.º 2 do artigo 120.º do CPTA exige ainda a ponderação de todos os interesses em presença, sendo de conceder deferimento ao pedido cautelar quando o pretendido seja menos danoso que o seu indeferimento e não haja providência menos gravosa.

Por fim, as providências cautelares antecipatórias são de deferir quando se verifique *periculum in mora* em tudo semelhante ao anteriormente exposto: fundado receio de constituição de facto consumado ou na produção de prejuízos de difícil reparação. A par de um *fumus boni iuris* mais exigente que o anterior: a probabilidade de ser procedente a pretensão do processo principal. Somando-se ainda, em idêntica medida, a ponderação de interesses em presença, deferindo-se o pedido cautelar quando o pretendido seja menos danoso que o seu indeferimento e não haja providência menos gravosa.

Sucedee que, com o NCPTA, os diferentes critérios de decisão, mediante a diferente tipologia de processos cautelares até então conhecida, deixam de existir e passa a prever-se que qualquer processo cautelar tem de observar aqueles que eram os critérios das providências cautelares ditas antecipatórias.

Este o sumário histórico do efeito suspensivo que se nos afigura pertinente para o nosso estudo.



### Capítulo III

#### O efeito suspensivo automático

Com a revisão constitucional de 1989, alguma doutrina<sup>31</sup> começa por avançar a essencialidade de uma tutela jurisdicional efetiva cautelar.

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça das Comunidades e o Tribunal dos Direitos Humanos.

Contudo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo manteve-se incólume e «“indiferente” à realidade constitucional», tal como o identificou Vasco Pereira da Silva<sup>32</sup>.

Tudo, por contraposição à previsão de suspensão automática da executóriedade dos atos, prevista no artigo 80.º da LPTA, apesar daquela ser possível apenas como incidente processual do que se designaria hoje de processo principal. E, só assim não foi a partir de 1997, com a revisão da CRP. Data em que a essencialidade da tutela cautelar foi reconhecida expressamente pela parte final do n.º 4 do artigo 268.º da CRP.

Por sua vez, com o CPTA, reiterou-se o efeito suspensivo automático da eficácia dos atos, por meio da tutela cautelar autónoma. Fixando-se que aquele se fazia depender da aceitação do pedido cautelar e da posterior citação do pedido cautelar à requerida.

Ora, aquela suspensão do ato impugnado seria tanto mais gravosa consoante a urgência de eficácia do ato e o interesse público a alcançar. Daí que se tenha criado a figura da resolução fundamentada, que mais não é que a apresentação a juízo dos motivos pelos quais a suspensão do ato impugnado é prejudica gravemente o interesse público.

A este respeito somos a desenvolver o nosso estudo.

---

<sup>31</sup> José Manuel Santos Botelho, *Contencioso Administrativo Anotado e Comentado com Jurisprudência*, Almedina, 4.ª edição, Coimbra, 2002, p.578.

<sup>32</sup> *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio sobre as Acções no Novo Processo Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 182 e ss.

## Secção I

### Da resolução fundamentada e da separação de poderes

Antes de mais, cumpre esclarecer que aquela resolução fundamentada não é atentória do princípio da separação de poderes, ao contrário do que seria de supor. Quando a administração é parte no processo não age aí com o seu *ius imperii*, que lhe é característico na sua atividade administrativa.

Contudo, é-lhe concedida a possibilidade de, por meio de intervenção no processo, como parte, findar o efeito suspensivo do ato impugnado. Daí que este nosso apontamento não seja desprovido de pertinência. Mais ainda quando bem sabemos que, na história, o poder executivo ingeria na justiça.

Como tal, há que recordar o que é então o princípio da separação de poderes, que teve como embrião o princípio da separação e independência dos órgãos de soberania a que aludia o n.º 1 do artigo 111.º e a alínea j) do artigo 288.º da CRP. Tendo sido consagrado expressamente pela revisão constitucional de 1997, no artigo 2.º da CRP<sup>33</sup>.

Desde então, o princípio da separação de poderes reveste-se da obrigação de distribuir as funções do Estado (legislativa, executiva e jurisdicional) de acordo com a adequabilidade de exercício daquelas funções. Ao mesmo tempo que proíbe que os órgãos com poder em qualquer das funções possam ingerir em qualquer das outras.

Assim sendo, seria de supor que o efeito suspensivo, no âmbito da função jurisdicional não fosse de cessar por meio de intervenção da entidade a que corresponde a função executiva. Daí que tenhamos de ponderar sobre a verdadeira natureza da resolução fundamentada.

Sucede que, aquela não surge no âmbito do exercício da função executiva. É uma intervenção processual de uma parte na mesma medida em que o é a petição cautelar por parte do requerente. Esta última tem por efeito a suspensão do ato impugnado e apenas assim será

---

<sup>33</sup> Sousa, Marcelo Rebelo de, e André Salgado de Matos, *Direito Administrativo Geral – Introdução e Princípios Fundamentais – Tomo I*, Dom Quixote, 2.ª edição, reimpressão, Lisboa, 2010, p 135 e ss.

quando, tal como vimos anteriormente, não seja manifesta a falta de fundamento, por exemplo.

Por outro lado, a resolução fundamentada é a intervenção processual mediante a qual a requerida vem demonstrar os motivos pelos quais deve cessar a suspensão do ato impugnado. Para o que, apenas relevará o grave prejuízo para o interesse público.

Termos em que, é de afastar a ideia de que aquela resolução fundamentada é uma qualquer forma de atividade administrativa. É uma mera intervenção processual, relativamente à qual não pode o requerente obter nova tutela jurisdicional, mas apenas dela alegar, a final.

## **Secção II**

### **Da resolução fundamentada e do prazo**

Quanto ao prazo para apresentação da resolução fundamentada, a LPTA previu que aquela poderia ser emitida até ao trânsito em julgado da decisão do pedido (leia-se o pedido do processo principal, porque a suspensão dos atos na LPTA era incidental).

No CPTA e no NCPTA, a entidade requerida dispõe de 15 dias para a sua apresentação. Sendo, desde logo, de estranhar que aquele prazo seja maior que o prazo concedido para a oposição ao pedido cautelar. Mais ainda quando, certamente, até ao prazo da oposição, a entidade requerida teve a oportunidade de considerar todas as consequências que advêm da suspensão do ato, porquanto se espera que as faça constar da sua oposição.

Consequentemente, torna-se incompreensível que o prazo estabelecido para a resolução fundamentada seja maior. Contudo, como bem sabemos, os processos não são já o clássico pleito entre a entidade requerida e o requerente. Há cointeressados, que partilham o interesse com o requerente, e contrainteressados, que comungam do interesse da requerida.

Por esse motivo, é pertinente que a entidade requerida disponha de prazo superior ao da oposição, para que, uma vez conhecendo a oposição dos outros contrainteressados, possa ter a oportunidade de verificar então a possibilidade de haver grave prejuízo para o interesse público com aquela suspensão que não lhe fosse possível conceber antes.

Contudo, apenas assim será quando a suspensão do ato não determine grave prejuízo para o interesse público desde logo, mas quando aquele possa vir a ocorrer em momento posterior

dos autos cautelares. Isto porque, se assim não for, claro está que, à automaticidade do efeito suspensivo por meio de citação da petição cautelar, há-de corresponder a cessação automática do efeito suspensivo por meio de resolução fundamentada.

No entanto, não é de considerar que aquela resolução fundamentada tenha efeitos *ex tunc* (desde o início). Ou seja, não pode suceder que o efeito suspensivo, que se quer automático, venha a ter por condição, aguardar pelo decurso do prazo de apresentação da resolução fundamentada para que possa considerar-se. Até por uma questão de certeza jurídica.

Assim, o efeito suspensivo é feito cessar por meio de resolução fundamentada com meros efeitos *ex nunc* (de agora em diante).

### **Secção III**

#### **Da resolução fundamentada e do fundamento**

O efeito suspensivo do ato impugnado por meio de tutela cautelar não foi sempre automático. Porém, tal como o indicavam as alterações legislativas à CRP, esse era certamente o caminho a seguir por forma a estabelecer uma mais abrangente e garantística tutela jurisdicional efetiva.

Com a LPTA, o efeito suspensivo torna-se automático, apesar de ainda surgir como incidente processual do pedido principal. E, desta feita, para a resolução fundamentada importava a grave urgência para o interesse público na imediata execução. Que é um critério formulado pela positiva.

Desta forma, importava demonstrar a manifesta urgência de execução do ato impugnado como forma de satisfazer o interesse público.

No CPTA e no NCPTA, o fundamento é do grave prejuízo para o interesse público, que é um critério formulado pela negativa (desvalor negativo de prejuízo). Logo, terá de demonstrar-se que o interesse público não se compadece com a suspensão do ato impugnado por conta dos graves prejuízos que daí advêm.

Consequente, para o fundamento da resolução fundamentada no CPTA e no NCPTA, a requerida tem de fazer prova de que, o interesse público prosseguido pelo ato impugnado é relevante e que, sem a sua execução se verificam danos cuja gravidade não pode ser assumida.

Não obstante, não podemos olvidar que o legislador veio, no âmbito do ACPTA tentar promover uma alteração profunda da resolução fundamentada que analisaremos adiante. Estabelecendo que o fundamento a relevar seria a mesma gravidade dos prejuízos para o interesse público, em alternativa a consequências lesivas claramente desproporcionadas para os outros interesses envolvidos. Mas agora não se trataria de uma resolução fundamentada da administração, mas sim um requerimento processual.

Quanto a este último argumento sempre se dirá que não há porque considerar a necessidade de chamar à colação interesses que não o interesse público, na medida em que, como bem sabemos, a Administração deve sempre prosseguir o interesse público. E, mesmo que outros tenham sido sopesados, sempre será de concluir que o interesse público tem preponderância e basta demonstrar a gravidade do prejuízo para este.

Quanto ao NCPTA adiantamos também que a resolução fundamentada não é bastante por si e que depende de prévia apreciação do tribunal, no nosso entendimento.

Muito longe da solução do ACPTA, no qual só por meio de verificação do estado de necessidade se poderia fazer cessar a suspensão automática dos atos também de forma automática. A esse respeito, a nossa análise infra.

#### **Secção IV**

##### **Da resolução fundamentada e da pronúncia jurisdicional**

Mais uma vez relembramos que o efeito suspensivo automático surge como forma de conceder maiores garantias aos administrados na medida em que, apenas por essa via, aqueles podem ver cessar a eficácia de um ato, sob pena de não poder ser acautelado o efeito útil do processo principal.

Por contraposição, a resolução fundamentada, prevista no artigo 128.º do CPTA e do NCPTA, pretende temperar essa mesma garantia com uma outra: a prossecução do interesse público.

Daí que tenha sido estabelecido como critério a manifestação de manifesta urgência na concretização daquele interesse (LPTA) e, depois, o grave prejuízo para o interesse público (CPTA e NCPTA). Sem esquecer a tentativa do ACPTA.

Ora, com a LPTA previa-se que aquela resolução fundamentada fosse emitida até ao trânsito em julgado da decisão, não se constatando a exigência de, sobre ela se pronunciar o Tribunal. Da mesma forma, no CPTA, não se esclarece se aquela que, agora pode ser emitida até 15 dias da citação, é passível de pronúncia jurisdicional.

Nesse particular, somos a esclarecer que, quando seja emitida resolução fundamentada, aquela deve ser conclusa ao juiz. A quem, na qualidade de guardião da celeridade processual e a bem daquela mesma celeridade, só redigirá despacho quando seja de recusar a resolução fundamentada da entidade requerida.

Recusa essa que fundamentará nos mesmos moldes que a recusa da petição cautelar. Ou seja, será de rejeitar a resolução fundamentada que padeça de:

- a) Manifesta ilegitimidade da entidade requerida;
- b) Manifesta falta de fundamento por conta de, com os fundamentos apresentados, não ser sequer possível de equacionar o prejuízo para o interesse público. E, menos ainda a gravidade desse prejuízo;
- c) Manifesta desnecessidade de emitir a resolução fundamentada. A respeito desta ponderação cumpre, todavia, precisar que não é de considerar desnecessária a resolução fundamentada de ato que já tenha sido executado, porquanto assim resulta do artigo 129.º do CPTA e NCPTA. Ainda que executado, na medida em que possa cogitar-se que aquele ato executado possa ainda vir a ter efeitos subsequentes.

Mas em relação a essa apreciação jurisdicional da resolução fundamentada acrescentamos ainda a conformidade daquela com o princípio da necessidade, na medida em que o juiz é o guardião do andamento processual que não pode sucumbir perante manobras dilatórias. Cabendo-lhe ainda zelar por que a eficácia dos atos, na pendência do processo cautelar seja aquela que a justiça impuser, a sua suspensão ou a cessação da suspensão.

Cronologicamente verificar-se-ia o seguinte:

O ato administrativo, válido e eficaz, produz os seus efeitos de acordo com a sua previsão a esse respeito. Nada dizendo, terá efeitos *ex nunc* (para o futuro).

Por conta da interposição de pedido cautelar e, uma vez que aquele seja submetido a apreciação jurisdicional sobre a sua aceitação, é suspenso o ato impugnado desde a citação da entidade requerida.

Suspenso que está aquele ato, só cessa a sua suspensão por meio de emissão de resolução fundamentada pela requerida, na qual demonstre o grave prejuízo para o interesse público.

Posto isto, só pode suspender-se novamente a eficácia do ato impugnado quando aquela resolução fundamentada seja recusada pelo tribunal ou por meio de decisão da providência cautelar nesse sentido.

Donde se pode inclusivamente concluir que, a Administração tem a possibilidade de não chegar a suspender o ato impugnado, quando aquela emita e faça chegar aos autos resolução fundamentada, no mesmo dia em que obtém conhecimento do pedido cautelar.

Ora, da nossa experiência, é esta a prática jurisdicional instituída, conforme aos normativos e princípios aplicáveis. Mas que, por não estar expressa em letra de lei veio o legislador tentar resolver essa questão por meio da solução do ACPTA. Porém, aquela solução traria graves problemas conforme demonstraremos de seguida.

## **Secção V**

### **Da resolução fundamentada e do ACPTA**

No âmbito da vigência do CPTA, em que era de conceder efeito suspensivo automático em sede cautelar e que, nessa mesma sede, era possível verificar a cessação da suspensão, também ela automática, surge o ACPTA.

Aquele anteprojeto vem tentar dirimir a questão da pronúncia jurisdicional sobre a resolução fundamentada que não se encontra expressamente prevista no ordenamento jurídico processual. Porém, o nosso entendimento segue a solução descrita na anterior secção, para a qual remetemos.

Mas que, por não ser matéria clara, fica à mercê de interpretações várias, que o ACPTA pretendia contrária, mas que acabou por não ser acolhida no diploma aprovado, tais foram as críticas que lhe foram apontadas.

O ACPTA mantém a essencialidade do efeito suspensivo automático por efeito do conhecimento do pedido cautelar pela entidade requerida. Sendo que, aquele apenas pode vir a cessar imediatamente quando se verifique estado de necessidade.

Ora, o estado de necessidade afere-se como uma causa de exclusão da ilicitude por meio do afastamento de um perigo atual de danos manifestamente superiores aos que se pretendem evitar. Reportando-nos ao estado de necessidade como forma de obviar à suspensão do ato impugnado, terá de demonstrar-se que os danos da suspensão do ato são manifestamente superiores aos da sua execução e que existe um risco real e atual de que aqueles ocorram. *Vide* o artigo 339.º do Código Civil e o artigo 35.º do Código Penal.

O exemplo escola de exercício do estado de necessidade é o bombeiro que tem de arrombar a porta para salvar uma vida.

Por sua vez, o apelo ao estado de necessidade não pode ser equiparado ao grave prejuízo para o interesse público, porque aquele primeiro tem ínsita uma perigosidade imediata que se pretende afastar, enquanto que, para o segundo, o perigo a provar é aquele que possa vir a verificar-se na pendência do processo cautelar.

Na verdade, a entidade requerida não tem a real possibilidade de inviabilizar o efeito suspensivo e manter a eficácia de um ato com continuidade, porque o estado de necessidade é excecional e exige o afastamento de um perigo factual e não de direito.

Ou seja, quando falamos em estado de necessidade estamos a referir-nos a uma catástrofe, a uma situação de emergência em relação à qual seja de tomar ação imediata. Portanto, quando falamos de estado de necessidade como forma de manter a produção de efeitos de um ato administrativo apenas será de considerar atos que, por si, se destinem a afastar perigosidade factual de emergência e essa, normalmente não se compadece com a perdurabilidade daqueles atos no tempo. Afastados, estarão, por conseguinte, os atos administrativos, na sua maioria, que se pretendem obedecer a um procedimento em que os interessados são chamados a participar e que culmina na decisão de uma situação concreta.

Do mesmo modo, não é possível cogitar-se o estado necessidade aplicado à pretensão antecipatória de um requerente, porque ele se define pelo afastamento do perigo (ato de conteúdo subtrativo).



Ao mesmo tempo certamente o julgador, em nome da justiça material, ver-se-ia obrigado a desvirtuar o instituto do estado de necessidade pelo seu abuso, que haveria de verificar-se na prática.

Além disso, tentou o ACPTA trazer alguma luz sobre a natureza da resolução fundamentada, em relação à qual foram suscitadas questões.

Mas que são de fácil interpretação, senão vejamos. O critério verificado no CPTA e no NCPTA apela a uma verdadeira justificação da entidade requerida como parte que se encontra a arguir o interesse na suspensão ou não do ato. Ou seja, é um ato processual.

Havendo que arguir sempre em defesa do interesse público que subjaz a toda a sua atuação, mas como causa de pedir.

Posto isto, no ACPTA, inclusivamente veio alterar-se a determinação para que disso não houvesse dúvidas passando a chamar-lhe de requerimento.

O ACPTA vem também tentar dirimir as questões suscitadas em relação à apreciação jurisdicional da “resolução fundamentada” que aí passou a designar-se por requerimento de levantamento de suspensão do ato.

Também nesta matéria nos opomos à necessidade de apreciação prévia do tribunal sobre o requerimento, porquanto aquele ato processual não pode ser confundido com um ato de *ius imperii*. Como parte, a administração deve poder suspender a suspensão com a mesma prerrogativa que o administrado para que também ela tenha uma tutela jurisdicional efetiva.

Pese embora não ser inócuo o facto de, nos termos da legislação aplicável, a administração dever ponderação a todos os interesses em presença em todos os seus atos, enquanto que o requerente não tem o dever de conhecer sequer qualquer outro interesse que se oponha ao seu. Facto que lhe concede uma posição de vantagem aceitável perante o requerente, na medida em que este tem o seu pedido cautelar brandamente escrutinado em despacho liminar antes de verificado o efeito suspensivo, que apenas ocorre com a citação da requerida. Enquanto que, a resolução fundamentada tem efeitos antes de qualquer escrutínio.

No ACPTA, e com a mesma tramitação, ainda se acrescenta um outro fundamento para deduzir nesse requerimento: as consequências lesivas claramente desproporcionadas para outros interesses.

Este fundamento aditado chama à colação os interesses que possam ser os de cointeressados e os de contrainteressados.

Todavia, não podemos olvidar que a Administração não pode fazer afastar a suspensão de um ato que fere o requerente, com a invocação de outros interesses em relação aos quais não é parte. Sê-lo-ão os cointeressados e os contrainteressados, que devem ser chamados ao processo.

A sua defesa de parte passará sempre por invocar apenas o interesse público por ser esse a sua finalidade e porque apenas pode agir quando aquele prepondera sobre todos os outros. Como tal, e no juízo sumário que se impõe sobre a suspensão do ato, deve apenas apreciar-se a gravidade do prejuízo para o interesse público que terá pautado o ato impugnado.

Sobre a solução preconizada pelo ACPTA, em geral, somos a insurgir-nos, porque, apesar de bem-intencionada em conferir maior garantia aos particulares, acabar com a hegemonia processual da administração e, sobretudo, pôr termo ao uso abusivo dos processos cautelares, é desastrosa para a atividade administrativa ou para o instituto do estado de necessidade.

De lamentar é que tenha desistido de esclarecer a natureza da resolução fundamentada e a apreciação jurisdicional a fazer sobre a mesma.



## **Conclusão**

No nosso breve estudo, começámos por identificar as alterações legislativas do NCPTA, para que pudéssemos reconhecer o móbil da revisão processual administrativa.

O que encontrámos foi uma maior flexibilidade e clareza do processo administrativo, com uma maior presença do princípio da necessidade e das garantias dos administrados. Tudo, em nome de uma tutela jurisdicional efetiva, da segurança jurídica, eficiência e justiça.

De entre as alterações suscitadas pelo ACPTA e pelo NCPT, as providências cautelares captaram o nosso interesse, pelo que aprofundámos, dentro do que nos é possível num ensaio como este.

Assim, estamos em condições de reconhecer as providências cautelares como um juízo de prognose com a finalidade de assegurar o efeito útil da decisão do processo de que depende, o principal. Mas, ao fazê-lo, identificámos uma forma de decisão da providência que desvirtua a essência daquele meio processual por não pressupor expressamente a existência de perigo na mora da decisão. Falamos a este respeito do critério de decisão de evidência da procedência do processo principal, anteriormente consagrado na alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA e agora revogado pelo NCPTA.

Mecanismo legal que, na sua teleologia seria de aproximar do artigo 121.º do NCPTA, que permite conceder urgência a processo principal no âmbito do cautelar. Mas que, na verdade com este não é confundível porquanto no primeiro caso o processo principal subsiste e segue os seus termos.

Não esquecendo que o âmago da nossa análise se centra no efeito suspensivo no CPTA, aqui chegados, cumpre apresentar as conclusões do nosso estudo, no qual identificámos uma desistência da reforma em relação ao efeito suspensivo imediato,

### **Da desistência da suspensão mediata sobre o efeito suspensivo imediato**

Ora, a conclusão a retirar acerca do efeito suspensivo automático dos atos, no âmbito das providências cautelares é que o legislador do ACPTA tenta alterar a forma como se pode proceder ao levantamento daquela suspensão. Mas acaba por desistir de o fazer.

No CPTA o efeito suspensivo decorre do conhecimento da entidade requerida do pedido cautelar. Por sua vez, esta última tem a possibilidade de afastar aquela suspensão, de imediato, por meio de emissão de resolução fundamentada em que argui o grave prejuízo para o interesse público. E assim acontece também no NCPTA.

Mas, o ACPTA avança uma outra solução, na medida em que a suspensão do ato apenas poderia ser afastada, de imediato, em casos de estado de necessidade.

Nos demais, a cessação da suspensão apenas seria possível por meio de requerimento e já não resolução fundamentada, a ser submetido a juízo sobre a gravidade para o interesse público ou as lesões claramente desproporcionadas para outros interesses em presença.

No CPTA e no NCPTA, o efeito suspensivo surge indubitavelmente como garantia da tutela jurisdicional efetiva dos requerentes. Do mesmo modo que seria de esperar que a administração pudesse ter um efeito suspensivo da suspensão, como garantia da sua posição processual.

A diferença entre os dois é que o requerente só vê o ato impugnado suspenso depois do despacho liminar sobre o seu pedido e depois de citada a requerida. Enquanto que, a entidade requerida consegue obstar à suspensão antes que a sua resolução fundamentada seja escrutinada.

Ainda que, nessa matéria sejamos do entendimento que aquele escrutínio é um dever do juiz e deve compreender apreciação semelhante à do despacho liminar. Mas, não se deve bastar com esse escrutínio, deve incluir juízo sobre a necessidade da resolução fundamentada. Justificada pelo facto de que, é ao juiz que cabe zelar pelo andamento processual e deve repudiar atos processuais dilatórios e cuidar que a suspensão dos atos ou o seu levantamento corresponde à justiça material.

Mas, neste caso o legislador, na sua desistência, desaproveitou o facto de vir esclarecer o escrutínio sobre a resolução fundamentada.

E, não se encontre dúvida sobre a natureza da resolução fundamentada porque aquela não é um ato administrativo. É sim um ato processual, um requerimento de efeito imediato, de uma parte no processo.

Termos em que, a diferença de tratamento daqueles atos processuais das partes não deve ser vista como atentatória da separação de poderes. Pelo contrário, revela-se justificada pela

natureza da atividade da administração, mediante a qual está obrigada a ponderar todos os interesses em causa, enquanto que o requerente nem sequer tem de conhecer qualquer outro interesse que não o seu.

Também nos insurgimos contra o artigo 128.º do ACPTA na medida em que havia nele a potencialidade de não ser possível suspender o efeito suspensivo, imediatamente, pela dificuldade de aplicação do estado de necessidade. Ou, contrariamente, banalizar o estado de necessidade e aquilo que ele representa.

Ainda somos a criticar a opção do ACPTA de que a entidade requerida, apesar da presença de outros contrainteressados no processo, poder requerer o fim da suspensão com fundamento em interesses diferentes do interesse público. O que contende com a essência da atividade administrativa que só é possível quando entenda preponderante o interesse público a todos os demais, devendo debater-se por aquele em juízo, e não por outros.

Sustentamos, portanto, que é de nem se conceber a solução preconizada pelo ACPTA, fazendo disto nota para futuras revisões do processo administrativo.

### **Da evidência da impossibilidade de evidência**

Há ainda nesta reforma processual administrativa um claro vencido. Que, mais não é que aquele que já se havia perdido pela sua própria impossibilidade: as providências cautelares, antecipatórias ou conservatórias, conhecidas pela evidência.

Falamos, por conseguinte, da alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA, cuja abolição resulta do NCPTA, mas também do ACPTA.

Tratava-se de casos excecionais, que, em razão de uma prova mais exigente do *fumus boni iuris*, haviam sido previstas conceder.

Sobre estas, somos a esclarecer que não eram um tipo de providência, mas sim um critério de decisão do pedido cautelar com carácter extraordinário. Relativamente às quais, a mera prova da evidência da procedência do processo principal bastaria para decidir conceder a providência pretendida e prosseguir o processo principal, sem mais. Tal como a doutrina vem defendendo, pois não lhe exige qualquer prova de perigo na mora.

O que a torna, no mínimo, peculiar. Senão vejamos:

Qualquer que seja a providência cautelar, a etimologia e o direito exige que aquela se destine a assegurar o efeito útil do processo principal. Que é o mesmo que dizer que, tal como já anteriormente o dissemos, tem de exigir-se o *periculum in mora*.

Mas aquele não é exigido aqui. Talvez por se considerar que a manifesta desconformidade com o direito, por evidente, conteria aquele perigo de facto consumado e ou de prejuízos de difícil reparação.

Ainda assim, é de reconhecer a dificuldade de aplicação daquela norma, porquanto ela é contrária ao princípio da necessidade.

Conseguimos perceber de imediato a falácia deste mecanismo quando nos perguntamos qual a utilidade de prosseguir o andamento do processo principal quando a decisão do pleito cautelar é decidida por evidência? Porque é efetivamente isso que sucederia. O critério de decisão aqui em análise (artigo 120.º, n.º 1, alínea a) do CPTA) determinaria a procedência da providência, mas o processo principal subsistiria. Impercetivelmente.

Mais ainda, quando a lei prevê a possibilidade de, no processo principal, se reconhecer essa mesma evidência. E ainda mais, quando ao processo principal pode ser atribuída urgência em sede cautelar e decidi-lo, tal como o estabelece o artigo 121.º do NCPTA.

Tudo, a somar a uma exigência probatória que se quer menos garantística e mais célere como é a do processo cautelar.

Logo, somos coagidos a concluir que a evidência efetivamente verificada é da impossibilidade de aquele critério permanecer no ordenamento jurídico processual. Como veio a suceder.

### **Do intruso**

Tal como explicámos supra, o artigo 121.º do NCPTA prevê a atribuição de urgência a processo principal. A proceder no âmbito do processo cautelar que corra termos, e, por isso, aí se encontra previsto sistematicamente. Todavia, não é uma providência cautelar. Tem cariz distinto. É um intruso.

Ora, aquele mecanismo legal permite que a decisão do processo principal seja proferida em sede cautelar, com o que se findam os dois processos. O processo principal por decisão e o cautelar por caducidade decorrente da decisão do principal.

Para isso, é preciso que tenham sido trazidos aos autos os elementos probatórios necessários à decisão final. Mais se exigindo que aqueles façam fé da simplicidade dos factos e do direito ou da urgência da sua resolução. Sempre com respeito pelo contraditório.

Resta saber agora, nos termos em que o fornecimento de prova aos autos foi limitado, se a jurisprudência fará uso do artigo 121.º do NCPTA ou se, a apreciação de estarem reunidos os elementos probatórios necessários é condição de inaplicabilidade da norma.

A esse respeito, realçamos que aquele preceito exige que estejam pendentes tanto o processo cautelar como o principal. Pelo que, ao julgador caberá o dever de verificar se as provas do processo principal não são mais que as do processo cautelar. Concebendo-se que este mecanismo se cinge aos processos principais, nos quais tenha já sido feita produção de prova, ou quando a prova indicada não seja diferente da realizada já em sede cautelar.

Sempre sem esquecer que, através daquela prova deve conseguir concluir-se a simplicidade do facto e do direito ou a urgência da causa.

### **Da nova essência das providências cautelares**

Por último, é sabido que, no NCPTA, as providências cautelares continuam a ser diferenciadas pela sua finalidade como antecipatórias e conservatórias. Mas, o critério de decisão favorável é igual para qualquer delas. A saber:

Tem de demonstrar-se um *periculum in mora* consubstanciado no fundado receio de constituição de facto consumado ou de prejuízos de difícil reparação.

Verificar-se o *fumus boni iuris* da probabilidade de ser procedente o processo principal.

A ponderação de interesses em presença ser favorável ao requerente.

E não ser de acautelar a posição do requerente por meio de providência menos gravosa.

Precisamente o critério definido anteriormente para as providências cautelares antecipatórias (artigo 120.º, n.º 1, alínea c) do CPTA), aqui tido como o vencedor.

Uma forma de tornar mais simples o mecanismo e, ao mesmo tempo, vedá-lo ao seu recorrente abuso. Assim, as providências cautelares conservatórias têm agora um acrescido valor probatório que passa pela demonstração da probabilidade de procedência do pedido



principal e já não pela mera demonstração de que não é manifesta a falta de fundamento do pretendido ou a existência de circunstâncias que obstem ao conhecimento do mérito.

Assiste-se, portanto, a uma transformação da natureza das providências cautelares no sentido de que, apenas será de se antecipar a tutela principal em sede cautelar quando seja expetável que a providência segue a probabilidade do que venha a suceder no processo principal.

E já não se pode agora conceber-se a adoção de uma providência pela mera possibilidade de proceder o pedido.

O que, no fundo, vem redefinir a natureza das providências cautelares conhecida até hoje. Tendo de entender-se doravante que o “perigo” na mora tem de ser mais do que um perigo possível, tem de ser real e provável também, imiscuindo-se a aparência do bom direito.

O corolário mais curioso deste nosso entendimento é que, agora sim, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* definem a natureza das providências cautelares. O suficiente para poder vigorar critério de decisão das providências evidentes. Mas, ao mesmo tempo, sempre haveria de falhar a necessidade daquela solução, na medida em que a mesma culmina na permanência da tramitação do processo principal, ainda que determine decisão favorável do cautelar.

A título adicional, o que vem agora definido, na sua essência, pelo mero perigo na mora não são já as providências cautelares, são as “providências dentro das providências”: o decretamento provisório da providência definido no artigo 131.º do NCPTA.



## **Anexo**

### **Anteprojeto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

## **Exposição de motivos**

A reforma de 2004 do contencioso administrativo português constituiu um marco histórico na justiça administrativa portuguesa, reforçando a própria essência do Estado de Direito enquanto Estado que, na sua atuação, se encontra limitado pela lei e no respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos.

A referida reforma veio transformar um contencioso tradicionalmente de mera anulação de atos administrativos num contencioso de plena jurisdição, permitindo assim aos cidadãos, em caso de litígios com a Administração, acederem aos tribunais administrativos para poderem deduzir as suas pretensões anulatórias, mas também condenatórias e de reconhecimento da titularidade de direitos e de situações jurídicas subjetivas, com a adoção das necessárias providências cautelares que evitassem a constituição de situações de facto consumado, assegurando assim a tutela dos direitos dos particulares em tempo útil.

Pode-se pois dizer, sem receio, que a reforma de 2004 assegurou o princípio constitucional da tutela jurisdicional efetiva.

Ora, a lei que então aprovou o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, adiante designado por CPTA - Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro — previa que o mesmo seria revisto no prazo de três anos a contar da sua entrada em vigor, ou seja, 1 de janeiro de 2004, contudo, decorridos mais de dez anos e sem que a revisão tenha sido feita no prazo então ali fixado, está inteiramente justificado que o Governo tenha decidido proceder à revisão do CPTA.

Na presente revisão, a Comissão encarregue pelo Governo de levar a cabo tal tarefa, teve em conta os inúmeros contributos dados pela doutrina ao longo dos últimos dez anos, bem como

a jurisprudência produzida pelos tribunais superiores na aplicação do Código.

Assim, sem pôr em causa o enorme mérito que a entrada em vigor do CPTA significou para a modernização da justiça administrativa portuguesa, com a presente revisão pretendeu-se aperfeiçoar a aplicação do Código, clarificando muitas das opções então tomadas e que tinham já sido identificadas pela doutrina e pela jurisprudência como pontos carecidos de alteração.

Da revisão em causa há vários aspetos que, de forma sumária, merecem ser devidamente destacados.

O primeiro aspeto prende-se com o fim do regime dualista da ação administrativa especial/ação administrativa comum, passando agora todos os processos não-urgentes do contencioso administrativo a tramitarem sob uma única forma de ação, designada como ação administrativa.

O segundo aspeto reside precisamente na recente reforma do Código de Processo Civil (CPC), a qual acabou por ter uma influência determinante na tramitação da nova ação administrativa, acolhendo-se muitas das novidades trazidas pelo novo CPC, sem deixar, no entanto, de, na revisão do CPTA, se procurar responder às especificidades próprias do contencioso administrativo.

O terceiro aspeto pretendeu dar uma resposta célere aos chamados processos de massa, visando assegurar a concentração num único processo, a correr num único tribunal, das múltiplas pretensões que os participantes em procedimentos de massa — concursos na Administração Pública — pretendem deduzir no contencioso administrativo.

O quarto aspeto inovou no domínio do contencioso pré-contratual, destacando-se desde logo o propósito de proceder à transposição das Diretivas Recursos, associando um efeito

suspensivo automático à impugnação de atos de adjudicação, introduzindo um regime inovador na adoção de medidas provisórias no âmbito do próprio contencioso pré-contratual.

O quinto aspeto introduziu uma modificação significativa no regime de providências cautelares de suspensão de eficácia de atos administrativos, procurando, de forma equilibrada e no respeito pelos interesses dos particulares, não fazer perigar a execução do interesse público, permitindo que seja o juiz cautelar a decidir, em tempo útil, no respeito pelo contraditório, pela manutenção ou supressão do efeito automático suspensivo da providência cautelar em causa, revogando-se o anterior regime das chamadas resoluções fundamentadas.

O sexto aspeto diz respeito à representação do Estado em juízo, flexibilizando-se tal representação nas ações sobre responsabilidade e contratos, de modo a permitir ao Estado, perante um litígio em concreto, optar pela forma que melhor entender para representação dos seus interesses.

O sétimo aspeto, como é natural, prendeu-se com a necessidade de articular a revisão com o previsto no novo Código do Procedimento Administrativo em matéria de anulação e sanção de ato administrativo impugnado durante a pendência do respetivo processo.

O oitavo aspeto, como reflexo da necessidade de garantir uma tutela jurisdicional plena, diz respeito à opção tomada na revisão por convolar processos de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias em processos cautelares, quando não se preencham os exigentes pressupostos de que depende a admissibilidade dos primeiros.

O nono aspeto incidiu sobre a revisão dos requisitos gerais do regime da impugnabilidade dos atos administrativos, incluindo a revisão do regime de impugnabilidade dos atos confirmativos, dos atos ineficazes e quanto ao âmbito da

legitimidade para impugnar atos administrativos, tendo-se retomado, quanto a prazos de impugnação de atos anuláveis, o regime anterior ao CPTA por assegurar maior segurança numa matéria que não pode oferecer dúvidas.

No domínio das alterações introduzidas ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, adiante designado por ETAF, a inovação mais significativa incidiu sobre a definição do âmbito da jurisdição administrativa, mais concretamente, no que diz respeito ao seu artigo 4.º.

Assim, porque aos tribunais administrativos deve ser conferida a competência para julgar todos os litígios que, pela sua natureza, são verdadeiras relações jurídicoadministrativas, optou-se por fazer ingressar na jurisdição administrativa matérias que, só por razões meramente pragmáticas e já sem fundamento histórico, estavam atribuídas à jurisdição comum, como sejam os processos para fixação da justa indemnização devida por expropriação, servidão ou restrição de utilidade pública e ainda as impugnações judiciais de decisões administrativas que apliquem coimas no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social por violação de normas de direito administrativo em matéria de ambiente, urbanismo, ordenamento do território, património cultural e bens do Estado.

Também como muito significativo foi a consagração do funcionamento dos tribunais administrativos de círculo somente com juiz singular, exceto as situações de julgamento alargado previstas no CPTA, pondo-se assim termo a uma situação - reclamações para a conferência, que em nada estava a prestigiar o funcionamento da justiça administrativa.

Por último, com a presente revisão pretendeu-se fazer aproximar ao regime do CPTA numerosas disposições sobre contencioso administrativo constantes de leis avulsas e que a unidade do sistema jurídico impunha que se harmonizassem

com o regime fundamental do nosso contencioso administrativo constante do CPTA.

Com a presente revisão do CPTA, do ETAF e demais legislação com incidência no contencioso administrativo, o Governo está convicto que se deu um passo importantíssimo na valorização da justiça administrativa portuguesa, no sentido de a tornar mais célere e mais eficaz na resolução dos litígios jurídico-administrativos.

Assim, nos termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

## **ARTIGO 1.º**

### **Objeto**

A presente lei concede ao Governo autorização legislativa para rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de participação Procedimental e de Ação Popular, a Lei da Tutela do Estado sobre as Autarquias Locais, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente.

## **ARTIGO 2.º**

### **Sentido e extensão da revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

A autorização legislativa referida no artigo anterior é concedida no sentido de o Governo rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, nos seguintes termos:

1 - Rever o Princípio da Tutela Jurisdicional efetiva para o efeito de obter, designadamente:

- a) A condenação à não emissão de atos administrativos, nas condições a prever no Código do Processo nos Tribunais Administrativos;
  - b) A condenação à emissão de normas devidas ao abrigo de disposições de Direito Administrativo;
  - c) A condenação à adoção ou abstenção de comportamentos, pela Administração Pública ou particulares;
  - d) A condenação da Administração ao cumprimento de deveres de prestar que diretamente decorram de normas jurídicas-administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável, ou que tenham sido constituídos por atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo e que podem ter por objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto;
  - e) A condenação à reparação de danos causados por pessoas coletivas e pelos titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes;
  - f) A condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes de imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial do direito;
  - g) A fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e restrições de utilidade pública;
  - h) A apreciação de questões relativas à interpretação, validade ou execução de contratos;
  - i) O ressarcimento devido em situações de enriquecimento sem causa;
  - j) A adoção das providências cautelares adequadas para assegurar o efeito útil das decisões a proferir em processo declarativo.
- 2 - Rever os poderes dos tribunais administrativos em matéria de meios declarativos urgentes e de meios cautelares;

3 - Rever o regime da cumulação de pedidos, designadamente, nos casos em que pelo menos um dos pedidos cumulados corresponda a forma da ação administrativa urgente;

4 - Rever o princípio da cooperação e boa-fé processual de modo a prever a comunicação das entidades administrativas ao tribunal da revogação e anulação do ato impugnado e a colaboração de todas as entidades públicas e privadas com o Ministério Público no âmbito das suas funções no contencioso administrativo;

5 - Rever o regime da legitimidade ativa e passiva;

6 - Rever o regime do patrocínio judiciário e representação em juízo, designadamente, os casos em que o Estado pode constituir mandatário judicial próprio no contencioso administrativo;

7 - Rever o regime da coligação nos processos impugnatórios;

8 - Rever o regime da petição inicial dirigida a tribunal incompetente;

9 - Rever o regime da regra geral da fixação da competência territorial dos tribunais administrativos;

10 - Rever o regime da fixação da competência territorial dos tribunais administrativos em matéria de contratos;

11 - Rever o regime da fixação da competência territorial dos tribunais administrativos em matéria de prática ou omissão de normas e atos administrativos das Regiões Autónomas e das autarquias locais, assim como das entidades por elas instituídas e das pessoas coletivas de utilidade pública;

12 - Rever o regime da fixação da competência territorial dos tribunais administrativos em matéria de pedidos de intimação para prestação de informações, consulta de documentos e passagem de certidões;

13 - Remeter para a lei processual civil a determinação da competência territorial para os processos executivos;

14 - Determinar a aplicação da lei processual civil ao processo administrativo em matéria de entrega ou remessa de peças processuais, duplicados dos articulados, cópias dos documentos apresentados e modo de realização de citações e notificações;

15 - Definir o regime da realização de atos processuais e apresentação de documentos por via eletrónica;

16 - Definir o regime da distribuição dos processos por sistema informático;

17 - Instituir a aplicabilidade aos processos nos tribunais administrativos em 1ª instância ou em via de recurso, dos prazos estabelecidos na lei processual civil para juízes e funcionários;

18 - Rever a publicidade do processo administrativo e das decisões proferidas pelos tribunais administrativos, com a instituição da publicação obrigatória por via informática, em base de dados de jurisprudência, dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e dos Tribunais Centrais Administrativos e das sentenças dos Tribunais Administrativos de Círculo transitadas em julgado;

19 - Rever o regime de atribuição de valor da causa, bem como os critérios especiais nos processos relativos a atos administrativos, designadamente, atos ablativos ou limitativos da propriedade ou de outros direitos reais, bem como atos que de algum modo onerem outros direitos de natureza patrimonial;

20 - Rever o regime das formas de processo, prevendo que seguem a forma da ação administrativa com a tramitação prevista no Código de Processo nos Tribunais Administrativos os processos que tenham por objeto litígios cuja apreciação se inscreva no âmbito da competência dos tribunais administrativos e que, nem no Código de Processo nos

Tribunais Administrativos, nem em legislação avulsa sejam objeto de regulação especial;

21 - Prever, a título exemplificativo, os processos que seguem a forma de ação administrativa;

22 - Rever o regime do ato administrativo inimpugnável;

23 - Rever o regime do interesse processual nos pedidos de simples apreciação e da condenação à não emissão de atos administrativos;

24 - Prever que, sem prejuízo do disposto na lei substantiva e no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, a ação administrativa pode ser proposta a todo o tempo;

25 - Rever o regime da convolação do processo, designadamente, em matéria de fixação da indemnização devida no caso de o tribunal reconhecer que, apesar do bem fundado da pretensão do autor, existe circunstância que obsta à emissão da pronúncia devida, havendo lugar a indemnização devida por esse efeito;

26 - Prever no domínio da revisão referida no número anterior o regime processual que, na falta de acordo sobre o montante da indemnização, disciplinará a sua fixação, incluindo o pedido de fixação de todos os danos resultantes da atuação ilegítima da Administração;

27 - Estender o regime previsto no número anterior os casos em que tenha sido deduzido pedido respeitante à invalidade do contrato por violação das regras relativas ao respetivo procedimento de formação;

28 - Rever o regime dos processos em massa, prevendo as situações em que o presidente do tribunal deve determinar, no respeito pelo contraditório, que seja dado andamento a apenas um ou alguns deles;

29 - Prever no âmbito da revisão referida no número anterior as situações de processos de massas verificadas em diferentes tribunais, com a possibilidade do impulso para o andamento

referido no número anterior caber a qualquer dos presidentes dos tribunais envolvidos ou de qualquer das partes envolvidas, cabendo ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo determinar qual ou quais dos processos aos quais deve ser dado andamento, com suspensão dos demais, oficiosamente ou mediante proposta dos presidentes dos tribunais envolvidos;

30 - Prever que na revisão referida nos números anteriores seja aplicável ao processo ou processos selecionados o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de processos urgentes, com a intervenção de todos os juízes do tribunal ou da secção;

31 - Prever no âmbito da revisão referida nos números anteriores as faculdades concedidas ao autor para, nos processos suspensos, poder reagir perante uma pronúncia transitada em julgado no processo selecionado, incluindo a respetiva tramitação;

32 - Revisão do regime do objeto e dos efeitos da impugnação dos atos administrativos, incluindo a suspensão de eficácia de um ato impugnado quando esteja apenas em causa o pagamento de uma quantia certa, sem natureza sancionatória e a intenção por parte do autor, no caso de impugnação de atos lesivos, de exercer o direito à reparação dos danos sofridos, para efeito de interrupção da prescrição desse direito, nos termos gerais;

33 - Revisão do princípio geral da impugnabilidade de todas as decisões que no exercício de poderes jurídico-administrativos, ainda que não tenham posto termo a um procedimento, visam produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta, incluindo as proferidas por autoridades não integradas na Administração e por entidades privadas no exercício daqueles poderes;

34 - Prever no âmbito da revisão referida no número anterior a impugnabilidade de decisões tomadas no âmbito de



procedimentos administrativos sobre questões que não possam ser de novo apreciadas em momento subsequente do mesmo procedimento, bem como as tomadas em relação a outros órgãos da mesma pessoa coletiva, passíveis de comprometer as condições de exercício de competências legalmente conferidas aos segundos para a prossecução de interesses pelos quais esses órgãos sejam diretamente responsáveis;

35 - Prever no âmbito da revisão referida nos números anteriores que os atos aí referidos e que não ponham termo a um procedimento só podem ser impugnados durante a pendência do mesmo, sem prejuízo da faculdade de impugnação do ato final com fundamento em ilegalidades cometidas durante o procedimento, salvo quando essas ilegalidades digam respeito a ato que tenha determinado a exclusão do interessado do procedimento ou o ato a que a lei especial submeta a um ónus de impugnação autónoma;

36 - Prever o regime da impugnação dos atos confirmativos, incluindo a definição de tais atos e fixando as condições de impugnabilidade dos atos jurídicos de execução de atos administrativos;

37 - Prever o regime de impugnação de atos administrativos ineficazes;

38 - Rever o regime da legitimidade ativa para impugnação de atos administrativos, designadamente, quanto ao Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e de interesses públicos especialmente relevantes e de entidades públicas e privadas, quanto aos direitos e interesses que lhes cumpre defender;

39 - Rever o regime de prazos para a impugnação dos atos administrativos anuláveis, os quais se passam a contar nos termos do artigo 279.º do Código Civil;

40 - Prever as situações em que a impugnação é admitida para além dos prazos legalmente estabelecidos para a impugnação

dos atos anuláveis, designadamente, em matéria de justo impedimento, indução do interessado em erro por parte da Administração, desculpabilidade devido à ambiguidade do quadro normativo aplicável ou dificuldades quanto à identificação do ato ou à sua qualificação como ato ou norma;

41 - Revisão do regime do início da contagem dos prazos de impugnação dos atos administrativos, incluindo as regras respeitantes aos destinatários a quem o ato deva ser notificado e as regras respeitantes a quaisquer outros interessados;

42 - Revisão do regime de apensação de impugnações, bem como o regime da modificação objetiva da instância;

43 - Instituição do regime de anulação administrativa e revogação do ato impugnado com efeitos retroativos, incluindo a respetiva tramitação, prevendo a situação de atos impositivos de deveres, encargos, ónus ou sanções que, durante o processo da sua impugnação, venham a ser sanados por ato praticado com esse fim, com o estabelecimento da faculdade de o autor requerer a anulação dos efeitos lesivos produzidos por tais atos durante o período de tempo que precedeu a respetiva sanção;

44 - Revisão dos pressupostos do regime de condenação à prática de ato administrativo, incluindo os casos em que pode ser pedida a condenação à prática de ato administrativo quando não tenha sido apresentado requerimento que constitua o órgão competente no dever de decidir;

45 - Revisão do regime da legitimidade para pedir a condenação à prática de um ato administrativo de modo a incluir entidades públicas ou privadas quando aos direitos e interesses que lhes cumpre defender e órgãos administrativos relativamente a condutas de outros órgãos da Administração Pública que alegadamente comprometam as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos primeiros

para a prossecução de interesses pelos quais estes órgãos sejam diretamente responsáveis;

46 - Revisão do regime de prazos para os pedidos de condenação à prática de ato devido;

47 - Revisão do regime da alteração da instância nos pedidos de condenação à prática de ato devido;

48 - Revisão do regime dos poderes de pronúncia do tribunal nos pedidos de condenação à prática do ato devido;

49 - Revisão dos pressupostos do regime de impugnação de normas e condenação à emissão das mesmas, com a indicação de quem é que pode pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral de norma imediatamente operativa ou de quem é que pode pedir a declaração de ilegalidade de norma imediatamente operativa que incorra nos fundamentos de ilegalidade previstos no artigo 281.º da Constituição da República;

50 - Revisão do regime dos efeitos da declaração de ilegalidade com força obrigatória geral de normas, incluindo os efeitos da retroatividade da declaração de ilegalidade e a repristinação das normas revogadas, salvo quando estas sejam ilegais ou tenham deixado de vigorar;

51 - Instituição do regime de condenação à emissão de normas;

52 - Revisão do regime da legitimidade para dedução de pedidos relativos à validade, total ou parcial, de contratos, especificando os casos de quem tem tal legitimidade, incluindo o regime dos prazos para a dedução destes pedidos;

53 - Instituir a tramitação da ação administrativa, incluindo os requisitos da petição inicial, sua instrução, recusa da petição pela secretaria, modo de suprimento do desconhecimento dos contrainteressados, citação dos demandados, prazo da contestação e cominação, conteúdo e instrução da contestação, reconvenção, envio do processo administrativo, intervenção do

Ministério Público, réplica e tréplica, articulados supervenientes, despacho pré-saneador, audiência prévia e situações em que a mesma pode não se realizar, tentativa de conciliação e

mediação, despacho saneador, exceções, despacho de prova, instrução, audiência final e alegações escritas;

54 - Funcionamento do julgamento nos tribunais superiores e previsão do julgamento em formação alargada no tribunal administrativo de círculo ou consulta prejudicial para o Supremo Tribunal Administrativo nas situações em que em 1ª instância se coloque uma questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e que possa vir a ser suscitada noutros litígios;

55 - Fixação do regime do conteúdo da sentença a proferir em 1ª instância, incluindo o objeto e limites da decisão;

56 - Regime do diferimento do Acórdão nos tribunais superiores;

57 - Fixação genérica do âmbito do contencioso eleitoral e procedimentos de massa;

58 - Revisão do regime do contencioso eleitoral, prevendo as consequências de ausência de reação contra atos de exclusão, inclusão ou omissão de eleitores ou ilegíveis nos cadernos eleitorais e demais atos com eficácia externa anteriores ao ato eleitoral, bem como os prazos a observar na tramitação dos respetivos processos;

59 - Fixação do regime do contencioso dos procedimentos de massa, especificando as ações que compreende, prazos de propositura, definição do tribunal administrativo de círculo de Lisboa como o tribunal geralmente competente para o seu conhecimento, casos de apensação obrigatória e prazos a observar na tramitação dos processos;

60 - Fixação do âmbito do contencioso pré-contratual especificando quais os contratos por ele abrangidos, os atos a

ele submetidos, o regime da cumulação de pedidos, prazos de propositura dos respetivos processos, sua tramitação e regime de impugnação dos documentos conformadores do procedimento;

61 - No âmbito do disposto no número anterior prever que a impugnação de atos de adjudicação faz suspender automaticamente os efeitos do ato impugnado, se tal já não tiver sido obtido em sede cautelar;

62 - No âmbito do disposto nos dois números anteriores prever a possibilidade da entidade requerida e os contrainteressados poderem requerer ao juiz o levantamento do efeito suspensivo alegando grave prejuízo para o interesse público ou consequências lesivas claramente desproporcionais para outros interesses envolvidos, fixando-se o prazo de resposta do demandado ou demandados, o prazo máximo para o juiz decidir, incluindo a sua contagem e os critérios da decisão judicial nos termos do previsto para as providências cautelares, relevando a prova produzida, na medida do possível, para a decisão do mérito da causa;

63 - Prever que no âmbito de qualquer processo de contencioso pré-contratual urgente podem ser requeridos ao juiz a adoção de medidas provisórias, dirigidas a prevenir o risco de situações de facto consumado, por já não ser possível retomar o procedimento pré-contratual para determinar quem nele seria escolhido como adjudicatário, prevendo igualmente que o juiz, quando disponha de elementos que o justifiquem, pode, ouvidas as partes, determinar oficiosamente a suspensão de eficácia do ato impugnado ou a adoção de outras medidas provisórias, para prevenir a constituição de situações de facto consumado;

64 - No âmbito do disposto no número anterior prever os critérios que o juiz adotar nas respetivas decisões, remetendo, para o efeito, o previsto nas providências cautelares;

65 - Prever o regime das intimações para o exercício do direito de informação procedimental, incluindo o respetivo objeto, prazos para requerer as intimações e sua contagem;

66 - Rever o regime das intimações para o exercício do direito de acesso aos arquivos e registos administrativos para que a intimação só possa ser requerida se, perante o indeferimento total ou parcial ou ausência de resposta aos eu requerimento dentro do prazo legal, o interessado se tiver dirigido à CADA para obter a satisfação da sua pretensão;

67 - Prever no regime referido no número anterior os prazos para requerer a intimação, bem como o momento em que se inicia a sua contagem;

68 - Rever o regime de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, incluindo a sua tramitação processual, prazos e despacho liminar;

69 - Prever no âmbito do número anterior, as circunstâncias que podem levar o juiz a convolar a intimação noutra providência cautelar, fixando-se os respetivos termo processuais para que tal convalidação possa ocorrer;

70 - Prever no âmbito dos dois números anteriores que, em situações de especial urgência que o justifique, pode o juiz decidir, sem quaisquer outras formalidades, decretar a providência cautelar que julgar adequada, aplicando-se, neste caso, o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de decretamento provisório de providências;

71 - Prever, no âmbito dos três números anteriores, o regime da decisão judicial e seus efeitos, incluindo as consequências do seu incumprimento;

72 - Aditar ao regime das providências cautelares previsto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos o arresto, embargo de obra nova, arrolamento e intimação para adoção ou abstenção de uma conduta por parte da Administração ou

de um particular por alegada violação do direito administrativo nacional ou do direito da União Europeia;

73 - Modificar o regime de relação do processo cautelar com a causa principal de modo a que, na pendência do processo cautelar, o requerente possa proceder à substituição ou ampliação do pedido, com oferecimento de novos meios de prova, para que o juiz possa atender à evolução ocorrida para conceder a providência adequada à situação existente no momento em que se pronuncia;

74 - Prever que nas situações em que a providência cautelar se destine a tutelar direitos, liberdades e garantias que de outro modo não possam ser exercidos em tempo útil, o interessado pode pedir que, no despacho liminar, o juiz proceda o decretamento provisório da providência, aplicando-se o disposto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

75 - Prever que, em matéria de produção de prova, nas providências cautelares as testemunhas oferecidas são apresentadas pelas partes no dia e no local designados para a inquirição, não havendo lugar a adiamento por falta das testemunhas;

76 - Prever, nos critérios da decisão das providências cautelares, a supressão da evidência da procedência da pretensão formulada ou a formular no processo principal;

77 - Prever o regime da decisão da causa principal por forma a considerar que, no caso de se verificar que foram trazidos ao processo cautelar todos os elementos necessários para o efeito, o tribunal pode, ouvidas as partes, antecipar o juízo sobre a causa principal, proferindo decisão que constituirá a decisão final desse processo, sendo tal decisão passível de recurso, com efeito meramente devolutivo;

78 - Rever os efeitos da decisão sobre a adoção de providências cautelares;

79 - Rever o regime de caducidade das providências, prevendo as situações que podem conduzir a tal caducidade, prevendo igualmente o modo de reação do requerente para impedir a mesma, incluindo respetivo prazo e sua contagem, quando a tutela a que a providência cautelar seja assegurada por via contenciosa não sujeita a prazo e ainda o modo de declaração da caducidade do processo cautelar ou da providência cautelar, sempre no respeito pelo princípio do contraditório;

80 - Rever o regime de alteração e revogação das providências;

81 - Prever o regime da utilização abusiva da providência cautelar, designadamente, com a possibilidade de o juiz poder aplicar uma taxa sancionatória nos termos da lei processual civil;

82 - Rever o regime da garantia da providência;

83 - Rever o regime da proibição de executar o ato administrativo no âmbito da providência de suspensão de eficácia de atos administrativos, prevendo-se que a entidade requerida uma vez citada não pode, salvo estado de necessidade, iniciar ou prosseguir a execução do ato, devendo impedir, com urgência, que os serviços competentes ou os beneficiários do ato procedam ou continuem a proceder à sua execução;

84 - No âmbito do regime previsto no número anterior prever que o requerido e os beneficiários do ato podem requerer ao juiz cautelar o levantamento do efeito suspensivo, alegando que o diferimento da execução do ato seria gravemente prejudicial para o interesse público ou gerar consequências lesivas claramente desproporcionais para outros interesses envolvidos, cabendo ao juiz, na decisão a proferir, aplicar o critério previsto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de decisões sobre providências cautelares, a saber, o critério da devida ponderação dos interesses públicos e privados em presença;

85 - No âmbito do regime previsto nos dois números anteriores, prever a intervenção do juiz, a pedido do interessado, quando se verificar a execução indevida do ato cuja suspensão foi requerida, podendo o juiz adotar as providências necessárias para impedir a execução ou fazer cessar o cumprimento e, sendo possível, restabelecer provisoriamente a situação anterior, podendo haver lugar à imposição de sanção pecuniária compulsória, sem prejuízo da eventual

responsabilidade civil, disciplinar e criminal;

86 - Prever no âmbito do regime referido nos dois números anteriores o regime processual dos incidentes aí previstos, fixando-se prazos para audiência das partes e prazo para decisão judicial;

87 - Prever, quando no caso previsto no número 84 o requerido tenha pedido o levantamento do efeito com carácter de urgência, que o juiz, no prazo de 48 horas, promove a realização de uma audiência oral, no termo da qual a decisão é tomada de imediato;

88 - Prever que o disposto no número 83 não prejudica a possibilidade de decretamento provisório da suspensão de eficácia, em situações de especial urgência, aplicando-se o disposto no Código de Processo dos Tribunais Administrativos em matéria de decretamento provisório de providências;

89 - Rever o regime de suspensão de eficácia de normas;

90 - Rever o regime do decretamento provisório de providências, prevendo-se que no caso de se reconhecer a existência de uma situação de especial urgência, o juiz pode decretar provisoriamente a providência requerida ou aquela que julgar mais adequada, com a previsão do respetivo regime processual, audição do requerido quando as circunstâncias o imponham, realizada por qualquer meio de comunicação que se revelar adequado, com a consagração que o decretamento

provisório não é passível de impugnação, previsão da notificação do decretamento provisório às partes, e ainda a previsão de que os requeridos, durante a pendência do processo cautelar, poderão solicitar o levantamento da providência provisoriamente decretada, com a fixação do regime processual aplicável a tal solicitação;

91 - Rever o regime das providências relativas a procedimentos de formação de contratos destinadas a corrigir ilegalidades ou a impedir que sejam causados danos irreversíveis, incluindo a suspensão do procedimento pré-contratual e a proibição da celebração ou execução do contrato;

92 - No âmbito do regime referido no número anterior prever o respetivo regime processual em matéria de instrução de requerimentos, prazos para resposta do requerido e contrainteressados, o critério da decisão judicial para a concessão da providência requerida e ainda a previsão da situação em que o juiz considere demonstrada a ilegalidade de especificações contidas nos documentos conformadores do procedimento, caso em que o juiz pode determinar a sua imediata correção, decidindo deste modo o mérito da causa;

93 - Rever o regime da lei aplicável aos processos de conflitos entre tribunais de jurisdição administrativa e fiscal ou entre órgãos administrativos;

94 - Prever as espécies de recursos jurisdicionais e regime aplicável;

95 - Rever o regime das decisões que admitem recurso jurisdicional e os efeitos dos recursos sobre a decisão recorrida;

96 - Rever o regime de interposição de recursos e alegações, prevendo-se o seu modo de interposição, junção de alegações, notificação oficiosa de recorrido ou recorridos para alegarem, fixando-se o respetivo prazo, com acréscimo de mais prazo no

caso de o recurso tiver por objeto a reapreciação da prova gravada;

97 - Previsão do regime do despacho sobre o requerimento de interposição do recurso, incluindo os casos de indeferimento do requerimento, reclamação do despacho que não admita o recurso e reclamação para a conferência do despacho do relator que não receba o recurso interposto da secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo para o Pleno do mesmo Tribunal;

98 - Revisão do regime dos poderes do tribunal de apelação, prevendo-se:

a) Se o tribunal recorrido tiver julgado do mérito da causa, mas deixado de conhecer de certas questões, designadamente por as considerar prejudicadas pela solução dada ao litígio, o tribunal superior, se entender que o recurso procede e que nada obsta à apreciação daquelas questões, conhece delas no mesmo Acórdão em que revoga a decisão recorrida;

b) Se, por qualquer motivo, o tribunal recorrido não tiver conhecido do pedido, o tribunal de recurso, se julgar que o motivo não procede e que nenhum outro obsta a que se conheça do mérito da causa, conhece deste no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida;

c) Nas situações anteriormente previstas há lugar no tribunal superior à produção de prova que, ouvidas as partes pelo prazo de cinco dias, for julgada necessária, sendo aplicável às diligências ordenadas, com as necessárias adaptações, o previsto quanto à instrução, discussão, alegações e julgamento em primeira instância;

d) Na situação prevista na alínea anterior, o relator, antes de se proferir a decisão, ouve as partes pelo prazo de 10 dias;

e) Se, em desconformidade com o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o tribunal recorrido tiver absolvido da instância em decisão final proferida após a instrução, o

processo é liminarmente devolvido ao tribunal recorrido para que seja decidido pelos mesmos juízes que intervieram no julgamento em primeira instância;

99 - Revisão do regime do recurso de revista de modo a prever que na revista de decisão de atribuição ou recusa de providência cautelar, o Supremo Tribunal Administrativo, quando não confirme o acórdão recorrido, substitui-o mediante decisão que decida a questão controvertida, aplicando os critérios das providências cautelares por referência à matéria de facto fixada nas instâncias;

100 - Previsão de que a decisão quanto à questão de saber se, no caso concreto, se preenchem os pressupostos do recurso de revista, compete ao Supremo Tribunal Administrativo, devendo ser objeto de apreciação preliminar sumária a cargo de uma formação constituída por três juízes de entre os mais antigos da Secção de Contencioso Administrativo;

101 - Revisão do regime do recurso *per saltum* para o Supremo Tribunal Administrativo prevendo que os recursos interpostos de decisões de mérito proferidas por tribunais administrativos de círculo são da competência do Supremo Tribunal Administrativo quando as partes, nas alegações, suscitarem apenas questões de direito e o valor da causa seja superior a € 500.000 (quinhentos mil euros) ou seja indeterminada, designadamente nos processos de declaração de ilegalidade de norma ou de declaração de ilegalidade por omissão de norma;

102 - Prever no regime referido no número anterior que, remetido o processo ao Supremo Tribunal Administrativo, o relator entender que as questões suscitadas ultrapassam o âmbito da revista, determina, mediante decisão definitiva, que o processo baixe ao Tribunal Central Administrativo para que o recurso aí seja julgado como apelação;

103 - Revisão do regime do recurso para uniformização de jurisprudência, prevendo, designadamente, a instrução da petição de recurso e o regime da decisão de provimento admitida pelo tribunal superior e respetivos efeitos;

104 - Revisão do regime dos processos de execução das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos, prevendo, designadamente:

a) Que as vias de execução podem ser utilizadas para obter a execução de atos administrativos inimpugnáveis a que a Administração não dê a devida execução;

b) Que o previsto no regime de execução de sentenças é aplicável para obter a emissão de sentença que produza os efeitos de alvará ilegalmente recusado ou omitido;

c) Que o previsto no regime de execução de sentenças pode ser ainda utilizado para obter a execução de qualquer outro título executivo passível de ser acionado contra uma pessoa coletiva de direito público, um ministério ou secretaria regional;

d) Que as execuções contra particulares das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos, assim como dos demais títulos executivos produzidos no âmbito de relações jurídico-administrativas que careçam de execução jurisdicional, correm termos nos tribunais administrativos, aplicando-se-lhes, na falta de legislação especial, o disposto na lei processual civil;

105 - Revisão do regime de inexecução ilícita das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos, estatuiendo que a inexecução também constitui crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de outro procedimento especialmente fixado na lei, quando, tendo a Administração sido notificada para o efeito, o órgão administrativo competente manifeste a inequívoca intenção de não dar execução à sentença, sem invocar a existência da causa legítima de inexecução ou não proceda à execução nos termos

que a sentença tinha estabelecido ou que o tribunal venha a definir no âmbito do processo de execução;

106 - Revisão do regime da extensão dos efeitos da sentença transitada em julgado que tenha anulado ou declarado nulo um ato administrativo desfavorável ou reconhecido a titularidade de uma situação jurídica favorável a uma ou várias pessoas que, quer tenham recorrido ou não à via contenciosa, tenham sido objeto de ato administrativo com idêntico conteúdo ou se encontrem colocadas na mesma situação jurídica, desde que, quanto a estas, não exista sentença transitada em julgado;

107 - Clarificação de que o disposto no número anterior apenas vale para situações em que existam vários casos perfeitamente idênticos, nomeadamente no domínio do emprego público e em matéria de concursos e só quando se preencherem cumulativamente os pressupostos a prever no respetivo regime;

108 - Revisão do regime das causas legítimas de inexecução de sentença, prevendo-se que só constituem causa legítima de inexecução a impossibilidade absoluta e o excecional prejuízo para o interesse público na execução;

109 - Revisão do regime da petição de execução de sentença, incluindo a respetiva tramitação, prazo de apresentação e respetiva contagem;

110 - Revisão do regime da execução espontânea e petição de execução, com a especificação da situação e do prazo que interessado dispõe para pedir a respetiva execução ao tribunal competente;

111 - Revisão do regime de oposição à execução, especificando a sua tramitação, prazos da réplica do exequente, consequências da omissão da apresentação da réplica e prazo para decisão judicial;

112 - Revisão do regime das providências da execução, sem prejuízo da iniciativa já prevista na lei por parte do Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais para efeitos de abertura de créditos extraordinários, para o exequente poder, em alternativa, requerer que o tribunal administrativo dê seguimento à execução, aplicando o regime da execução para pagamento de quantia certa, prevista na lei processual civil ou requerer a fixação à entidade obrigada de um prazo limite para proceder ao pagamento, com imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares do órgão para determinar tal pagamento;

113 - Revisão do regime do dever de execução de sentenças de anulação de atos administrativos, designadamente, em matéria do dever de praticar atos dotados de eficácia retroativa desde que não envolvam a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições e em matéria do dever de anular, reformar ou substituir os atos consequentes, sem dependência de prazo, e alterar as situações de facto entretanto constituídas cuja manutenção seja incompatível com a execução da sentença de anulação;

114 - No domínio do regime referido no número anterior consagrar que só os beneficiários de boa-fé de atos consequentes é que beneficiam dos efeitos já previstos na lei em matéria de indemnização e de proteção da sua situação jurídica;

115 - No domínio do regime referidos nos três números anteriores, rever quem pode exigir o dever de execução no caso de a Administração não dar execução espontânea à sentença no prazo legalmente estabelecido, prevendo o modo de instrução da respetiva petição, o prazo de apresentação da mesma e o modo da sua contagem;

116 - Rever o regime da constituição e funcionamento do tribunal arbitral, prevendo as questões que podem ser

submetidas a seu julgamento, designadamente, em matéria de contratos, incluindo a apreciação da validade de atos administrativos relativos à sua formação e execução, responsabilidade civil extracontratual, incluindo indemnizações devidas nos termos da lei no âmbito de relações jurídico-administrativas, validade de atos administrativos e relações jurídicas de emprego público;

117 - Prever, no âmbito do regime referido no número anterior, a impugnação das decisões arbitrais nos termos e com os fundamentos estabelecidos na Lei de Arbitragem Voluntária, a forma da publicidade das sentenças arbitrais e a enunciação das matérias jurídico-administrativas que poderão ser julgadas nos centros de arbitragem autorizados pelo Estado.

### **ARTIGO 3.º**

#### **Sentido e extensão da revisão do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.**

A autorização legislativa referida no artigo 1.º é concedida no sentido de o Governo rever o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, nos seguintes termos:

1 - Estatuir que os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, nos litígios compreendidos pelo âmbito de jurisdição definido no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

2 - Estatuir que os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal são independentes e apenas estão sujeitos à lei e ao Direito;

3 - Fixar a competência dos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal para a apreciação de litígios que tenham por objecto questões relativas a:



- a) Tutela dos direitos fundamentais e outros direitos e interesses legalmente protegidos no âmbito de relações jurídico-administrativas;
  - b) Fiscalização da legalidade das normas e demais atos jurídicos emanados por órgão da Administração Pública ao abrigo de disposições de direito administrativo e fiscal;
  - c) Fiscalização da legalidade de atos administrativos praticados por quaisquer órgãos do Estado ou das Regiões Autónomas não integrados na Administração Pública;
  - d) Validade de atos pré-contratuais e à interpretação, validade e execução de contratos administrativos ou de quaisquer outros contratos celebrados, nos termos da legislação sobre contratação pública, por pessoas coletivas de direito público ou outras entidades adjudicantes;
  - e) Responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas de direito público, incluindo por danos resultantes do exercício das funções política, legislativa e jurisdicional;
  - f) Responsabilidade civil extracontratual dos titulares de órgãos, funcionários, agentes, trabalhadores e demais servidores públicos, incluindo ações de regresso;
  - g) Responsabilidade civil extracontratual dos demais sujeitos aos quais seja aplicável o regime específico da responsabilidade do Estado e demais pessoas coletivas de direito público;
  - h) Condenação à remoção de situações constituídas em via de facto, sem título que as legitime;
  - i) Condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial de direitos;
  - j) Fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e outras restrições de utilidade pública;
  - k) Relações jurídicas entre pessoas coletivas de direito público ou entre órgãos públicos regulados por disposições de direito administrativo e fiscal;
  - l) Prevenção, cessação e reparação de violações e bens constitucionalmente protegidos em matéria de saúde pública, habitação, educação, ambiente, ordenamento do território, urbanismo, qualidade de vida, património cultural e bens do estado, quando cometidas por entidades públicas;
  - m) Impugnações judiciais de decisões da Administração Pública que apliquem coimas, no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social, por violação de normas de direito administrativo em matéria de ambiente, ordenamento do território, urbanismo, património cultural e bens do Estado;
  - n) Contencioso eleitoral relativo a órgãos de pessoas coletivas de direito público para que não seja competente outro tribunal;
  - o) Execução de satisfação de obrigações ou respeito por limitações decorrentes de atos administrativos que não possam ser impostos coercivamente pela Administração, a qual, na ausência de legislação especial, se rege pelo disposto na lei processual civil;
  - p) Questões emergentes de relações jurídicas, administrativas e fiscais que não digam respeito às matérias previstas nas alíneas anteriores.
- 4 - No âmbito da competência referida no número anterior determinar que pertence à jurisdição administrativa e fiscal a competência para dirimir os litígios nos quais devem ser conjuntamente demandadas entidades públicas e privadas entre si ligadas por vínculos jurídicos de solidariedade, designadamente por terem concorrido em conjunto para a produção dos mesmos danos ou por terem celebrado entre si contrato de seguro de responsabilidade;

5 - Deixar de prever a exclusão da jurisdição administrativa relativa a fiscalização dos atos materialmente administrativos praticados pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;

6 - Rever o regime de desdobramento e agregação dos tribunais administrativos de círculo e tributários e de constituição de secções especializadas ou tribunais especializados;

7 - Rever o regime da presidência do Supremo Tribunal Administrativo e da composição das suas secções;

8 - Rever o regime das formações de julgamento no Supremo Tribunal Administrativo;

9 - Rever o regime da competência da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo nos processos em matéria administrativa relativos a ações ou omissões por forma a prever a sua competência relativamente ao Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, Tribunal de Contas, Supremo Tribunal Militar, Tribunais Centrais Administrativos e Tribunais da Relação, assim como dos respetivos Presidentes, Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, e respetivos Presidentes, bem como do Procurador-Geral da República;

10 - Fixar a competência do Plenário do Supremo Tribunal Administrativo para conhecer dos conflitos de competência entre tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários ou entre as Secções de Contencioso Administrativo e de Contencioso Tributário;

11 - Rever o regime de funcionamento dos tribunais administrativos de círculo prevendo que, excetuando os casos em que a lei processual administrativa preveja o julgamento em formação alargada, os tribunais administrativos de círculo funcionam apenas com juiz singular, competindo a cada juiz o

julgamento, de facto e de direito, dos processos que lhe sejam distribuídos;

12 - Rever o regime de nomeação dos presidentes dos tribunais administrativos de círculo, especificando que a sua nomeação por parte do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais para o exercício de funções de presidente em tribunais administrativos de círculo com mais de três juízes pressupõe habilitação prévia com curso de formação próprio ministrado pelo Centro de Estudos Judiciários, com identificação das respetivas áreas de competência, nos termos definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, que aprova o respetivo regulamento;

13 - Rever o regime da competência do presidente do tribunal administrativo de círculo, incluindo os seus poderes de representação e direção, de gestão processual, administrativa e funcionais;

14 - Rever o regime de competência dos tribunais administrativos de círculo;

15 - Rever o regime do funcionamento dos tribunais tributários;

16 - Aplicar aos presidentes dos tribunais tributários, quanto à nomeação e competência, o regime estabelecido no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais para os presidentes dos tribunais administrativos de círculo;

17 - Rever as funções do Ministério Público e a sua representação nos tribunais administrativos de círculo e tributários;

18 - Rever o regime do provimento das vagas de juízes nos tribunais administrativos de círculo e tributários e nos tribunais superiores;

19 - Rever o regime dos concursos para juízes do Supremo Tribunal Administrativo;

20 - Rever o regime dos concursos para juízes dos tribunais centrais administrativos;

21 - Rever o regime aplicável aos inspetores de que dispõe o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

#### **ARTIGO 4.º**

**Sentido e extensão da revisão do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, e da Lei n.º 19/2006, de 12 de junho.**

A autorização legislativa referida no artigo 1.º é concedida no sentido de o Governo rever os atos legislativos ora referidos, nos seguintes termos:

a) Alterar o artigo 285.º do Código dos Contratos Públicos prevendo a aplicabilidade aos contratos com objeto passível de ato administrativo do regime da invalidade previsto para o ato com o mesmo objeto e idêntica regulamentação da situação concreta, incluindo o prazo de arguição da anulabilidade total ou parcial dos demais contratos e a legitimidade da anulabilidade de quaisquer contratos por falta e vícios de vontade e respetivo prazo;

b) Alterar o artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, em matéria de intimação judicial para a prática do ato legalmente devido, prevendo a instrução do requerimento, o prazo para contestação da entidade requerida, o prazo para decisão judicial, os fundamentos da rejeição da intimação, a saber, falta de preenchimento dos pressupostos para a constituição do dever de decisão e por violação de disposições legais ou regulamentares, prazo a estabelecer na decisão para cumprimento do dever de decisão, incluindo a fixação de sanção pecuniária compulsória;

c) Alterar os artigos 12.º, 14.º, 15.º, 16.º e 19.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, prevendo-se que a ação popular administrativa pode revestir qualquer das formas previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, revendo-se o regime especial de representação processual nos processos que tenham por objeto a defesa de interesses individuais homogêneos, revendo-se, nestes processos, o regime da citação dos titulares dos interesses em causa que não sejam intervenientes nela para efeitos de passarem a intervir no processo e de aceitarem ser representados pelo autor ou se se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhes serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, revendo-se o estatuto do Ministério Público nas ações populares para efeitos de legitimidade ativa e dos poderes de representação e de intervenção processual que lhe são conferidos por lei, e revendo-se o regime dos efeitos das sentenças transitadas em julgado proferidas no âmbito de processo que tenham por objeto a defesa de interesses individuais homogêneos;

d) Alterar o artigo 15.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, prevendo que as ações para declaração de perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou entidades equiparadas têm carácter urgente e seguem os termos do processo do contencioso eleitoral previsto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

e) Alterar os artigos 14.º, 15.º, 23.º, 27.º e 31.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, prevendo, designadamente, a queixa para a CADA contra falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos, especificando-se que da prévia apresentação da referida queixa depende a possibilidade de dedução, junto dos tribunais administrativos, de pedido de intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem

de certidões, instrução da queixa, prazo da elaboração de relatório da

CADA sobre a situação em apreciação e o prazo para a entidade requerida facultar o acesso ao interessado quando a CADA entenda que tal acesso deve ser concedido, revendo-se o regime de intimação para a reutilização de documentos, e prevendo-se que a CADA pode delegar no seu presidente poderes para apreciar e decidir sobre questões que já tenham sido apreciadas pela CADA de modo reiterado;

f) Alterar o artigo 14.º da Lei n.º 19/2006, de 12 de junho, prevendo que no caso de não ser dada integral satisfação ao seu pedido de acesso, o interessado pode apresentar queixa à CADA e requerer ao tribunal administrativo competente a intimação da entidade requerida, nos termos previstos na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, dando-se a possibilidade de os terceiros lesados pela divulgação da informação também poderem recorrer aos meios de tutela previstos na lei.

## **ARTIGO 5.º**

### **Duração**

A presente autorização legislativa tem a duração de 180 dias.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros

O Primeiro-Ministro

O Ministro- Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Decreto-Lei n.º \_\_\_\_

1. A Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, que aprovou o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), previa, no seu artigo 4.º, que este Código seria revisto no prazo de três anos, a contar da data da sua entrada em vigor, que veio a ocorrer em 1 de janeiro de 2004.

Embora tenham sido, entretanto, recolhidos elementos sobre a aplicação do Código, designadamente no âmbito de uma discussão pública cuja realização foi promovida em 2007, e, desse modo, identificados muitos pontos carecidos de alteração, a verdade é que essa revisão não ocorreu até hoje.

Por outro lado, o Código de Processo Civil (CPC) foi recentemente objeto de uma reforma profunda, com a qual se impõe harmonizar o CPTA. E também a revisão do Código do Procedimento Administrativo, em diversos aspetos, se repercute no regime do CPTA.

É, pois, o momento de empreender uma revisão que não podia ser mais adiada. Aproveita-se, entretanto, a ocasião para introduzir modificações também julgadas oportunas e necessárias ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), assim como a alguns diplomas avulsos que disciplinam matéria processual administrativa ou que com esta são conexas.

2. Os aspetos mais significativos da presente revisão do CPTA dizem respeito à estrutura das formas do processo e respetivo regime.

Com efeito, o CPTA, no respeito pela tradição mais recente do contencioso administrativo português, assente na contraposição entre o recurso contencioso e o processo declarativo comum do CPC, tradicionalmente seguido no *contencioso das ações*, optou por estruturar os processos declarativos não-urgentes sobre um modelo dualista, de acordo com o qual, para além dos tipos circunscritos de situações de urgência, objeto de regulação própria, as causas deviam ser objeto da ação administrativa especial ou da ação administrativa comum, consoante, no essencial, se reportassem ou não a atos administrativos ou normas regulamentares.

A solução prestava-se a reparos, que se prendiam com a relativa incoerência e com a reduzida praticabilidade do modelo adotado.

Desde logo, relativa incoerência, na medida em que, embora a tramitação que o CPTA estabeleceu para a ação administrativa especial tenha sido, de algum modo, a sucessora daquela que, no regime precedente, correspondia ao recurso contencioso, a verdade é que, nos seus aspetos fundamentais, ela foi configurada por referência ao regime do processo declarativo comum do CPC, ao qual, por sua vez, também se reconduzia a forma da ação administrativa comum.

Esta circunstância tem várias explicações, mas a principal radica no princípio, que o Código assumiu como fundamental, nos artigos 4º e 5º, da livre acumulabilidade de pedidos. Com efeito, a introdução da possibilidade da dedução e apreciação, em cumulação de pedidos, de todos os pedidos que correspondem à ação administrativa comum no âmbito da ação administrativa especial, tornou inevitável a aproximação da tramitação desta última ao processo civil, indispensável para que tal fosse possível. Por isso, mais do que a sucessora do anterior recurso contencioso, a ação administrativa especial foi configurada como uma forma de processo primordialmente direcionada a harmonizar o modelo do CPC às especificidades próprias do processo administrativo.

Ora, uma forma de processo com estas características é suficiente, sem necessidade de um modelo dualista, para dar resposta a todos os processos declarativos não-urgentes do contencioso administrativo. Justifica-se, por isso, submeter todos os processos não-urgentes do contencioso administrativo a um único modelo de tramitação, que corresponde ao da anterior ação administrativa especial.

No sentido da consagração de um modelo único de tramitação dos processos não-urgentes concorre, por outro lado, do ponto

de vista da praticabilidade do sistema, a conveniência em dar resposta a dificuldades que a delimitação do âmbito de intervenção da ação administrativa comum e da ação administrativa especial colocava.

Basta pensar na dificuldade que, em muitas situações concretas, se coloca de saber se a Administração está investida do poder de praticar um ato administrativo impugnável, ou se o interessado pode propor uma ação de reconhecimento dos seus direitos ou interesses sem dependência da emissão desse ato. E na incoerência de se enquadrar o contencioso dos contratos no âmbito da ação administrativa comum e o dos atos administrativos no da ação administrativa especial, num contexto (tão diferente do tradicional) em que é admitida uma relativa fungibilidade entre as figuras do ato administrativo e do contrato.

Estas razões determinaram a opção de se abandonar o modelo dualista que o CPTA consagrava, extinguindo-se a forma da ação administrativa comum e reconduzindo-se todos os processos não-urgentes do contencioso administrativo a uma única forma de processo, a que é dada a designação de "ação administrativa".

Esta nova forma de processo é submetida ao regime que, até aqui, correspondia à ação administrativa especial, mas com as profundas alterações que decorrem da sua harmonização com o novo regime do CPC.

3. É no regime da nova "ação administrativa" que mais claramente se refletem as implicações no CPTA da recente reforma do CPC. O novo regime da "ação administrativa" introduz, assim, diversas inovações decorrentes do novo regime do CPC, sem deixar, no entanto, de procurar corresponder às especificidades do contencioso administrativo, que estão na base da existência de um Código próprio, procurando dar resposta a problemas que não se colocam em

processo civil e, nos restantes domínios, consagrando, quando tal se justifica, soluções diferenciadas, em que o regime do CPTA pontualmente se afasta daquele que resulta do CPC.

Deste ponto de vista, merecem, desde logo, referência o regime do novo artigo 78.º-A, que procura reforçar a tutela da posição do autor perante o encargo que lhe é imposto de indicar os contrainteresados na petição inicial, e a revisão do artigo 85.º, que procura consagrar um regime mais coerente no que respeita à intervenção do Ministério Público nos processos em que não é parte.

Por outro lado, devem ser mencionados os regimes dos artigos 82.º, n.º 4, que preserva a solução tradicional da não imposição do ónus de impugnação especificada, mas impõe o ónus de contestar; 85.º-A, que prevê a existência de réplica e, havendo reconvenção, de tréplica; 87.º-A a 87.º-C, que introduzem adaptações pontuais ao regime da audiência prévia e do saneador; 91.º e 91.º-A, que clarificam os termos em que se procede à realização de audiência final e em que pode haver lugar à apresentação de alegações escritas.

4. Ainda no que respeita às formas do processo, é introduzida nos artigos 97.º e 99.º a previsão de uma nova forma de processo urgente, dirigida a dar resposta célere e integrada aos litígios respeitantes a procedimentos de massa, em domínios como os dos concursos na Administração Pública e da realização de exames, com um elevado número de participantes. O novo regime dos procedimentos de massa visa assegurar a concentração num único processo, a correr num único tribunal, das múltiplas pretensões que os participantes nestes procedimentos pretendam deduzir no contencioso administrativo.

5. Nas restantes matérias, são três os domínios em que assumem maior relevo as alterações introduzidas no regime do CPTA.

5.1. O primeiro deles diz respeito ao novo regime do artigo 73.º, em matéria de impugnação das normas regulamentares, que, indo ao encontro das múltiplas críticas de que tinha sido objeto o regime anterior, procede à respetiva simplificação e clarificação, designadamente no que respeita às situações de dedução do incidente da invalidade de normas regulamentares em processos cujo objeto principal não lhes diz respeito. As alterações introduzidas neste domínio repercutem-se, naturalmente, no regime da suspensão da eficácia de normas regulamentares, previsto no artigo 130.º, que também é revisto em conformidade.

5.2. O segundo diz respeito ao contencioso pré-contratual urgente, regulado nos artigos 100.º e seguintes, cujo âmbito de aplicação é, desde logo, alargado, de modo a abranger o contencioso relativo à formação de todos os contratos compreendidos pelo âmbito de aplicação das diretivas da União Europeia em matéria de contratação pública e, por conseguinte, do Código dos Contratos Públicos.

No regime do contencioso pré-contratual urgente, é, desde logo, introduzida uma série de clarificações, que visam dar resposta a múltiplas questões que se vinham colocando na prática jurisprudencial, designadamente no que diz respeito ao regime a aplicar nas situações de cumulação de pedidos (artigo 100.º), à aplicabilidade do regime do artigo 45.º (artigo 102.º) e ao contencioso de impugnação do programa e demais documentos conformadores do procedimento pré-contratual, cujo regime era particularmente insuficiente e é, agora, objeto de regulação própria no artigo 103.º.

O aspeto mais relevante reside, no entanto, no novo artigo 103.º-A, que, no propósito de proceder finalmente à transposição das Diretivas Recursos, associa um efeito suspensivo automático à impugnação dos atos de adjudicação e introduz um regime inovador de adoção de medidas

provisórias no âmbito do próprio processo do contencioso pré-contratual.

5.3. O terceiro diz respeito aos processos cautelares, domínio no qual são introduzidas importantes inovações.

Assim, nos n.ºs 4 e 5 do artigo 113.º é introduzida a previsão da possibilidade da modificação objetiva ou subjetiva da instância, por alteração superveniente das circunstâncias ou por substituição do Ministério Público ao requerente primitivo.

Merecem maior destaque as soluções dirigidas a promover a agilidade dos processos cautelares, evitando a respetiva sobrecarga com produção desproporcionada e injustificada de prova. Inscrevem-se nessa perspetiva, as modificações introduzidas no artigo 118.º e, sobretudo, a eliminação do critério de atribuição de providências cautelares que se encontrava previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 120.º, e vinha sendo objeto de críticas e de uma aplicação jurisprudencial muito restritiva.

No propósito de introduzir maior equilíbrio no seu funcionamento, procede-se, por outro lado, à reconfiguração do regime do artigo 128.º, fazendo depender o levantamento da proibição automática de executar de decisão do juiz cautelar.

E revê-se o regime do artigo 131.º, clarificando diversos aspetos, relacionados com o momento e condições em que o decretamento provisório pode ocorrer e com a possibilidade de decretamento oficioso, e simplificando o regime do incidente.

6. São, entretanto, introduzidas outras inovações dignas de nota no regime do CPTA.

No n.º 3 do artigo 11.º, é flexibilizado o regime da representação do Estado nas ações de responsabilidade civil extracontratual e sobre contratos, no propósito de permitir ao

Estado encontrar, em função das circunstâncias específicas de cada litígio, a resposta mais adequada para assegurar a melhor defesa em juízo dos seus interesses.

No n.º 4 do artigo 20.º, consagra-se a solução que parece mais adequada a assegurar a proximidade territorial do tribunal em relação ao litígio.

No artigo 30.º, promove-se a publicidade do processo administrativo.

No artigo 48.º, para além de se proceder à clarificação de determinados aspetos de regime, procede-se à flexibilização e à ampliação do respetivo âmbito de aplicação.

No n.º 3 do artigo 58.º, é retomado o regime anterior ao CPTA, que assegura maior segurança e certeza num domínio tão importante como é o da contagem do prazo de impugnação dos atos administrativos, eliminando uma solução que não tinha racionalidade que a justificasse.

No n.º 4 do artigo 58.º, é flexibilizado o regime que, em circunstâncias determinadas, permite a impugnação de atos administrativos com fundamento em anulabilidade para além do prazo de três meses.

Nos artigos 64.º e 74.º procede-se à harmonização do CPTA com o novo regime introduzido pela revisão do CPA dos regimes respeitantes, respetivamente, à anulação e à sanção do ato administrativo impugnado durante a pendência do processo impugnatório, e aos prazos de impugnação das normas regulamentares.

Nos artigos 77.º-A e 77.º-B, procede-se à harmonização do regime da legitimidade e prazos para a impugnação de contratos com o novo regime que, por outro lado, é introduzido no artigo 285.º do Código dos Contratos Públicos, no sentido de se clarificar o regime de invalidade aplicável às situações de falta e vícios da vontade dos contratos administrativos.

No novo artigo 110.º-A, é regulada a possibilidade, sobre a qual o CPTA era, até aqui, omissa, da convalidação dos processos de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias em processos cautelares, quando não se preencham os exigentes pressupostos de que depende a admissibilidade dos primeiros.

No artigo 121.º, os pressupostos são flexibilizados no sentido de promover a economia processual.

No regime dos recursos jurisdicionais (artigos 140.º e seguintes), procede-se à harmonização com o novo regime do CPC e à clarificação de um conjunto de aspetos, em matéria de legitimidade para recorrer (artigo 141.º), sucumbência (artigo 142.º), despacho de admissão de recurso (artigos 144.º e 145.º), extensão dos poderes de cognição dos juízes de apelação e possibilidade da produção de prova no tribunal de recurso (artigo 149.º) e extensão dos poderes de pronúncia do tribunal de revista (artigo 150.º).

No artigo 151.º, flexibilizam-se os pressupostos do recurso *per saltum*, no sentido de ampliar o âmbito da sua aplicação.

No artigo 171.º, flexibilizam-se as condições em que se pode processar o pagamento da quantia devida no âmbito dos processos de execução para pagamento de quantia certa.

7. Procede-se, por outro lado, à clarificação de um conjunto de aspetos do regime do CPTA, em múltiplos domínios, desde há muito identificados na prática jurisprudencial, em que a sua aplicação suscitava dúvidas. Na maioria dos casos, as dúvidas eram devidas ao facto de o Código não prever situações que, na prática, se verificavam e, por isso, careciam de resposta. Mas também à existência de previsões ambíguas, cujo sentido urgia clarificar, ou à necessidade de harmonizar a redação de diferentes preceitos, desse modo eliminando equívocos.

Nesta perspetiva se inscrevem as alterações introduzidas nos artigos 10.º, n.ºs 2, 5 e 7, relacionadas com a legitimidade

passiva das Regiões Autónomas e dos Ministérios, em caso de cumulação de pedidos; 11.º, n.º 6, quanto ao modo de designação do mandatário judicial pelas entidades públicas; 14.º, quanto ao procedimento a adotar por tribunal incompetente; 16.º, quanto à determinação do tribunal da residência ou sede de diferentes autores; 19.º, quanto ao tribunal competente para as ações sobre contratos; 20.º, n.º 1, quanto ao âmbito de aplicabilidade desta norma; 20.º, n.ºs 8 e 9, quanto ao tribunal territorialmente competente para os processos de execução de sentenças e de atos administrativos dependentes de execução jurisdicional; 29.º, quanto aos prazos a observar por juízes e funcionários judiciais; 36.º, quanto ao regime a aplicar aos processos urgentes previstos em legislação avulsa; 39.º, quanto ao interesse qualificado em agir exigível nas ações de condenação à abstenção da prática de atos administrativos; 45.º e 45.º-A, quanto aos pressupostos e ao âmbito de aplicação do regime do artigo 45.º; 51.º, quanto aos requisitos gerais de impugnabilidade dos atos administrativos; 53.º, quanto ao regime de impugnabilidade dos atos confirmativos; 54.º, quanto ao regime de impugnabilidade dos atos ineficazes;

55.º e 68.º, quanto ao âmbito da legitimidade para impugnar atos administrativos, tanto do Ministério Público, como de órgãos em relação a atos de outros órgãos da mesma entidade pública; 56.º, quanto ao âmbito de aplicação do instituto da aceitação do ato administrativo; 59.º, n.º 1, quanto ao momento a partir do qual corre o prazo de impugnação dos atos administrativos ineficazes; 67.º e 69.º, quanto aos pressupostos de que depende a propositura da ação de condenação à prática de ato devido nos casos de ter havido um ato negativo nulo ou de se pretender a substituição de um ato de conteúdo positivo; 70.º, quanto à hipótese de a pretensão dirigida à substituição do ato de conteúdo positivo surgir na



pendência de ação inicialmente proposta em situação de silêncio da Administração.

8. No que respeita ao ETAF, clarificam-se, desde logo, os termos da relação que se estabelece entre o artigo 1.º e o artigo 4.º, no que respeita à determinação do âmbito da jurisdição administrativa e fiscal, e, por outro lado, dá-se mais um passo no sentido, encetado pelo atual ETAF, de fazer corresponder o âmbito da jurisdição aos litígios de natureza administrativa e fiscal que por ela devem ser abrangidos. Nesse sentido, estende-se o âmbito da jurisdição administrativa e fiscal às ações de condenação à remoção de situações constituídas pela Administração em via de facto, sem título que as legitime, de condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, de fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e outras restrições de utilidade pública, e de impugnação de decisões que apliquem coimas no âmbito do ilícito de mera ordenação social, por violação de normas de direito administrativo em matéria de ambiente, ordenamento do território, urbanismo, património cultural e bens do Estado.

Dando resposta a anseio já antigo, eliminam-se, no artigo 40.º, as exceções à regra de que os tribunais administrativos de círculo funcionam com juiz singular, a cada juiz competindo a decisão, de facto e de direito, dos processos que lhe sejam distribuídos.

Quanto ao mais, procede-se a diversos ajustamentos pontuais na estrutura do Supremo Tribunal Administrativo e no regime dos concursos para tribunais superiores, e procede-se à redefinição do regime aplicável aos presidentes dos tribunais de primeira instância.

9. As alterações a outros diplomas legais têm, em primeiro lugar, por objeto o artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de

16 de dezembro, no propósito de eliminar dúvidas que se têm colocado sobre o objeto do processo de intimação que ali se encontra previsto, clarificando a profunda diferença que separa este processo da ação de condenação à prática de ato devido, que se encontra consagrada no CPTA.

As alterações aos artigos 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º e 19.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, visam, por um lado, adequar o respetivo regime à estrutura das formas de processo que foi introduzida pelo CPTA, e, por outro lado, clarificar que não é aplicável à ação popular no contencioso administrativo o regime configurado naquela lei para as chamadas *class actions*, que têm por objeto a defesa de interesses individuais homogêneos.

A alteração do artigo 15.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, é orientada pelo propósito simplificador de deixar de fazer corresponder uma forma de processo específica às ações de declaração de perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou entidades equiparadas, submetendo essas ações, por remissão, aos termos do processo do contencioso eleitoral, previstos no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

As alterações aos artigos 14.º, 15.º, 23.º, 27.º e 31.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, e ao artigo 14.º da Lei n.º 19/2006, de 12 de junho, estão relacionadas com as alterações introduzidas no CPTA ao regime da intimação para prestação de informação, consulta de processos e passagem de certidões, envolvendo intervenção necessária da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos nas situações em que se faça valer o direito à informação não procedimental.

Assim, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º \_\_\_\_\_ e nos termos da alínea b) do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **Artigo 1.º**

### **Alterações ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

São alterados os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 14.º, 15.º, 16.º, 19.º, 20.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 29.º, 30.º, 31.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 41.º, 45.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 58.º, 59.º, 61.º, 63.º, 64.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 73.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 107.º, 109.º, 110.º, 111.º, 112.º, 113.º, 114.º, 116.º, 117.º, 118.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 126.º, 127.º, 128.º, 130.º, 131.º, 132.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º, 144.º, 145.º, 146.º, 149.º, 150.º, 151.º, 152.º, 157.º, 159.º, 161.º, 163.º, 164.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 176.º, 180.º, 185.º, 186.º, 187.º e 191.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e alterado pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro, que passam a ter a seguinte redação:

## **“Artigo 2.º**

[...]

1 - O princípio da tutela jurisdicional efetiva compreende o direito de obter, em prazo razoável, e mediante um processo equitativo, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, cada pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a possibilidade de a fazer executar e de obter as providências cautelares, antecipatórias ou conservatórias, destinadas a assegurar o efeito útil da decisão.

2 - A todo o direito ou interesse legalmente protegido corresponde a tutela adequada junto dos tribunais administrativos, designadamente para o efeito de obter:

- a) A anulação ou a declaração de nulidade ou de inexistência de atos administrativos;
- b) A condenação à prática de atos devidos, nos termos da lei ou de vínculo contratualmente assumido;
- c) A condenação à não emissão de atos administrativos, nas condições previstas neste Código;
- d) A declaração de ilegalidade de normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- e) A condenação à emissão de normas devidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- f) O reconhecimento de situações jurídicas subjetivas diretamente decorrentes de normas jurídico-administrativas ou de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- g) O reconhecimento de qualidades ou do preenchimento de condições;
- h) A condenação à adoção ou abstenção de comportamentos, pela Administração Pública ou por particulares;
- i) A condenação da Administração à adoção das condutas necessárias ao restabelecimento de direitos ou interesses violados, incluindo em situações de via de facto, desprovidas de título que as legitime;
- j) A condenação da Administração ao cumprimento de deveres de prestar que diretamente decorram de normas jurídico-administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável, ou que tenham sido constituídos por atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo, e que podem ter objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto;
- k) A condenação à reparação de danos causados por pessoas coletivas e pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes;

- l) A condenação ao pagamento de indenizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial de direitos;
- m) A fixação da justa indenização devida por expropriações, servidões e restrições de utilidade pública;
- n) A apreciação de questões relativas à interpretação, validade ou execução de contratos;
- o) O ressarcimento devido em situações de enriquecimento sem causa;
- p) A intimação da Administração a prestar informações, permitir a consulta de documentos ou passar certidões;
- q) A adoção das providências cautelares adequadas para assegurar o efeito útil das decisões a proferir em processo declarativo.

### **Artigo 3.º**

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 - Os tribunais administrativos asseguram os meios declarativos urgentes necessários à obtenção da tutela adequada em situações de constrangimento temporal, assim como os meios cautelares destinados à salvaguarda da utilidade das sentenças a proferir nos processos declarativos.

### **Artigo 4.º**

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 - Havendo cumulação sem que entre os pedidos exista a conexão exigida, o juiz notifica o autor ou autores para, no prazo de dez dias, indicarem o pedido que pretendem ver

apreciado no processo, sob cominação de, não o fazendo, haver absolvição da instância quanto a todos os pedidos.

4 - No caso de absolvição da instância por ilegal cumulação de pedidos, podem ser apresentadas novas petições no prazo de um mês a contar do trânsito em julgado, considerando-se estas apresentadas na data de entrada da primeira, para efeitos de tempestividade da sua apresentação.

### **Artigo 5.º**

[...]

1 - Nos casos em que a pelo menos um dos pedidos cumulados corresponda, nos termos deste Código, uma das formas da ação administrativa urgente, é observada esta forma de processo, com as adaptações que se revelem necessárias, devendo as adaptações que impliquem menor celeridade do processo cingir-se ao estritamente indispensável.

2 - Quando algum dos pedidos cumulados não pertença ao âmbito da competência dos tribunais administrativos, há lugar à absolvição da instância relativamente a esse pedido.

### **Artigo 8.º**

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

a) [...].

b) [...].

c) [...].

d) [...].

5 – Todas as entidades públicas ou privadas devem prestar a sua colaboração ao Ministério Público com vista ao exercício

das suas funções através dos meios processuais do contencioso administrativo.

#### **Artigo 9.º**

[...]

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e no capítulo II do Título II, o autor é considerado parte legítima quando alegue ser parte na relação material controvertida.

2 - Independentemente de ter interesse pessoal na demanda, qualquer pessoa, bem como as associações e fundações defensoras dos interesses em causa, as autarquias locais e o Ministério Público têm legitimidade para propor e intervir, nos termos previstos na lei, em processos principais e cautelares destinados à defesa de valores e bens constitucionalmente protegidos, como a saúde pública, o ambiente, o urbanismo, o ordenamento do território, a qualidade de vida, o património cultural e os bens do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, assim como para promover a execução das correspondentes decisões judiciais.

#### **Artigo 10.º**

[...]

1 — [...].

2 - Nos processos intentados contra entidades públicas, parte demandada é a pessoa coletiva de direito público, salvo nos processos contra o Estado ou as Regiões Autónomas que se reportem à ação ou omissão de órgãos integrados nos respetivos ministérios ou secretarias regionais, em que parte demandada é o ministério ou ministérios, ou a secretaria ou secretarias regionais, a cujos órgãos sejam imputáveis os atos praticados ou sobre cujos órgãos recaia o dever de praticar os atos jurídicos ou observar os comportamentos pretendidos.

3 — [...].

4 - O disposto nos dois números anteriores não obsta a que se considere regularmente proposta a ação quando na petição tenha sido indicado como parte demandada um órgão pertencente à pessoa coletiva de direito público, ao ministério ou à secretaria regional que devem ser demandados.

5 - Quando, na situação prevista no número anterior, a citação for feita ao órgão indicado na petição, considera-se citada a pessoa coletiva, o ministério ou a secretaria regional a que o órgão pertence.

6 - Havendo cumulação de pedidos deduzidos contra diferentes pessoas coletivas ou ministérios, devem ser demandados as pessoas coletivas ou os ministérios contra quem sejam dirigidas as pretensões formuladas.

7 — Quando o pedido principal deva ser deduzido contra um Ministério, este também tem legitimidade passiva em relação aos pedidos que com aquele sejam cumulados.

8 - Nos processos respeitantes a litígios entre órgãos da mesma pessoa coletiva, a ação é proposta contra o órgão cuja conduta deu origem ao litígio.

9 - Podem ser demandados particulares ou concessionários, no âmbito de relações jurídico-administrativas que os envolvam com entidades públicas ou com outros particulares.

10 - Sem prejuízo da aplicação subsidiária, quando tal se justifique, do disposto na lei processual civil em matéria de intervenção de terceiros, quando a satisfação de uma ou mais pretensões deduzidas contra uma entidade pública exija a colaboração de outra ou outras entidades, cabe à entidade demandada promover a respetiva intervenção no processo.

#### **Artigo 11.º**

##### **Patrocínio judiciário e representação em juízo**

1 — [...].

2 - As entidades públicas podem fazer-se patrocinar em todos os processos por advogado ou licenciado em Direito com funções de apoio jurídico.

3 - Nas ações propostas contra o Estado em que o pedido principal tenha por objeto relações contratuais ou de responsabilidade, o Estado é representado pelo Ministério Público, sem prejuízo da possibilidade de patrocínio por mandatário judicial próprio nos termos do número anterior, cessando a intervenção principal do Ministério Público logo que aquele esteja constituído.

4 - Para os efeitos do disposto no número anterior, a citação do Estado é feita ao Ministério Público e a propositura da ação é notificada oficiosamente à Presidência do Conselho de Ministros.

5 - Nas ações propostas contra as Regiões Autónomas, é citada a Presidência do Governo Regional, a cujo responsável máximo pelos serviços jurídicos compete proceder à designação do respetivo mandatário judicial.

6 - Nas ações propostas contra as demais pessoas coletivas de direito público e contra os ministérios e as secretarias regionais, o poder de designar o respetivo mandatário judicial compete ao responsável máximo pelos serviços jurídicos da pessoa coletiva, do ministério ou da secretaria regional em causa, salvo:

a) Nas ações em que esteja em causa a atuação ou omissão de um órgão subordinado a poderes hierárquicos, em que a designação do mandatário judicial pode ser feita por esse órgão;

b) Nas ações em que esteja em causa a atuação ou omissão de uma autoridade administrativa independente destituída de personalidade jurídica ou de qualquer órgão que não se encontre integrado numa estrutura hierárquica, em que a

designação do mandatário judicial deve ser feita por essa entidade.

## **Artigo 12.º**

### **Coligação**

1 – [...]:

a) [...];

b) [...].

2 - Nos processos impugnatórios, é possível a coligação de diferentes autores na impugnação, seja de um único, seja de vários atos jurídicos, desde que se preencha qualquer dos pressupostos estabelecidos no número anterior.

3 – [...].

4 – [...].

## **Artigo 14.º**

[...]

1 - Quando a petição seja dirigida a tribunal incompetente, o processo é oficiosamente remetido, por via eletrónica, ao tribunal administrativo ou tributário competente.

2 - Quando a petição seja dirigida a tribunal incompetente, sem que o tribunal competente pertença à jurisdição administrativa e fiscal, pode o interessado, no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão que declare a incompetência, requerer a remessa do processo ao tribunal competente, com indicação do mesmo.

3 – [...].

## **Artigo 15.º**

### **Apreciação de questões prejudiciais**

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 16.º**

[...]

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes e das soluções que resultem da distribuição das competências em função da hierarquia, os processos são intentados no tribunal da área da residência habitual ou da sede do autor.

2 - Havendo pluralidade de autores, a ação pode ser proposta no tribunal da área da residência habitual ou da sede de qualquer deles.

#### **Artigo 19.º**

[...]

1 - As pretensões relativas a contratos são deduzidas no tribunal do lugar de cumprimento do contrato.

2 - Se as partes convencionarem o tribunal perante o qual se comprometem a deduzir as suas pretensões relativas ao contrato, o tribunal competente para o efeito é o tribunal convencionado.

3 - As ações emergentes de contrato de trabalho em funções públicas intentadas por trabalhador contra a entidade patronal podem ser propostas no tribunal do lugar da prestação de trabalho ou do domicílio do autor.

#### **Artigo 20.º**

[...]

1 - Os processos respeitantes à prática ou omissão de normas e atos administrativos das Regiões Autónomas e das autarquias locais, assim como das entidades por elas instituídas, e das pessoas colectivas de utilidade pública são intentados no tribunal da área da sede da entidade demandada.

2 — *[Revogado]*.

3 — [...].

4 - O conhecimento dos pedidos de intimação para prestação de informações, consulta de documentos e passagem de certidões é da competência do tribunal da área onde deva ter lugar a prestação pretendida.

5 — [...].

6 — [...].

7 — [...].

8 - A competência territorial para os processos executivos é determinada nos termos da lei processual civil.

9 - Para a execução jurisdicional de atos administrativos que não possam ser impostos coercivamente pela Administração, o tribunal competente é o da área da sede da residência ou sede do executado ou da localização dos bens a executar.

#### **Artigo 23.º**

##### **Regime aplicável**

É subsidiariamente aplicável ao processo administrativo o disposto na lei processual civil em matéria de entrega ou remessa das peças processuais, duplicados dos articulados, cópias dos documentos apresentados e modo de realização das citações e notificações.

#### **Artigo 24.º**

##### **Realização de atos processuais e apresentação de documentos por via eletrónica**

1 - Os atos processuais, incluindo os atos das partes que devam ser praticados por escrito e a tramitação do processo, são efectuados electronicamente, nos termos a definir por portaria do membro do governo responsável pela área da justiça.

2 - A apresentação de peças processuais e documentos por via electrónica dispensa a sua remessa ao tribunal em suporte de papel, assim como dos respectivos duplicados e cópias, sem

prejuízo da possibilidade de o juiz exigir a apresentação do original, nos casos e termos previstos na lei processual civil.

3 - Quando a petição for apresentada por via eletrónica, o sistema informático assegura automaticamente a notificação por via eletrónica das entidades públicas ou dos órgãos nela indicados, sem necessidade de despacho do juiz, salvo nos casos expressamente previstos em que há lugar a despacho liminar.

4 - Na situação prevista no número anterior, a entidade pública demandada fica obrigada a apresentar as suas peças processuais, o eventual processo instrutor e demais documentos por via eletrónica, nas condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, devendo o autor, sempre que possível, receber as notificações judiciais pela mesma via, de modo automático.

#### **Artigo 25.º**

##### **Citações e notificações**

1 - Salvo disposição em contrário, as citações editais são realizadas mediante a publicação de anúncio em página informática de acesso público, nos termos de portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

2 - Em todas as formas de processo, todos os articulados e requerimentos autónomos apresentados após a notificação ao autor da contestação do demandado são notificados pelo mandatário judicial do apresentante ao mandatário judicial da contraparte nos termos da lei processual civil.

3 - A notificação prevista no número anterior pode realizar-se por meios eletrónicos, nos termos de portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

#### **Artigo 26.º**

##### **Distribuição**

1 - O sistema informático dos tribunais administrativos e fiscais assegura a distribuição diária dos processos e demais documentos sujeitos a distribuição, que se realiza automaticamente por forma eletrónica.

2 - Para o efeito do disposto no número anterior, são previamente introduzidos no sistema os dados necessários, determinados no respeito pelo princípio da imparcialidade e do juiz natural, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Espécies de processos classificados segundo critérios a definir pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, sob proposta do presidente do tribunal;
- b) Carga de trabalho dos juízes e respetiva disponibilidade para o serviço;
- c) Tipo de matéria a apreciar, desde que, no tribunal, haja um mínimo de três juízes afetos à apreciação de cada tipo de matéria.

#### **Artigo 29.º**

[...]

1 — [...].

2 - *[Revogado]*.

3 - São aplicáveis aos processos nos tribunais administrativos, em primeira instância ou em via de recurso, os prazos estabelecidos na lei processual civil para juízes e funcionários, com as devidas consequências legais.

#### **Artigo 30.º**

[...]

1 - O processo administrativo é público, com as restrições previstas na lei, processando-se o acesso nos termos e condições previstos na lei processual civil.

2 - Os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, assim como os dos Tribunais Centrais Administrativos e dos tribunais

administrativos de círculo que tenham transitado em julgado, são objeto de publicação obrigatória por via informática, em base de dados de jurisprudência.

3 - Do tratamento informático devem constar pelo menos a identificação do tribunal que proferiu a decisão e dos juízes que a subscreveram, a data e o sentido e os fundamentos da decisão.

4 - Dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e dos Tribunais Centrais Administrativos é enviada cópia em suporte informático à Imprensa Nacional no mês imediato ao da sua data, para publicação em apêndice ao *Diário da República*, salvo os de natureza meramente interlocutória ou simplesmente repetitivos de outros anteriores.

5 – [...].

6 – [...].

7 – [...].

8 – [...].

#### **Artigo 31.º**

[...]

1 – [...].

2 - Atende-se ao valor da causa para determinar se cabe recurso da sentença proferida em primeira instância e que tipo de recurso.

#### **Artigo 33.º**

[...]

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) Quando estejam em causa atos ablativos ou limitativos da propriedade ou de outros direitos reais, assim como outros

direitos de valor patrimonial, o valor da causa é determinado pelo valor do direito sacrificado.

## **SECÇÃO II**

### **DAS FORMAS DE PROCESSO**

#### **Artigo 35.º**

##### **Formas de Processo**

1 - O processo declarativo nos Tribunais Administrativos rege-se pelo disposto nos Títulos II e III e pelas disposições gerais, sendo-lhe subsidiariamente aplicável o disposto na lei processual civil.

2 - *[Revogado]*.

#### **Artigo 36.º**

[...]

1 – [...];

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...].

2 - Os processos urgentes e respectivos incidentes correm em férias, com dispensa de vistos prévios, mesmo em fase de recurso jurisdicional, e os atos da secretaria são praticados no próprio dia, com precedência sobre quaisquer outros.

3 - O julgamento dos processos urgentes tem lugar, com prioridade sobre os demais,

logo que o processo esteja pronto para decisão.

4 - Na falta de especificação própria quanto à respetiva tramitação, os processos urgentes previstos em lei especial seguem os termos da ação administrativa, com os prazos



reduzidos a metade, regendo-se, quanto ao mais, pelo disposto nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo e, em fase de recurso jurisdicional, pelo disposto no artigo 147.º.

## **TÍTULO II**

### **DA AÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

###### **Artigo 37.º**

[...]

1 - Seguem a forma da ação administrativa, com a tramitação regulada no Capítulo III do presente Título, os processos que tenham por objeto litígios cuja apreciação se inscreva no âmbito da competência dos tribunais administrativos e que, nem neste Código, nem em legislação avulsa, sejam objecto de regulação especial.

2 - Seguem, designadamente, a forma da ação administrativa os processos que tenham por objecto litígios relativos a:

- a) Impugnação de atos administrativos;
- b) Condenação à prática de atos administrativos devidos, nos termos da lei ou de vínculo contratualmente assumido;
- c) Condenação à não emissão de atos administrativos;
- d) Impugnação de normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- e) Condenação à emissão de normas devidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- f) Reconhecimento de situações jurídicas subjetivas diretamente decorrentes de normas jurídico-administrativas ou de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo;

g) Reconhecimento de qualidades ou do preenchimento de condições;

h) Condenação à adoção ou abstenção de comportamentos pela Administração Pública ou por particulares;

i) Condenação da Administração à adoção das condutas necessárias ao restabelecimento de direitos ou interesses violados, incluindo em situações de via de facto, desprovidas de título que as legitime;

j) Condenação da Administração ao cumprimento de deveres de prestar que diretamente decorram de normas jurídico-administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável, ou que tenham sido constituídos por atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo, e que podem ter por objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto;

k) Responsabilidade civil das pessoas coletivas, bem como dos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, incluindo ações de regresso;

l) Condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial de direitos;

m) Interpretação, validade ou execução de contratos;

n) Enriquecimento sem causa;

o) Relações jurídicas entre entidades administrativas.

3 — [...].

4 - Os processos para fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e restrições de utilidade pública regem-se pelo disposto no Código das Expropriações.

###### **Artigo 38.º**

[...]

1 — [...].

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, não pode ser obtido por outros meios processuais o efeito que resultaria da anulação do ato inimpugnável.

## **Artigo 39.º**

### **Interesse processual**

1 - Os pedidos de simples apreciação podem ser deduzidos por quem invoque utilidade ou vantagem imediata, para si, na providência jurisdicional pretendida, designadamente por existir uma situação de incerteza, de ilegítima afirmação por parte da Administração da existência de determinada situação jurídica, como nos casos de inexistência de ato administrativo, ou o fundado receio de que a Administração possa vir a adoptar uma conduta lesiva, fundada numa avaliação incorrecta da situação jurídica existente.

2 - A condenação à não emissão de actos administrativos só pode ser pedida quando seja provável a emissão de actos lesivos de direitos ou interesse legalmente protegidos e a utilização dessa via se mostre imprescindível.

## **Artigo 41.º**

### **Prazos**

Sem prejuízo do disposto na lei substantiva e no capítulo seguinte, a acção administrativa pode ser proposta a todo o tempo.

## **Artigo 45.º**

### **Convolação do processo**

1 - Quando se verifique que a pretensão do autor é fundada, mas que à satisfação dos seus interesses obsta, no todo ou em parte, a existência de uma situação de impossibilidade absoluta ou a entidade demandada demonstre que o cumprimento dos deveres a que seria condenada originaria um

excepcional prejuízo para o interesse público, o tribunal profere decisão na qual:

- a) Reconhece o bem fundado da pretensão do autor;
- b) Reconhece a existência da circunstância que obsta, no todo ou em parte, à emissão da pronúncia solicitada;
- c) Reconhece o direito do autor a ser indemnizado por esse facto; e
- d) Convida as partes a acordarem no montante da indemnização devida no prazo de 30 dias, que pode ser prorrogado até 60 dias, caso seja previsível que o acordo venha a concretizar-se dentro daquele prazo.

2 - Na falta do acordo a que se refere a alínea d) do n.º 1, o autor pode requerer, no prazo de um mês, a fixação judicial da indemnização devida, mediante a apresentação de articulado devidamente fundamentado, devendo o tribunal, nesse caso, ouvir a outra parte pelo prazo de 10 dias e ordenar as diligências instrutórias que considere necessárias.

3 - Na hipótese prevista no número anterior, o autor pode optar por pedir a reparação de todos os danos resultantes da actuação ilegítima da entidade demandada, hipótese na qual esta é notificada para contestar o novo pedido no prazo de 30 dias, findo o que a acção segue os subsequentes termos da acção administrativa.

4 - O disposto no presente artigo não é aplicável quando o autor já tinha cumulado na acção o pedido de reparação de todos os danos resultantes da actuação ilegítima da entidade demandada, hipótese na qual o tribunal convida o autor a ampliar o pedido indemnizatório já deduzido, de modo a nele incluir o montante da indemnização devida pela ocorrência das situações previstas no n.º 1.

## **Artigo 46.º [Revogado]**

## **Artigo 47.º [Revogado]**

## **Artigo 48.º**

[...]

1 - Quando, num mesmo tribunal, sejam intentados mais de dez processos que, embora referidos a diferentes pronúncias da mesma entidade administrativa, digam respeito à mesma relação jurídica material ou, ainda que respeitantes a diferentes relações jurídicas coexistentes em paralelo, sejam susceptíveis de ser decididos com base na aplicação das mesmas normas a situações de facto do mesmo tipo, o presidente do tribunal deve determinar, ouvidas as partes, que seja dado andamento a apenas um ou alguns deles, que, neste último caso, são apensados num único processo, e se suspenda a tramitação dos demais.

2 – [...].

3 – [...].

4 - O disposto nos números anteriores também é aplicável quando a situação se verifique no conjunto de diferentes tribunais, podendo o impulso partir do presidente de qualquer dos tribunais envolvidos ou de qualquer das partes nos processos em causa.

5 - A aplicação do regime do presente artigo a situações de processos em massa existentes em diferentes tribunais, segundo o previsto no número anterior, é determinada pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, a quem compete estabelecer qual ou quais os processos aos quais deve ser dado andamento, com suspensão dos demais, oficiosamente ou mediante proposta dos presidentes dos tribunais envolvidos.

6 - Ao processo ou processos seleccionados segundo o disposto no n.º 1 é aplicável o disposto neste Código para os processos

urgentes e no seu julgamento intervêm todos os juízes do tribunal ou da secção.

7 - Quando, no processo seleccionado, seja emitida pronúncia transitada em julgado, as partes nos processos suspensos são notificadas da decisão, podendo o autor nesses processos optar, no prazo de trinta dias, por:

- a) Desistir do pedido;
- b) Requerer ao tribunal a extensão ao seu caso dos efeitos da sentença proferida, deduzindo qualquer das pretensões enunciadas nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 176.º;
- c) Requerer a continuação do seu próprio processo;
- d) Recorrer da sentença proferida no processo seleccionado quando esta não tenha sido objeto de recurso.

8 - Quando seja apresentado o requerimento a que se refere a alínea b) do número anterior, seguem-se, com as devidas adaptações, os trâmites previstos nos artigos 177.º a 179.º.

9 - Se o recurso previsto na alínea d) do n.º 7 vier a ser julgado procedente, pode o autor exercer a faculdade prevista na alínea b) do mesmo número, sendo também neste caso aplicável o disposto no número anterior.

## **CAPÍTULO II**

### **DISPOSIÇÕES PARTICULARES**

#### **SECÇÃO I**

#### **IMPUGNAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

## **Artigo 50.º**

[...]

1 - A impugnação de um acto administrativo tem por objecto a anulação ou a declaração de nulidade desse acto.

2 - Sem prejuízo das demais situações previstas na lei, a impugnação de um acto administrativo suspende a eficácia

desse acto quando esteja apenas em causa o pagamento de uma quantia certa, sem natureza sancionatória, e tenha sido prestada garantia por qualquer das formas previstas na lei tributária.

3 - A impugnação de actos lesivos exprime a intenção, por parte do autor, de exercer o direito à reparação dos danos que tenha sofrido, para o efeito de interromper a prescrição deste direito, nos termos gerais.

## **SUBSECÇÃO I**

### **DO ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNÁVEL**

#### **Artigo 51.º**

[...]

1 - Ainda que não ponham termo a um procedimento, são impugnáveis todas as decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta, incluindo as proferidas por autoridades não integradas na Administração Pública e por entidades privadas que atuem no exercício de poderes jurídico-administrativos.

2 - Também são impugnáveis:

- a) As decisões tomadas no âmbito de procedimentos administrativos sobre questões que não possam ser de novo apreciadas em momento subsequente do mesmo procedimento;
- b) As decisões tomadas em relação a outros órgãos da mesma pessoa coletiva, passíveis de comprometer as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos segundos para a prossecução de interesses pelos quais esses órgãos sejam diretamente responsáveis.

3 - Os atos impugnáveis de harmonia com o disposto nos números anteriores que não ponham termo a um

procedimento só podem ser impugnados durante a pendência do mesmo, sem prejuízo da faculdade de impugnação do ato final com fundamento em ilegalidades cometidas durante o procedimento, salvo quando essas ilegalidades digam respeito a ato que tenha determinado a exclusão do interessado do procedimento ou a ato que lei especial submeta a um ónus de impugnação autónoma.

4 - Se contra um ato de indeferimento ou de recusa de apreciação de requerimento não tiver sido deduzido o adequado pedido de condenação à prática de ato devido, o tribunal convida o autor a substituir a petição, para o efeito de deduzir o referido pedido.

5 - Na hipótese prevista no número anterior, quando haja lugar à substituição da petição, considera-se a nova petição apresentada na data do primeiro registo de entrada, sendo a entidade demandada e os contra-interessados de novo citados para contestar.

#### **Artigo 53.º**

##### **Impugnação de atos confirmativos**

1 - Não são impugnáveis os atos confirmativos, entendendo-se como tal os atos que se limitem a reiterar, com os mesmos fundamentos, decisões contidas em atos administrativos anteriores.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos em que o interessado não tenha tido o ónus de impugnar o ato confirmado, por não se ter verificado, em relação a este ato, qualquer dos factos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 59.º.

3 - Os atos jurídicos de execução de atos administrativos só são impugnáveis por vícios próprios, na medida em que tenham um conteúdo decisório de carácter inovador.

#### **Artigo 54.º**

[...]

1 - Os atos administrativos só podem ser impugnados a partir do momento em que produzam efeitos.

2 - O disposto no número anterior não exclui a faculdade de impugnação de atos que não tenham começado a produzir efeitos jurídicos quando:

a) [...];

b) Seja seguro ou muito provável que o ato produza efeitos, designadamente por a ineficácia se dever apenas ao facto de o ato se encontrar dependente de termo inicial ou de condição suspensiva cuja verificação seja provável, nomeadamente por depender da vontade do beneficiário do ato.

3 - O disposto na alínea a) do número anterior não impede a utilização de outros meios de tutela contra a execução ilegítima do ato ineficaz.

## **SUBSECÇÃO II**

### **DA LEGITIMIDADE**

#### **Artigo 55.º**

[...]

1 - [...];

a) [...];

b) O Ministério Público, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º;

c) Entidades públicas e privadas, quanto aos direitos e interesses que lhes cumpra defender;

d) Órgãos administrativos, relativamente a atos praticados por outros órgãos da mesma pessoa coletiva pública que alegadamente comprometam as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos primeiros para a

prossecução de interesses pelos quais esses órgãos sejam directamente responsáveis;

e) [...];

f) [...].

2 - A qualquer eleitor, no gozo dos seus direitos civis e políticos, é permitido impugnar as decisões e deliberações adoptadas por órgãos das autarquias locais sediadas na circunscrição onde se encontre recenseado, assim como das entidades instituídas por autarquias locais ou que destas dependam.

3 - [...].

#### **Artigo 56.º**

[...]

1 - Não pode impugnar um acto administrativo com fundamento na sua mera anulabilidade quem o tenha aceite, expressa ou tacitamente, depois de praticado.

2 - [...].

3 - [...].

## **SUBSECÇÃO III**

### **DOS PRAZOS DE IMPUGNAÇÃO**

#### **Artigo 58.º**

[...]

1 - [...].

2 - [...];

a) [...];

b) [...].

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 59.º, os prazos estabelecidos no número anterior contam-se nos termos do artigo 279.º do Código Civil.

4 - A impugnação é admitida, para além do prazo previsto na alínea b) do n.º 2:

- a) Nas situações em que ocorra justo impedimento, nos termos previstos na lei processual civil;
- b) No prazo de três meses, contado da data da cessação do erro, quando se demonstre, com respeito pelo contraditório, que, no caso concreto, a tempestiva apresentação da petição não era exigível a um cidadão normalmente diligente, por a conduta da Administração ter induzido o interessado em erro; ou
- c) Quando, não tendo ainda decorrido um ano sobre a data da prática do ato ou da sua publicação, quando obrigatória, o atraso deva ser considerado desculpável, atendendo à ambiguidade do quadro normativo aplicável ou às dificuldades que, no caso concreto, se colocavam quanto à identificação do ato impugnável, ou à sua qualificação como ato administrativo ou como norma.

#### **Artigo 59.º**

[...]

1 - Sem prejuízo da faculdade de impugnação em momento anterior, dentro dos condicionalismos do artigo 54.º, os prazos de impugnação só começam a correr na data da ocorrência dos factos previstos nos números seguintes se, nesse momento, o ato a impugnar já for eficaz, contando-se tais prazos, na hipótese contrária, desde o início da produção de efeitos do ato.

2 - O prazo para a impugnação pelos destinatários a quem o ato administrativo deva ser notificado só corre a partir da data da notificação, ainda que o ato tenha sido objeto de publicação, mesmo que obrigatória.

3 - O prazo para a impugnação por quaisquer outros interessados começa a correr a partir de qualquer dos seguintes factos:

- a) Quando os atos tenham de ser publicados, da data em que o ato publicado deva produzir efeitos;
- b) Quando os atos não tenham de ser publicados, da data da notificação, da publicação, ou do conhecimento do ato ou da sua execução, consoante o que ocorra em primeiro lugar.

4 — [...].

5 — [...].

6 — [...].

#### **SUBSECÇÃO IV**

#### **DA INSTÂNCIA**

#### **Artigo 61.º**

[...]

1 — Quando sejam separadamente intentados diferentes processos impugnatórios em situações em que seja admitida a cumulação de impugnações, a apensação dos processos deve ser ordenada no que foi interposto em primeiro lugar, nos termos do artigo 28.º.

2 — [...].

#### **Artigo 63.º**

#### **Ampliação da instância**

1 — Até ao encerramento da discussão em primeira instância, o objecto do processo pode ser ampliado à impugnação de atos que venham a surgir no âmbito ou na sequência do procedimento em que o acto impugnado se insere, assim como à formulação de novas pretensões que com aquela possam ser cumuladas.

2 — [...].

3 — [...].

4 — A ampliação da instância é requerida pelo autor em articulado próprio, que é notificado à entidade demandada e aos contrainteresados, para que se pronunciem no prazo de dez dias.

#### **Artigo 64.º**

##### **Anulação administrativa, sanção e revogação do ato impugnado com efeitos retroativos**

1 — Quando, na pendência do processo, o ato impugnado seja objeto de anulação administrativa acompanhada de nova regulação, pode o autor requerer que o processo prossiga contra o novo ato, com a faculdade de alegação de novos fundamentos e do oferecimento de diferentes meios de prova.

2 — O requerimento a que se refere o número anterior deve ser apresentado no prazo de impugnação do ato anulatório e antes do trânsito em julgado da decisão que julgue extinta a instância.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável a todos os casos em que o ato impugnado seja, total ou parcialmente, alterado ou substituído por outro com os mesmos efeitos, e ainda no caso de o ato anulatório já ter sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou devesse ter conhecimento.

4 — Se o ato anulado na pendência de processo, nos termos da parte final do número anterior, vier a ser substituído por outro após o termo do processo, o autor pode requerer, dentro do prazo de impugnação contenciosa, a reabertura do processo contra o novo ato, com a faculdade de oferecer novos meios de prova.

5 — O disposto nos números anteriores é também aplicável aos casos de revogação do ato com efeitos retroativos.

6 — Quando, na pendência de processo de impugnação de ato que tenha determinado a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, for proferido ato com o alcance de sanar os efeitos do ato impugnado, o autor pode requerer a anulação dos efeitos lesivos produzidos por aquele ato durante o período de tempo que precedeu a respetiva sanção.

#### **Artigo 67.º**

[...]

1 — A condenação à prática de ato administrativo pode ser pedida quando, tendo sido apresentado requerimento que constitua o órgão competente no dever de decidir:

- a) Não tenha sido proferida decisão dentro do prazo legalmente estabelecido;
- b) Tenha sido praticado ato administrativo de indeferimento ou de recusa de apreciação do requerimento;
- c) Tenha sido praticado ato administrativo de conteúdo positivo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado.

2 — [...].

3 — [...].

4 — A condenação à prática de acto administrativo também pode ser pedida sem ter apresentado requerimento, quando:

- a) Não tenha sido cumprido o dever de emitir um ato administrativo que resultava directamente da lei;
- b) Se pretenda obter a substituição de um ato administrativo de conteúdo positivo.

#### **Artigo 68.º**

[...]

1 — Tem legitimidade para pedir a condenação à prática de um ato administrativo:

a) [...];

b) O Ministério Público, sem necessidade da apresentação de requerimento, quando o dever de praticar o ato resulte directamente da lei e esteja em causa a ofensa de direitos fundamentais, a defesa de interesses públicos especialmente relevantes ou de qualquer dos valores e bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º;

c) Entidades públicas ou privadas, quanto aos direitos e interesses que lhes cumpra defender;

d) Órgãos administrativos, relativamente a condutas de outros órgãos da Administração Pública, que alegadamente comprometam as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos primeiros para a prossecução de interesses pelos quais estes órgãos sejam directamente responsáveis;

e) Presidentes de órgãos colegiais, relativamente à conduta do respetivo órgão, bem como outras autoridades, em defesa da legalidade administrativa, nos casos previstos na lei;

f) As demais pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º.

2 — Para além da entidade responsável pela situação de ilegalidade, são obrigatoriamente demandados os contra-interessados a quem a prática do acto pretendido possa directamente prejudicar ou que tenham legítimo interesse em que ele não seja praticado e que possam ser identificados em função da relação material em causa ou dos documentos contidos no processo administrativo.

#### **Artigo 69.º**

[...]

1 — [...].

2 — Nos casos de indeferimento, de recusa de apreciação do requerimento ou de pretensão dirigida à substituição de um ato de conteúdo positivo, o prazo de propositura da ação é de três meses, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 58.º e nos artigos 59.º e 60.º.

3 — Quando, nos casos previstos no número anterior, esteja em causa um ato nulo, o pedido de condenação à prática do acto devido pode ser deduzido no prazo de dois anos.

#### **Artigo 70.º**

##### **Alteração da instância**

1 — Quando a pretensão do interessado seja indeferida na pendência de processo intentado em situação de inércia ou de recusa de apreciação de requerimento, pode o autor alegar novos fundamentos e oferecer diferentes meios de prova em favor da sua pretensão.

2 — [...].

3 — Quando, na pendência do processo, seja proferido um acto administrativo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado, o autor pode promover a alteração do objecto do processo, para o efeito de pedir a anulação parcial do novo acto ou a condenação da entidade demandada à prática do acto necessário à satisfação integral da sua pretensão.

4 — Em todas as situações previstas nos números anteriores, o autor deve apresentar articulado próprio no prazo de 30 dias, contado desde a data da notificação do acto, considerando-se como tal, quando não tenha havido notificação, a data do conhecimento do acto obtido no processo.

#### **Artigo 71.º**

[...]

1 — [...].

2 — [...].



3 — Quando tenha sido pedida a condenação à prática de um ato com um conteúdo determinado, mas se verifique que, embora seja devida a prática de um acto administrativo, não é possível determinar o seu conteúdo, o tribunal não absolve do pedido, mas condena a entidade demandada à emissão do acto em questão, de acordo com os parâmetros estabelecidos no número anterior.

### **SECÇÃO III**

#### **IMPUGNAÇÃO DE NORMAS E CONDENAÇÃO À EMISSÃO DE NORMAS**

##### **Artigo 73.º**

[...]

1 — A declaração de ilegalidade com força obrigatória geral de norma imediatamente operativa pode ser pedida por quem seja diretamente prejudicado pela vigência da norma ou possa vir previsivelmente a sê-lo em momento próximo, independentemente da prática de acto concreto de aplicação, pelo Ministério Público e pelas pessoas e entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º, assim como pelos presidentes de órgãos colegiais, em relação a normas emitidas pelos respetivos órgãos.

2 — Quem seja diretamente prejudicado ou possa vir previsivelmente a sê-lo em momento próximo pela aplicação de norma imediatamente operativa que incorra em qualquer dos fundamentos de ilegalidade previstos no n.º 1 do artigo 281.º da Constituição da República Portuguesa pode obter a desaplicação da norma, pedindo a declaração da sua ilegalidade com efeitos circunscritos ao seu caso.

3 — Quando os efeitos de uma norma não se produzam imediatamente, mas só através de um acto administrativo de aplicação, o lesado, o Ministério Público ou qualquer das

pessoas e entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º podem suscitar a questão da ilegalidade da norma aplicada no âmbito do processo dirigido contra o acto de aplicação a título incidental, pedindo a desaplicação da norma.

4 — O Ministério Público tem o dever de pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral quando tenha conhecimento de três decisões de desaplicação de uma norma com fundamento na sua ilegalidade, bem como de recorrer das decisões de primeira instância que declarem a ilegalidade com força obrigatória geral.

5 — Para o efeito do disposto no número anterior, a secretaria, após o respetivo trânsito em julgado, remete ao representante do Ministério Público junto do tribunal certidão das sentenças que tenham desaplicado, com fundamento em ilegalidade, quaisquer normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo ou que tenham declarado a respetiva ilegalidade com força obrigatória geral.

##### **Artigo 74.º**

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a declaração de ilegalidade de normas pode ser pedida a todo o tempo.

2 — A declaração de ilegalidade com fundamento em ilegalidade formal ou procedimental da qual não resulte inconstitucionalidade só pode ser pedida no prazo de seis meses, contado da data da publicação, salvo nos casos de carência absoluta de forma legal ou de preterição de consulta pública exigida por lei.

##### **Artigo 76.º**

[...]

1 — A declaração com força obrigatória geral da ilegalidade de uma norma, nos termos previstos neste Código, produz efeitos desde a data da entrada em vigor da norma, salvo no caso de ilegalidade superveniente.

2 — [...].

3 — Nos processos intentados por quem tenha sido directamente prejudicado pela vigência de norma imediatamente operativa, a aplicação do disposto no número anterior não prejudica a eliminação dos efeitos lesivos causados pela norma na esfera jurídica do autor.

4 — A retroatividade da declaração de ilegalidade não afeta os casos julgados nem os atos administrativos que entretanto se tenham tornado inimpugnáveis, salvo decisão em contrário do tribunal, quando a norma respeite a matéria sancionatória e seja de conteúdo menos favorável ao particular.

5 — A declaração a que se refere o presente artigo implica a repristinação das normas revogadas, salvo quando estas sejam ilegais ou tenham deixado por outro motivo de vigorar, podendo o tribunal reconhecer o afastamento do efeito repristinatório quando tal se verifique.

#### **Artigo 77.º**

##### **Condenação à emissão de normas**

1 — O Ministério Público, as demais pessoas e entidades defensoras dos interesses referidos no n.º 2 do art.º 9.º, os presidentes de órgãos colegiais, em relação a normas omitidas pelos respetivos órgãos, e quem alegue um prejuízo directamente resultante da situação de omissão podem pedir ao Tribunal Administrativo competente que aprecie e verifique a existência de situações de ilegalidade por omissão das normas cuja adoção, ao abrigo de disposições de direito administrativo, seja necessária para dar exequibilidade a atos legislativos carentes de regulamentação.

2 — Quando verifique a existência de uma situação de ilegalidade por omissão, o tribunal condena a entidade competente à emissão do regulamento em falta, fixando prazo para que a omissão seja suprida.

### **CAPÍTULO III**

#### **MARCHA DO PROCESSO**

##### **SECÇÃO I**

##### **DOS ARTICULADOS**

#### **Artigo 78.º**

[...]

1 — A instância constitui-se com a propositura da ação e esta considera-se proposta logo que a petição inicial seja recebida na secretaria do tribunal ao qual é dirigida.

2 — Na petição inicial, deduzida por forma articulada, deve o autor:

- a) Designar o tribunal em que a ação é proposta;
- b) Identificar as partes, incluindo eventuais contrainteressados, indicando os seus nomes, domicílios ou sedes e, sempre que possível, não se tratando de entidades públicas, números de identificação civil e de identificação fiscal, profissões e locais de trabalho;
- c) Indicar o domicílio profissional do mandatário judicial;
- d) Indicar a forma do processo;
- e) Identificar o ato jurídico impugnado, quando seja o caso;
- f) Expor os factos essenciais que constituem a causa de pedir e as razões de direito que servem de fundamento à ação;
- g) Formular o pedido;
- h) Declarar o valor da causa.

3 — Para o efeito do disposto na alínea b) do número anterior, a indicação como parte demandada do órgão que emitiu ou

devia ter emitido uma norma ou um ato administrativo é suficiente para que, nos processos com esse objeto, se considere indicada, quando o devesse ter sido, a pessoa coletiva, o ministério ou a secretaria regional, pelo que a citação que venha a ser dirigida ao órgão se considera feita, nesse caso, à pessoa coletiva, ao ministério ou à secretaria regional a que o órgão pertence.

4 — No final da petição, o autor deve apresentar o rol de testemunhas e requerer outros meios de prova, designadamente da aparência da existência de ato, quando pretenda a declaração da inexistência de ato administrativo, podendo indicar, quando seja caso disso, que os documentos necessários à prova constam do processo administrativo.

#### **Artigo 79.º**

[...]

1 — O autor deve instruir a petição inicial com o documento comprovativo do prévio pagamento da taxa de justiça devida, da concessão do benefício de apoio judiciário, na modalidade de dispensa do mesmo, ou, ocorrendo razão de urgência, do pedido de apoio judiciário requerido, mas ainda não concedido.

2 — Quando a petição inicial seja apresentada por transmissão eletrónica de dados, o prévio pagamento da taxa de justiça ou a concessão do benefício do apoio judiciário são comprovados nos termos definidos por portaria.

3 — Sem prejuízo dos demais requisitos exigidos pela lei processual civil, a petição inicial deve ser instruída com a prova documental e designadamente:

a) Quando seja deduzida pretensão impugnatória, com documento comprovativo da emissão da norma ou do ato impugnados;

b) Quando a pretensão do autor dirigida à prática de um ato administrativo tenha sido indeferida ou rejeitada, com documento comprovativo do indeferimento ou da rejeição;

c) Quando a pretensão do autor dirigida à prática de um ato administrativo não tenha sido respondida, com cópia do requerimento apresentado, ou com recibo ou outro documento comprovativo da entrada do original nos serviços competentes.

4 — Alegando motivo justificado, é fixado prazo ao recorrente para a junção de documentos que não tenha podido obter em tempo.

#### **Artigo 80.º**

[...]

1 — A secretaria recusa o recebimento da petição inicial, indicando por escrito o fundamento da rejeição, quando se verifique algum dos seguintes factos:

a) Não tenha endereço ou esteja endereçada a outro tribunal ou autoridade;

b) No caso de referir a existência de contrainteresados, não proceder à cabal indicação do respetivo nome e residência, sem prejuízo do disposto no artigo 78.º-A;

c) Omita qualquer dos elementos a que se referem as alíneas b), c), d) e h) do n.º 2 do artigo 78.º;

d) Não tenha sido junto nenhum dos documentos comprovativos previstos no n.º 1 do artigo 79.º;

e) Não esteja redigida em língua portuguesa;

f) Não esteja assinada;

g) O papel utilizado não obedeça aos requisitos regulamentares.

2 — A recusa da petição pela secretaria tem os efeitos e consequências que lhe correspondem na lei processual civil, podendo ser objeto de reclamação e recurso nos termos previstos na mesma lei.

## **Artigo 81.º**

### **Citação dos demandados**

1 — Recebida a petição, incumbe à secretaria promover oficiosamente a citação dos demandados.

2 — O juiz pode, a requerimento do autor e caso o considere justificado, determinar que a citação seja urgente, para os efeitos previstos na lei processual civil.

3 — Nos processos que tenham por objeto a impugnação de norma, o juiz manda publicar anúncio da propositura da ação, pelo meio e no local utilizados para dar publicidade à norma, a fim de permitir a intervenção no processo de eventuais contrainteressados, que é admissível até ao termo da fase dos articulados.

4 — Nos processos em que haja contrainteressados em número superior a 10, o juiz, sem prejuízo de outros meios de publicitação, pode promover a respetiva citação mediante a publicação de anúncio, com a advertência de que os interessados dispõem do prazo de 15 dias para se constituírem como contrainteressados no processo.

5 — Quando esteja em causa a impugnação de um ato administrativo que tenha sido publicado, a publicação do anúncio mencionado no número anterior faz-se, sem prejuízo de outros meios de publicitação, pelo meio e no local utilizados para dar publicidade ao ato impugnado, e, se o ato não tiver sido objeto de publicação, o anúncio é publicado em dois jornais diários de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa.

6 — Na hipótese prevista no n.º 4, os contrainteressados que como tais se tenham constituído são citados para contestarem no prazo previsto no artigo seguinte.

## **Artigo 82.º**

## **Prazo da contestação e cominação**

1 — Os demandados podem contestar no prazo de 30 dias a contar da citação, começando o prazo a correr desde o termo da dilação, quando a esta houver lugar.

2 — Quando, por erro cometido na petição inicial, na hipótese prevista no n.º 3 do artigo 78.º, seja citado um órgão diferente daquele que praticou ou devia ter emitido a norma ou o ato administrativo, o órgão citado deve dar imediato conhecimento àquele que o deveria ter sido, beneficiando, nesse caso, a entidade demandada de um prazo suplementar de 15 dias para apresentar a contestação e enviar o processo administrativo, quando exista.

3 — Se a um contrainteressado não tiver sido facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, ele pode dar conhecimento disso ao juiz do processo, podendo, nesse caso, apresentar a contestação no prazo de 15 dias, contado desde que venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 84.º, a falta de impugnação especificada não importa confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta para efeitos probatórios.

## **Artigo 83.º**

### **Conteúdo e instrução da contestação**

1 — Na contestação, deduzida por forma articulada, os demandantes devem:

- a) Individualizar a ação;
- b) Expor as razões de facto e de direito por que se opõem à pretensão do autor;
- c) Expor os factos essenciais em que se baseiam as exceções deduzidas, especificando-as separadamente.

2 — No final da contestação, os demandantes devem apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer outros meios de prova.

3 — Toda a defesa deve ser deduzida na contestação, excetuados os incidentes que a lei mande deduzir em separado, devendo os demandantes nela tomar posição definida perante os factos que constituem a causa de pedir invocada pelo autor.

4 — Depois da contestação só podem ser deduzidas as exceções, incidentes e meios de defesa que sejam supervenientes, ou que a lei expressamente admita passado esse momento, ou de que se deva conhecer oficiosamente.

5 — É aplicável à contestação, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 79.º, sendo, quanto ao mais, aplicável o disposto na lei processual civil sobre a apresentação do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça.

6 — Quando a contestação seja subscrita por licenciado em Direito com funções de apoio jurídico, nos termos do artigo 11.º, deve ser junta cópia do despacho que o designou.

## **SECÇÃO II**

### **TRÂMITES SUBSEQUENTES**

#### **Artigo 84.º**

[...]

1 — Com a contestação, ou dentro do respetivo prazo, a entidade demandada é obrigada a proceder ao envio electrónico, em ficheiro separado, do processo administrativo, quando exista, assim como todos os demais documentos respeitantes à matéria do processo de que seja detentora, que são automaticamente assumidos pelo sistema informático dos

Tribunais Administrativos e Fiscais como apensos aos autos respetivos.

2 — Quando por razões técnicas ou por outros motivos justificados não for possível o envio eletrónico, nos termos do número anterior, a entidade demandada deve remeter ao Tribunal os originais do processo administrativo e dos demais documentos, que ficarão apensados aos autos.

3 — Quando o processo administrativo se encontre já apensado a outros autos, a entidade demandada deve dar conhecimento do facto ao tribunal, indicando a que autos se refere.

4 — O original do processo administrativo pode ser substituído por fotocópias autenticadas, sem prejuízo da sua requisição, quando tal se mostre necessário.

5 — Na falta de cumprimento do previsto no n.º 1 sem justificação aceitável, pode o juiz determinar a aplicação de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar.

6 — A falta do envio do processo administrativo não obsta ao prosseguimento da causa e determina que os factos alegados pelo autor se considerem provados, se aquela falta tiver tornado a prova impossível ou de considerável dificuldade.

7 — Da junção aos autos do processo administrativo é dado conhecimento a todos os intervenientes no processo.

#### **Artigo 85.º**

[...]

1 — No momento da citação dos demandados, é fornecida cópia da petição e dos documentos que a instruem ao Ministério Público, salvo nos processos em que este figure como autor.

2 — Em função dos elementos que possa coligir e daqueles que venham a ser carreados para o processo, o Ministério Público

pode pronunciar-se sobre o mérito da causa, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º.

3 — Nos processos impugnatórios, o Ministério Público pode invocar causas de invalidade diversas das que tenham sido arguidas na petição inicial e solicitar a realização de diligências instrutórias para a respetiva prova.

4 — Os poderes de intervenção previstos nos números anteriores podem ser exercidos até 30 dias após a notificação da junção do processo administrativo aos autos ou, não tendo esta lugar, da apresentação da última contestação, disso sendo, de imediato, notificadas as partes para se pronunciarem.

5 — Sendo utilizada a faculdade prevista na parte final do n.º 3:

a) Caso as diligências instrutórias requeridas devam ser realizadas em audiência final, nos termos do n.º 1 do artigo 91.º, o Ministério Público é notificado para intervir nas mesmas;

b) Caso as diligências instrutórias requeridas não devam ser realizadas em audiência final, o Ministério Público é notificado para alegar, nos termos do artigo 91.º-A.

#### **Artigo 86.º**

[...]

1 — Os factos constitutivos, modificativos ou extintivos supervenientes podem ser deduzidos em novo articulado, pela parte a que aproveitem, até ao encerramento da discussão.

2 — Consideram-se supervenientes tanto os factos ocorridos posteriormente ao termo dos prazos estabelecidos nos artigos precedentes como os factos anteriores de que a parte só tenha conhecimento depois de findarem esses prazos, devendo, neste caso, produzir-se prova da superveniência.

3 — Quando o novo articulado se funde na junção ao processo de elementos até aí desconhecidos ou aos quais não tinha sido possível o acesso, ele deve ser oferecido nos 10 dias posteriores à notificação da junção dos referidos elementos.

4 — Recebido o articulado, são as outras partes notificadas para responder no prazo de 10 dias.

5 — As provas são oferecidas com o articulado e com a resposta e os factos articulados que interessem à decisão da causa são incluídos nos temas da prova.

6 — *[Revogado]*.

## **SECÇÃO II**

### **SANEAMENTO, INSTRUÇÃO E ALEGAÇÕES**

#### **Artigo 87.º**

##### **Despacho pré-saneador**

1 — Findos os articulados, o processo é conclusivo ao juiz, que, sendo caso disso, profere despacho pré-saneador destinado a:

a) Providenciar pelo suprimento de exceções dilatórias;

b) Providenciar pelo aperfeiçoamento dos articulados, nos termos dos números seguintes;

c) Determinar a junção de documentos com vista a permitir a apreciação de exceções dilatórias ou o conhecimento, no todo ou em parte, do mérito da causa no despacho saneador.

2 — O juiz convida as partes a suprir as irregularidades dos articulados, fixando prazo para o suprimento ou correção do vício, designadamente quando careçam de requisitos legais ou a parte não haja apresentado documento essencial ou de que a lei faça depender o prosseguimento da causa.

3 — Incumbe ainda ao juiz convidar as partes ao suprimento das insuficiências ou imprecisões na exposição ou concretização da matéria de facto alegada, fixando prazo para

a apresentação de articulado em que se complete ou corrija o inicialmente produzido.

4 — Os factos objeto de esclarecimento, aditamento ou correção ficam sujeitos às regras gerais sobre contraditoriedade e prova.

5 — As alterações à matéria de facto alegada não podem implicar convalidação do objeto do processo para relação jurídica diversa da controvertida, devendo conformar-se com os limites traçados pelo pedido e pela causa de pedir, se forem introduzidas pelo autor, e pelos limites impostos pelo artigo 83.º, quando o sejam pelo réu.

6 — Não cabe recurso do despacho de convite ao suprimento de irregularidades, insuficiências ou imprecisões dos articulados.

7 — A falta de suprimento de exceções dilatórias ou de correção, dentro do prazo estabelecido, das deficiências ou irregularidades da petição inicial determina a absolvição da instância.

8 — A absolvição da instância sem prévia emissão de despacho pré-saneador, em casos em que podia haver lugar ao suprimento de exceções dilatórias ou de irregularidades, não impede o autor de, no prazo de 15 dias, contado da notificação da decisão, apresentar nova petição, com observância das prescrições em falta, a qual se considera apresentada na data em que o tinha sido a primeira, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

## **Artigo 88.º**

### **Despacho saneador**

1 — O despacho saneador destina-se a:

a) Conhecer das exceções dilatórias e nulidades processuais que hajam sido suscitadas pelas partes, ou que, em face dos

elementos constantes dos autos, o juiz deva apreciar oficiosamente;

b) Conhecer total ou parcialmente do mérito da causa, sempre que a questão seja apenas de direito ou quando, sendo também de facto, o estado do processo permita, sem necessidade de mais indagações, a apreciação dos pedidos ou de algum dos pedidos deduzidos, ou de alguma exceção perentória.

2 — As questões prévias referidas na alínea a) do número anterior que não tenham sido apreciadas no despacho saneador não podem ser suscitadas nem decididas em momento posterior do processo e as que sejam decididas no despacho saneador não podem vir a ser reapreciadas.

3 — O despacho saneador pode ser logo ditado para a ata da audiência prévia, mas, quando não seja proferido nesse contexto ou a complexidade das questões a resolver o exija, o juiz pode proferi-lo por escrito, suspendendo-se a audiência prévia e fixandose logo data para a sua continuação, se for caso disso, quando seja proferido nesse contexto.

4 — No caso previsto na alínea a) do n.º 1, o despacho constitui, logo que transite, caso julgado formal quanto às questões concretamente apreciadas e, na hipótese prevista na alínea b), fica tendo, para todos os efeitos, o valor de sentença.

## **Artigo 89.º**

### **Exceções**

1 — As exceções são dilatórias ou perentórias.

2 — As exceções dilatórias são de conhecimento oficioso e obstam a que o tribunal conheça do mérito da causa, dando lugar à absolvição da instância ou à remessa do processo para outro tribunal.

3 — As exceções perentórias consistem na invocação de factos que impedem, modificam ou extinguem o efeito jurídico dos

factos articulados pelo autor, são de conhecimento oficioso quando a lei não faz depender a sua invocação da vontade do interessado e importam a absolvição total ou parcial do pedido.

4 — São dilatórias, entre outras, as exceções seguintes:

- a) Incompetência do tribunal;
- b) Nulidade de todo o processo;
- c) Falta de personalidade ou de capacidade judiciária de alguma das partes;
- d) Falta de autorização ou deliberação que o autor devesse obter;
- e) Ilegitimidade de alguma das partes, designadamente por falta da identificação dos contrainteressados;
- f) Coligação de autores ou demandados, quando entre os pedidos não exista a conexão exigida no artigo 12.º.
- g) Pluralidade subjetiva subsidiária, salvo caso de dúvida fundamentada sobre a o sujeito da relação controvertida;
- h) Falta de constituição de advogado por parte do autor e a falta, insuficiência ou irregularidade de mandato judicial por parte do mandatário que propôs a ação;
- i) Ineptidão da petição;
- j) Inimpugnabilidade do ato impugnado;
- l) Ilegalidade da cumulação de pretensões;
- m) Intempestividade da impugnação;
- n) Litispendência e caso julgado.

## **Artigo 90.º**

### **Instrução**

1 — A instrução tem por objeto os factos relevantes para o exame e decisão da causa que devam considerar-se controvertidos ou necessitados de prova.

2 — A instrução rege-se pelo disposto na lei processual civil, sendo admissíveis todos os meios de prova nela previstos.

3 — No âmbito da instrução, o juiz ou relator ordena as diligências de prova que considere necessárias para o apuramento da verdade, podendo indeferir, por despacho fundamentado, requerimentos dirigidos à produção de prova sobre certos factos ou recusar a utilização de certos meios de prova, quando o considere claramente desnecessário.

## **Artigo 91.º**

### **Audiência final**

1 — Há lugar à realização de audiência final quando haja prestação de depoimentos de parte ou inquirição de testemunhas.

2 — A audiência decorre perante juiz singular, que goza de todos os poderes necessários para tornar útil e breve a discussão e para assegurar a justa decisão da causa, segundo o disposto na lei processual civil.

3 — A audiência rege-se pelos princípios da plenitude da assistência do juiz e da publicidade e continuidade da audiência.

4 — No início da audiência, o juiz procura conciliar as partes, se a causa estiver no âmbito do seu poder de disposição, findo o que se realizam os seguintes atos, se a eles houver lugar:

- a) Prestação dos depoimentos de parte;
- b) Exibição de reproduções cinematográficas ou de registos fonográficos, podendo o juiz determinar que ela se faça apenas com assistência das partes, dos seus advogados e das pessoas cuja presença se mostre conveniente;
- c) Esclarecimentos verbais dos peritos cuja comparência tenha sido determinada oficiosamente ou a requerimento das partes;
- d) Inquirição das testemunhas;
- e) Alegações orais, nas quais os advogados exponham as conclusões, de facto e de direito, que hajam extraído da prova produzida, podendo cada advogado replicar uma vez.



5 — O juiz pode, nos casos em que tal se justifique, alterar a ordem de produção de prova referida no número anterior e, quando o considere conveniente para a descoberta da verdade, determinar a audição em simultâneo, sobre determinados factos, de testemunhas de ambas as partes.

6 — Quando a complexidade da matéria o justifique ou qualquer das partes não prescindir da sua apresentação, o juiz, no termo da audiência, determina que as alegações previstas na alínea e) do n.º 4 sejam apresentadas por escrito pelo prazo simultâneo de 20 dias.

### **SECÇÃO III**

#### **JULGAMENTO**

##### **Artigo 92.º**

[...]

1 — Nos tribunais superiores, uma vez concluso o processo ao relator, tem lugar a vista simultânea aos juízes-adjuntos, que, no caso de evidente simplicidade da causa, pode ser dispensada pelo relator.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, é fornecida a cada juiz-adjunto cópia das peças processuais que relevem para o conhecimento do objeto da causa, permanecendo o processo depositado, para consulta, na secretaria do tribunal.

##### **Artigo 93.º**

[...]

1 — Quando à apreciação de um tribunal administrativo de círculo se coloque uma questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e possa vir a ser suscitada noutros litígios, pode o respectivo presidente, por proposta do juiz da causa, adoptar uma das seguintes providências:

a) Determinar que no julgamento intervenham todos os juízes do tribunal, sendo o quórum de dois terços;

b) Submeter a sua apreciação ao Supremo Tribunal Administrativo, para que este emita pronúncia vinculativa dentro do processo sobre a questão, no prazo de três meses.

2 — A consulta prevista na alínea b) não pode ter lugar em processos urgentes e pode ser liminarmente recusada, a título definitivo, quando uma formação constituída por três juízes de entre os mais antigos da secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo considere que não se encontram preenchidos os respetivos pressupostos ou que a escassa relevância da questão não justifica a emissão de uma pronúncia.

3 — A pronúncia emitida pelo Supremo Tribunal Administrativo não o vincula relativamente a novas pronúncias, que, em sede de consulta ou em via de recurso, venha a emitir no futuro, sobre a mesma matéria, fora do âmbito do mesmo processo.

##### **Artigo 94.º**

###### **Conteúdo da sentença**

1 — Encerrada a audiência final ou apresentadas as alegações escritas ou decorrido o respetivo prazo, quando a essa apresentação haja lugar, o processo é concluso ao juiz, para ser proferida sentença no prazo de 30 dias.

2 — A sentença começa por identificar as partes e o objeto do litígio, enunciando as questões de mérito que ao tribunal cumpria solucionar, ao que se segue a exposição dos fundamentos de facto e de direito, a decisão e a condenação dos responsáveis pelas custas processuais, com indicação da proporção da respetiva responsabilidade.

3 — Na exposição dos fundamentos, a sentença deve discriminar os factos que julga provados e não provados,

analisando criticamente as provas, e indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas correspondentes.

4 — O juiz aprecia livremente as provas segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto, ressalvados os factos para cuja prova a lei exija formalidade especial e aqueles que só possam ser provados por documentos ou que estejam plenamente provados, quer por documentos, quer por acordo ou confissão das partes.

5 — Quando o juiz considere que a questão de direito a resolver é simples, designadamente por já ter sido apreciada por tribunal, de modo uniforme e reiterado, ou que a pretensão é manifestamente infundada, a fundamentação da decisão pode ser sumária, podendo consistir na simples remissão para decisão precedente, de que se junte cópia.

#### **Artigo 95.º**

[...]

1 — A sentença deve decidir todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação e não pode ocupar-se senão das questões suscitadas, salvo quando a lei lhe permita ou imponha o conhecimento oficioso de outras.

2 — A sentença não pode condenar em quantidade superior ou em objeto diverso do que se pedir, mas, se não houver elementos para fixar o objeto ou a quantidade, o tribunal condena no que vier a ser liquidado, sem prejuízo de condenação imediata na parte que já seja líquida.

3 — Nos processos impugnatórios, o tribunal deve pronunciar-se sobre todas as causas de invalidade que tenham sido invocadas contra o ato impugnado, exceto quando não possa dispor dos elementos indispensáveis para o efeito, assim como deve identificar a existência de causas de invalidade diversas das que tenham sido alegadas, ouvidas as partes para

alegações complementares pelo prazo comum de 10 dias, quando o exija o respeito pelo princípio do contraditório.

4 — Nas sentenças que imponham o cumprimento de deveres à Administração, o tribunal tem o poder de fixar oficiosamente um prazo para o respectivo cumprimento, que, em casos justificados, pode ser prorrogado, bem como, quando tal se justifique, o poder de impor sanção pecuniária compulsória, destinada a prevenir o incumprimento, segundo o disposto no artigo 169.º.

5 — Quando no processo tenha sido deduzido pedido de condenação da Administração à adopção de atos jurídicos ou comportamentos que envolvam a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa, sem que a apreciação do caso concreto permita identificar apenas uma atuação como legalmente possível, o tribunal não pode determinar o conteúdo do ato jurídico ou do comportamento a adoptar, mas deve explicitar as vinculações a observar pela Administração.

6 — Quando, na hipótese prevista no número anterior, o quadro normativo permita ao tribunal especificar o conteúdo dos atos e operações a adoptar, mas da instrução realizada não resultem elementos de facto suficientes para proceder a essa especificação, o tribunal notifica a Administração para apresentar, no prazo de 20 dias, proposta fundamentada sobre a matéria e ouve em seguida os demais intervenientes no processo, podendo ordenar ainda as diligências complementares que considere necessárias antes de proferir a sentença.

#### **Artigo 96.º**

[...]

Nos tribunais superiores, quando não possa ser lavrado acórdão na sessão em que seja julgado o processo, o resultado

é anotado, datado e assinado pelos juízes vencedores e vencidos e o juiz que tire o acórdão fica com o processo para lavrar a decisão respetiva que, sem embargo de o resultado ser logo publicado, é lida em conferência na sessão seguinte e aí datada e assinada pelos juízes que nela tenham intervindo, se estiverem presentes.

### **TÍTULO III**

#### **DOS PROCESSOS URGENTES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **AÇÃO ADMINISTRATIVA URGENTE**

#### **SECÇÃO I**

##### **CONTENCIOSO ELEITORAL E PROCEDIMENTOS DE MASSA**

#### **Artigo 97.º**

[...]

1 — Regem-se pelo disposto na presente secção e, no que com ela não contenda, pelo disposto nos capítulos II e III do Título II:

- a) O contencioso dos atos administrativos em matéria eleitoral da competência dos tribunais administrativos;
- b) O contencioso dos atos administrativos praticados no âmbito de procedimentos de massa, com o âmbito estabelecido na presente secção.

2 — Os processos abrangidos pelo contencioso regulado na presente secção podem dar lugar à emissão de pronúncias de anulação, declaração de nulidade ou inexistência de atos administrativos e/ou de condenação à prática de atos devidos.

3 — Nos processos abrangidos pelo contencioso regulado na presente secção, a ausência de reação contra atos procedimentais com eficácia externa ou decisões finais

adoptadas no âmbito de procedimentos encadeados impede o interessado de reagir contra as decisões subsequentes, com fundamento em ilegalidades cometidas ao longo da sequência procedimental.

4 — Uma vez intentada uma ação abrangida pelo contencioso regulado na presente secção, é no âmbito desse processo e perante o tribunal em que este corra os seus termos que os demais interessados devem fazer valer as suas pretensões que envolvam a apreciação do mesmo acto jurídico ou de outros atos praticados no mesmo contexto.

5 — Para efeitos do disposto no número anterior, nos processos regulados na presente secção, há despacho liminar, mediante o qual o juiz manda publicar anúncio da propositura da ação pelo meio e no local utilizados para dar publicidade ao acto ou atos a que ela se reporta, a fim de promover a coligação de autores pelo prazo de dez dias.

#### **Artigo 98.º**

##### **Contencioso eleitoral**

1 — [...].

2 — [...].

3 — Nos processos abrangidos pelo contencioso eleitoral, a ausência de reação contra os atos relativos à exclusão, inclusão ou omissão de eleitores ou elegíveis nos cadernos eleitorais, e demais atos com eficácia externa anteriores ao ato eleitoral, assim como de cada ato eleitoral adotado no âmbito de procedimentos encadeados impede o interessado de reagir contra as decisões subsequentes com fundamento em ilegalidades de que enfermem os atos anteriormente praticados.

4 — Os prazos a observar durante a tramitação do processo são os seguintes:

- a) Cinco dias para a contestação;

b) Cinco dias para a decisão do juiz ou do relator, ou para este submeter o processo a julgamento;

c) Três dias para os restantes casos.

5 — Nos processos da competência de tribunal superior, quando o processo não seja decidido pelo relator, é julgado, independentemente de vistos, na primeira sessão que tenha lugar após o despacho referido na alínea b) do número anterior.

## **Artigo 99.º**

### **Contencioso dos procedimentos de massa**

1 — Para os efeitos do disposto na presente secção, e sem prejuízo de outros casos previstos em lei especial, o contencioso dos atos administrativos praticados no âmbito de procedimentos de massa compreende as acções respeitantes à prática ou omissão de atos administrativos nos seguintes domínios:

a) Concursos de pessoal cujos participantes sejam em número superior a 20;

b) Procedimentos de realização de provas cujos participantes sejam em número superior a 20;

c) Procedimentos de recrutamento cujos envolvidos sejam em número superior a 20.

2 — Salvo disposição legal em contrário, o prazo de propositura das acções a que se refere o presente artigo é de um mês e, salvo nos casos abrangidos pela previsão do n.º 1 do artigo 20.º, elas devem ser propostas no tribunal administrativo de círculo de Lisboa.

3 — O modelo a que devem obedecer os articulados é estabelecido por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

4 — Quando, por referência ao mesmo procedimento, seja proposta mais do que uma acção, os respetivos processos são

objeto de apensação obrigatória àquele que tiver sido intentado em primeiro lugar, segundo o disposto no artigo 28.º.

5 — Os prazos a observar durante a tramitação do processo são os seguintes:

a) 20 dias para a contestação;

b) 15 dias para a decisão do juiz ou do relator, ou para o despacho deste a submeter o processo a julgamento;

c) 10 dias para os restantes casos.

6 — Nos processos da competência de tribunal superior, quando não seja decidido pelo relator, o processo é julgado, independentemente de vistos, na primeira sessão que tenha lugar após o despacho referido na alínea b) do número anterior.

## **SECÇÃO II**

### **CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL**

## **Artigo 100.º**

[...]

1 - Os processos de impugnação ou de condenação à prática de atos administrativos relativos à formação de contratos de empreitada de obras públicas, de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos, de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços têm carácter urgente e regem-se pelo disposto na presente secção e, subsidiariamente, pelo disposto no Título II.

2 - Para os efeitos do disposto na presente secção, são considerados atos administrativos os atos praticados por quaisquer entidades adjudicantes ao abrigo de regras de contratação pública.

3 - Nos processos do contencioso pré-contratual, é possível a cumulação de pedidos, segundo o disposto no artigo 4.º,

sendo, nesse caso, adoptada a tramitação prevista no artigo 102.º, com as adaptações que se revelem necessárias.

#### **Artigo 101.º**

[...]

Os processos do contencioso pré-contratual devem ser intentados no prazo de um mês, por qualquer pessoa ou entidade com legitimidade nos termos gerais, sendo aplicável à contagem do prazo o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 58.º e nos artigos 59.º e 60.º.

#### **Artigo 102.º**

[...]

1 - Os processos do contencioso pré-contratual obedecem à tramitação estabelecida no capítulo III do título II, salvo o preceituado nos números seguintes.

2 — [...].

3 — [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...].

4 — [...].

5 - Quando o considere aconselhável ao mais rápido esclarecimento da questão, o tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, optar pela realização de uma audiência pública para discussão da matéria de facto e de direito.

6 — No âmbito do contencioso pré-contratual, há lugar à aplicação do disposto nos artigos 45.º e 45-A.º, quando se preenchem os respetivos pressupostos.

7 - O disposto no número anterior é também aplicável nas situações em que, tendo sido cumulado pedido respeitante à invalidade de contrato por violação das regras relativas ao

respetivo procedimento de formação, o tribunal proceda, segundo o disposto na lei substantiva, ao afastamento dessa invalidade em resultado da ponderação dos interesses públicos e privados em presença.

#### **Artigo 103.º**

##### **Impugnação dos documentos conformadores do procedimento**

1 - Regem-se pelo disposto no presente artigo e no artigo anterior, os processos dirigidos à declaração de ilegalidade de disposições contidas no programa do concurso, no caderno de encargos ou em qualquer outro documento conformador do procedimento de formação de contrato, designadamente com fundamento na ilegalidade das especificações técnicas, económicas ou financeiras que constem desses documentos.

2 - O pedido de declaração de ilegalidade pode ser deduzido por quem participe ou tenha interesse em participar no procedimento em causa, podendo ser cumulado com o pedido de impugnação de acto administrativo de aplicação das determinações contidas nos referidos documentos.

3 - O pedido de declaração de ilegalidade pode ser deduzido durante a pendência do procedimento a que os documentos em causa se referem, sem prejuízo da possibilidade da impugnação autónoma dos respetivos atos de aplicação.

4 - O disposto no presente artigo não prejudica a possibilidade da impugnação, nos termos gerais, dos regulamentos que tenham por objeto conformar mais do que um procedimento de formação de contratos.

#### **Artigo 104.º**

##### **Objeto**

1 - Quando não seja dada integral satisfação a pedidos formulados no exercício do direito à informação procedimental

ou do direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, o interessado pode requerer a correspondente intimação, nos termos e com os efeitos previstos na presente secção.

2 – [...].

#### **Artigo 105.º**

##### **Pressupostos**

1 – A intimação deve ser requerida contra a pessoa coletiva de direito público, o ministério ou a secretaria regional cujos órgãos sejam competentes para facultar a informação ou a consulta, ou passar a certidão.

2 – Quando o interessado faça valer o direito à informação procedimental, a intimação deve ser requerida no prazo de 20 dias, a contar da verificação de qualquer dos seguintes factos:

- a) Decurso do prazo legalmente estabelecido, sem que a entidade requerida satisfaça o pedido que lhe foi dirigido;
- b) Indeferimento do pedido;
- c) Satisfação parcial do pedido.

3 – Quando o interessado faça valer o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, a intimação só pode ser requerida se, perante o indeferimento total ou parcial, ou a ausência de resposta ao seu requerimento dentro do prazo legal, o interessado se tiver dirigido, no prazo de 20 dias, à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos para obter a satisfação da sua pretensão.

4 – No caso previsto no número anterior, o prazo para requerer a intimação é de 20 dias e inicia-se quando a pretensão do interessado:

- a) Tiver sido objeto de pronúncia desfavorável ou não tiver obtido resposta da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos dentro do prazo legalmente estabelecido;

- b) Tiver sido objeto de pronúncia favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, mas a entidade requerida não lhe dê satisfação dentro do prazo legalmente estabelecido.

#### **Artigo 107.º**

[...]

1 - Deduzido o pedido de intimação, a secretaria promove oficiosamente a citação da entidade demandada para responder no prazo de 10 dias.

2 - Apresentada a resposta ou decorrido o respetivo prazo e concluídas as diligências que se mostrem necessárias, o juiz profere decisão no prazo de cinco dias.

### **SECÇÃO III**

### **INTIMAÇÃO PARA PROTEÇÃO DE DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

#### **Artigo 109.º**

##### **Objeto**

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 110.º**

##### **Despacho liminar e tramitação subsequente**

1 - Uma vez distribuído, o processo é concluso ao juiz com a maior urgência, para despacho liminar, a proferir no prazo máximo de quarenta e oito horas, no qual, sendo a petição admitida, é ordenada a citação da outra parte para responder no prazo de sete dias.

2 - Quando a complexidade da matéria o justifique, pode o juiz determinar que o processo siga a tramitação estabelecida no

capítulo III do Título II, sendo, nesse caso, os prazos reduzidos a metade.

3 - Em situações de especial urgência, em que a petição permita reconhecer a possibilidade de lesão iminente e irreversível do direito, liberdade ou garantia, o juiz pode optar, no despacho liminar, por:

- a) Reduzir o prazo previsto no n.º 1 para a resposta do requerido;
- b) Promover a audiência do requerido através de qualquer meio de comunicação que se revele adequado;
- c) Promover a realização, no prazo de quarenta e oito horas, de uma audiência oral, no termo da qual a decisão é tomada de imediato.

#### **Artigo 111.º**

##### **Decisão e seus efeitos**

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 110º, o juiz decide o processo no prazo necessário para assegurar o efeito útil da decisão, o qual não pode ser superior a cinco dias após a realização das diligências que se mostrem necessárias à tomada da decisão.

2 - Na decisão, o juiz determina o comportamento concreto a adoptar e, sendo caso disso, o prazo para o cumprimento e o responsável pelo mesmo.

3 – [...].

4 - O incumprimento da intimação sujeita o particular ou o titular do órgão responsável ao pagamento de sanção pecuniária compulsória, a fixar pelo juiz na decisão de intimação ou em despacho posterior, segundo o disposto no artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar.

#### **TÍTULO IV**

#### **DOS PROCESSOS CAUTELARES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES COMUNS**

##### **Artigo 112.º**

[...]

1 – [...]

2 - As providências cautelares a adotar podem consistir designadamente em:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) Arresto;
- g) Embargo de obra nova;
- h) Arrolamento;
- i) Intimação para adoção ou abstenção de uma conduta por parte da Administração ou de um particular por alegada violação ou fundado receio de violação do direito administrativo nacional ou do direito da União Europeia.

##### **Artigo 113.º**

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 - Na pendência do processo cautelar, o requerente pode proceder à substituição ou ampliação do pedido, com fundamento em alteração superveniente das circunstâncias, com oferecimento de novos meios de prova, de modo a que o juiz possa atender à evolução ocorrida para conceder a

providência adequada à situação existente no momento em que se pronuncia.

5 - Quando assuma a posição de autor num processo principal, nos termos do artigo 62.º, o Ministério Público também pode requerer o seguimento de eventual processo cautelar, que, com relação a esse processo, se encontre pendente, nele assumindo a posição de requerente.

#### **Artigo 114.º**

[...]

1 - A adoção de uma ou mais providências cautelares é solicitada em requerimento próprio, apresentado:

a) [...];

b) [...];

c) [...].

2 – [...].

3 - No requerimento, deve o requerente:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];

g) [...];

h) [...];

i) Indicar o valor da causa.

4 - Quando a providência cautelar se destine a tutelar direitos, liberdades e garantias que de outro modo não possam ser exercidos em tempo útil ou quando entenda haver especial urgência, pode o interessado pedir que, no despacho liminar, o juiz proceda ao decretamento provisório da providência, segundo o disposto no artigo 131.º.

5 - Na falta da indicação de qualquer dos elementos enunciados no n.º 3, o interessado é notificado para suprir a falta no prazo de cinco dias.

6 - A falta da designação do tribunal a que o requerimento é dirigido deve ser oficiosamente suprida, com remessa para o tribunal competente, quando não seja o próprio.

#### **Artigo 116.º**

[...]

1 - Uma vez distribuído, o processo é concluso ao juiz com a maior urgência, para despacho liminar, a proferir no prazo máximo de quarenta e oito horas, no qual, sendo o requerimento admitido, é ordenada a citação da entidade requerida e dos contrainteressados.

2 - Constituem fundamento de rejeição liminar do requerimento:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...].

3 – [...].

4 – [...].

5 - Quando o requerimento permita reconhecer uma situação de especial urgência, o juiz, oficiosamente ou a pedido deduzido no requerimento cautelar, pode, no despacho liminar, decretar provisoriamente a providência requerida ou aquela que julgue mais adequada, segundo o disposto no artigo 131º.

#### **Artigo 117.º**

##### **Citação**

1 – [...].

2 – [...].



3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

6 – [...].

#### **Artigo 118.º**

[...]

1 - Juntas as oposições ou decorrido o respectivo prazo, o processo é concluso ao juiz, podendo haver lugar a produção de prova, quando este a considere necessária.

2 - Na falta de oposição, presumem-se verdadeiros os factos invocados pelo requerente.

3 - Os meios de prova a utilizar são apenas os oferecidos pelo requerente e pelos requeridos com os articulados, não sendo admissível a prova pericial.

4 - O requerente não pode oferecer mais de cinco testemunhas para prova dos fundamentos da pretensão cautelar, aplicando-se a mesma limitação aos requeridos que deduzam a mesma oposição.

5 - Mediante despacho fundamentado, o juiz pode recusar a utilização de meios de prova quando considere assentes ou irrelevantes os factos sobre os quais eles recaem ou quando entenda que os mesmos são manifestamente dilatórios.

6 - As testemunhas oferecidas são apresentadas pelas partes no dia e no local designados para a inquirição, não havendo adiamento por falta das testemunhas ou dos mandatários.

#### **Artigo 120.º**

[...]

1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as providências cautelares são adotadas:

a) Quando, estando em causa a adoção de uma providência conservatória, haja fundado receio da constituição de uma

situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal e não seja manifesta a falta de fundamento da pretensão formulada ou a formular nesse processo ou a existência de circunstâncias que obstem ao seu conhecimento de mérito;

b) Quando, estando em causa a adoção de uma providência antecipatória, haja fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente pretende ver reconhecidos no processo principal e seja provável que a pretensão formulada ou a formular nesse processo venha a ser julgada procedente.

2 - Nas situações previstas no número anterior, a adoção da providência ou das providências é recusada quando, devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, os danos que resultariam da sua concessão se mostrem superiores àqueles que podem resultar da sua recusa, sem que possam ser evitados ou atenuados pela adoção de outras providências.

3 - As providências cautelares a adotar devem limitar-se ao necessário para evitar a lesão dos interesses defendidos pelo requerente, devendo o tribunal, ouvidas as partes, adotar outra ou outras providências, em cumulação ou em substituição daquela ou daquelas que tenham sido concretamente requeridas, quando tal se revele adequado a evitar a lesão desses interesses e seja menos gravoso para os demais interesses públicos ou privados, em presença.

4 – [...].

5 – [...].

6 – [...].

#### **Artigo 121.º**

[...]

1 - Quando, existindo processo principal já intentado, se verifique que foram trazidos ao processo cautelar todos os elementos necessários para o efeito, o tribunal pode, ouvidas as partes pelo prazo de 10 dias, antecipar o juízo sobre a causa principal, proferindo decisão que constitua a decisão final desse processo.

2 - A decisão prevista no número anterior é passível de recurso, com efeito meramente devolutivo.

#### **Artigo 122.º**

[...]

1 - A decisão sobre a adopção de providências cautelares determina a notificação com urgência às partes e, quando seja caso disso, às demais pessoas e entidades que lhe devam dar cumprimento.

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 123.º**

[...]

1 - Os processos cautelares extinguem-se e, quando decretadas, as providências cautelares caducam:

a) [...];

b) [...];

c) Se esse processo findar por extinção da instância e o requerente não intentar novo processo, nos casos em que a lei o permita, dentro do prazo fixado para o efeito;

d) Se se extinguir o direito ou interesse a cuja tutela a providência se destina;

e) Se se verificar o trânsito em julgado da decisão que ponha termo ao processo principal, no caso de ser desfavorável ao requerente;

f) Se ocorrer termo final ou se preencher condição resolutiva a que a providência cautelar estivesse sujeita.

2 - Quando a tutela dos interesses a que a providência cautelar se destina seja assegurada por via contenciosa não sujeita a prazo, o requerente deve, para efeitos da alínea *a)* do número anterior, usar essa via no prazo de três meses, contado desde o trânsito em julgado da decisão.

3 - A caducidade do processo cautelar ou da providência cautelar é declarada pelo tribunal, oficiosamente ou a pedido fundamentado de qualquer interessado, mediante prévia audição das partes.

4 – [...].

5 – [...].

#### **Artigo 124.º**

[...]

1 - A decisão de adoptar ou recusar a adopção de providências cautelares pode ser revogada ou alterada, oficiosamente ou mediante requerimento, com fundamento em alteração dos pressupostos de facto e de direito inicialmente existentes.

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 126.º**

##### **Utilização abusiva da providência cautelar**

1 - Sem prejuízo da possibilidade de aplicação pelo juiz de uma taxa sancionatória nos termos da lei processual civil, o requerente responde pelos danos que, com dolo ou negligência grosseira, tenha causado ao requerido e aos contrainteresados.

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 127.º**

[...]

1 - A execução da decisão cautelar corre termos nos próprios autos do processo cautelar, sob as formas previstas neste Código para os processos executivos, ou sob as formas previstas na lei processual civil, quando se trate de uma execução contra particulares, sendo-lhe aplicável o regime dos processos urgentes.

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 128.º**

[...]

1 - Quando seja requerida a suspensão da eficácia de um ato administrativo, a entidade requerida, uma vez citada no âmbito do processo cautelar, não pode, salvo em estado de necessidade, iniciar ou prosseguir a execução, devendo impedir, com urgência, que os serviços competentes ou os beneficiários do ato procedam ou continuem a proceder à execução.

2 - A entidade requerida e os beneficiários do ato podem requerer ao juiz cautelar o levantamento do efeito previsto no número anterior, alegando que o diferimento da execução do ato seria gravemente prejudicial para o interesse público ou gerador de consequências lesivas claramente desproporcionadas para outros interesses envolvidos, havendo lugar, na decisão, à aplicação do critério previsto no n.º 2 do artigo 120.º.

3 – Em caso de execução indevida, o interessado pode requerer ao juiz a adoção das providências necessárias para impedir ou fazer cessar a execução e, sendo possível, restabelecer provisoriamente a situação anterior, podendo haver lugar à imposição de sanção pecuniária compulsória,

nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil, disciplinar e criminal que ao caso possa corresponder.

4 - Os incidentes previstos nos n.ºs 2 e 3 são processados nos autos do processo cautelar, sendo, em qualquer deles, a outra parte ouvida pelo prazo de cinco dias e, em seguida, o incidente concluso ao juiz, com a maior urgência, para decisão no prazo de cinco dias.

5 – Quando, no caso previsto no n.º 2, a entidade requerida tenha pedido o levantamento do efeito com caráter de urgência, o juiz promove a realização, no prazo de quarenta e oito horas, de uma audiência oral, no termo da qual a decisão é tomada de imediato.

6 - O disposto no n.º 1 não prejudica a possibilidade do decretamento provisório da suspensão da eficácia, em situações de especial urgência, segundo o disposto no artigo 131.º.

#### **Artigo 130.º**

[...]

1 - O interessado na declaração da ilegalidade de norma emitida ao abrigo de disposições de direito administrativo cujos efeitos se produzem imediatamente, sem dependência de um ato administrativo ou jurisdicional de aplicação, pode requerer a suspensão da eficácia dessa norma, com efeitos circunscritos ao seu caso.

2 - O Ministério Público e as pessoas e entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º podem pedir a suspensão, com força obrigatória geral, dos efeitos de qualquer norma em relação à qual tenham deduzido ou se proponham deduzir pedido de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral.

3 - [Revogado].

4 - [Revogado].

### **Artigo 131.º**

[...]

1 - Quando reconheça a existência de uma situação de especial urgência, o juiz, no despacho liminar, pode, a pedido do requerente ou a título oficioso, decretar provisoriamente a providência requerida ou aquela que julgue mais adequada, seguindo o processo cautelar os subsequentes termos dos artigos 117.º e seguintes.

2 - Quando as circunstâncias imponham que o decretamento provisório seja precedido da audição do requerido, esta pode ser realizada por qualquer meio de comunicação que se revele adequado.

3 - O decretamento provisório não é passível de qualquer meio impugnatório.

4 - O decretamento provisório é notificado de imediato às pessoas e entidades que o devam cumprir, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 128.º.

5 - Mediante requerimento devidamente fundamentado, os requeridos, durante a pendência do processo cautelar, podem solicitar o levantamento da providência provisoriamente decretada, sendo o requerimento decidido depois de ouvido o requerente pelo prazo de cinco dias e de produzida a prova que o juiz considere necessária.

6 - O decretamento provisório também pode ter lugar durante a pendência do processo cautelar, com fundamento em alteração superveniente das circunstâncias.

### **Artigo 132.º**

[...]

1 - No âmbito de processos relativos à formação de contratos, podem ser requeridas providências cautelares destinadas a corrigir ilegalidades ou a impedir que sejam causados danos

irreversíveis, incluindo a suspensão do procedimento pré-contratual e a proibição da celebração ou da execução do contrato.

2 - Aos processos cautelares relativos a atos praticados no âmbito de procedimentos de formação de contratos, é aplicável o disposto no presente Título, com ressalva do disposto nos números seguintes.

3 - O requerimento deve ser instruído com todos os elementos de prova.

4 - A autoridade requerida e os contrainteressados dispõem do prazo de sete dias para responderem.

5 - A concessão da providência depende do juízo de probabilidade do tribunal quanto a saber se, ponderados os interesses suscetíveis de serem lesados, os danos que resultariam da adoção da providência são superiores aos prejuízos que podem resultar da sua não adoção, sem que tal lesão possa ser evitada ou atenuada pela adoção de outras providências.

6 - Quando, no processo cautelar, o juiz considere demonstrada a ilegalidade de especificações contidas nos documentos conformadores do procedimento que era invocada como fundamento do processo principal, pode determinar a sua imediata correção, decidindo, desse modo, o mérito da causa, segundo o disposto no artigo 121.º.

7 - *[Revogado]*.

## **TÍTULO V**

### **DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E DE ATRIBUIÇÕES**

### **Artigo 135.º**

[...]

1 - Os processos de conflito entre tribunais da jurisdição administrativa e fiscal ou entre órgãos administrativos regem-se pelos preceitos próprios da ação administrativa, com as seguintes especialidades, sendo, quanto ao mais, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei processual civil:

- a) [...];
- b) [...];

## **TÍTULO VI**

### **DOS RECURSOS JURISDICIONAIS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

###### **Artigo 140.º**

###### **Espécies de recursos e regime aplicável**

1 - Os recursos das decisões proferidas pelos tribunais administrativos são ordinários ou extraordinários, sendo ordinários a apelação e a revista e extraordinários o recurso para uniformização de jurisprudência e a revisão.

2 - Só existe recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo nos casos e termos previstos no capítulo seguinte.

3 - Os recursos das decisões proferidas pelos tribunais administrativos regem-se pelo disposto na lei processual civil, salvo o disposto no presente Título.

###### **Artigo 141.º**

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 - Pode ainda recorrer das decisões dos tribunais administrativos quem seja directa e efectivamente prejudicado por elas, ainda que não seja parte na causa ou seja apenas parte acessória.

###### **Artigo 142.º**

[...]

1 - O recurso das decisões que, em primeiro grau de jurisdição, tenham conhecido do mérito da causa é admitido nos processos de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre, quando a decisão impugnada seja desfavorável ao recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal, atendendo-se, em caso de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência, somente ao valor da causa.

2 — [...].

3 - Para além dos casos previstos na lei processual civil, é sempre admissível recurso, independentemente do valor da causa e da sucumbência, das decisões:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...].

4 - *[Revogado]*.

5 - As decisões proferidas em despacho interlocutório podem ser impugnadas no recurso que venha a ser interposto da decisão final, excepto nos casos em que é admitida apelação autónoma nos termos da lei processual civil.

###### **Artigo 143.º**

[...]

1 - Salvo disposto em lei especial, os recursos ordinários têm efeito suspensivo da decisão recorrida.

2 - Têm efeito meramente devolutivo os recursos interpostos de:

- a) Intimações para protecção de direitos, liberdades e garantias;
- b) Decisões respeitantes a processos cautelares e respectivos incidentes;
- c) Decisões proferidas por antecipação do juízo sobre a causa principal no âmbito de processos cautelares, nos termos do artigo 121.º.

3 - Quando a suspensão dos efeitos da sentença seja passível de originar situações de facto consumado ou a produção de prejuízos de difícil reparação para a parte vencedora ou para os interesses, públicos ou privados, por ela prosseguidos, o recorrente, no requerimento de interposição de recurso, pode requerer que ao recurso seja atribuído efeito meramente devolutivo.

4 – [...].

5 – [...].

#### **Artigo 144.º**

[...]

1 – [...].

2 - O recurso é interposto mediante requerimento, dirigido ao tribunal que proferiu a sentença, que inclui ou junta a respectiva alegação e no qual são enunciados os vícios imputados à sentença.

3 - Recebido o requerimento, a secretaria promove oficiosamente a notificação do recorrido ou recorridos para alegarem no prazo de 30 dias.

4 - Se o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, ao prazo de interposição e de resposta acrescem 10 dias.

#### **Artigo 145.º**

##### **Despacho sobre o requerimento**

1 - Findos os prazos concedidos às partes, o juiz ou relator aprecia os requerimentos apresentados e pronuncia-se sobre as nulidades arguidas e os pedidos de reforma, ordenando a subida do recurso se a tal nada obstar.

2 - O requerimento é indeferido quando:

- a) Se entenda que a decisão não admite recurso, que este foi interposto fora do prazo ou que o requerente não tem as condições necessárias para recorrer;
- b) Não contenha ou junte a alegação do recorrente ou quando esta não tenha conclusões.

3 - Do despacho do juiz ou relator que não admita o recurso pode o recorrente reclamar, segundo o disposto na lei processual civil, para o tribunal que seria competente para dele conhecer.

4 - Do despacho do relator que não receba o recurso interposto de decisão da Secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo para o Pleno do mesmo Tribunal, ou o retenha, cabe reclamação para a conferência e da decisão desta não há recurso.

## **CAPÍTULO II**

### **RECURSOS ORDINÁRIOS**

#### **Artigo 149.º**

[...]

1 – [...].

2 - Se o tribunal recorrido tiver julgado do mérito da causa, mas deixado de conhecer de certas questões, designadamente por as considerar prejudicadas pela solução dada ao litígio, o tribunal superior, se entender que o recurso procede e que

nada obsta à apreciação daquelas questões, conhece delas no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida.

3 - Se, por qualquer motivo, o tribunal recorrido não tiver conhecido do pedido, o tribunal de recurso, se julgar que o motivo não procede e que nenhum outro obsta a que se conheça do mérito da causa, conhece deste no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida.

4 - Nas situações previstas nos números anteriores, há lugar, no tribunal superior, à produção da prova que, ouvidas as partes pelo prazo de cinco dias, for julgada necessária, sendo aplicável às diligências ordenadas, com as necessárias adaptações, o disposto quanto à instrução, discussão, alegações e julgamento em primeira instância.

5 - Na situação prevista no número anterior, o relator, antes de ser proferida decisão, ouve as partes pelo prazo de 10 dias.

6 - Se, em desconformidade com o disposto no presente Código, o tribunal recorrido tiver absolvido da instância em decisão final, proferida após a instrução, o processo é liminarmente devolvido ao tribunal recorrido, para que seja decido do mérito pelos mesmos juízes que intervieram no julgamento em primeira instância.

#### **Artigo 150.º**

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

5 - Na revista de decisão de atribuição ou recusa de providência cautelar, o Supremo Tribunal Administrativo, quando não confirme o acórdão recorrido, substitui-o mediante decisão que decide a questão controvertida, aplicando os critérios de atribuição das providências

cautelares por referência à matéria de facto fixada nas instâncias.

6 - A decisão quanto à questão de saber se, no caso concreto, se preenchem os pressupostos do n.º 1 compete ao Supremo Tribunal Administrativo, devendo ser objeto de apreciação preliminar sumária, a cargo de uma formação constituída por três juízes de entre os mais antigos da Secção de Contencioso Administrativo.

#### **Artigo 151.º**

[...]

1 - Os recursos interpostos de decisões de mérito proferidas por tribunais administrativos de círculo são da competência do Supremo Tribunal Administrativo quando as partes, nas alegações, suscitem apenas questões de direito e o valor da causa seja superior a 500.000 € ou seja indeterminada, designadamente nos processos de declaração de ilegalidade de norma ou de declaração de ilegalidade por omissão de norma.

2 - O disposto no número anterior não se aplica a processos respeitantes a atos administrativos em matéria de emprego público ou relacionados com formas públicas ou privadas de protecção social.

3 - Os recursos previstos no n.º 1 são julgados como revista, sendo-lhes aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo anterior.

4 - Se, remetido o processo ao Supremo Tribunal Administrativo, o relator entender que as questões suscitadas ultrapassam o âmbito da revista, determina, mediante decisão definitiva, que o processo baixe ao Tribunal Central Administrativo, para que o recurso aí seja julgado como apelação, com aplicação do disposto no artigo 149.º.

5 - Se o relator admitir o recurso, pode haver reclamação para a conferência, nos termos gerais.

## **CAPÍTULO III**

### **RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS**

#### **Artigo 152.º**

[...]

1 - As partes e o Ministério Público podem dirigir ao Supremo Tribunal Administrativo, no prazo de 30 dias contado do trânsito em julgado do acórdão impugnado, pedido de admissão de recurso para uniformização de jurisprudência, quando, sobre a mesma questão fundamental de direito, exista contradição:

a) [...];

b) [...].

2 - A petição de recurso é acompanhada de alegação na qual se identifiquem, de forma precisa e circunstanciada, os aspetos de identidade que determinam a contradição alegada e a infração imputada ao acórdão recorrido.

3 – [...].

4 – [...].

5 - A decisão de provimento emitida pelo tribunal superior não afeta qualquer decisão anterior àquela que tenha sido impugnada, nem as situações jurídicas ao seu abrigo constituídas.

6 - A decisão que verifique a existência da contradição alegada anula o acórdão recorrido e substitui-o, decidindo a questão controvertida.

## **TÍTULO VII**

### **DO PROCESSO EXECUTIVO**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 157.º**

[...]

1 – [...].

2 - As vias de execução previstas no presente Título também podem ser utilizadas para obter a execução de atos administrativos inimpugnáveis a que a Administração não dê a devida execução, por quem possa fazer valer uma pretensão dirigida à execução desses atos.

3 - Sem prejuízo do disposto em lei especial, o preceituado no número anterior é, designadamente, aplicável para obter a emissão de sentença que produza os efeitos de alvará ilegalmente recusado ou omitido.

4 - As vias de execução previstas no presente Título podem ser ainda utilizadas para obter a execução de qualquer outro título executivo passível de ser accionado contra uma pessoa colectiva de direito público, um ministério ou uma secretaria regional, mas, quando diga respeito a títulos executivos emitidos fora do âmbito das relações jurídicas administrativas, a execução corre termos nos tribunais judiciais.

5 - As execuções contra particulares das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos, assim como dos demais títulos executivos produzidos no âmbito de relações jurídico-administrativas que careçam de execução jurisdicional, correm termos nos tribunais administrativos, mas, na ausência de legislação especial, regem-se pelo disposto na lei processual civil.

#### **Artigo 159.º**

[...]

1 – [...].

a) [...];

b) [...].



2 - A inexecução também constitui crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de outro procedimento especialmente fixado na lei, quando, tendo a Administração sido notificada para o efeito, o órgão administrativo competente:

a) Manifeste a inequívoca intenção de não dar execução à sentença, sem invocar a existência de causa legítima de inexecução;

b) Não proceda à execução nos termos que a sentença tinha estabelecido ou que o tribunal venha a definir no âmbito do processo de execução

#### **Artigo 161.º**

[...]

1 - Os efeitos de uma sentença transitada em julgado que tenha anulado ou declarado nulo um acto administrativo desfavorável, ou reconhecido a titularidade de uma situação jurídica favorável a uma ou várias pessoas, podem ser estendidos a outras pessoas que, quer tenham recorrido ou não à via contenciosa, tenham sido objecto de acto administrativo com idêntico conteúdo ou se encontrem colocadas na mesma situação jurídica, desde que, quanto a estas, não exista sentença transitada em julgado.

2 - O disposto no número anterior vale apenas para situações em que existam vários casos perfeitamente idênticos, nomeadamente no domínio do emprego público e em matéria de concursos, e só quando se preencham cumulativamente os seguintes pressupostos:

a) Terem sido proferidas por tribunais superiores, no mesmo sentido, 5 sentenças

transitadas em julgado ou, existindo situações de processos em massa, nesse sentido terem sido decididos em três casos, por

sentença transitada em julgado, os processos seleccionados segundo o disposto no artigo 48.º;

b) Não ter sido proferido número superior de sentenças, também transitadas em julgado, em sentido contrário ao das sentenças referidas na alínea anterior, nem serem as referidas sentenças contrárias a doutrina assente pelo Supremo Tribunal Administrativo em recurso para uniformização de jurisprudência.

3 - Para o efeito do disposto no n.º 1, o interessado deve apresentar, no prazo de um ano, contado desde a data em que a sentença foi proferida, um requerimento dirigido à entidade pública que, nesse processo, tenha sido demandada.

4 – [...].

5 – [...].

6 – [...].

## **CAPÍTULO II**

### **EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTOS OU DE COISAS**

#### **Artigo 163.º**

[...]

1 - Só constituem causa legítima de inexecução a impossibilidade absoluta e o excepcional prejuízo para o interesse público na execução da sentença.

2 – [...].

3 – [...].

#### **Artigo 164.º**

[...]

1 - Quando a Administração não dê execução espontânea à sentença no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 162.º, o interessado e o Ministério Público, quando tenha sido autor no processo ou estejam em causa os valores referidos no n.º 2 do

artigo 9.º, podem pedir a respectiva execução ao tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.

2 - Caso outra solução não resulte de lei especial, a petição de execução, que é autuada por apenso aos autos em que foi proferida a decisão exequenda, deve ser apresentada no prazo de um ano, contado desde o termo do prazo do n.º 1 do artigo 162.º ou da notificação da invocação de causa legítima de inexecução.

3 – [...].

4 – [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...].

5 – [...].

6 – [...].

#### **Artigo 170.º**

[...]

1 – [...].

2 - Caso a Administração não dê execução à sentença no prazo estabelecido no n.º 1, dispõe o interessado do prazo de um ano para pedir a respectiva execução ao tribunal competente, podendo, para o efeito, solicitar:

a) [...];

b) [...].

#### **Artigo 171.º**

[...]

1 – [...].

2 - O recebimento da oposição suspende a execução, sendo o exequente notificado para replicar no prazo de 10 dias.

3 - Junta a réplica do exequente ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a oposição deduzida pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.

4 - A oposição é decidida no prazo máximo de 20 dias.

5 - A inexistência de verba ou cabimento orçamental que permita o pagamento imediato da quantia devida não constitui fundamento de oposição à execução, sem prejuízo de poder ser causa de exclusão da ilicitude da inexecução espontânea da sentença, para os efeitos do disposto no artigo 159.º.

6 - Quando a situação de incumprimento se deva à inexistência de verba ou cabimento orçamental que permita o pagamento imediato da quantia devida, a entidade obrigada deve, dentro do prazo previsto no n.º 1, dar conhecimento da situação ao tribunal, que convida as partes a chegarem a acordo, no prazo de 20 dias, quanto ao pagamento escalonado da quantia em dívida.

7 - Na ausência do acordo referido no número anterior, aplica-se o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 172.º.

#### **Artigo 172.º**

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

6 – [...].

7 – [...].

8 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o exequente deve ser imediatamente notificado da situação de insuficiência de dotação, assistindo-lhe, nesse caso, em alternativa:

a) O direito de requerer que o tribunal administrativo dê seguimento à execução, aplicando o regime da execução para pagamento de quantia certa, previsto na lei processual civil; ou

b) O direito de requerer a fixação à entidade obrigada de um prazo limite para proceder ao pagamento, com imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares do órgão competente para determinar tal pagamento.

#### **Artigo 173.º**

[...]

1 - Sem prejuízo do eventual poder de praticar novo ato administrativo, no respeito pelos limites ditados pela autoridade do caso julgado, a anulação de um ato administrativo constitui a Administração no dever de reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado, bem como de dar cumprimento aos deveres que não tenha cumprido com fundamento naquele ato, por referência à situação jurídica e de facto existente no momento em que deveria ter atuado.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração pode ficar constituída no dever de praticar atos dotados de eficácia retroativa, desde que não envolvam a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, assim como no dever de anular, reformar ou substituir os atos consequentes, sem dependência de prazo, e alterar as situações de facto entretanto constituídas, cuja manutenção seja incompatível com a execução da sentença de anulação.

3 - Os beneficiários de boa-fé de atos consequentes praticados há mais de um ano têm direito a ser indemnizados pelos danos que sofram em consequência da anulação, mas a sua situação jurídica não pode ser posta em causa se esses danos forem de difícil ou impossível reparação e for manifesta a desproporção existente entre o seu interesse na manutenção da situação e o interesse na execução da sentença anulatória.

4 - Quando à reintegração ou recolocação de um trabalhador que tenha obtido a anulação de um ato administrativo se oponha a existência de terceiros interessados na manutenção de situações incompatíveis, constituídas em seu favor por ato administrativo praticado há mais de um ano, o trabalhador que obteve a anulação tem direito a ser provido em lugar de categoria igual ou equivalente àquela em que deveria ser colocado, ou, não sendo isso possível, à primeira vaga que venha a surgir na categoria correspondente, exercendo transitoriamente funções fora do quadro até à integração neste.

#### **Artigo 176.º**

[...]

1 - Quando a Administração não dê execução espontânea à sentença no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, o interessado e o Ministério Público, quando tenha sido autor no processo ou estejam em causa os valores referidos no n.º 2 do artigo 9.º, podem exigir o cumprimento do dever de execução perante o tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.

2 - A petição, que é autuada por apenso aos autos em que foi proferida a sentença de anulação, deve ser apresentada no prazo de um ano, contado desde o termo do prazo do n.º 1 do artigo anterior ou da notificação da invocação de causa legítima de inexecução a que se refere o mesmo preceito.

3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

6 – [...].

7 – [...].

## **TÍTULO VIII**

### **TRIBUNAL ARBITRAL E CENTRO DE ARBITRAGEM**

#### **Artigo 180.º**

[...]

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 187.º e em lei especial, pode ser constituído tribunal arbitral para o julgamento de:

- a) Questões respeitantes a contratos, incluindo a apreciação da validade de atos administrativos relativos à respectiva formação e execução;
- b) Questões respeitantes a responsabilidade civil extracontratual, incluindo a efetivação do direito de regresso, ou indemnizações devidas nos termos da lei, no âmbito das relações jurídicas administrativas;
- c) Questões respeitantes à validade de atos administrativos;
- d) Questões emergentes de relações jurídicas de emprego público, quando não estejam em causa direitos indisponíveis e quando não resultem de acidente de trabalho ou de doença profissional.

2 – [...].

#### **Artigo 182.º**

[...]

O interessado que pretenda recorrer à arbitragem no âmbito dos litígios previstos no artigo 180.º pode exigir da Administração a celebração de compromisso arbitral, nos casos e termos previstos em lei especial.

#### **Artigo 185.º**

[...]

Não pode ser objeto de compromisso arbitral a responsabilidade civil por prejuízos decorrentes do exercício da função política e legislativa ou da função jurisdicional.

#### **Artigo 186.º**

[...]

As decisões proferidas pelo tribunal arbitral podem ser impugnadas nos termos e com os fundamentos estabelecidos na Lei de Arbitragem Voluntária.

#### **Artigo 187.º**

[...]

1 - O Estado pode, nos termos da lei, autorizar a instalação de centros de arbitragem permanente destinados à composição de litígios passíveis de arbitragem nos termos do artigo 180.º, designadamente no âmbito das seguintes matérias:

- a) Relações jurídicas de emprego público;
- b) Sistemas públicos de proteção social;
- c) Urbanismo.

2 - A vinculação de cada ministério à jurisdição de centros de arbitragem depende de portaria conjunta do membro do Governo responsável pela área da justiça e do membro do Governo competente em razão da matéria, que estabelece o tipo e o valor máximo dos litígios abrangidos, conferindo aos interessados o poder de se dirigirem a esses centros para a resolução de tais litígios.

3 – [...].

## **TÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

## **Artigo 191.º**

[...]

A partir da data da entrada em vigor deste Código, as remissões que, em lei especial, são feitas para o regime do recurso contencioso de anulação de atos administrativos consideram-se feitas para o regime da ação administrativa.”

## **Artigo 2.º**

### **Aditamentos ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

São aditados ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos os artigos 45.º-A, 77.º-A, 77.º-B, 78.º-A, 83.º-A, 85.º-A, 87.º-A, 87.º-B, 87.º-C, 89.º-A, 91.º-A, 103.º-A, 103.º-B, 110.º-A e 186.º-A.

### **“Artigo 45.º-A**

#### **Extensão do âmbito da convolação**

1 - O disposto no artigo anterior é aplicável quando, tendo sido deduzido pedido respeitante à invalidade de contrato por violação das regras relativas ao respetivo procedimento de formação, o tribunal:

- a) Verifique que já não é possível reinstruir o procedimento pré-contratual, por entretanto ter sido celebrado e executado o contrato;
- b) Proceda, segundo o disposto na lei substantiva, ao afastamento da invalidade do contrato, em resultado da ponderação dos interesses públicos e privados em presença.

2 - O disposto no artigo anterior também é aplicável quando, na pendência de ação de condenação à prática de ato devido, se verifique que a entidade demandada devia ter satisfeito a pretensão do autor em conformidade com o quadro normativo

aplicável, mas a alteração superveniente desse quadro normativo impeça a procedência da ação.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a alteração superveniente só impede a procedência da ação de condenação à prática de ato devido quando se verifique que, mesmo que a pretensão do autor tivesse sido satisfeita no momento próprio, a referida alteração teria o alcance de lhe retirar a titularidade da correspondente situação jurídica de vantagem, constituindo-o no direito de ser indemnizado por esse facto.

## **Artigo 77.º-A**

### **Legitimidade**

1 — Os pedidos relativos à validade, total ou parcial, de contratos podem ser deduzidos: a) Pelas partes na relação contratual;

b) Pelo Ministério Público, em situações de grande relevância jurídica ou social ou de ilegalidade grave e ostensiva;

c) Por quem tenha sido prejudicado pelo facto de não ter sido adotado o procedimento pré-contratual legalmente exigido;

d) Por quem tenha impugnado um ato administrativo relativo ao respetivo procedimento e alegue que a invalidade decorre das ilegalidades cometidas no âmbito desse procedimento;

e) Por quem, tendo participado no procedimento que precedeu a celebração do contrato, alegue que o clausulado não corresponde aos termos da adjudicação;

f) Por quem alegue que o clausulado do contrato não corresponde aos termos inicialmente estabelecidos e que justificadamente o tinham levado a não participar no procedimento pré-contratual, embora preenchesse os requisitos necessários para o efeito;

g) Pelas pessoas singulares ou coletivas titulares ou defensoras de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos aos quais a execução do contrato cause ou possa causar prejuízos;

h) Pelas pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º.

2 — A anulabilidade de quaisquer contratos por falta e vícios da vontade só pode ser arguida pelas pessoas em cujo interesse a lei a estabelece.

3 — Os pedidos relativos à execução de contratos podem ser deduzidos:

a) Pelas partes na relação contratual;

b) Pelas pessoas singulares e coletivas portadoras ou defensoras de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos em função dos quais as cláusulas contratuais tenham sido estabelecidas;

c) Pelo Ministério Público, quando se trate de cláusulas cujo incumprimento possa afetar um interesse público especialmente relevante;

d) Pelas pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º;

e) Por quem tenha sido preterido no procedimento que precedeu a celebração do contrato.

#### **Artigo 77.º-B**

##### **Prazos**

1 — A invalidade dos contratos com objeto passível de ato administrativo pode ser arguida dentro dos prazos previstos para o ato com o mesmo objeto e idêntica regulamentação da situação concreta.

2 — A anulabilidade, total ou parcial, dos demais contratos pode ser arguida no prazo de seis meses, contado desde a data da celebração do contrato, em relação às partes, ou do respetivo conhecimento, quanto a terceiros e ao Ministério Público.

3 — A anulação de quaisquer contratos por falta e vícios da vontade pode ser sempre pedida no prazo de seis meses, contado desde a data da cessação do vício.

#### **Artigo 78.º-A**

##### **Contrainteressados**

1 — Quando o autor não conheça, no todo ou em parte, a identidade e residência dos contrainteressados, pode requerer à Administração, previamente à propositura da ação, a passagem de certidão da qual constem aqueles elementos de identificação.

2 — Se a certidão não for passada no prazo legal, o autor, na petição inicial, deve juntar prova de que a requereu, indicar a identidade e residência dos contrainteressados que conheça e requerer a intimação judicial da entidade demandada para, no prazo de cinco dias, fornecer ao tribunal a identidade e residência dos contrainteressados em falta, para o efeito de poderem ser citados.

3 — O incumprimento pela entidade demandada da intimação referida no número anterior sem justificação adequada determina a imposição de sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo 169.º, sem prejuízo da constituição em responsabilidade, nos termos do artigo 159.º.

4 — Caso o desconhecimento por parte do autor diga respeito apenas à determinação da residência dos contrainteressados, o requerente pode promover a consulta às bases de dados dos serviços de identificação civil e outros, nos termos da lei processual civil.

#### **Artigo 83.º-A**

##### **Reconvenção**

1 — Quando na contestação seja deduzida reconvenção, esta deve ser expressamente identificada e deduzida em separado do restante articulado, e conter:

- a) Exposição dos factos essenciais que constituem a causa de pedir e das razões de direito que servem de fundamento à reconvenção;
- b) Formulação do pedido;
- c) Declaração do valor da reconvenção.

2 — Se na contestação não for declarado o valor da reconvenção, a contestação não deixa de ser recebida, mas o reconvinte é convidado a indicar o valor, sob pena de a reconvenção não ser atendida.

3 — Quando o prosseguimento da reconvenção esteja dependente de qualquer ato a praticar pelo reconvinte, o reconvindo é absolvido da instância se, no prazo findo, tal ato não se mostrar realizado.

#### **Artigo 85.º-A**

##### **Réplica e tréplica**

1 — É admissível réplica para o autor responder, por forma articulada, às exceções deduzidas na contestação ou às exceções perentórias invocadas pelo Ministério Público no exercício dos poderes que lhe confere o artigo anterior, assim como para deduzir toda a defesa quanto à matéria da reconvenção, não podendo a esta opor nova reconvenção.

2 — Nas ações de simples apreciação negativa, a réplica serve para o autor impugnar os factos constitutivos que o demandado tenha alegado e para alegar os factos impeditivos ou extintivos do direito invocado pelo demandado.

3 — A réplica em resposta a exceções é apresentada no prazo de 20 dias e em resposta a reconvenção no prazo de 30 dias, a contar da data em que seja ou se considere notificada a apresentação da contestação.

4 — Quando tenha havido reconvenção, o autor, na réplica, deve:

- a) Expor as razões de facto e de direito por que se opõe à reconvenção;
- b) Expor os factos essenciais em que se baseiam as exceções deduzidas, especificando-as separadamente.

5 — No caso previsto no número anterior, o autor, no final da réplica, deve apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer outros meios de prova.

6 — Só é admissível tréplica para o demandado responder, por forma articulada, às exceções deduzidas na réplica quanto à matéria da reconvenção, no prazo de 20 dias a contar da notificação da réplica.

#### **Artigo 87.º-A**

##### **Audiência prévia**

1 — Concluídas as diligências resultantes do preceituado no artigo anterior, se a elas houver lugar, e sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, pode ser convocada audiência prévia, a realizar num dos 30 dias subsequentes, destinada a algum ou alguns dos fins seguintes:

- a) Realizar tentativa de conciliação, nos termos do artigo 87.º-C;
- b) Facultar às partes a discussão de facto e de direito, quando o juiz tencione conhecer imediatamente, no todo ou em parte, do mérito da causa;
- c) Discutir as posições das partes, com vista à delimitação dos termos do litígio, e suprir as insuficiências ou imprecisões na exposição da matéria de facto que ainda subsistam ou se tornem patentes na sequência do debate;
- d) Proferir despacho saneador, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º;

e) Determinar, após debate, a adequação formal, a simplificação ou a agilização do processo;

f) Proferir, após debate, despacho destinado a identificar o objeto do litígio e enunciar os temas da prova, e decidir as reclamações deduzidas pelas partes;

g) Programar, após audição dos mandatários, os atos a realizar na audiência final, estabelecer o número de sessões e a sua duração, e designar as respetivas datas.

2 — Para efeitos do disposto na alínea e) do número anterior, o juiz pode determinar a adoção da tramitação processual adequada às especificidades da causa e adaptar o conteúdo e a forma dos atos processuais ao fim que visam atingir, assegurando um processo equitativo.

3 — O despacho que marque a audiência prévia indica o seu objeto e finalidade, mas não constitui caso julgado sobre a possibilidade de apreciação imediata do mérito da causa.

4 — Não constitui motivo de adiamento a falta das partes ou dos seus mandatários.

5 — A audiência prévia é, sempre que possível, gravada, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto sobre a matéria na lei processual civil.

6 — Os requerimentos probatórios podem ser alterados na audiência prévia.

#### **Artigo 87.º-B**

##### **Não realização da audiência prévia**

1 — A audiência prévia não se realiza quando o processo deva findar no despacho saneador pela procedência de exceção dilatória.

2 — Nas ações que hajam de prosseguir, o juiz pode dispensar a realização da audiência prévia quando esta se destine apenas aos fins previstos nas alíneas d), e), f) e g) do n.º 1 do artigo

anterior, proferindo, nesse caso, despacho para os fins indicados, nos 20 dias subsequentes ao termo dos articulados.

3 — Notificadas as partes, se alguma delas pretender reclamar dos despachos proferidos para os fins previstos nas alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo anterior, pode requerer, em 10 dias, a realização de audiência prévia, que, neste caso, deve realizar-se num dos 20 dias seguintes e destinar-se a apreciar as questões suscitadas e, acessoriamente, a fazer uso do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior, podendo haver alteração dos requerimentos probatórios.

#### **Artigo 87.º-C**

##### **Tentativa de conciliação e mediação**

1 — Quando a causa couber no âmbito dos poderes de disposição das partes, pode ter lugar, em qualquer estado do processo, tentativa de conciliação ou mediação, desde que as partes conjuntamente o requeiram ou o juiz a considere oportuna, mas as partes não podem ser convocadas exclusivamente para esse fim mais do que uma vez.

2 — Para o efeito do disposto no número anterior, as partes são notificadas para comparecer pessoalmente ou se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais.

3 — A tentativa de conciliação é presidida pelo juiz, devendo este empenhar-se ativamente na obtenção da solução mais adequada aos termos do litígio.

4 — Frustrando-se, total ou parcialmente, a conciliação, ficam consignadas em ata as concretas soluções sugeridas pelo juiz, bem como os fundamentos que, no entendimento das partes, justificam a persistência do litígio.

5 — A mediação processa-se nos termos definidos em diploma próprio.

#### **Artigo 89.º-A**



### **Despacho de prova e aditamento ou alteração do rol de testemunhas**

- 1 — Proferido despacho saneador, quando a ação deva prosseguir, o juiz profere despacho destinado a identificar o objeto do litígio e a enunciar os temas da prova.
- 2 — As partes podem reclamar do despacho previsto no número anterior.
- 3 — O despacho proferido sobre as reclamações apenas pode ser impugnado no recurso interposto da decisão final.
- 4 — Quando ocorram na audiência prévia e esta seja gravada, os despachos e as reclamações previstas nos números anteriores podem ter lugar oralmente.
- 5 — O rol de testemunhas pode ser aditado ou alterado até 20 dias antes da data em que se realize a audiência final, sendo a parte contrária notificada para usar, querendo, de igual faculdade, no prazo de cinco dias.
- 6 — Incumbe às partes a apresentação das testemunhas indicadas em consequência do aditamento ou da alteração ao rol previsto no número anterior.

### **Artigo 91.º-A**

#### **Alegações escritas**

- 1 — Quando não haja lugar à realização de audiência final, as partes, finda a instrução, são notificadas para apresentarem alegações escritas pelo prazo simultâneo de 20 dias.
- 2 — Na hipótese prevista no n.º 6 do artigo anterior, não há lugar a notificação, sendo o prazo contado da data do encerramento da audiência final.

### **Artigo 103.º-A**

#### **Efeito suspensivo e medidas provisórias**

- 1 — A impugnação de atos de adjudicação no âmbito do contencioso pré-contratual urgente faz suspender

automaticamente os efeitos do ato impugnado, se tal não tiver já sido obtido em sede cautelar.

- 2 — No caso previsto no número anterior, a entidade demandada e os contra-interessados podem requerer ao juiz o levantamento do efeito suspensivo, alegando que o diferimento da execução do ato seria gravemente prejudicial para o interesse público ou gerador de consequências lesivas claramente desproporcionadas para outros interesses envolvidos, havendo lugar, na decisão, à aplicação do critério previsto no n.º 2 do artigo 120.º.

- 3 — No caso previsto no número anterior, o demandado ou demandados dispõem do prazo de sete dias para responderem, findo o que o juiz decide no prazo máximo de dez dias, contado da data da última pronúncia apresentada ou do termo do prazo para a sua apresentação.

- 4 — No âmbito de qualquer processo do contencioso pré-contratual urgente, pode ser requerida ao juiz a adoção de medidas provisórias, dirigidas a prevenir o risco de, no momento em que a sentença venha a ser produzida, se ter constituído uma situação de facto consumado, por já não ser possível retomar o procedimento pré-contratual para determinar quem nele seria escolhido como adjudicatário.

- 5 — Quando disponha de elementos que o justifiquem, o juiz pode, ouvidas as partes, determinar oficiosamente a suspensão da eficácia do ato impugnado ou a adoção de outras medidas provisórias, para prevenir a constituição de situações de facto consumado.

- 6 — Nas situações previstas nos n.ºs 3 e 4, o juiz decide segundo os critérios de decisão previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 120.º e a prova produzida releva, na medida do aplicável, para a decisão do mérito da causa.

### **Artigo 103.º-B**

### **Adoção de medidas provisórias**

1 — No âmbito de qualquer processo do contencioso pré-contratual urgente, pode ser requerida ao juiz a adoção de medidas provisórias, dirigidas a prevenir o risco de, no momento em que a sentença venha a ser produzida, se ter constituído uma situação de facto consumado, por já não ser possível retomar o procedimento pré-contratual para determinar quem nele seria escolhido como adjudicatário.

2 — Quando disponha de elementos que o justifiquem, o juiz pode, ouvidas as partes, determinar oficiosamente a suspensão da eficácia do ato impugnado ou a adoção de outras medidas provisórias, para prevenir a constituição de situações de facto consumado.

3 — Nas situações previstas no presente artigo, o juiz decide segundo os critérios de decisão previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 120.º e a prova produzida releva, na medida do aplicável, para a decisão do mérito da causa.

### **Artigo 110.º-A**

#### **Convolução do processo e decretamento provisório de providência cautelar**

1 - Quando verifique que as circunstâncias do caso não são de molde a justificar o decretamento de uma intimação, por se bastarem com a adopção de uma providência cautelar, o juiz, no despacho liminar, fixa prazo para o autor substituir a petição, para o efeito de requerer a adopção de providência cautelar, seguindo-se, se a petição for substituída, os termos do processo cautelar.

2 - Quando, na hipótese prevista no número anterior, seja de reconhecer que existe uma situação de especial urgência que o justifique, o juiz deve, no mesmo despacho liminar, e sem quaisquer outras formalidades ou diligências, decretar

provisoriamente a providência cautelar que julgue adequada, sendo, nesse caso, aplicável o disposto no artigo 131.º.

3 - Na hipótese prevista no número anterior, o decretamento provisório caduca se, no prazo de cinco dias, o autor não tiver requerido a adopção de providência cautelar, segundo o disposto no n.º 1.

### **Artigo 186º.-A**

#### **Publicidade das decisões arbitrais**

As decisões proferidas por tribunais arbitrais transitadas em julgado são obrigatoriamente publicadas por via informática, em base de dados organizada pelo Ministério da Justiça.”

### **Artigo 3.º**

#### **Alterações à sistemática do Código de Processo nos Tribunais Administrativos**

1 — O Título II do Código de Processo nos Tribunais Administrativos passa a designar-se “Da Ação Administrativa”, sendo acrescentados dois capítulos novos, o Capítulo I, o qual passa a designar-se por “Disposições Gerais” e o Capítulo II, o qual passa a designar-se por “Disposições Particulares”, sendo suprimido o Título III designado por “Da ação administrativa especial” e os capítulos por ele abrangidos.

2 — A Secção III do novo Capítulo II do novo Título II do Código de Processo nos Tribunais Administrativos passa a designar-se por “Impugnação de normas e condenação à emissão de normas”, a Secção IV do novo Capítulo II do novo Título II passa a designar-se por “Ações relativas à validade e execução de contratos”.

3 — O Título IV do Código de Processo nos Tribunais Administrativos passa a Título III, sendo designado por “Dos processos urgentes”, com um capítulo I designado por “Ação administrativa urgente”, uma Secção I designada por

“Contencioso eleitoral e procedimentos de massa”, uma Secção II designada por “Contencioso pré-contratual” e uma Secção III designada por “Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias”.

4 — O Título V do Código de Processo nos Tribunais Administrativos passa a Título IV, com a mesma designação, o seu Título VI passa a Título V, com a mesma designação e o seu Título VII passa a VI, com a mesma designação, passando o Capítulo III do novo Título VI a designar-se por “Recursos extraordinários” e suprimindo-se o Capítulo III, anteriormente designado por “Recurso de revisão”, o Título VIII passa a Título VII, com a mesma designação, e o Título IX passa a Título VIII, com a mesma designação.

#### **Artigo 4.º**

##### **Alterações ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais**

São alterados os artigos 1.º, 2.º, 4.º, 9.º, 13.º, 14.º, 17.º, 24.º, 29.º, 40.º, 43.º, 44.º, 46.º, 48.º, 51.º, 52.º, 61.º, 66.º, 69.º e 82.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, que passam a ter a seguinte redação:

#### **“Artigo 1.º**

[...]

1 — Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo, nos litígios compreendidos pelo âmbito de jurisdição previsto no artigo 4.º deste Estatuto.

2 — Nos feitos submetidos a julgamento, os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal não podem aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados.

#### **Artigo 2.º**

##### **Independência**

Os tribunais da jurisdição administrativa e fiscal são independentes e apenas estão sujeitos à lei e ao Direito.

#### **Artigo 4.º**

[...]

1 — Compete aos tribunais da jurisdição administrativa e fiscal a apreciação de litígios que tenham por objeto questões relativas a:

- a) Tutela de direitos fundamentais e outros direitos e interesses legalmente protegidos, no âmbito de relações jurídicas administrativas e fiscais;
- b) Fiscalização da legalidade das normas e demais atos jurídicos emanados por órgãos da Administração Pública, ao abrigo de disposições de direito administrativo ou fiscal;
- c) Fiscalização da legalidade de atos administrativos praticados por quaisquer órgãos do Estado ou das Regiões Autónomas não integrados na Administração Pública;
- d) Fiscalização da legalidade das normas e demais atos jurídicos praticados por quaisquer entidades, independentemente da sua natureza, no exercício de poderes administrativos de autoridade;
- e) Validade de atos pré-contratuais e interpretação, validade e execução de contratos administrativos ou de quaisquer outros contratos celebrados nos termos da legislação sobre contratação pública, por pessoas coletivas de direito público ou outras entidades adjudicantes;
- f) Responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas de direito público, incluindo por danos resultantes do exercício das funções política, legislativa e jurisdicional;

g) Responsabilidade civil extracontratual dos titulares de órgãos, funcionários agentes, trabalhadores e demais servidores públicos, incluindo ações de regresso;

h) Responsabilidade civil extracontratual dos demais sujeitos aos quais seja aplicável o regime específico da responsabilidade do Estado e demais pessoas coletivas de direito público;

i) Condenação à remoção de situações constituídas em via de facto, sem título que as legitime;

j) Condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial de direitos;

k) Fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e outras restrições de utilidade pública;

l) Relações jurídicas entre pessoas coletivas de direito público ou entre órgãos públicos, reguladas por disposições de direito administrativo e fiscal;

m) Prevenção, cessação e reparação de violações a valores e bens constitucionalmente protegidos, em matéria de saúde pública, habitação, educação, ambiente, ordenamento do território, urbanismo, qualidade de vida, património cultural e bens do Estado, quando cometidas por entidades públicas;

n) Impugnações judiciais de decisões da Administração Pública que apliquem coimas, no âmbito do ilícito de mera ordenação social, por violação de normas de direito administrativo em matéria de ambiente, ordenamento do território, urbanismo, património cultural e bens do Estado;

o) Contencioso eleitoral relativo a órgãos de pessoas coletivas de direito público para que não seja competente outro tribunal;

p) Execução da satisfação de obrigações ou respeito por limitações decorrentes de atos administrativos que não possam ser impostos coercivamente pela Administração;

q) Relações jurídicas administrativas e fiscais que não digam respeito às matérias previstas nas alíneas anteriores.

2 — Pertence à jurisdição administrativa e fiscal a competência para dirimir os litígios nos quais devem ser conjuntamente demandadas entidades públicas e particulares entre si ligados por vínculos jurídicos de solidariedade, designadamente por terem concorrido em conjunto para a produção dos mesmos danos ou por terem celebrado entre si contrato de seguro de responsabilidade.

3 — [...].

4 — Ficam igualmente excluídas do âmbito da jurisdição administrativa e fiscal:

a) A apreciação das ações de responsabilidade por erro judiciário cometido por tribunais pertencentes a outras ordens de jurisdição, bem como das correspondentes ações de regresso;

b) A apreciação de litígios decorrentes de contratos individuais de trabalho, ainda que uma das partes seja uma pessoa coletiva de direito público, com exceção dos litígios emergentes de contratos de trabalho em funções públicas.

## **Artigo 9.º**

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — No caso previsto no número anterior, o tribunal administrativo e fiscal dispõe de um único presidente, designado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

5 — Mediante decreto-lei, podem ser criadas seções especializadas ou tribunais especializados.

### **Artigo 13.º**

[...]

1 — O Supremo Tribunal Administrativo tem um presidente que é coadjuvado por dois vice-presidentes, eleitos de modo e por períodos idênticos aos previstos para aquele.

2 — Um vice-presidente é eleito de entre e pelos juízes da Secção de Contencioso Administrativo, sendo o outro vice-presidente eleito de entre e pelos juízes da Secção de Contencioso Tributário.

### **Artigo 14.º**

[...]

1 — Cada secção do Supremo Tribunal Administrativo é composta pelo presidente do Tribunal, pelo respetivo vice-presidente e pelos restantes juízes para ela nomeados.

2 - [...].

### **Artigo 17.º**

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — Salvo no caso de recurso para a uniformização de jurisprudência ou quando tal seja necessário à observância do disposto no número anterior, não podem intervir no julgamento no Pleno os juízes que tenham votado a decisão recorrida.

5 — [...].

6 — Nos processos da competência do Pleno da Secção, dos despachos do relator que versem apenas sobre questões processuais e não ponham termo ao processo cabe reclamação para uma formação de cinco juízes, designados anualmente de entre os mais antigos pelo Presidente do Tribunal.

### **Artigo 24.º**

[...]

1 — Compete à Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo conhecer:

a) Dos processos em matéria administrativa relativos a ações ou omissões das seguintes entidades:

i - [...]

ii - [...]

iii - [...]

iv - [...]

v) Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, Tribunal de Contas, Supremo Tribunal Militar, Tribunais Centrais Administrativos e Tribunais da Relação, assim como dos respetivos Presidentes;

vi) Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, e respetivos Presidentes.

vii) Procurador-Geral da República.

### **Artigo 29.º**

[...]

Compete ao Plenário do Supremo Tribunal Administrativo conhecer dos conflitos de competência entre tribunais administrativos de círculo e tribunais tributários ou entre as Secções de Contencioso Administrativo e de Contencioso Tributário.

### **Artigo 40.º**

[...]

1 — Exceto nos casos em que a lei processual administrativa preveja o julgamento em formação alargada, os tribunais administrativos de círculo funcionam apenas com juiz

singular, a cada juiz competindo a decisão, de facto e de direito, dos processos que lhe sejam distribuídos.

2 — [Revogado].

3 — [Revogado].

#### **Artigo 43.º**

[...]

1 — Os presidentes dos tribunais administrativos de círculo são nomeados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais para um mandato de três anos.

2 — O mandato pode ser renovado uma vez, mediante avaliação favorável, resultante de auditoria sobre os moldes em que foram exercidos os poderes de gestão do movimento processual do tribunal, a realizar por entidade externa, designada para o efeito pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

3 — Os presidentes dos tribunais administrativos de círculo com mais de três juízes são nomeados em comissão de serviço, que não dá lugar à abertura de vaga, de entre juízes que:

- a) Exerçam funções efetivas como juízes desembargadores e possuam classificação não inferior a *Bom com distinção*; ou
- b) Exerçam funções efetivas como juízes de Direito, possuam 10 anos de serviço efetivo nos tribunais administrativos e classificação não inferior a *Bom com distinção*.

4 — A nomeação para o exercício das funções de presidente em tribunais administrativos de círculo com mais de três juízes pressupõe a habilitação prévia com curso de formação próprio, o qual inclui as seguintes áreas de competências:

- a) Organização e atividade administrativa;
- b) Organização do sistema judicial e administração do tribunal;
- c) Gestão do tribunal e gestão processual;
- d) Simplificação e agilização processuais;

e) Avaliação e planeamento;

f) Gestão de recursos humanos e liderança;

g) Gestão dos recursos orçamentais, materiais e tecnológicos;

h) Informação e conhecimento;

i) Qualidade, inovação e modernização.

5 — O curso de formação a que se refere o número anterior é ministrado pelo Centro de Estudos Judiciários com a colaboração de outras entidades formadoras, nos termos definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, que aprova o respetivo regulamento.

#### **Artigo 44.º**

[...]

1 — Compete aos tribunais administrativos de círculo conhecer, em primeira instância, de todos os processos do âmbito da jurisdição administrativa e fiscal que incidam sobre matéria administrativa e cuja competência, em primeiro grau de jurisdição, não esteja reservada aos tribunais superiores.

2 — [...].

3 — [...].

#### **Artigo 46.º**

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — O procedimento previsto no número anterior tem obrigatoriamente lugar quando esteja em causa uma situação de processos em massa, nos termos previstos na lei de processo.

#### **Artigo 48.º**

[...]

1 — É aplicável, quanto à nomeação e competências dos presidentes dos tribunais tributários, o disposto no presente Estatuto para os presidentes dos tribunais administrativos de círculo.

2 — [Revogado].

3 — [Revogado].

4 — [Revogado].

#### **Artigo 51.º**

[...]

Compete ao Ministério Público representar o Estado, defender a legalidade democrática e promover a realização do interesse público, exercendo, para o efeito, os poderes que a lei lhe confere.

#### **Artigo 52.º**

[...]

1 — O Ministério Público é representado:

a) [...];

b) [...];

c) Nos tribunais administrativos de círculo e nos tribunais tributários, por procuradores da República e por procuradores-adjuntos.

2 — [...].

3 — Na colocação e provimento dos magistrados nesta jurisdição deve ser ponderada a formação especializada de acordo com o disposto nos números 1 e 2 do artigo 136.º do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.

#### **Artigo 61.º**

##### **Provimento das vagas**

1 — As vagas de juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários são preenchidas por transferência

de outros tribunais administrativos de círculo ou tribunais tributários, bem como por concurso, nos termos da lei que define o regime de ingresso nas magistraturas e de formação de magistrados.

2 — As vagas de juízes dos tribunais superiores são preenchidas por transferência de outra Secção do mesmo tribunal, bem como por concurso, em que a graduação se faz segundo o mérito relativo dos concorrentes de cada classe, tendo em consideração os seguintes fatores:

a) Anteriores classificações de serviço;

b) Antiguidade;

c) Graduação obtida em concursos de habilitação ou cursos de ingresso em cargos judiciais;

d) Currículo universitário e pós-universitário;

e) Trabalhos científicos realizados;

f) Atividade desenvolvida no âmbito forense ou no ensino jurídico;

g) Outros fatores que abonem a idoneidade dos requerentes para o cargo a prover.

3 — [Revogado].

#### **Artigo 66.º**

##### **Concursos**

1 — Os concursos para juízes do Supremo Tribunal Administrativo são abertos para cada uma das secções e têm a validade de um ano, prorrogável até seis meses.

2 — Aos concursos podem candidatar-se:

a) Juízes dos tribunais centrais administrativos com cinco anos de serviço nesses tribunais;

b) Juízes dos tribunais de relação que tenham exercido funções na jurisdição administrativa e fiscal durante cinco anos;

c) Procuradores-gerais-adjuntos com 10 anos de serviço, 5 dos quais junto da jurisdição administrativa e fiscal, no Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República ou em auditorias jurídicas;

d) Juristas com pelo menos 10 anos de comprovada experiência profissional na área do direito público, nomeadamente através do exercício de funções públicas, da advocacia, da docência no ensino superior ou da investigação, ou ao serviço da Administração Pública.

3 — Os concorrentes defendem publicamente os seus currículos perante um júri presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, na qualidade de presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, e integrado pelos seguintes vogais:

a) O juiz conselheiro mais antigo na categoria que seja membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

b) Um membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, não pertencente à magistratura, a eleger por este órgão;

c) Um membro do Conselho Superior do Ministério Público, a eleger por este;

d) Um professor universitário, com a categoria de professor catedrático, escolhido pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

e) Um advogado com funções no Conselho Superior da Ordem dos Advogados, cabendo ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais solicitar à Ordem dos Advogados a respetiva indicação.

4 — Para o efeito do disposto na alínea d) do número anterior, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais solicita, a cada uma das universidades, institutos universitários e outras escolas universitárias, públicos e

privados, que ministrem o curso de Direito, a indicação, no prazo de 20 dias úteis, do nome de um professor de Direito, com a categoria de professor catedrático, procedendo, subsequentemente, à escolha, por voto secreto, de entre os indicados.

5 — O júri emite parecer com base na graduação dos concorrentes de acordo com os fatores previstos no artigo 61.º, n.º 2, sendo as deliberações tomadas por maioria simples de votos e tendo o presidente do júri voto de qualidade em caso de empate.

6 — O parecer do júri é tomado em consideração pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais na tomada da decisão sobre a lista de concorrentes, que deve ser fundamentada se houver discordância face ao parecer do júri.

7 - A decisão do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais é sempre precedida de audiência prévia dos concorrentes.

## **Artigo 69.º**

### **Concursos**

1 — Os concursos para juízes dos tribunais centrais administrativos são abertos para cada uma das secções e têm a validade de um ano.

2 — Aos concursos podem candidatar-se juízes dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários com cinco anos de serviço nesses tribunais e classificação não inferior a *Bom com distinção*.

3 — Os concorrentes defendem publicamente os seus currículos perante um júri presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, na qualidade de presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, que pode fazer-se substituir por um dos vice-presidentes ou por um magistrado membro do Conselho Superior dos



Tribunais Administrativos e Fiscais com categoria igual ou superior à de juiz desembargador, e integrado pelos seguintes vogais:

- a) Um magistrado membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais com categoria não inferior à de juiz desembargador;
- b) Dois membros do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, não pertencentes à magistratura, a eleger por aquele órgão;
- c) Um professor universitário de Direito, com categoria não inferior à de professor associado, escolhido pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

4 — Para o efeito do disposto na alínea c) do número anterior, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais solicita, a cada uma das universidades, institutos universitários e outras escolas universitárias, públicos e privados, que ministrem o curso de Direito, a indicação, no prazo de 20 dias úteis, do nome de um professor de Direito, com categoria não inferior à de professor associado, procedendo, subsequentemente, à escolha, por voto secreto, de entre os indicados.

5 — O júri emite parecer com base na graduação dos concorrentes de acordo com os fatores previstos no n.º 2 do artigo 61.º, sendo as deliberações tomadas por maioria simples de votos e tendo o presidente do júri voto de qualidade em caso de empate.

6 — O parecer do júri é tomado em consideração pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais na tomada da decisão sobre a lista de concorrentes, que deve ser fundamentada se houver discordância face ao parecer do júri.

7 - A decisão do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais é sempre precedida de audiência prévia dos concorrentes.

## **Artigo 82.º**

### **Inspetores**

1 — O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais dispõe de inspetores a tempo integral, com quadro a fixar em diploma próprio.

2 — O provimento de lugares de inspetor é feito por nomeação e em comissão de serviço, por três anos, renovável uma vez, de entre juízes desembargadores com mais de três anos de exercício efetivo de funções na categoria e juízes conselheiros.

3 - [...].

4 - [...].”

## **Artigo 5.º**

### **Aditamento ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais**

É aditado ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais o artigo 43.º-A, com a seguinte redação:

#### **“Artigo 43.º-A**

##### **Competência do presidente do tribunal**

1 — Sem prejuízo da autonomia do Ministério Público e do poder de delegação, o presidente do tribunal administrativo de círculo possui poderes de representação e direção, de gestão processual, administrativas e funcionais.

2 — O presidente do tribunal possui os seguintes poderes de representação e direção:

- a) Representar e dirigir o tribunal;
- b) Acompanhar a realização dos objetivos fixados para os serviços do tribunal por parte dos funcionários;
- c) Promover a realização de reuniões de planeamento e de avaliação dos resultados do tribunal, com a participação dos juízes e funcionários;

d) Adotar ou propor às entidades competentes medidas, nomeadamente, de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça;

e) Ser ouvido pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, sempre que seja ponderada a realização de sindicâncias relativamente ao tribunal;

f) Ser ouvido pelo Conselho dos Oficiais de Justiça, sempre que seja ponderada a realização de inspeções extraordinárias quanto aos funcionários do tribunal ou de sindicâncias relativamente às respetivas secretarias;

g) Elaborar, para apresentação ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, um relatório semestral sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta, dando conhecimento do mesmo à Procuradoria-Geral da República e à Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).

3 – O presidente do tribunal possui as seguintes competências funcionais:

a) Dar posse aos juízes e funcionários;

b) Elaborar os mapas e turnos de férias dos juízes e submetê-los a aprovação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

c) Autorizar o gozo de férias dos funcionários e aprovar os respetivos mapas anuais;

d) Exercer a ação disciplinar sobre os funcionários em serviço no tribunal, relativamente a pena de gravidade inferior à de multa e, nos restantes casos, instaurar processo disciplinar, se a infração ocorrer no respetivo tribunal;

e) Nomear um juiz substituto, em caso de impedimento do substituto legal.

4 – O presidente do tribunal possui as seguintes competências de gestão processual:

a) Implementar métodos de trabalho e objetivos mensuráveis para cada unidade orgânica, sem prejuízo das competências e atribuições nessa matéria por parte do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, designadamente na fixação dos indicadores do volume processual adequado;

b) Acompanhar e avaliar a atividade do tribunal, nomeadamente a qualidade do serviço de justiça prestado aos cidadãos;

c) Acompanhar o movimento processual do tribunal, designadamente assegurando uma equitativa distribuição de processos pelos juízes e identificando os processos pendentes por tempo considerado excessivo ou que não são resolvidos em prazo considerado razoável, e informar o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, propondo as medidas que se justifiquem, designadamente o suprimento de necessidades de resposta adicional através do recurso à bolsa de juízes;

d) Promover a aplicação de medidas de simplificação e agilização processuais, designadamente determinando os casos em que, para uniformização de jurisprudência, devem intervir no julgamento todos os juízes do tribunal, presidindo às respetivas sessões e votando as decisões em caso de empate;

e) Propor ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais a especialização de secções;

f) Propor ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais a reafectação dos juízes, tendo em vista uma distribuição racional e eficiente do serviço;

g) Proceder à reafectação de funcionários, dentro dos limites legalmente definidos;

h) Solicitar o suprimento de necessidades de resposta adicional, nomeadamente através do recurso ao quadro complementar de juízes.

5 – O presidente do tribunal possui as seguintes competências administrativas:

- a) Elaborar o projeto de orçamento;
- b) Elaborar os planos anuais e plurianuais de atividades e relatórios de atividades;
- c) Elaborar os regulamentos internos do tribunal;
- d) Propor as alterações orçamentais consideradas adequadas;
- e) Participar na concepção e execução das medidas de organização e modernização dos tribunais;
- f) Planejar as necessidades de recursos humanos.

6 – O presidente exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

7 – As competências referidas no n.º 5 são exercidas por delegação do presidente, sem prejuízo do poder de avocação e de recurso.

8 – Dos atos administrativos praticados ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 cabe recurso necessário, no prazo de 20 dias, para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

9 – Para efeitos do acompanhamento da atividade do tribunal, incluindo os elementos relativos à duração dos processos e à produtividade, são disponibilizados dados informatizados do sistema judicial, no respeito pela proteção dos dados pessoais.”

#### **Artigo 6.º**

##### **Alteração ao Código dos Contratos Públicos**

É alterado o artigo 285.º do Código dos Contratos Públicos, que passa a ter a seguinte redação:

#### **“Artigo 285.º**

[...]

1 – Aos contratos com objeto passível de ato administrativo é aplicável o regime de invalidade previsto para o ato com o mesmo objeto e idêntica regulamentação da situação concreta.

2 – A anulabilidade, total ou parcial, dos demais contratos pode ser arguida no prazo de seis meses, contado desde a data da celebração do contrato ou, quanto a terceiros, do conhecimento do seu clausulado.

3 – A anulabilidade de quaisquer contratos por falta ou vícios da vontade só pode ser arguida pelas pessoas em cujo interesse a lei a estabelece e no prazo de seis meses, contado desde a data da cessação do vício que lhe serve de fundamento.

4 – [Anterior n.º 3].”

#### **Artigo 7.º**

##### **Alterações ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro**

É alterado o artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que passa a ter a seguinte redação:

#### **“Artigo 112.º**

[...]

1 – No caso previsto na alínea a) do artigo anterior, o interessado pode deduzir junto dos tribunais administrativos um pedido de intimação dirigido à interpelação da entidade competente para o cumprimento do dever de decisão.

2 – O requerimento de intimação deve ser instruído com cópia do requerimento apresentado.

3 – O prazo para a contestação da entidade requerida é de 14 dias e, apresentada a contestação ou decorrido o respetivo prazo, o processo é concluso ao juiz para decisão no prazo de cinco dias.

4 – A intimação pode ser rejeitada por falta de preenchimento dos pressupostos para a constituição do dever de decisão, por violação de disposições legais ou regulamentares.

5 – O processo pode terminar por inutilidade superveniente se for provada a prática do ato pretendido dentro do prazo da contestação.

6 – Na decisão, o juiz estabelece prazo não inferior a 30 dias para o cumprimento do dever de decisão e fixa sanção pecuniária compulsória, nos termos previstos no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

7 – [...].

8 – [...].

9 – [...].

10 – [...].”

#### **Artigo 8.º**

##### **Alterações à Lei n.º 83/95, de 31 de agosto**

São alterados os artigos 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º e 19.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, que passam a ter a seguinte redação:

#### **“Artigo 12.º**

[...]

1 – A ação popular administrativa pode revestir qualquer das formas previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

2 – [...].

#### **Artigo 14.º**

[...]

Nos processos que tenham por objeto a defesa de interesses individuais homogêneos, o autor representa por iniciativa própria, com dispensa de mandato ou autorização expressa,

todos os demais titulares dos direitos ou interesses em causa que não tenham exercido o direito de autoexclusão previsto no artigo seguinte, com as consequências constantes da presente lei.

#### **Artigo 15.º**

[...]

1 – Nos processos a que se refere o artigo anterior, recebida a petição, são citados os titulares dos interesses em causa que não sejam intervenientes nela, para o efeito de, no prazo fixado pelo juiz, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ser representados pelo autor ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhes serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo do disposto no n.º 4.

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

#### **Artigo 16.º**

[...]

No âmbito de ações populares, o Ministério Público é titular da legitimidade activa e dos poderes de representação e de intervenção processual que lhe são conferidos por lei.

#### **Artigo 19.º**

##### **Decisões transitadas em julgado**

1 – Salvo quando julgadas improcedentes por insuficiência de provas ou quando o julgador deva decidir por forma diversa fundado em motivações próprias do caso concreto, os efeitos das sentenças transitadas em julgado proferidas no âmbito de

processo que tenham por objeto a defesa de interesses individuais homogêneos abrangem os titulares dos direitos ou interesses que não tiverem exercido o direito de se autoexcluir da representação, nos termos do artigo 16.º.

2 – [...].”

#### **Artigo 9.º**

##### **Alteração à Lei n.º 27/96, de 1 de agosto**

É alterado o artigo 15.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, que passa a ter a seguinte redação:

#### **“Artigo 15.º**

(...)

1 – As ações para declaração de perda de mandato ou de dissolução de órgãos autárquicos ou entidades equiparadas têm caráter urgente e seguem os termos do processo do contencioso eleitoral, previstos no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

2 – *[Revogado]*.

3 – *[Revogado]*.

4 – *[Revogado]*.

5 – *[Revogado]*.

6 – *[Revogado]*.

7 – *[Revogado]*.

8 – *[Revogado]*.”

#### **Artigo 10.º**

##### **Alterações à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto**

São alterados os artigos 14.º, 15.º, 23.º, 27.º e 31.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, que passam a ter seguinte redação.

#### **“Artigo 14.º**

[...]

1 – A entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento administrativo deve, no prazo de 10 dias:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) Expor à CADA dúvidas que tenha sobre a decisão a proferir, a fim de esta entidade emitir parecer no prazo máximo de trinta dias.

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

#### **Artigo 15.º**

[...]

1 – Cabe queixa para a CADA, no prazo de vinte dias, contra falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos.

2 – Da prévia apresentação de queixa junto do CADA, segundo o disposto no presente artigo, depende a possibilidade da dedução, junto dos tribunais administrativos, de pedido de intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões.

3 – A queixa é acompanhada de cópia de duplicado comprovativo da sua entrada nos serviços da entidade requerida, a fim de que esta, no prazo de dez dias, apresente resposta à CADA.

4 – Uma vez apresentada a resposta da entidade requerida ou expirado o prazo de dez dias desde a entrada da queixa, sem que tal resposta tenha sido apresentada, a CADA dispõe do prazo de 30 dias para elaborar o relatório de apreciação da situação, enviando-o, com as devidas conclusões, a todos os interessados.

5 — Quando a CADA entenda que o acesso deve ser concedido ao interessado, a entidade requerida deve facultá-lo no prazo de dez dias.

6 — [Revogado].

#### **Artigo 23.º**

[...]

Quando não seja dada integral satisfação ao pedido de reutilização de acordo com o disposto na presente seção, o interessado pode apresentar queixa à CADA e requerer ao tribunal administrativo competente a intimação da entidade requerida, nos termos previstos na presente lei e no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

#### **Artigo 31.º**

[...]

1 — [...]

2 — A CADA pode delegar no presidente poderes para apreciar e decidir:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) Queixas sobre questões que já tenham sido apreciadas pela CADA de modo reiterado.”

#### **Artigo 11.º**

##### **Alterações à Lei n.º 19/2006, de 12 de junho**

É alterado o artigo 14.º da Lei n.º 19/2006, de 12 de junho, que passa a ter a seguinte redação:

#### **“Artigo 14.º**

[...]

1 — Quando não seja dada integral satisfação ao seu pedido de acesso, o interessado pode apresentar queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e requerer ao tribunal administrativo competente a intimação da entidade requerida, nos termos previstos na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

2 — Os terceiros lesados pela divulgação de informação também podem recorrer aos meios de tutela previstos na lei.

3 — [Revogado].”

#### **Artigo 12.º**

##### **Código das Expropriações**

Os processos para fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e restrições de utilidade pública, bem como os recursos interpostos das respetivas decisões arbitrais para os tribunais administrativos, regem-se pelo disposto no Código das Expropriações.

#### **Artigo 13.º**

##### **Revogação**

São revogados os n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º, o n.º 2 do artigo 29.º, os artigos 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 46.º, 47.º, n.º 6 do artigo 49.º, o n.º 6 do artigo 86.º, o n.º 2 do artigo 144.º e o artigo 190.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, os n.ºs 2 e 3 do artigo 40.º e o artigo 87.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, os n.ºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do artigo 15.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, o n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto e o n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 19/2006, de 12 de junho.

#### **Artigo 14.º**

##### **Entrada em vigor**

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o presente Decreto-Lei entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

2 — As normas do Código de Processo nos Tribunais Administrativos revistas pelo presente Decreto-Lei só se aplicam aos processos administrativos iniciados após a sua entrada em vigor.

3 — As alterações efetuadas pelo presente Decreto-Lei ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, às Leis n.ºs 83/95, de 31 de agosto, 27/96, de 1 de agosto,

46/2007, de 24 de agosto, e 19/2006, de 12 de junho, só se aplicam aos processos administrativos iniciados após a sua entrada em vigor.

4 — As normas do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais revistas pelo presente Decreto-lei em matéria de organização e funcionamento dos tribunais administrativos, incluindo os tribunais administrativos de círculo, bem como as respeitantes a provimento de vagas e concursos, entram imediatamente em vigor após a publicação do presente Decreto-lei.

5 — A alínea k), do n.º 1, do artigo 4.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, em matéria de fixação da justa indemnização devida por expropriação, servidões e restrições de utilidade pública entra em vigor no dia 1 de Setembro de 2015.

#### **Artigo 15.º**

#### **Replicação do Código do Processo nos Tribunais Administrativos**

É republicado em anexo, que faz parte integrante do presente diploma o Código do Processo nos Tribunais Administrativos, com a redação atual.

**(ANEXO)**

## **TÍTULO I**

### **PARTE GERAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS**

##### **Artigo 1.º**

##### **Direito aplicável**

O processo nos tribunais administrativos rege-se pela presente lei, pelo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e, supletivamente, pelo disposto na lei de processo civil, com as necessárias adaptações.

##### **Artigo 2.º**

##### **Tutela jurisdicional efetiva**

1 - O princípio da tutela jurisdicional efetiva compreende o direito de obter, em prazo razoável, e mediante um processo equitativo, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, cada pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a possibilidade de a fazer executar e de obter as providências cautelares, antecipatórias ou conservatórias, destinadas a assegurar o efeito útil da decisão.

2 - A todo o direito ou interesse legalmente protegido corresponde a tutela adequada junto dos tribunais administrativos, designadamente para o efeito de obter:

- a) A anulação ou a declaração de nulidade ou de inexistência de atos administrativos;
- b) A condenação à prática de atos devidos, nos termos da lei ou de vínculo contratualmente assumido;
- c) A condenação à não emissão de atos administrativos, nas condições previstas neste Código;

- d) A declaração de ilegalidade de normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- e) A condenação à emissão de normas devidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- f) O reconhecimento de situações jurídicas subjetivas diretamente decorrentes de normas jurídico-administrativas ou de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- g) O reconhecimento de qualidades ou do preenchimento de condições;
- h) A condenação à adoção ou abstenção de comportamentos, pela Administração Pública ou por particulares;
- i) A condenação da Administração à adoção das condutas necessárias ao restabelecimento de direitos ou interesses violados, incluindo em situações de via de facto, desprovidas de título que as legitime;
- j) A condenação da Administração ao cumprimento de deveres de prestar que diretamente decorram de normas jurídico-administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável, ou que tenham sido constituídos por atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo, e que podem ter objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto;
- k) A condenação à reparação de danos causados por pessoas coletivas e pelos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes;
- l) A condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial de direitos;
- m) A fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e restrições de utilidade pública;

- n) A apreciação de questões relativas à interpretação, validade ou execução de contratos;
- o) O ressarcimento devido em situações de enriquecimento sem causa;
- p) A intimação da Administração a prestar informações, permitir a consulta de documentos ou passar certidões;
- q) A adoção das providências cautelares adequadas para assegurar o efeito útil das decisões a proferir em processo declarativo.

### **Artigo 3.º**

#### **Poderes dos tribunais administrativos**

1 - No respeito pelo princípio da separação e interdependência dos poderes, os tribunais administrativos julgam do cumprimento pela Administração das normas e princípios jurídicos que a vinculam e não da conveniência ou oportunidade da sua atuação.

2 - Por forma a assegurar a efetividade da tutela, os tribunais administrativos podem fixar oficiosamente um prazo para o cumprimento dos deveres que imponham à Administração e aplicar, quando tal se justifique, sanções pecuniárias compulsórias.

3 - Os tribunais administrativos asseguram os meios declarativos urgentes necessários à obtenção da tutela adequada em situações de constrangimento temporal, assim como os meios cautelares destinados à salvaguarda da utilidade das sentenças a proferir nos processos declarativos.

### **Artigo 4.º**

#### **Cumulação de pedidos**

1 - É permitida a cumulação de pedidos sempre que:

- a) A causa de pedir seja a mesma e única ou os pedidos estejam entre si numa relação de prejudicialidade ou de



dependência, nomeadamente por se inscreverem no âmbito da mesma relação jurídica material;

b) Sendo diferente a causa de pedir, a procedência dos pedidos principais dependa essencialmente da apreciação dos mesmos factos ou da interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou regras de direito.

2 - É, designadamente, possível cumular:

a) O pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo com o pedido de condenação da Administração ao restabelecimento da situação que existiria se o ato não tivesse sido praticado;

b) O pedido de declaração da ilegalidade de uma norma com qualquer dos pedidos mencionados na alínea anterior;

c) O pedido de condenação da Administração à prática de um ato administrativo legalmente devido com qualquer dos pedidos mencionados na alínea a);

d) O pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo com o pedido de anulação ou declaração de nulidade de contrato cuja validade dependa desse ato;

e) O pedido de anulação ou declaração de nulidade ou inexistência de um ato administrativo com o pedido de reconhecimento de uma situação jurídica subjetiva;

f) O pedido de condenação da Administração à reparação de danos causados com quaisquer dos pedidos mencionados nas alíneas anteriores;

g) Qualquer pedido relacionado com questões de interpretação, validade ou execução de contratos com a impugnação de atos administrativos praticados no âmbito da relação contratual.

3 - Havendo cumulação sem que entre os pedidos exista a conexão exigida, o juiz notifica o autor ou autores para, no prazo de dez dias, indicarem o pedido que pretendem ver

apreciado no processo, sob cominação de, não o fazendo, haver absolvição da instância quanto a todos os pedidos.

4 - No caso de absolvição da instância por ilegal cumulação de pedidos, podem ser apresentadas novas petições no prazo de um mês a contar do trânsito em julgado, considerando-se estas apresentadas na data de entrada da primeira, para efeitos de tempestividade da sua apresentação.

## **Artigo 5.º**

### **Regime de admissibilidade da cumulação de pedidos**

1 - Nos casos em que a pelo menos um dos pedidos cumulos corresponda, nos termos deste Código, uma das formas da ação administrativa urgente, é observada esta forma de processo, com as adaptações que se revelem necessárias, devendo as adaptações que impliquem menor celeridade do processo cingir-se ao estritamente indispensável.

2 - Quando algum dos pedidos cumulos não pertença ao âmbito da competência dos tribunais administrativos, há lugar à absolvição da instância relativamente a esse pedido.

## **Artigo 6.º**

### **Igualdade das partes**

O tribunal assegura um estatuto de igualdade efetiva das partes no processo, tanto no que se refere ao exercício de faculdades e ao uso de meios de defesa como no plano da aplicação de cominações ou de sanções processuais, designadamente por litigância de má-fé.

## **Artigo 7.º**

### **Promoção do acesso à justiça**

Para efetivação do direito de acesso à justiça, as normas processuais devem ser interpretadas no sentido de promover a

emissão de pronúncias sobre o mérito das pretensões formuladas.

### **Artigo 8.º**

#### **Princípio da cooperação e boa-fé processual**

1 - Na condução e intervenção no processo, os magistrados, os mandatários judiciais e as partes devem cooperar entre si, concorrendo para que se obtenha, com brevidade e eficácia, a justa composição do litígio.

2 - Qualquer das partes deve abster-se de requerer a realização de diligências inúteis e de adotar expedientes dilatórios.

3 - As entidades administrativas têm o dever de remeter ao tribunal, em tempo oportuno, o processo administrativo e demais documentos respeitantes à matéria do litígio, bem como o dever de dar conhecimento, ao longo do processo, de superveniências resultantes da sua atuação, para que a respetiva existência seja comunicada aos demais intervenientes processuais.

4 - Para o efeito do disposto no número anterior, incumbe, nomeadamente, às entidades administrativas comunicar ao tribunal:

- a) A emissão de novos atos administrativos no âmbito do procedimento no qual se inscreva o ato impugnado;
- b) A celebração do contrato, quando esteja pendente processo de impugnação de ato administrativo praticado no âmbito de procedimento dirigido à formação desse contrato;
- c) A celebração do contrato, quando esteja pendente processo de impugnação de ato administrativo praticado no âmbito de procedimento dirigido à formação desse contrato;
- d) A revogação ou anulação do ato impugnado.

5 — Todas as entidades públicas ou privadas devem prestar a sua colaboração ao Ministério Público com vista ao exercício

das suas funções através dos meios processuais do contencioso administrativo.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS PARTES**

#### **Artigo 9.º**

##### **Legitimidade ativa**

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e no capítulo II do Título II, o autor é considerado parte legítima quando alegue ser parte na relação material controvertida.

2 - Independentemente de ter interesse pessoal na demanda, qualquer pessoa, bem como as associações e fundações defensoras dos interesses em causa, as autarquias locais e o Ministério Público têm legitimidade para propor e intervir, nos termos previstos na lei, em processos principais e cautelares destinados à defesa de valores e bens constitucionalmente protegidos, como a saúde pública, o ambiente, o urbanismo, o ordenamento do território, a qualidade de vida, o património cultural e os bens do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, assim como para promover a execução das correspondentes decisões jurisdicionais.

#### **Artigo 10.º**

##### **Legitimidade passiva**

1 - Cada ação deve ser proposta contra a outra parte na relação material controvertida e, quando for caso disso, contra as pessoas ou entidades titulares de interesses contrapostos aos do autor.

2 - Nos processos intentados contra entidades públicas, parte demandada é a pessoa coletiva de direito público, salvo nos processos contra o Estado ou as Regiões Autónomas que se reportem à ação ou omissão de órgãos integrados nos

respetivos ministérios ou secretarias regionais, em que parte demandada é o ministério ou ministérios, ou a secretaria ou secretarias regionais, a cujos órgãos sejam imputáveis os atos praticados ou sobre cujos órgãos recaia o dever de praticar os atos jurídicos ou observar os comportamentos pretendidos.

3 - Os processos que tenham por objeto atos ou omissões de entidade administrativa independente, destituída de personalidade jurídica, são intentados contra o Estado ou outra pessoa coletiva de direito público a que essa entidade pertença.

4 - O disposto nos dois números anteriores não obsta a que se considere regularmente proposta a ação quando na petição tenha sido indicado como parte demandada um órgão pertencente à pessoa coletiva de direito público, ao ministério ou à secretaria regional que devem ser demandados.

5 - Quando, na situação prevista no número anterior, a citação for feita ao órgão indicado na petição, considera-se citada a pessoa coletiva, o ministério ou a secretaria regional a que o órgão pertence.

6 - Havendo cumulação de pedidos deduzidos contra diferentes pessoas coletivas ou ministérios, devem ser demandados as pessoas coletivas ou os ministérios contra quem sejam dirigidas as pretensões formuladas.

7 - Quando o pedido principal deva ser deduzido contra um Ministério, este também tem legitimidade passiva em relação aos pedidos que com aquele sejam cumulados.

8 - Nos processos respeitantes a litígios entre órgãos da mesma pessoa coletiva, a ação é proposta contra o órgão cuja conduta deu origem ao litígio.

9 - Podem ser demandados particulares ou concessionários, no âmbito de relações jurídico-administrativas que os envolvam com entidades públicas ou com outros particulares.

10 - Sem prejuízo da aplicação subsidiária, quando tal se justifique, do disposto na lei processual civil em matéria de intervenção de terceiros, quando a satisfação de uma ou mais pretensões deduzidas contra uma entidade pública exija a colaboração de outra ou outras entidades, cabe à entidade demandada promover a respectiva intervenção no processo.

## **Artigo 11.º**

### **Patrocínio judiciário e representação em juízo**

1 - Nos processos da competência dos tribunais administrativos é obrigatória a constituição de advogado.

2 - As entidades públicas podem fazer-se patrocinar em todos os processos por advogado ou licenciado em Direito com funções de apoio jurídico.

3 - Nas ações propostas contra o Estado em que o pedido principal tenha por objeto relações contratuais ou de responsabilidade, o Estado é representado pelo Ministério Público, sem prejuízo da possibilidade de patrocínio por mandatário judicial próprio nos termos do número anterior, cessando a intervenção principal do Ministério Público logo que aquele esteja constituído.

4 - Para os efeitos do disposto no número anterior, a citação do Estado é feita ao Ministério Público e a propositura da ação é notificada oficiosamente à Presidência do Conselho de Ministros.

5 - Nas ações propostas contra as Regiões Autónomas, é citada a Presidência do Governo Regional, a cujo responsável máximo pelos serviços jurídicos compete proceder à designação do respetivo mandatário judicial.

6 - Nas ações propostas contra as demais pessoas coletivas de direito público e contra os ministérios e as secretarias regionais, o poder de designar o respetivo mandatário judicial compete ao responsável máximo pelos serviços jurídicos da

pessoa coletiva, do ministério ou da secretaria regional em causa, salvo:

- a) Nas ações em que esteja em causa a atuação ou omissão de um órgão subordinado a poderes hierárquicos, em que a designação do mandatário judicial pode ser feita por esse órgão;
- b) Nas ações em que esteja em causa a atuação ou omissão de uma autoridade administrativa independente destituída de personalidade jurídica ou de qualquer órgão que não se encontre integrado numa estrutura hierárquica, em que a designação do mandatário judicial deve ser feita por essa entidade.

## **Artigo 12.º**

### **Coligação**

1 - Podem coligar-se vários autores contra um ou vários demandados e pode um autor dirigir a ação conjuntamente contra vários demandados, por pedidos diferentes, quando:

- a) A causa de pedir seja a mesma e única ou os pedidos estejam entre si numa relação de prejudicialidade ou de dependência, nomeadamente por se inscreverem no âmbito da mesma relação jurídica material;
- b) Sendo diferente a causa de pedir, a procedência dos pedidos principais depende essencialmente da apreciação dos mesmos factos ou da interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou regras de direito.

2 - Nos processos impugnatórios, é possível a coligação de diferentes autores na impugnação, seja de um único, seja de vários atos jurídicos, desde que se preencha qualquer dos pressupostos estabelecidos no número anterior.

3 - Havendo coligação sem que entre os pedidos exista a conexão exigida pelo n.º 1, o juiz notifica o autor ou autores para, no prazo de 10 dias, indicarem o pedido que pretendem

ver apreciado no processo, sob cominação de, não o fazendo, haver absolvição da instância quanto a todos os pedidos.

4 - No caso previsto no número anterior, bem como quando haja ilegal coligação de autores, podem ser apresentadas novas petições, no prazo de um mês a contar do trânsito em julgado da decisão, considerando-se estas apresentadas na data de entrada da primeira, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

## **CAPÍTULO III**

### **DA COMPETÊNCIA**

#### **SECÇÃO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **Artigo 13.º**

### **Conhecimento da competência e do âmbito da jurisdição**

O âmbito da jurisdição administrativa e a competência dos tribunais administrativos, em qualquer das suas espécies, é de ordem pública e o seu conhecimento precede o de qualquer outra matéria.

## **Artigo 14.º**

### **Petição a tribunal incompetente**

1 - Quando a petição seja dirigida a tribunal incompetente, o processo é oficiosamente remetido, por via electrónica, ao tribunal administrativo ou tributário competente.

2 - Quando a petição seja dirigida a tribunal incompetente, sem que o tribunal competente pertença à jurisdição administrativa e fiscal, pode o interessado, no prazo de 30 dias a contar do trânsito em julgado da decisão que declare a

incompetência, requerer a remessa do processo ao tribunal competente, com indicação do mesmo.

3 - Em ambos os casos previstos nos números anteriores, a petição considera-se apresentada na data do primeiro registo de entrada, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

#### **Artigo 15.º**

##### **Apreciação de questões prejudiciais**

1 - Quando o conhecimento do objeto da ação dependa, no todo ou em parte, da decisão de uma ou mais questões da competência de tribunal pertencente a outra jurisdição, pode o juiz sobrestar na decisão até que o tribunal competente se pronuncie.

2 - A suspensão fica sem efeito se a ação da competência do tribunal pertencente a outra jurisdição não for proposta no prazo de dois meses ou se ao respetivo processo não for dado andamento, por negligência das partes, durante o mesmo prazo.

3 - No caso previsto no número anterior, deve prosseguir o processo do contencioso administrativo, sendo a questão prejudicial decidida com efeitos a ele restritos.

## **SECÇÃO II**

### **DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL**

#### **Artigo 16.º**

##### **Regra geral**

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes e das soluções que resultem da distribuição das competências em função da hierarquia, os processos são intentados no tribunal da área da residência habitual ou da sede do autor.

2 - Havendo pluralidade de autores, a ação pode ser proposta no tribunal da área da residência habitual ou da sede de qualquer deles.

#### **Artigo 17.º**

##### **Processos relacionados com bens imóveis**

Os processos relacionados com bens imóveis ou direitos a eles referentes são intentados no tribunal da situação dos bens.

#### **Artigo 18.º**

##### **Competência em matéria de responsabilidade civil**

1 - As pretensões em matéria de responsabilidade civil extracontratual, incluindo ações de regresso, são deduzidas no tribunal do lugar em que se deu o facto constitutivo da responsabilidade.

2 - Quando o facto constitutivo de responsabilidade seja a prática ou a omissão de um ato administrativo ou de uma norma, a pretensão é deduzida no tribunal competente para se pronunciar sobre a legalidade da atuação ou da omissão.

#### **Artigo 19.º**

##### **Competência em matéria relativa a contratos**

1 - As pretensões relativas a contratos são deduzidas no tribunal do lugar de cumprimento do contrato.

2 - Se as partes convencionarem o tribunal perante o qual se comprometem a deduzir as suas pretensões relativas ao contrato, o tribunal competente para o efeito é o tribunal convencionado.

3 - As ações emergentes de contrato de trabalho em funções públicas intentadas por trabalhador contra a entidade patronal podem ser propostas no tribunal do lugar da prestação de trabalho ou do domicílio do autor.

## **Artigo 20.º**

### **Outras regras de competência territorial**

1 - Os processos respeitantes à prática ou omissão de normas e atos administrativos das Regiões Autónomas e das autarquias locais, assim como das entidades por elas instituídas, e das pessoas colectivas de utilidade pública são intentados no tribunal da área da sede da entidade demandada.

2 — *[Revogado]*.

3 - O contencioso eleitoral é da competência do tribunal da área da sede do órgão cuja eleição se impugna.

4 - O conhecimento dos pedidos de intimação para prestação de informações, consulta de documentos e passagem de certidões é da competência do tribunal da área onde deva ter lugar a prestação pretendida.

5 - Os demais processos de intimação são intentados no tribunal da área onde deva ter lugar o comportamento ou a omissão pretendidos.

6 - Os pedidos dirigidos à adoção de providências cautelares são julgados pelo tribunal competente para decidir a causa principal.

7 - Os pedidos de produção antecipada de prova são deduzidos no tribunal em que a prova tenha de ser efetuada ou da área em que se situe o tribunal de comarca a que a diligência deva ser deprecada.

8 - A competência territorial para os processos executivos é determinada nos termos da lei processual civil.

9 - Para a execução jurisdicional de atos administrativos que não possam ser impostos coercivamente pela Administração, o tribunal competente é o da área da sede da residência ou sede do executado ou da localização dos bens a executar.

## **Artigo 21.º**

### **Cumulação de pedidos**

1 - Nas situações de cumulação em que a competência para a apreciação de qualquer dos pedidos pertença a um tribunal superior, este também é competente para conhecer dos demais pedidos.

2 - Quando forem cumulados pedidos para cuja apreciação sejam territorialmente competentes diversos tribunais, o autor pode escolher qualquer deles para a propositura da ação, mas se a cumulação disser respeito a pedidos entre os quais haja uma relação de dependência ou de subsidiariedade, a ação deve ser proposta no tribunal competente para apreciar o pedido principal.

## **Artigo 22.º**

### **Competência supletiva**

Quando não seja possível determinar a competência territorial por aplicação dos artigos anteriores, é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS ATOS PROCESSUAIS**

## **Artigo 23.º**

### **Regime aplicável**

É subsidiariamente aplicável ao processo administrativo o disposto na lei processual civil em matéria de entrega ou remessa das peças processuais, duplicados dos articulados, cópias dos documentos apresentados e modo de realização das citações e notificações.

## **Artigo 24.º**

### **Realização de atos processuais e apresentação de documentos por via eletrónica**

1 - Os atos processuais, incluindo os atos das partes que devam ser praticados por escrito e a tramitação do processo, são efectuados electronicamente, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

2 - A apresentação de peças processuais e documentos por via electrónica dispensa a sua remessa ao tribunal em suporte de papel, assim como dos respectivos duplicados e cópias, sem prejuízo da possibilidade de o juiz exigir a apresentação do original, nos casos e termos previstos na lei processual civil.

3 - Quando a petição for apresentada por via eletrónica, o sistema informático assegura automaticamente a notificação por via eletrónica das entidades públicas ou dos órgãos nela indicados, sem necessidade de despacho do juiz, salvo nos casos expressamente previstos em que há lugar a despacho liminar.

4 - Na situação prevista no número anterior, a entidade pública demandada fica obrigada a apresentar as suas peças processuais, o eventual processo instrutor e demais documentos por via eletrónica, nas condições a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, devendo o autor, sempre que possível, receber as notificações judiciais pela mesma via, de modo automático.

#### **Artigo 25.º**

##### **Citações e notificações**

1 - Salvo disposição em contrário, as citações editais são realizadas mediante a publicação de anúncio em página informática de acesso público, nos termos de portaria do membro do governo responsável pela área da justiça.

2 - Em todas as formas de processo, todos os articulados e requerimentos autónomos apresentados após a notificação ao autor da contestação do demandado são notificados pelo

mandatário judicial do apresentante ao mandatário judicial da contraparte nos termos da lei processual civil.

3 - A notificação prevista no número anterior pode realizar-se por meios eletrónicos, nos termos de portaria do membro do governo responsável pela área da justiça.

#### **Artigo 26.º**

##### **Distribuição**

1 - O sistema informático dos tribunais administrativos e fiscais assegura a distribuição diária dos processos e demais documentos sujeitos a distribuição, que se realiza automaticamente por forma eletrónica.

2 - Para o efeito do disposto no número anterior, são previamente introduzidos no sistema os dados necessários, determinados no respeito pelo princípio da imparcialidade e do juiz natural, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Espécies de processos classificados segundo critérios a definir pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, sob proposta do presidente do tribunal;
- b) Carga de trabalho dos juízes e respetiva disponibilidade para o serviço;
- c) Tipo de matéria a apreciar, desde que, no tribunal, haja um mínimo de três juízes afetos à apreciação de cada tipo de matéria.

#### **Artigo 27.º**

##### **Poderes do relator**

1 - Compete ao relator, sem prejuízo dos demais poderes que lhe são conferidos neste Código:

- a) Deferir os termos do processo, proceder à sua instrução e prepará-lo para julgamento;
- b) Dar por findos os processos;
- c) Declarar a suspensão da instância;

- d) Ordenar a apensação de processos;
- e) Julgar extinta a instância por transação, deserção, desistência, impossibilidade ou inutilidade da lide;
- f) Rejeitar liminarmente os requerimentos e incidentes de cujo objeto não deva tomar conhecimento;
- g) Conhecer das nulidades dos atos processuais e dos próprios despachos;
- h) Conhecer do pedido de adoção de providências cautelares ou submetê-lo à apreciação da conferência, quando o considere justificado;
- i) Proferir decisão quando entenda que a questão a decidir é simples, designadamente por já ter sido judicialmente apreciada de modo uniforme e reiterado, ou que a pretensão é manifestamente infundada;
- j) Admitir os recursos de acórdãos, declarando a sua espécie, regime de subida e efeitos, ou negar-lhes admissão.

2 - Dos despachos do relator cabe reclamação para a conferência, com exceção dos de mero expediente, dos que recebam recursos de acórdãos do tribunal e dos proferidos no Tribunal Central Administrativo que não recebam recursos de acórdãos desse tribunal.

#### **Artigo 28.º**

##### **Apensação de processos**

1 - Quando sejam separadamente propostas ações que, por se verificarem os pressupostos de admissibilidade previstos para a coligação e a cumulação de pedidos, possam ser reunidas num único processo, deve ser ordenada a apensação delas, ainda que se encontrem pendentes em tribunais diferentes, a não ser que o estado do processo ou outra razão torne especialmente inconveniente a apensação.

2 - Os processos são apensados ao que tiver sido intentado em primeiro lugar, considerando-se como tal o de numeração inferior, salvo se os pedidos forem dependentes uns dos outros, caso em que a apensação é feita na ordem da dependência.

3 - A apensação pode ser requerida ao tribunal perante o qual se encontre pendente o processo a que os outros tenham de ser apensados e, quando se trate de processos que estejam pendentes perante o mesmo juiz, deve ser por este oficiosamente determinada, ouvidas as partes.

4 - Importa baixa na distribuição a apensação de processo distribuído a juiz diferente.

#### **Artigo 29.º**

##### **Prazos processuais**

1 - O prazo geral supletivo para os atos processuais das partes é de 10 dias.

2 - *[Revogado]*.

131

3 - São aplicáveis aos processos nos tribunais administrativos, em primeira instância ou em via de recurso, os prazos estabelecidos na lei processual civil para juízes e funcionários, com as devidas consequências legais.

#### **Artigo 30.º**

##### **Publicidade do processo e das decisões**

1 - O processo administrativo é público, com as restrições previstas na lei, processando-se o acesso nos termos e condições previstos na lei processual civil.

2 - Os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, assim como os dos Tribunais Centrais Administrativos e dos tribunais administrativos de círculo que tenham transitado em julgado,



são objeto de publicação obrigatória por via informática, em base de dados de jurisprudência.

3 - Do tratamento informático devem constar pelo menos a identificação do tribunal que proferiu a decisão e dos juízes que a subscreveram, a data e o sentido e os fundamentos da decisão.

4 - Dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e dos Tribunais Centrais Administrativos é enviada cópia em suporte informático à Imprensa Nacional no mês imediato ao da sua data, para publicação em apêndice ao *Diário da República*, salvo os de natureza meramente interlocutória ou simplesmente repetitivos de outros anteriores.

5 - Os apêndices são publicados trimestralmente, inserindo, com os respetivos sumários, as decisões proferidas nos três meses precedentes e agrupando, separadamente, as relativas ao plenário, ao contencioso administrativo e ao contencioso tributário.

6 - Cada grupo de decisões é reunido anualmente em um ou mais volumes, com os respetivos índices.

7 - As sentenças que declarem a ilegalidade de normas com força obrigatória geral ou concedam provimento à impugnação de atos que tenham sido objeto de publicação oficial são publicadas, por ordem do tribunal, pela mesma forma e no mesmo local em que o hajam sido as normas ou os atos impugnados.

8 - A publicação a que se refere o número anterior faz-se mediante extrato do qual constem a indicação do tribunal e da entidade demandada, do sentido e data da decisão, da norma ou ato impugnado e da forma e local da respetiva publicação.

## **CAPÍTULO V**

### **DO VALOR DA CAUSA E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

## **SECÇÃO I**

### **DO VALOR DA CAUSA**

#### **Artigo 31.º**

##### **Atribuição de valor e suas consequências**

1 - A toda a causa deve ser atribuído um valor certo, expresso em moeda legal, o qual representa a utilidade económica imediata do pedido.

2 - Atende-se ao valor da causa para determinar se cabe recurso da sentença proferida em primeira instância e que tipo de recurso.

#### **Artigo 32.º**

##### **Critérios gerais para a fixação do valor**

1 - Quando pela ação se pretenda obter o pagamento de quantia certa, é esse o valor da causa.

2 - Quando pela ação se pretenda obter um benefício diverso do pagamento de uma quantia, o valor da causa é a quantia equivalente a esse benefício.

3 - Quando a ação tenha por objeto a apreciação da existência, validade, cumprimento, modificação ou resolução de um contrato, atende-se ao valor do mesmo, determinado pelo preço ou estipulado pelas partes.

4 - Quando a ação diga respeito a uma coisa, o valor desta determina o valor da causa.

5 - Quando esteja em causa a cessação de situações causadoras de dano, ainda que fundadas em ato administrativo ilegal, o valor da causa é determinado pela importância do dano causado.

6 - O valor dos processos cautelares é determinado pelo valor do prejuízo que se quer evitar, dos bens que se querem conservar ou da prestação pretendida a título provisório.

7 - Quando sejam cumulados, na mesma ação, vários pedidos, o valor é a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles, mas cada um deles é considerado em separado para o efeito de determinar se a sentença pode ser objeto de recurso, e de que tipo.

8 - Quando seja deduzido pedido acessório de condenação ao pagamento de juros, rendas e rendimentos já vencidos e a vencer durante a pendência da causa, na fixação do valor atende-se somente aos interesses já vencidos.

9 - No caso de pedidos alternativos, atende-se unicamente ao pedido de valor mais elevado e, no caso de pedidos subsidiários, ao pedido formulado em primeiro lugar.

### **Artigo 33.º**

#### **Critérios especiais**

Nos processos relativos a atos administrativos, atende-se ao conteúdo económico do ato, designadamente por apelo aos seguintes critérios, para além daqueles que resultam do disposto no artigo anterior:

- a) Quando esteja em causa a autorização ou licenciamento de obras e, em geral, a apreciação de decisões respeitantes à realização de empreendimentos públicos ou privados, o valor da causa afere-se pelo custo previsto da obra projetada;
- b) Quando esteja em causa a aplicação de sanções de conteúdo pecuniário, o valor da causa é determinado pelo montante da sanção aplicada;
- c) Quando esteja em causa a aplicação de sanções sem conteúdo pecuniário, o valor da causa é determinado pelo montante dos danos patrimoniais sofridos;
- d) Quando estejam em causa atos ablativos ou limitativos da propriedade ou de outros direitos reais, assim como outros direitos de valor patrimonial, o valor da causa é determinado pelo valor do direito sacrificado.

### **Artigo 34.º**

#### **Critério supletivo**

1 - Consideram-se de valor indeterminável os processos respeitantes a bens imateriais e a normas emitidas ou omitidas no exercício da função administrativa, incluindo planos urbanísticos e de ordenamento do território.

2 - Quando o valor da causa seja indeterminável, considera-se superior ao da alçada do Tribunal Central Administrativo.

3 - Das decisões de mérito proferidas em processo de valor indeterminável cabe sempre recurso de apelação e, quando proferidas por tribunal administrativo de círculo, recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo, nos termos e condições previstos no artigo 151.º deste Código.

4 - Quando com pretensões suscetíveis de avaliação económica sejam cumuladas outras insuscetíveis de tal avaliação, atende-se separadamente a cada uma delas para o efeito de determinar se a sentença pode ser objeto de recurso, e de que tipo.

## **SECÇÃO II**

### **DAS FORMAS DE PROCESSO**

### **Artigo 35.º**

#### **Formas de Processo**

1 - O processo declarativo nos Tribunais Administrativos rege-se pelo disposto nos Títulos II e III e pelas disposições gerais, sendo-lhe subsidiariamente aplicável o disposto na lei processual civil.

2 - *[Revogado]*.

### **Artigo 36.º**

#### **Processos urgentes**

1 - Sem prejuízo dos demais casos previstos na lei, têm carácter urgente os processos

relativos a:

- a) Contencioso eleitoral, com o âmbito definido neste Código;
- b) Procedimentos de massa, com o âmbito definido neste Código;
- c) Contencioso pré-contratual, com o âmbito definido neste Código;
- d) Intimação para prestação de informações, consulta de documentos ou passagem de certidões;
- e) Intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias;
- f) Providências cautelares.

2 - Os processos urgentes e respectivos incidentes correm em férias, com dispensa de vistos prévios, mesmo em fase de recurso jurisdicional, e os atos da secretaria são praticados no próprio dia, com precedência sobre quaisquer outros.

3 - O julgamento dos processos urgentes tem lugar, com prioridade sobre os demais, logo que o processo esteja pronto para decisão.

4 - Na falta de especificação própria quanto à respetiva tramitação, os processos urgentes previstos em lei especial seguem os termos da ação administrativa, com os prazos reduzidos a metade, regendo-se, quanto ao mais, pelo disposto nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo e, em fase de recurso jurisdicional, pelo disposto no artigo 147.º.

## **TÍTULO II**

### **DA AÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

###### **Artigo 37.º**

### **Objeto**

1 - Seguem a forma da ação administrativa, com a tramitação regulada no Capítulo III do presente Título, os processos que tenham por objeto litígios cuja apreciação se inscreva no âmbito da competência dos tribunais administrativos e que, nem neste Código, nem em legislação avulsa, sejam objecto de regulação especial.

2 - Seguem, designadamente, a forma da ação administrativa os processos que tenham por objecto litígios relativos a:

- a) Impugnação de atos administrativos;
- b) Condenação à prática de atos administrativos devidos, nos termos da lei ou de vínculo contratualmente assumido;
- c) Condenação à não emissão de atos administrativos;
- d) Impugnação de normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- e) Condenação à emissão de normas devidas ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- f) Reconhecimento de situações jurídicas subjetivas diretamente decorrentes de normas jurídico-administrativas ou de atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo;
- g) Reconhecimento de qualidades ou do preenchimento de condições;
- h) Condenação à adoção ou abstenção de comportamentos pela Administração Pública ou por particulares;
- i) Condenação da Administração à adoção das condutas necessárias ao restabelecimento de direitos ou interesses violados, incluindo em situações de via de facto, desprovidas de título que as legitime;
- j) Condenação da Administração ao cumprimento de deveres de prestar que diretamente decorram de normas jurídico-administrativas e não envolvam a emissão de um ato administrativo impugnável, ou que tenham sido constituídos

por atos jurídicos praticados ao abrigo de disposições de direito administrativo, e que podem ter por objeto o pagamento de uma quantia, a entrega de uma coisa ou a prestação de um facto;

k) Responsabilidade civil das pessoas coletivas, bem como dos titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, incluindo ações de regresso;

l) Condenação ao pagamento de indemnizações decorrentes da imposição de sacrifícios por razões de interesse público, assim como da afetação do conteúdo essencial de direitos;

m) Interpretação, validade ou execução de contratos;

n) Enriquecimento sem causa;

o) Relações jurídicas entre entidades administrativas.

3 - Quando, sem fundamento em ato administrativo impugnável, particulares, nomeadamente concessionários, violem vínculos jurídico-administrativos decorrentes de normas, atos administrativos ou contratos, ou haja fundado receio de que os possam violar, sem que, solicitadas a fazê-lo, as autoridades competentes tenham adotado as medidas adequadas, qualquer pessoa ou entidade cujos direitos ou interesses sejam diretamente ofendidos pode pedir ao tribunal que condene os mesmos a adotarem ou a absterem-se de certo comportamento, por forma a assegurar o cumprimento dos vínculos em causa.

4 - Os processos para fixação da justa indemnização devida por expropriações, servidões e restrições de utilidade pública regem-se pelo disposto no Código das Expropriações.

### **Artigo 38.º**

#### **Ato administrativo inimpugnável**

1 - Nos casos em que a lei substantiva o admita, designadamente no domínio da responsabilidade civil da Administração por atos administrativos ilegais, o tribunal pode

conhecer, a título incidental, da ilegalidade de um ato administrativo que já não possa ser impugnado.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, não pode ser obtido por outros meios processuais o efeito que resultaria da anulação do ato inimpugnável.

### **Artigo 39.º**

#### **Interesse processual**

1 - Os pedidos de simples apreciação podem ser deduzidos por quem invoque utilidade ou vantagem imediata, para si, na providência jurisdicional pretendida, designadamente por existir uma situação de incerteza, de ilegítima afirmação por parte da Administração da existência de determinada situação jurídica, como nos casos de inexistência de ato administrativo, ou o fundado receio de que a Administração possa vir a adoptar uma conduta lesiva, fundada numa avaliação incorrecta da situação jurídica existente.

2 - A condenação à não emissão de actos administrativos só pode ser pedida quando seja provável a emissão de actos lesivos de direitos ou interesse legalmente protegidos e a utilização dessa via se mostre imprescindível.

### **Artigo 40.º [Revogado]**

### **Artigo 41.º**

#### **Prazos**

Sem prejuízo do disposto na lei substantiva e no capítulo seguinte, a acção administrativa pode ser proposta a todo o tempo.

### **Artigo 42.º [Revogado]**

### **Artigo 43.º [Revogado]**

#### **Artigo 44.º [Revogado]**

#### **Artigo 45.º**

##### **Convolução do processo**

1 - Quando se verifique que a pretensão do autor é fundada, mas que à satisfação dos seus interesses obsta, no todo ou em parte, a existência de uma situação de impossibilidade absoluta ou a entidade demandada demonstre que o cumprimento dos deveres a que seria condenada originaria um excepional prejuízo para o interesse público, o tribunal profere decisão na qual:

- a) Reconhece o bem fundado da pretensão do autor;
- b) Reconhece a existência da circunstância que obsta, no todo ou em parte, à emissão da pronúncia solicitada;
- c) Reconhece o direito do autor a ser indemnizado por esse facto; e
- d) Convida as partes a acordarem no montante da indemnização devida no prazo de 30 dias, que pode ser prorrogado até 60 dias, caso seja previsível que o acordo venha a concretizar-se dentro daquele prazo.

2 - Na falta do acordo a que se refere a alínea d) do n.º 1, o autor pode requerer, no prazo de um mês, a fixação judicial da indemnização devida, mediante a apresentação de articulado devidamente fundamentado, devendo o tribunal, nesse caso, ouvir a outra parte pelo prazo de 10 dias e ordenar as diligências instrutórias que considere necessárias.

3 - Na hipótese prevista no número anterior, o autor pode optar por pedir a reparação de todos os danos resultantes da actuação ilegítima da entidade demandada, hipótese na qual esta é notificada para contestar o novo pedido no prazo de 30 dias, findo o que a ação segue os subsequentes termos da ação administrativa.

4 - O disposto no presente artigo não é aplicável quando o autor já tinha cumulado na ação o pedido de reparação de todos os danos resultantes da actuação ilegítima da entidade demandada, hipótese na qual o tribunal convida o autor a ampliar o pedido indemnizatório já deduzido, de modo a nele incluir o montante da indemnização devida pela ocorrência das situações previstas no n.º 1.

#### **Artigo 45.º-A**

##### **Extensão do âmbito da convolução**

1 - O disposto no artigo anterior é aplicável quando, tendo sido deduzido pedido respeitante à invalidade de contrato por violação das regras relativas ao respetivo procedimento de formação, o tribunal:

- a) Verifique que já não é possível reinstruir o procedimento pré-contratual, por entretanto ter sido celebrado e executado o contrato;
- b) Proceda, segundo o disposto na lei substantiva, ao afastamento da invalidade do contrato, em resultado da ponderação dos interesses públicos e privados em presença.

2 - O disposto no artigo anterior também é aplicável quando, na pendência de ação de condenação à prática de ato devido, se verifique que a entidade demandada devia ter satisfeito a pretensão do autor em conformidade com o quadro normativo aplicável, mas a alteração superveniente desse quadro normativo impeça a procedência da ação.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a alteração superveniente só impede a procedência da ação de condenação à prática de ato devido quando se verifique que, mesmo que a pretensão do autor tivesse sido satisfeita no momento próprio, a referida alteração teria o alcance de lhe retirar a titularidade da correspondente situação jurídica de vantagem, constituindo-o no direito de ser indemnizado por esse facto.

**Artigo 46.º [Revogado]**

**Artigo 47.º [Revogado]**

**Artigo 48.º**

**Processos em massa**

1 - Quando, num mesmo tribunal, sejam intentados mais de dez processos que, embora referidos a diferentes pronúncias da mesma entidade administrativa, digam respeito à mesma relação jurídica material ou, ainda que respeitantes a diferentes relações jurídicas coexistentes em paralelo, sejam susceptíveis de ser decididos com base na aplicação das mesmas normas a situações de facto do mesmo tipo, o presidente do tribunal deve determinar, ouvidas as partes, que seja dado andamento a apenas um ou alguns deles, que, neste último caso, são apensados num único processo, e se suspenda a tramitação dos demais.

2 - O tribunal pode igualmente determinar, ouvidas as partes, a suspensão dos processos que venham a ser intentados na pendência do processo selecionado e que preencham os pressupostos previstos no número anterior.

3 - No exercício dos poderes conferidos nos números anteriores, o tribunal deve certificar-se de que no processo ou processos aos quais seja dado andamento prioritário a questão é debatida em todos os seus aspetos de facto e de direito e que a suspensão da tramitação dos demais processos não tem o alcance de limitar o âmbito da instrução, afastando a apreciação de factos ou a realização de diligências de prova necessárias para o completo apuramento da verdade.

4 - O disposto nos números anteriores também é aplicável quando a situação se verifique no conjunto de diferentes tribunais, podendo o impulso partir do presidente de qualquer

dos tribunais envolvidos ou de qualquer das partes nos processos em causa.

5 - A aplicação do regime do presente artigo a situações de processos em massa existentes em diferentes tribunais, segundo o previsto no número anterior, é determinada pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, a quem compete estabelecer qual ou quais os processos aos quais deve ser dado andamento, com suspensão dos demais, oficiosamente ou mediante proposta dos presidentes dos tribunais envolvidos.

6 - Ao processo ou processos selecionados segundo o disposto no n.º 1 é aplicável o disposto neste Código para os processos urgentes e no seu julgamento intervêm todos os juizes do tribunal ou da secção.

7 - Quando, no processo selecionado, seja emitida pronúncia transitada em julgado, as partes nos processos suspensos são notificadas da decisão, podendo o autor nesses processos optar, no prazo de trinta dias, por:

- a) Desistir do pedido;
- b) Requerer ao tribunal a extensão ao seu caso dos efeitos da sentença proferida, deduzindo qualquer das pretensões enunciadas nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 176.º;
- c) Requerer a continuação do seu próprio processo;
- d) Recorrer da sentença proferida no processo selecionado quando esta não tenha sido objeto de recurso.

8 - Quando seja apresentado o requerimento a que se refere a alínea b) do número anterior, seguem-se, com as devidas adaptações, os trâmites previstos nos artigos 177.º a 179.º.

9 - Se o recurso previsto na alínea d) do n.º 7 vier a ser julgado procedente, pode o autor exercer a faculdade prevista na alínea b) do mesmo número, sendo também neste caso aplicável o disposto no número anterior.

## **Artigo 49.º [Revogado]**

## **CAPÍTULO II**

### **DISPOSIÇÕES PARTICULARES**

#### **SECÇÃO I**

#### **IMPUGNAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

### **Artigo 50.º**

#### **Objeto e efeitos da impugnação**

1 - A impugnação de um acto administrativo tem por objecto a anulação ou a declaração de nulidade desse acto.

2 - Sem prejuízo das demais situações previstas na lei, a impugnação de um acto administrativo suspende a eficácia desse acto quando esteja apenas em causa o pagamento de uma quantia certa, sem natureza sancionatória, e tenha sido prestada garantia por qualquer das formas previstas na lei tributária.

3 - A impugnação de actos lesivos exprime a intenção, por parte do autor, de exercer o direito à reparação dos danos que tenha sofrido, para o efeito de interromper a prescrição deste direito, nos termos gerais.

#### **SUBSECÇÃO I**

#### **DO ATO ADMINISTRATIVO IMPUGNÁVEL**

### **Artigo 51.º**

#### **Princípio geral**

1 - Ainda que não ponham termo a um procedimento, são impugnáveis todas as decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta, incluindo as proferidas por autoridades não integradas na Administração

Pública e por entidades privadas que atuem no exercício de poderes jurídico-administrativos.

2 - Também são impugnáveis:

a) As decisões tomadas no âmbito de procedimentos administrativos sobre questões que não possam ser de novo apreciadas em momento subsequente do mesmo procedimento;

b) As decisões tomadas em relação a outros órgãos da mesma pessoa coletiva, passíveis de comprometer as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos segundos para a prossecução de interesses pelos quais esses órgãos sejam diretamente responsáveis.

3 - Os atos impugnáveis de harmonia com o disposto nos números anteriores que não ponham termo a um procedimento só podem ser impugnados durante a pendência do mesmo, sem prejuízo da faculdade de impugnação do ato final com fundamento em ilegalidades cometidas durante o procedimento, salvo quando essas ilegalidades digam respeito a ato que tenha determinado a exclusão do interessado do procedimento ou a ato que lei especial submeta a um ónus de impugnação autónoma.

4 - Se contra um ato de indeferimento ou de recusa de apreciação de requerimento não tiver sido deduzido o adequado pedido de condenação à prática de ato devido, o tribunal convida o autor a substituir a petição, para o efeito de deduzir o referido pedido.

5 - Na hipótese prevista no número anterior, quando haja lugar à substituição da petição, considera-se a nova petição apresentada na data do primeiro registo de entrada, sendo a entidade demandada e os contra-interessados de novo citados para contestar.

### **Artigo 52.º**

### **Irrelevância da forma do ato**

1 - A impugnabilidade dos atos administrativos não depende da respetiva forma.

2 - O não exercício do direito de impugnar um ato contido em diploma legislativo ou regulamentar não obsta à impugnação dos seus atos de execução ou aplicação.

3 - O não exercício do direito de impugnar um ato que não individualize os seus destinatários não obsta à impugnação dos seus atos de execução ou aplicação cujos destinatários sejam individualmente identificados.

### **Artigo 53.º**

#### **Impugnação de atos confirmativos**

1 - Não são impugnáveis os atos confirmativos, entendendo-se como tal os atos que se limitem a reiterar, com os mesmos fundamentos, decisões contidas em atos administrativos anteriores.

2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os casos em que o interessado não tenha tido o ónus de impugnar o ato confirmado, por não se ter verificado, em relação a este ato, qualquer dos factos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 59.º.

3 - Os atos jurídicos de execução de atos administrativos só são impugnáveis por vícios próprios, na medida em que tenham um conteúdo decisório de carácter inovador.

### **Artigo 54.º**

#### **Impugnação de ato administrativo ineficaz**

1 - Os atos administrativos só podem ser impugnados a partir do momento em que produzam efeitos.

2 - O disposto no número anterior não exclui a faculdade de impugnação de atos que não tenham começado a produzir efeitos jurídicos quando:

a) Tenha sido desencadeada a sua execução;

b) Seja seguro ou muito provável que o ato produza efeitos, designadamente por a ineficácia se dever apenas ao facto de o ato se encontrar dependente de termo inicial ou de condição suspensiva cuja verificação seja provável, nomeadamente por depender da vontade do beneficiário do ato.

3 - O disposto na alínea a) do número anterior não impede a utilização de outros meios de tutela contra a execução ilegítima do ato ineficaz.

## **SUBSECÇÃO II**

### **DA LEGITIMIDADE**

### **Artigo 55.º**

#### **Legitimidade ativa**

1 - Tem legitimidade para impugnar um ato administrativo:

a) Quem alegue ser titular de um interesse direto e pessoal, designadamente por ter sido lesado pelo ato nos seus direitos ou interesses legalmente protegidos;

b) O Ministério Público, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º;

c) Entidades públicas e privadas, quanto aos direitos e interesses que lhes cumpra defender;

d) Órgãos administrativos, relativamente a atos praticados por outros órgãos da mesma pessoa coletiva pública que alegadamente comprometam as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos primeiros para a prossecução de interesses pelos quais esses órgãos sejam directamente responsáveis;

e) Presidentes de órgãos colegiais, em relação a atos praticados pelo respetivo órgão, bem como outras autoridades,



em defesa da legalidade administrativa, nos casos previstos na lei;

f) Pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º.

2 - A qualquer eleitor, no gozo dos seus direitos civis e políticos, é permitido impugnar as decisões e deliberações adoptadas por órgãos das autarquias locais sediadas na circunscrição onde se encontre recenseado, assim como das entidades instituídas por autarquias locais ou que destas dependam.

3 - A intervenção do interessado no procedimento em que tenha sido praticado o ato administrativo constitui mera presunção de legitimidade para a sua impugnação.

#### **Artigo 56.º**

##### **Aceitação do ato**

1 - Não pode impugnar um acto administrativo com fundamento na sua mera anulabilidade quem o tenha aceitado, expressa ou tacitamente, depois de praticado.

2 - A aceitação tácita deriva da prática, espontânea e sem reserva, de facto incompatível com a vontade de impugnar.

3 - A execução ou acatamento por funcionário ou agente não se considera aceitação tácita do ato executado ou acatado, salvo quando dependa da vontade daqueles a escolha da oportunidade da execução.

#### **Artigo 57.º**

##### **Contrainteressados**

Para além da entidade autora do ato impugnado, são obrigatoriamente demandados os contrainteressados a quem o provimento do processo impugnatório possa diretamente prejudicar ou que tenham legítimo interesse na manutenção do ato impugnado e que possam ser identificados em função

da relação material em causa ou dos documentos contidos no processo administrativo.

### **SUBSECÇÃO III**

#### **DOS PRAZOS DE IMPUGNAÇÃO**

#### **Artigo 58.º**

##### **Prazos**

1 - A impugnação de atos nulos não está sujeita a prazo.

2 - Salvo disposição em contrário, a impugnação de atos anuláveis tem lugar no prazo de:

a) Um ano, se promovida pelo Ministério Público;

b) Três meses, nos restantes casos.

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 59.º, os prazos estabelecidos no número anterior contam-se nos termos do artigo 279.º do Código Civil.

4 - A impugnação é admitida, para além do prazo previsto na alínea b) do n.º 2:

a) Nas situações em que ocorra justo impedimento, nos termos previstos na lei processual civil;

b) No prazo de três meses, contado da data da cessação do erro, quando se demonstre, com respeito pelo contraditório, que, no caso concreto, a tempestiva apresentação da petição não era exigível a um cidadão normalmente diligente, por a conduta da Administração ter induzido o interessado em erro; ou

c) Quando, não tendo ainda decorrido um ano sobre a data da prática do ato ou da sua publicação, quando obrigatória, o atraso deva ser considerado desculpável, atendendo à ambiguidade do quadro normativo aplicável ou às dificuldades que, no caso concreto, se colocavam quanto à identificação do ato impugnável, ou à sua qualificação como ato administrativo ou como norma.

## **Artigo 59.º**

### **Início dos prazos de impugnação**

1 - Sem prejuízo da faculdade de impugnação em momento anterior, dentro dos condicionalismos do artigo 54.º, os prazos de impugnação só começam a correr na data da ocorrência dos factos previstos nos números seguintes se, nesse momento, o ato a impugnar já for eficaz, contando-se tais prazos, na hipótese contrária, desde o início da produção de efeitos do ato.

2 - O prazo para a impugnação pelos destinatários a quem o ato administrativo deva ser notificado só corre a partir da data da notificação, ainda que o ato tenha sido objeto de publicação, mesmo que obrigatória.

3 - O prazo para a impugnação por quaisquer outros interessados começa a correr a partir de qualquer dos seguintes factos:

a) Quando os atos tenham de ser publicados, da data em que o ato publicado deva produzir efeitos;

b) Quando os atos não tenham de ser publicados, da data da notificação, da publicação, ou do conhecimento do ato ou da sua execução, consoante o que ocorra em primeiro lugar.

4 — A utilização de meios de impugnação administrativa suspende o prazo de impugnação contenciosa do ato administrativo, que só retoma o seu curso com a notificação da decisão proferida sobre a impugnação administrativa ou com o decurso do respetivo prazo legal.

5 — A suspensão do prazo prevista no número anterior não impede o interessado de proceder à impugnação contenciosa do ato na pendência da impugnação administrativa, bem como de requerer a adoção de providências cautelares.

6 — O prazo para a impugnação pelo Ministério Público conta-se a partir da data da prática do ato ou da sua publicação, quando obrigatória.

7 — O Ministério Público pode impugnar o ato em momento anterior ao da publicação obrigatória, caso tenha sido entretanto desencadeada a sua execução.

8 — A retificação do ato administrativo ou da sua notificação ou publicação não determina o início de novo prazo, salvo quando diga respeito à indicação do autor, do sentido ou dos fundamentos da decisão.

## **Artigo 60.º**

### **Notificação ou publicação deficientes**

1 — O ato administrativo não é oponível ao interessado quando a notificação ou a publicação, quando exigível, não dê a conhecer o sentido da decisão.

2 — Quando a notificação ou a publicação do ato administrativo não contenham a indicação do autor, da data ou dos fundamentos da decisão, tem o interessado a faculdade de requerer à entidade que proferiu o ato a notificação das indicações em falta ou a passagem de certidão que as contenha, bem como, se necessário, de pedir a correspondente intimação judicial, nos termos previstos nos artigos 104.º e seguintes deste Código.

3 — A apresentação, no prazo de 30 dias, de requerimento dirigido ao autor do ato, ao abrigo do disposto no número anterior, interrompe o prazo de impugnação, mantendo-se a interrupção se vier a ser pedida a intimação judicial a que se refere o mesmo número.

4 — Não são oponíveis ao interessado eventuais erros contidos na notificação ou na publicação, no que se refere à indicação do autor, da data, do sentido ou dos fundamentos da decisão,

bem como eventual erro ou omissão quanto à existência de delegação ou subdelegação de poderes.

#### **SUBSECÇÃO IV**

#### **DA INSTÂNCIA**

##### **Artigo 61.º**

##### **Apensação de impugnações**

1 — Quando sejam separadamente intentados diferentes processos impugnatórios em situações em que seja admitida a cumulação de impugnações, a apensação dos processos deve ser ordenada no que foi interposto em primeiro lugar, nos termos do artigo 28.º.

2 — O processo impugnatório apensado é carregado ao relator na espécie respetiva quando a apensação se fundamente em conexão ou dependência entre atos impugnados ou na circunstância de pertencerem ao mesmo procedimento administrativo.

##### **Artigo 62.º**

##### **Prossecução da ação pelo Ministério Público**

1 — O Ministério Público pode, no exercício da ação pública, assumir a posição de autor, requerendo o seguimento de processo que, por decisão ainda não transitada, tenha terminado por desistência ou outra circunstância própria do autor.

2 — Para o efeito do disposto no número anterior, o juiz, uma vez extinta a instância, dá vista do processo ao Ministério Público.

##### **Artigo 63.º**

##### **Ampliação da instância**

1 — Até ao encerramento da discussão em primeira instância, o objecto do processo pode ser ampliado à impugnação de atos que venham a surgir no âmbito ou na sequência do procedimento em que o acto impugnado se insere, assim como à formulação de novas pretensões que com aquela possam ser cumuladas.

2 — O disposto no número anterior é extensivo ao caso de o ato impugnado ser relativo à formação de um contrato e este vir a ser celebrado na pendência do processo, como também às situações em que sobrevenham atos administrativos cuja validade dependa da existência ou validade do ato impugnado, ou cujos efeitos se oponham à utilidade pretendida no processo.

3 — Para o efeito do disposto nos números anteriores, deve a Administração trazer ao processo a informação da existência dos eventuais atos conexos com o ato impugnado que venham a ser praticados na pendência do mesmo.

4 — A ampliação da instância é requerida pelo autor em articulado próprio, que é notificado à entidade demandada e aos contrainteressados, para que se pronunciem no prazo de dez dias.

##### **Artigo 64.º**

##### **Anulação administrativa, sanção e revogação do ato impugnado com efeitos retroativos**

1 — Quando, na pendência do processo, o ato impugnado seja objeto de anulação administrativa acompanhada de nova regulação, pode o autor requerer que o processo prossiga contra o novo ato, com a faculdade de alegação de novos fundamentos e do oferecimento de diferentes meios de prova.

2 — O requerimento a que se refere o número anterior deve ser apresentado no prazo de impugnação do ato anulatório e

antes do trânsito em julgado da decisão que julgue extinta a instância.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável a todos os casos em que o ato impugnado seja, total ou parcialmente, alterado ou substituído por outro com os mesmos efeitos, e ainda no caso de o ato anulatório já ter sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou devesse ter conhecimento.

4 — Se o ato anulado na pendência de processo, nos termos da parte final do número anterior, vier a ser substituído por outro após o termo do processo, o autor pode requerer, dentro do prazo de impugnação contenciosa, a reabertura do processo contra o novo ato, com a faculdade de oferecer novos meios de prova.

5 — O disposto nos números anteriores é também aplicável aos casos de revogação do ato com efeitos retroativos.

6 — Quando, na pendência de processo de impugnação de ato que tenha determinado a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições, a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, for proferido ato com o alcance de sanar os efeitos do ato impugnado, o autor pode requerer a anulação dos efeitos lesivos produzidos por aquele ato durante o período de tempo que precedeu a respetiva sanção.

#### **Artigo 65.º**

##### **Revogação do ato impugnado sem efeitos retroativos**

1 — Quando na pendência do processo, seja proferido ato revogatório sem efeitos retroativos do ato impugnado, o processo prossegue em relação aos efeitos produzidos.

2 — O disposto no número anterior é aplicável aos casos em que, por forma diversa da revogação, cesse ou se esgote a

produção de efeitos do ato impugnado, designadamente pela sua integral execução no plano dos factos.

3 — Quando a cessação de efeitos do ato impugnado seja acompanhada de nova regulação da situação, o autor goza da faculdade prevista no artigo anterior.

4 — O disposto no n.º 1 é aplicável aos casos em que o ato revogatório já tinha sido praticado no momento em que o processo foi intentado, sem que o autor disso tivesse ou devesse ter conhecimento.

## **SECÇÃO II**

### **CONDENAÇÃO À PRÁTICA DO ATO DEVIDO**

#### **Artigo 66.º**

##### **Objeto**

1 — A ação administrativa pode ser utilizada para obter a condenação da entidade competente à prática, dentro de determinado prazo, de um ato administrativo ilegalmente omitido ou recusado.

2 — Ainda que a prática do ato devido tenha sido expressamente recusada, o objeto do processo é a pretensão do interessado e não o ato de indeferimento, cuja eliminação da ordem jurídica resulta diretamente da pronúncia condenatória.

3 — Quando o considere justificado, pode o tribunal impor, logo na sentença de condenação, sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento, sendo, neste caso, aplicável o disposto no artigo 169.º.

#### **Artigo 67.º**

##### **Pressupostos**

1 — A condenação à prática de ato administrativo pode ser pedida quando, tendo sido apresentado requerimento que constitua o órgão competente no dever de decidir:

- a) Não tenha sido proferida decisão dentro do prazo legalmente estabelecido;
- b) Tenha sido praticado ato administrativo de indeferimento ou de recusa de apreciação do requerimento;
- c) Tenha sido praticado ato administrativo de conteúdo positivo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado.

2 — Para os efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, a falta de resposta a requerimento dirigido a delegante ou subdelegante é imputada ao delegado ou subdelegado, mesmo que a este não tenha sido remetido o requerimento.

3 — Para os mesmos efeitos, quando, tendo sido o requerimento dirigido a órgão incompetente, este não o tenha remetido oficiosamente ao órgão competente nem o tenha devolvido ao requerente, a inércia daquele primeiro órgão é imputada ao segundo.

4 - A condenação à prática de acto administrativo também pode ser pedida sem ter apresentado requerimento, quando:

- a) Não tenha sido cumprido o dever de emitir um ato administrativo que resultava directamente da lei;
- b) Se pretenda obter a substituição de um ato administrativo de conteúdo positivo.

#### **Artigo 68.º**

##### **Legitimidade**

1 — Tem legitimidade para pedir a condenação à prática de um ato administrativo:

- a) Quem alegue ser titular de um direito ou interesse legalmente protegido, dirigido à emissão desse ato;
- b) O Ministério Público, sem necessidade da apresentação de requerimento, quando o dever de praticar o ato resulte directamente da lei e esteja em causa a ofensa de direitos

fundamentais, a defesa de interesses públicos especialmente relevantes ou de qualquer dos valores e bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º;

c) Entidades públicas ou privadas, quanto aos direitos e interesses que lhes cumpra defender;

d) Órgãos administrativos, relativamente a condutas de outros órgãos da Administração Pública, que alegadamente comprometam as condições do exercício de competências legalmente conferidas aos primeiros para a prossecução de interesses pelos quais estes órgãos sejam directamente responsáveis;

e) Presidentes de órgãos colegiais, relativamente à conduta do respetivo órgão, bem como outras autoridades, em defesa da legalidade administrativa, nos casos previstos na lei;

f) As demais pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º.

2 — Para além da entidade responsável pela situação de ilegalidade, são obrigatoriamente demandados os contra-interessados a quem a prática do acto pretendido possa directamente prejudicar ou que tenham legítimo interesse em que ele não seja praticado e que possam ser identificados em função da relação material em causa ou dos documentos contidos no processo administrativo.

#### **Artigo 69.º**

##### **Prazos**

1 — Em situações de inércia da Administração, o direito de ação caduca no prazo de um ano contado desde o termo do prazo legal estabelecido para a emissão do ato ilegalmente omitido.

2 — Nos casos de indeferimento, de recusa de apreciação do requerimento ou de pretensão dirigida à substituição de um ato de conteúdo positivo, o prazo de propositura da ação é de

três meses, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 58.º e nos artigos 59.º e 60.º.

3 — Quando, nos casos previstos no número anterior, esteja em causa um ato nulo, o pedido de condenação à prática do acto devido pode ser deduzido no prazo de dois anos.

#### **Artigo 70.º**

##### **Alteração da instância**

1 — Quando a pretensão do interessado seja indeferida na pendência de processo intentado em situação de inércia ou de recusa de apreciação de requerimento, pode o autor alegar novos fundamentos e oferecer diferentes meios de prova em favor da sua pretensão.

2 — A faculdade conferida pelo número anterior é extensiva aos casos em que o indeferimento seja anterior, mas só tenha sido notificado ao autor após a propositura da ação.

3 — Quando, na pendência do processo, seja proferido um acto administrativo que não satisfaça integralmente a pretensão do interessado, o autor pode promover a alteração do objecto do processo, para o efeito de pedir a anulação parcial do novo acto ou a condenação da entidade demandada à prática do acto necessário à satisfação integral da sua pretensão.

4 — Em todas as situações previstas nos números anteriores, o autor deve apresentar articulado próprio no prazo de 30 dias, contado desde a data da notificação do acto, considerando-se como tal, quando não tenha havido notificação, a data do conhecimento do acto obtido no processo.

#### **Artigo 71.º**

##### **Poderes de pronúncia do tribunal**

1 — Ainda que o requerimento apresentado não tenha obtido resposta ou a sua apreciação tenha sido recusada, o tribunal não se limita a devolver a questão ao órgão administrativo

competente, anulando ou declarando nulo o eventual ato de indeferimento, mas pronuncia-se sobre a pretensão material do interessado, impondo a prática do ato devido.

2 — Quando a emissão do ato pretendido envolva a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa e a apreciação do caso concreto não permita identificar apenas uma solução como legalmente possível, o tribunal não pode determinar o conteúdo do ato a praticar, mas deve explicitar as vinculações a observar pela Administração na emissão do ato devido.

3 — Quando tenha sido pedida a condenação à prática de um ato com um conteúdo determinado, mas se verifique que, embora seja devida a prática de um acto administrativo, não é possível determinar o seu conteúdo, o tribunal não absolve do pedido, mas condena a entidade demandada à emissão do acto em questão, de acordo com os parâmetros estabelecidos no número anterior.

### **SECÇÃO III**

#### **IMPUGNAÇÃO DE NORMAS E CONDENAÇÃO À EMISSÃO DE NORMAS**

#### **Artigo 72.º**

##### **Objeto**

1 — A impugnação de normas no contencioso administrativo tem por objeto a declaração da ilegalidade de normas emanadas ao abrigo de disposições de direito administrativo, por vícios próprios ou derivados da invalidade de atos praticados no âmbito do respetivo procedimento de aprovação.

2 — Fica excluída do regime regulado na presente secção a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral com qualquer dos fundamentos previstos no n.º 1 do artigo 281.º da Constituição da República Portuguesa.

### **Artigo 73.º**

#### **Pressupostos**

1 — A declaração de ilegalidade com força obrigatória geral de norma imediatamente operativa pode ser pedida por quem seja directamente prejudicado pela vigência da norma ou possa vir previsivelmente a sê-lo em momento próximo, independentemente da prática de acto concreto de aplicação, pelo Ministério Público e pelas pessoas e entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º, assim como pelos presidentes de órgãos colegiais, em relação a normas emitidas pelos respetivos órgãos.

2 — Quem seja directamente prejudicado ou possa vir previsivelmente a sê-lo em momento próximo pela aplicação de norma imediatamente operativa que incorra em qualquer dos fundamentos de ilegalidade previstos no n.º 1 do artigo 281.º da Constituição da República Portuguesa pode obter a desaplicação da norma, pedindo a declaração da sua ilegalidade com efeitos circunscritos ao seu caso.

3 — Quando os efeitos de uma norma não se produzam imediatamente, mas só através de um acto administrativo de aplicação, o lesado, o Ministério Público ou qualquer das pessoas e entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º podem suscitar a questão da ilegalidade da norma aplicada no âmbito do processo dirigido contra o acto de aplicação a título incidental, pedindo a desaplicação da norma.

4 — O Ministério Público tem o dever de pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral quando tenha conhecimento de três decisões de desaplicação de uma norma com fundamento na sua ilegalidade, bem como de recorrer das decisões de primeira instância que declarem a ilegalidade com força obrigatória geral.

5 — Para o efeito do disposto no número anterior, a secretaria, após o respetivo trânsito em julgado, remete ao representante do Ministério Público junto do tribunal certidão das sentenças que tenham desaplicado, com fundamento em ilegalidade, quaisquer normas emitidas ao abrigo de disposições de direito administrativo ou que tenham declarado a respetiva ilegalidade com força obrigatória geral.

### **Artigo 74.º**

#### **Prazos**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a declaração de ilegalidade de normas pode ser pedida a todo o tempo.

2 — A declaração de ilegalidade com fundamento em ilegalidade formal ou procedimental da qual não resulte inconstitucionalidade só pode ser pedida no prazo de seis meses, contado da data da publicação, salvo nos casos de carência absoluta de forma legal ou de preterição de consulta pública exigida por lei.

### **Artigo 75.º**

#### **Decisão**

O juiz pode decidir com fundamento na ofensa de princípios ou normas jurídicas diversos daqueles cuja violação haja sido invocada

### **Artigo 76.º**

#### **Efeitos da declaração de ilegalidade com força obrigatória geral**

1 — A declaração com força obrigatória geral da ilegalidade de uma norma, nos termos previstos neste Código, produz efeitos desde a data da entrada em vigor da norma, salvo no caso de ilegalidade superveniente.

2 — O tribunal pode, no entanto, determinar que os efeitos da decisão se produzam apenas a partir da data do trânsito em julgado da sentença quando razões de segurança jurídica, de equidade ou de interesse público de excepcional relevo, devidamente fundamentadas, o justifiquem.

3 — Nos processos intentados por quem tenha sido directamente prejudicado pela vigência de norma imediatamente operativa, a aplicação do disposto no número anterior não prejudica a eliminação dos efeitos lesivos causados pela norma na esfera jurídica do autor.

4 — A retroatividade da declaração de ilegalidade não afeta os casos julgados nem os atos administrativos que entretanto se tenham tornado inimpugnáveis, salvo decisão em contrário do tribunal, quando a norma respeite a matéria sancionatória e seja de conteúdo menos favorável ao particular.

5 — A declaração a que se refere o presente artigo implica a repristinação das normas revogadas, salvo quando estas sejam ilegais ou tenham deixado por outro motivo de vigorar, podendo o tribunal reconhecer o afastamento do efeito repristinatório quando tal se verifique.

## **Artigo 77.º**

### **Condenação à emissão de normas**

1 — O Ministério Público, as demais pessoas e entidades defensoras dos interesses referidos no n.º 2 do art.º 9.º, os presidentes de órgãos colegiais, em relação a normas omitidas pelos respetivos órgãos, e quem alegue um prejuízo directamente resultante da situação de omissão podem pedir ao Tribunal Administrativo competente que aprecie e verifique a existência de situações de ilegalidade por omissão das normas cuja adoção, ao abrigo de disposições de direito administrativo, seja necessária para dar exequibilidade a atos legislativos carentes de regulamentação.

2 — Quando verifique a existência de uma situação de ilegalidade por omissão, o tribunal condena a entidade competente à emissão do regulamento em falta, fixando prazo para que a omissão seja suprida.

## **SECÇÃO IV**

### **Ações relativas à validade e execução de contratos**

#### **Artigo 77.º-A**

##### **Legitimidade**

1 — Os pedidos relativos à validade, total ou parcial, de contratos podem ser deduzidos:

- a) Pelas partes na relação contratual;
- b) Pelo Ministério Público, em situações de grande relevância jurídica ou social ou de ilegalidade grave e ostensiva;
- c) Por quem tenha sido prejudicado pelo facto de não ter sido adotado o procedimento pré-contratual legalmente exigido;
- d) Por quem tenha impugnado um ato administrativo relativo ao respetivo procedimento e alegue que a invalidade decorre das ilegalidades cometidas no âmbito desse procedimento;
- e) Por quem, tendo participado no procedimento que precedeu a celebração do contrato, alegue que o clausulado não corresponde aos termos da adjudicação;
- f) Por quem alegue que o clausulado do contrato não corresponde aos termos inicialmente estabelecidos e que justificadamente o tinham levado a não participar no procedimento pré-contratual, embora preenchesse os requisitos necessários para o efeito;
- g) Pelas pessoas singulares ou coletivas titulares ou defensoras de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos aos quais a execução do contrato cause ou possa causar prejuízos;
- h) Pelas pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º.



2 — A anulabilidade de quaisquer contratos por falta e vícios da vontade só pode ser arguida pelas pessoas em cujo interesse a lei a estabelece.

3 — Os pedidos relativos à execução de contratos podem ser deduzidos:

- a) Pelas partes na relação contratual;
- b) Pelas pessoas singulares e coletivas portadoras ou defensoras de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos em função dos quais as cláusulas contratuais tenham sido estabelecidas;
- c) Pelo Ministério Público, quando se trate de cláusulas cujo incumprimento possa afetar um interesse público especialmente relevante;
- d) Pelas pessoas e entidades mencionadas no n.º 2 do artigo 9.º;
- e) Por quem tenha sido preterido no procedimento que precedeu a celebração do contrato.

#### **Artigo 77.º-B**

##### **Prazos**

1 — A invalidade dos contratos com objeto passível de ato administrativo pode ser arguida dentro dos prazos previstos para o ato com o mesmo objeto e idêntica regulamentação da situação concreta.

2 — A anulabilidade, total ou parcial, dos demais contratos pode ser arguida no prazo de seis meses, contado desde a data da celebração do contrato, em relação às partes, ou do respetivo conhecimento, quanto a terceiros e ao Ministério Público.

3 — A anulação de quaisquer contratos por falta ou vícios da vontade pode ser pedida no prazo de seis meses, contado desde a data da cessação do vício.

### **CAPÍTULO III**

#### **MARCA DO PROCESSO**

##### **SECÇÃO I**

##### **DOS ARTICULADOS**

#### **Artigo 78.º**

##### **Requisitos da petição inicial**

1 — A instância constitui-se com a propositura da ação e esta considera-se proposta logo que a petição inicial seja recebida na secretaria do tribunal ao qual é dirigida.

2 — Na petição inicial, deduzida por forma articulada, deve o autor:

- a) Designar o tribunal em que a ação é proposta;
- b) Identificar as partes, incluindo eventuais contrainteressados, indicando os seus nomes, domicílios ou sedes e, sempre que possível, não se tratando de entidades públicas, números de identificação civil e de identificação fiscal, profissões e locais de trabalho;
- c) Indicar o domicílio profissional do mandatário judicial;
- d) Indicar a forma do processo;
- e) Identificar o ato jurídico impugnado, quando seja o caso;
- f) Expor os factos essenciais que constituem a causa de pedir e as razões de direito que servem de fundamento à ação;
- g) Formular o pedido;
- h) Declarar o valor da causa.

3 — Para o efeito do disposto na alínea b) do número anterior, a indicação como parte demandada do órgão que emitiu ou devia ter emitido uma norma ou um ato administrativo é suficiente para que, nos processos com esse objeto, se considere indicada, quando o devesse ter sido, a pessoa coletiva, o ministério ou a secretaria regional, pelo que a citação que venha a ser dirigida ao órgão se considera feita,

nesse caso, à pessoa coletiva, ao ministério ou à secretaria regional a que o órgão pertence.

4 — No final da petição, o autor deve apresentar o rol de testemunhas e requerer outros meios de prova, designadamente da aparência da existência de ato, quando pretenda a declaração da inexistência de ato administrativo, podendo indicar, quando seja caso disso, que os documentos necessários à prova constam do processo administrativo.

#### **Artigo 78-A.º**

##### **Contrainteressados**

1 — Quando o autor não conheça, no todo ou em parte, a identidade e residência dos contrainteressados, pode requerer à Administração, previamente à propositura da ação, a passagem de certidão da qual constem aqueles elementos de identificação.

2 — Se a certidão não for passada no prazo legal, o autor, na petição inicial, deve juntar prova de que a requereu, indicar a identidade e residência dos contrainteressados que conheça e requerer a intimação judicial da entidade demandada para, no prazo de cinco dias, fornecer ao tribunal a identidade e residência dos contrainteressados em falta, para o efeito de poderem ser citados.

3 — O incumprimento pela entidade demandada da intimação referida no número anterior sem justificação adequada determina a imposição de sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo 169.º, sem prejuízo da constituição em responsabilidade, nos termos do artigo 159.º.

4 — Caso o desconhecimento por parte do autor diga respeito apenas à determinação da residência dos contrainteressados, o requerente pode requerer que a secretaria do tribunal promova a consulta às bases de dados dos serviços de identificação civil e outros, nos termos da lei processual civil.

#### **Artigo 79.º**

##### **Instrução da petição inicial**

1 — O autor deve instruir a petição inicial com o documento comprovativo do prévio pagamento da taxa de justiça devida, da concessão do benefício de apoio judiciário, na modalidade de dispensa do mesmo, ou, ocorrendo razão de urgência, do pedido de apoio judiciário requerido, mas ainda não concedido.

2 — Quando a petição inicial seja apresentada por transmissão eletrónica de dados, o prévio pagamento da taxa de justiça ou a concessão do benefício do apoio judiciário são comprovados nos termos definidos por portaria.

3 — Sem prejuízo dos demais requisitos exigidos pela lei processual civil, a petição inicial deve ser instruída com a prova documental e designadamente:

a) Quando seja deduzida pretensão impugnatória, com documento comprovativo da emissão da norma ou do ato impugnados;

b) Quando a pretensão do autor dirigida à prática de um ato administrativo tenha sido indeferida ou rejeitada, com documento comprovativo do indeferimento ou da rejeição;

c) Quando a pretensão do autor dirigida à prática de um ato administrativo não tenha sido respondida, com cópia do requerimento apresentado, ou com recibo ou outro documento comprovativo da entrada do original nos serviços competentes.

4 — Alegando motivo justificado, é fixado prazo ao recorrente para a junção de documentos que não tenha podido obter em tempo.

#### **Artigo 80.º**

##### **Recusa da petição pela secretaria**

1 — A secretaria recusa o recebimento da petição inicial, indicando por escrito o fundamento da rejeição, quando se verifique algum dos seguintes factos:

- a) Não tenha endereço ou esteja endereçada a outro tribunal ou autoridade;
- b) No caso de referir a existência de contrainteressados, não proceder à cabal indicação do respetivo nome e residência, sem prejuízo do disposto no artigo 78.º-A;
- c) Omita qualquer dos elementos a que se referem as alíneas b), c), d) e h) do n.º 2 do artigo 78.º;
- d) Não tenha sido junto nenhum dos documentos comprovativos previstos no n.º 1 do artigo 79.º;
- e) Não esteja redigida em língua portuguesa;
- f) Não esteja assinada;
- g) O papel utilizado não obedeça aos requisitos regulamentares.

2 — A recusa da petição pela secretaria tem os efeitos e consequências que lhe correspondem na lei processual civil, podendo ser objeto de reclamação e recurso nos termos previstos na mesma lei.

## **Artigo 81.º**

### **Citação dos demandados**

1 — Recebida a petição, incumbe à secretaria promover oficiosamente a citação dos demandados.

2 — O juiz pode, a requerimento do autor e caso o considere justificado, determinar que a citação seja urgente, para os efeitos previstos na lei processual civil.

3 — Nos processos que tenham por objeto a impugnação de norma, o juiz manda publicar anúncio da propositura da ação, pelo meio e no local utilizados para dar publicidade à norma, a fim de permitir a intervenção no processo de eventuais

contrainteressados, que é admissível até ao termo da fase dos articulados.

4 — Nos processos em que haja contrainteressados em número superior a 10, o juiz, sem prejuízo de outros meios de publicitação, pode promover a respetiva citação mediante a publicação de anúncio, com a advertência de que os interessados dispõem do prazo de 15 dias para se constituírem como contrainteressados no processo.

5 — Quando esteja em causa a impugnação de um ato administrativo que tenha sido publicado, a publicação do anúncio mencionado no número anterior faz-se, sem prejuízo de outros meios de publicitação, pelo meio e no local utilizados para dar publicidade ao ato impugnado, e, se o ato não tiver sido objeto de publicação, o anúncio é publicado em dois jornais diários de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa.

6 — Na hipótese prevista no n.º 4, os contrainteressados que como tais se tenham constituído são citados para contestarem no prazo previsto no artigo seguinte.

## **Artigo 82.º**

### **Prazo da contestação e cominação**

1 — Os demandados podem contestar no prazo de 30 dias a contar da citação, começando o prazo a correr desde o termo da dilação, quando a esta houver lugar.

2 — Quando, por erro cometido na petição inicial, na hipótese prevista no n.º 3 do artigo 78.º, seja citado um órgão diferente daquele que praticou ou devia ter emitido a norma ou o ato administrativo, o órgão citado deve dar imediato conhecimento àquele que o deveria ter sido, beneficiando, nesse caso, a entidade demandada de um prazo suplementar de 15 dias para apresentar a contestação e enviar o processo administrativo, quando exista.

3 — Se a um contrainteresado não tiver sido facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, ele pode dar conhecimento disso ao juiz do processo, podendo, nesse caso, apresentar a contestação no prazo de 15 dias, contado desde o momento em que venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 84.º, a falta de impugnação especificada não importa confissão dos factos articulados pelo autor, mas o tribunal aprecia livremente essa conduta para efeitos probatórios.

### **Artigo 83.º**

#### **Conteúdo e instrução da contestação**

1 — Na contestação, deduzida por forma articulada, os demandantes devem:

- a) Individualizar a ação;
- b) Expor as razões de facto e de direito por que se opõem à pretensão do autor;
- c) Expor os factos essenciais em que se baseiam as exceções deduzidas, especificando-as separadamente.

2 — No final da contestação, os demandantes devem apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer outros meios de prova.

3 — Toda a defesa deve ser deduzida na contestação, excetuados os incidentes que a lei mande deduzir em separado, devendo os demandantes nela tomar posição definida perante os factos que constituem a causa de pedir invocada pelo autor.

4 — Depois da contestação só podem ser deduzidas as exceções, incidentes e meios de defesa que sejam supervenientes, ou que a lei expressamente admita passado esse momento, ou de que se deva conhecer oficiosamente.

5 — É aplicável à contestação, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 79.º, sendo, quanto ao mais, aplicável o disposto na lei processual civil sobre a apresentação do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça.

6 — Quando a contestação seja subscrita por licenciado em Direito com funções de apoio jurídico, nos termos do artigo 11.º, deve ser junta cópia do despacho que o designou.

### **Artigo 83.º-A**

#### **Reconvenção**

1 — Quando na contestação seja deduzida reconvenção, esta deve ser expressamente identificada e deduzida em separado do restante articulado, e conter:

- a) Exposição dos factos essenciais que constituem a causa de pedir e das razões de direito que servem de fundamento à reconvenção;
- b) Formulação do pedido;
- c) Declaração do valor da reconvenção.

2 — Se na contestação não for declarado o valor da reconvenção, a contestação não deixa de ser recebida, mas o reconvinte é convidado a indicar o valor, sob pena de a reconvenção não ser atendida.

3 — Quando o prosseguimento da reconvenção esteja dependente de qualquer ato a praticar pelo reconvinte, o reconvindo é absolvido da instância se, no prazo findo, tal ato não se mostrar realizado.

## **SECÇÃO II**

### **TRÂMITES SUBSEQUENTES**

### **Artigo 84.º**

#### **Envio do processo administrativo**

1 — Com a contestação, ou dentro do respetivo prazo, a entidade demandada é obrigada a proceder ao envio electrónico, em ficheiro separado, do processo administrativo, quando exista, assim como todos os demais documentos respeitantes à matéria do processo de que seja detentora, que são automaticamente assumidos pelo sistema informático dos Tribunais Administrativos e Fiscais como apensos aos autos respetivos.

2 — Quando por razões técnicas ou por outros motivos justificados não for possível o envio eletrónico, nos termos do número anterior, a entidade demandada deve remeter ao Tribunal os originais do processo administrativo e dos demais documentos, que ficarão apensados aos autos.

3 — Quando o processo administrativo se encontre já apensado a outros autos, a entidade demandada deve dar conhecimento do facto ao tribunal, indicando a que autos se refere.

4 — O original do processo administrativo pode ser substituído por fotocópias autenticadas, sem prejuízo da sua requisição, quando tal se mostre necessário.

5 — Na falta de cumprimento do previsto no n.º 1 sem justificação aceitável, pode o juiz determinar a aplicação de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar.

6 — A falta do envio do processo administrativo não obsta ao prosseguimento da causa e determina que os factos alegados pelo autor se considerem provados, se aquela falta tiver tornado a prova impossível ou de considerável dificuldade.

7 — Da junção aos autos do processo administrativo é dado conhecimento a todos os intervenientes no processo.

## **Artigo 85.º**

### **Intervenção do Ministério Público**

1 — No momento da citação dos demandados, é fornecida cópia da petição e dos documentos que a instruem ao Ministério Público, salvo nos processos em que este figure como autor.

2 — Em função dos elementos que possa coligir e daqueles que venham a ser carreados para o processo, o Ministério Público pode pronunciar-se sobre o mérito da causa, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º.

3 — Nos processos impugnatórios, o Ministério Público pode invocar causas de invalidade diversas das que tenham sido arguidas na petição inicial e solicitar a realização de diligências instrutórias para a respetiva prova.

4 — Os poderes de intervenção previstos nos números anteriores podem ser exercidos até 30 dias após a notificação da junção do processo administrativo aos autos ou, não tendo esta lugar, da apresentação da última contestação, disso sendo, de imediato, notificadas as partes para se pronunciarem.

5 — Sendo utilizada a faculdade prevista na parte final do n.º 3:

a) Caso as diligências instrutórias requeridas devam ser realizadas em audiência final, nos termos do n.º 1 do artigo 91.º, o Ministério Público é notificado para intervir nas mesmas;

b) Caso as diligências instrutórias requeridas não devam ser realizadas em audiência final, o Ministério Público é notificado para alegar, nos termos do artigo 91.º-A.

## **Artigo 85.º A**

### **Réplica e tréplica**

1 — É admissível réplica para o autor responder, por forma articulada, às exceções deduzidas na contestação ou às

exceções perentórias invocadas pelo Ministério Público no exercício dos poderes que lhe confere o artigo anterior, assim como para deduzir toda a defesa quanto à matéria da reconvenção, não podendo a esta opor nova reconvenção.

2 — Nas ações de simples apreciação negativa, a réplica serve para o autor impugnar os factos constitutivos que o demandado tenha alegado e para alegar os factos impeditivos ou extintivos do direito invocado pelo demandado.

3 — A réplica em resposta a exceções é apresentada no prazo de 20 dias e em resposta a reconvenção no prazo de 30 dias, a contar da data em que seja ou se considere notificada a apresentação da contestação.

4 — Quando tenha havido reconvenção, o autor, na réplica, deve:

a) Expor as razões de facto e de direito por que se opõe à reconvenção;

b) Expor os factos essenciais em que se baseiam as exceções deduzidas, especificando-as separadamente.

5 — No caso previsto no número anterior, o autor, no final da réplica, deve apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer outros meios de prova.

6 — Só é admissível tréplica para o demandado responder, por forma articulada, às exceções deduzidas na réplica quanto à matéria da reconvenção, no prazo de 20 dias a contar da notificação da réplica.

## **Artigo 86.º**

### **Articulados supervenientes**

1 — Os factos constitutivos, modificativos ou extintivos supervenientes podem ser deduzidos em novo articulado, pela parte a que aproveitem, até ao encerramento da discussão.

2 — Consideram-se supervenientes tanto os factos ocorridos posteriormente ao termo dos prazos estabelecidos nos artigos

precedentes como os factos anteriores de que a parte só tenha conhecimento depois de findarem esses prazos, devendo, neste caso, produzir-se prova da superveniência.

3 — Quando o novo articulado se funde na junção ao processo de elementos até aí desconhecidos ou aos quais não tinha sido possível o acesso, ele deve ser oferecido nos 10 dias posteriores à notificação da junção dos referidos elementos.

4 — Recebido o articulado, são as outras partes notificadas para responder no prazo de 10 dias.

5 — As provas são oferecidas com o articulado e com a resposta e os factos articulados que interessem à decisão da causa são incluídos nos temas da prova.

6 — [Revogado].

## **SECÇÃO II**

### **SANEAMENTO, INSTRUÇÃO E ALEGAÇÕES**

## **Artigo 87.º**

### **Despacho pré-saneador**

1 — Findos os articulados, o processo é conclusivo ao juiz, que, sendo caso disso, profere despacho pré-saneador destinado a:

a) Providenciar pelo suprimento de exceções dilatórias;

b) Providenciar pelo aperfeiçoamento dos articulados, nos termos dos números seguintes;

c) Determinar a junção de documentos com vista a permitir a apreciação de exceções dilatórias ou o conhecimento, no todo ou em parte, do mérito da causa no despacho saneador.

2 — O juiz convida as partes a suprir as irregularidades dos articulados, fixando prazo para o suprimento ou correção do vício, designadamente quando careçam de requisitos legais ou a parte não haja apresentado documento essencial ou de que a lei faça depender o prosseguimento da causa.

3 — Incumbe ainda ao juiz convidar as partes ao suprimento das insuficiências ou imprecisões

na exposição ou concretização da matéria de facto alegada, fixando prazo para a apresentação de articulado em que se complete ou corrija o inicialmente produzido.

4 — Os factos objeto de esclarecimento, aditamento ou correção ficam sujeitos às regras gerais sobre contraditoriedade e prova.

5 — As alterações à matéria de facto alegada não podem implicar convalidação do objeto do processo para relação jurídica diversa da controvertida, devendo conformar-se com os limites traçados pelo pedido e pela causa de pedir, se forem introduzidas pelo autor, e pelos limites impostos pelo artigo 83.º, quando o sejam pelo réu.

6 — Não cabe recurso do despacho de convite ao suprimento de irregularidades, insuficiências ou imprecisões dos articulados.

7 — A falta de suprimento de exceções dilatórias ou de correção, dentro do prazo estabelecido, das deficiências ou irregularidades da petição inicial determina a absolvição da instância.

8 — A absolvição da instância sem prévia emissão de despacho pré-saneador, em casos em que podia haver lugar ao suprimento de exceções dilatórias ou de irregularidades, não impede o autor de, no prazo de 15 dias, contado da notificação da decisão, apresentar nova petição, com observância das prescrições em falta, a qual se considera apresentada na data em que o tinha sido a primeira, para efeitos da tempestividade da sua apresentação.

## **Artigo 87.º-A**

### **Audiência prévia**

1 — Concluídas as diligências resultantes do preceituado no artigo anterior, se a elas houver lugar, e sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, pode ser convocada audiência prévia, a realizar num dos 30 dias subsequentes, destinada a algum ou alguns dos fins seguintes:

a) Realizar tentativa de conciliação, nos termos do artigo 87.º-C;

b) Facultar às partes a discussão de facto e de direito, quando o juiz tencione conhecer imediatamente, no todo ou em parte, do mérito da causa;

c) Discutir as posições das partes, com vista à delimitação dos termos do litígio, e suprir as insuficiências ou imprecisões na exposição da matéria de facto que ainda subsistam ou se tornem patentes na sequência do debate;

d) Proferir despacho saneador, nos termos do n.º 1 do artigo 88.º;

e) Determinar, após debate, a adequação formal, a simplificação ou a agilização do processo;

f) Proferir, após debate, despacho destinado a identificar o objeto do litígio e enunciar os temas da prova, e decidir as reclamações deduzidas pelas partes;

g) Programar, após audição dos mandatários, os atos a realizar na audiência final, estabelecer o número de sessões e a sua duração, e designar as respetivas datas.

2 — Para efeitos do disposto na alínea e) do número anterior, o juiz pode determinar a adoção da tramitação processual adequada às especificidades da causa e adaptar o conteúdo e a forma dos atos processuais ao fim que visam atingir, assegurando um processo equitativo.

3 — O despacho que marque a audiência prévia indica o seu objeto e finalidade, mas não constitui caso julgado sobre a possibilidade de apreciação imediata do mérito da causa.

4 — Não constitui motivo de adiamento a falta das partes ou dos seus mandatários.

5 — A audiência prévia é, sempre que possível, gravada, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto sobre a matéria na lei processual civil.

6 — Os requerimentos probatórios podem ser alterados na audiência prévia.

#### **Artigo 87.º-B**

##### **Não realização da audiência prévia**

1 — A audiência prévia não se realiza quando o processo deva findar no despacho saneador pela procedência de exceção dilatória.

2 — Nas ações que hajam de prosseguir, o juiz pode dispensar a realização da audiência prévia quando esta se destine apenas aos fins previstos nas alíneas *d)*, *e)*, *f)* e *g)* do n.º 1 do artigo anterior, proferindo, nesse caso, despacho para os fins indicados, nos 20 dias subsequentes ao termo dos articulados.

3 — Notificadas as partes, se alguma delas pretender reclamar dos despachos proferidos para os fins previstos nas alíneas *e)*, *f)* e *g)* do n.º 1 do artigo anterior, pode requerer, em 10 dias, a realização de audiência prévia, que, neste caso, deve realizar-se num dos 20 dias seguintes e destinar-se a apreciar as questões suscitadas e, acessoriamente, a fazer uso do disposto na alínea *c)* do n.º 1 do artigo anterior, podendo haver alteração dos requerimentos probatórios.

#### **Artigo 87.º-C**

##### **Tentativa de conciliação e mediação**

1 — Quando a causa couber no âmbito dos poderes de disposição das partes, pode ter lugar, em qualquer estado do processo, tentativa de conciliação ou mediação, desde que as partes conjuntamente o requeiram ou o juiz a considere

oportuna, mas as partes não podem ser convocadas exclusivamente para esse fim mais do que uma vez.

2 — Para o efeito do disposto no número anterior, as partes são notificadas para comparecer pessoalmente ou se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais.

3 — A tentativa de conciliação é presidida pelo juiz, devendo este empenhar-se ativamente na obtenção da solução mais adequada aos termos do litígio.

4 — Frustrando-se, total ou parcialmente, a conciliação, ficam consignadas em ata as concretas soluções sugeridas pelo juiz, bem como os fundamentos que, no entendimento das partes, justificam a persistência do litígio.

5 — A mediação processa-se nos termos definidos em diploma próprio.

#### **Artigo 88.º**

##### **Despacho saneador**

1 — O despacho saneador destina-se a:

a) Conhecer das exceções dilatórias e nulidades processuais que hajam sido suscitadas pelas partes, ou que, em face dos elementos constantes dos autos, o juiz deva apreciar oficiosamente;

b) Conhecer total ou parcialmente do mérito da causa, sempre que a questão seja apenas de direito ou quando, sendo também de facto, o estado do processo permita, sem necessidade de mais indagações, a apreciação dos pedidos ou de algum dos pedidos deduzidos, ou de alguma exceção perentória.

2 — As questões prévias referidas na alínea *a)* do número anterior que não tenham sido apreciadas no despacho saneador não podem ser suscitadas nem decididas em momento posterior do processo e as que sejam decididas no despacho saneador não podem vir a ser reapreciadas.



3 — O despacho saneador pode ser logo ditado para a ata da audiência prévia, mas, quando não seja proferido nesse contexto ou a complexidade das questões a resolver o exija, o juiz pode proferi-lo por escrito, suspendendo-se a audiência prévia e fixando-se logo data para a sua continuação, se for caso disso, quando seja proferido nesse contexto.

4 — No caso previsto na alínea *a)* do n.º 1, o despacho constitui, logo que transite, caso julgado formal quanto às questões concretamente apreciadas e, na hipótese prevista na alínea *b)*, fica tendo, para todos os efeitos, o valor de sentença.

#### **Artigo 89.º**

##### **Exceções**

1 — As exceções são dilatórias ou perentórias.

2 — As exceções dilatórias são de conhecimento oficioso e obstam a que o tribunal conheça do mérito da causa, dando lugar à absolvição da instância ou à remessa do processo para outro tribunal.

3 — As exceções perentórias consistem na invocação de factos que impedem, modificam ou extinguem o efeito jurídico dos factos articulados pelo autor, são de conhecimento oficioso quando a lei não faz depender a sua invocação da vontade do interessado e importam a absolvição total ou parcial do pedido.

4 — São dilatórias, entre outras, as exceções seguintes:

- a) Incompetência do tribunal;
- b) Nulidade de todo o processo;
- c) Falta de personalidade ou de capacidade judiciária de alguma das partes;
- d) Falta de autorização ou deliberação que o autor devesse obter;
- e) Ilegitimidade de alguma das partes, designadamente por falta da identificação dos contrainteresados;

f) Coligação de autores ou demandados, quando entre os pedidos não exista a conexão exigida no artigo 12.º.

g) Pluralidade subjetiva subsidiária, salvo caso de dúvida fundamentada sobre a o sujeito da relação controvertida;

h) Falta de constituição de advogado por parte do autor e a falta, insuficiência ou irregularidade de mandato judicial por parte do mandatário que propôs a ação;

i) Ineptidão da petição;

j) Inimpugnabilidade do ato impugnado;

l) Ilegalidade da cumulação de pretensões;

m) Intempestividade da impugnação;

n) Litispendência e caso julgado.

#### **Artigo 89.º-A**

##### **Despacho de prova e aditamento ou alteração do rol de testemunhas**

1 — Proferido despacho saneador, quando a ação deva prosseguir, o juiz profere despacho destinado a identificar o objeto do litígio e a enunciar os temas da prova.

2 — As partes podem reclamar do despacho previsto no número anterior.

3 — O despacho proferido sobre as reclamações apenas pode ser impugnado no recurso interposto da decisão final.

4 — Quando ocorram na audiência prévia e esta seja gravada, os despachos e as reclamações previstas nos números anteriores podem ter lugar oralmente.

5 — O rol de testemunhas pode ser aditado ou alterado até 20 dias antes da data em que se realize a audiência final, sendo a parte contrária notificada para usar, querendo, de igual faculdade, no prazo de cinco dias.

6 — Incumbe às partes a apresentação das testemunhas indicadas em consequência do aditamento ou da alteração ao rol previsto no número anterior.

## **Artigo 90.º**

### **Instrução**

1 — A instrução tem por objeto os factos relevantes para o exame e decisão da causa que devam considerar-se controvertidos ou necessitados de prova.

2 — A instrução rege-se pelo disposto na lei processual civil, sendo admissíveis todos os meios de prova nela previstos.

3 — No âmbito da instrução, o juiz ou relator ordena as diligências de prova que considere necessárias para o apuramento da verdade, podendo indeferir, por despacho fundamentado, requerimentos dirigidos à produção de prova sobre certos factos ou recusar a utilização de certos meios de prova, quando o considere claramente desnecessário.

## **Artigo 91.º**

### **Audiência final**

1 — Há lugar à realização de audiência final quando haja prestação de depoimentos de parte ou inquirição de testemunhas.

2 — A audiência decorre perante juiz singular, que goza de todos os poderes necessários para tornar útil e breve a discussão e para assegurar a justa decisão da causa, segundo o disposto na lei processual civil.

3 — A audiência rege-se pelos princípios da plenitude da assistência do juiz e da publicidade e continuidade da audiência.

4 — No início da audiência, o juiz procura conciliar as partes, se a causa estiver no âmbito do seu poder de disposição, findo o que se realizam os seguintes atos, se a eles houver lugar:

- a) Prestação dos depoimentos de parte;
- b) Exibição de reproduções cinematográficas ou de registos fonográficos, podendo o juiz determinar que ela se faça apenas

com assistência das partes, dos seus advogados e das pessoas cuja presença se mostre conveniente;

c) Esclarecimentos verbais dos peritos cuja comparência tenha sido determinada oficiosamente ou a requerimento das partes;

d) Inquirição das testemunhas;

e) Alegações orais, nas quais os advogados exponham as conclusões, de facto e de direito, que hajam extraído da prova produzida, podendo cada advogado replicar uma vez.

5 — O juiz pode, nos casos em que tal se justifique, alterar a ordem de produção de prova referida no número anterior e, quando o considere conveniente para a descoberta da verdade, determinar a audição em simultâneo, sobre determinados factos, de testemunhas de ambas as partes.

6 — Quando a complexidade da matéria o justifique ou qualquer das partes não prescindir da sua apresentação, o juiz, no termo da audiência, determina que as alegações previstas na alínea e) do n.º 4 sejam apresentadas por escrito pelo prazo simultâneo de 20 dias.

## **Artigo 91.º-A**

### **Alegações escritas**

Quando não haja lugar à realização de audiência final, as partes, finda a instrução, são notificadas para apresentarem alegações escritas pelo prazo simultâneo de 20 dias.

## **SECÇÃO III**

### **JULGAMENTO**

## **Artigo 92.º**

### **Conclusão ao relator e vista aos juízes-adjuntos**

1 — Nos tribunais superiores, uma vez concluso o processo ao relator, tem lugar a vista simultânea aos juízes-adjuntos, que,

no caso de evidente simplicidade da causa, pode ser dispensada pelo relator.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, é fornecida a cada juiz-adjunto cópia das peças processuais que relevem para o conhecimento do objeto da causa, permanecendo o processo depositado, para consulta, na secretaria do tribunal.

#### **Artigo 93.º**

##### **Julgamento em formação alargada e consulta prejudicial para o Supremo Tribunal Administrativo**

1 — Quando à apreciação de um tribunal administrativo de círculo se coloque uma questão de direito nova que suscite dificuldades sérias e possa vir a ser suscitada noutros litígios, pode o respectivo presidente, por proposta do juiz da causa, adoptar uma das seguintes providências:

a) Determinar que no julgamento intervenham todos os juizes do tribunal, sendo o quórum de dois terços;

b) Submeter a sua apreciação ao Supremo Tribunal Administrativo, para que este emita pronúncia vinculativa dentro do processo sobre a questão, no prazo de três meses.

2 — A consulta prevista na alínea b) não pode ter lugar em processos urgentes e pode ser liminarmente recusada, a título definitivo, quando uma formação constituída por três juizes de entre os mais antigos da secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo considere que não se encontram preenchidos os respectivos pressupostos ou que a escassa relevância da questão não justifica a emissão de uma pronúncia.

3 — A pronúncia emitida pelo Supremo Tribunal Administrativo não o vincula relativamente a novas pronúncias, que, em sede de consulta ou em via de recurso, venha a emitir no futuro, sobre a mesma matéria, fora do âmbito do mesmo processo.

#### **Artigo 94.º**

##### **Conteúdo da sentença**

1 — Encerrada a audiência final ou apresentadas as alegações escritas ou decorrido o respectivo prazo, quando a essa apresentação haja lugar, o processo é concluso ao juiz, para ser proferida sentença no prazo de 30 dias.

2 — A sentença começa por identificar as partes e o objeto do litígio, enunciando as questões de mérito que ao tribunal cumpra solucionar, ao que se segue a exposição dos fundamentos de facto e de direito, a decisão e a condenação dos responsáveis pelas custas processuais, com indicação da proporção da respetiva responsabilidade.

3 — Na exposição dos fundamentos, a sentença deve discriminar os factos que julga provados e não provados, analisando criticamente as provas, e indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas correspondentes.

4 — O juiz aprecia livremente as provas segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto, ressalvados os factos para cuja prova a lei exija formalidade especial e aqueles que só possam ser provados por documentos ou que estejam plenamente provados, quer por documentos, quer por acordo ou confissão das partes.

5 — Quando o juiz considere que a questão de direito a resolver é simples, designadamente por já ter sido apreciada por tribunal, de modo uniforme e reiterado, ou que a pretensão é manifestamente infundada, a fundamentação da decisão pode ser sumária, podendo consistir na simples remissão para decisão precedente, de que se junte cópia.

#### **Artigo 95.º**

##### **Objeto e limites da decisão**

1 — A sentença deve decidir todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação e não pode ocupar-se senão das questões suscitadas, salvo quando a lei lhe permita ou imponha o conhecimento oficioso de outras.

2 — A sentença não pode condenar em quantidade superior ou em objeto diverso do que se pedir, mas, se não houver elementos para fixar o objeto ou a quantidade, o tribunal condena no que vier a ser liquidado, sem prejuízo de condenação imediata na parte que já seja líquida.

3 — Nos processos impugnatórios, o tribunal deve pronunciar-se sobre todas as causas de invalidade que tenham sido invocadas contra o ato impugnado, exceto quando não possa dispor dos elementos indispensáveis para o efeito, assim como deve identificar a existência de causas de invalidade diversas das que tenham sido alegadas, ouvidas as partes para alegações complementares pelo prazo comum de 10 dias, quando o exija o respeito pelo princípio do contraditório.

4 — Nas sentenças que imponham o cumprimento de deveres à Administração, o tribunal tem o poder de fixar oficiosamente um prazo para o respectivo cumprimento, que, em casos justificados, pode ser prorrogado, bem como, quando tal se justifique, o poder de impor sanção pecuniária compulsória, destinada a prevenir o incumprimento, segundo o disposto no artigo 169.º.

5 — Quando no processo tenha sido deduzido pedido de condenação da Administração à adopção de atos jurídicos ou comportamentos que envolvam a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa, sem que a apreciação do caso concreto permita identificar apenas uma atuação como legalmente possível, o tribunal não pode determinar o conteúdo do ato jurídico ou do comportamento a adoptar, mas deve explicitar as vinculações a observar pela Administração.

6 — Quando, na hipótese prevista no número anterior, o quadro normativo permita ao tribunal especificar o conteúdo dos atos e operações a adoptar, mas da instrução realizada não resultem elementos de facto suficientes para proceder a essa especificação, o tribunal notifica a Administração para apresentar, no prazo de 20 dias, proposta fundamentada sobre a matéria e ouve em seguida os demais intervenientes no processo, podendo ordenar ainda as diligências complementares que considere necessárias antes de proferir a sentença.

## **Artigo 96.º**

### **Diferimento do acórdão**

Nos tribunais superiores, quando não possa ser lavrado acórdão na sessão em que seja julgado o processo, o resultado é anotado, datado e assinado pelos juízes vencedores e vencidos e o juiz que tire o acórdão fica com o processo para lavrar a decisão respetiva que, sem embargo de o resultado ser logo publicado, é lida em conferência na sessão seguinte e aí datada e assinada pelos juízes que nela tenham intervindo, se estiverem presentes.

## **TÍTULO III**

### **DOS PROCESSOS URGENTES**

#### **CAPÍTULO I**

#### **AÇÃO ADMINISTRATIVA URGENTE**

#### **SECÇÃO I**

#### **CONTENCIOSO ELEITORAL E PROCEDIMENTOS DE MASSA**

## **Artigo 97.º**

### **Âmbito**

1 — Regem-se pelo disposto na presente secção e, no que com ela não contenda, pelo disposto nos capítulos II e III do Título II:

a) O contencioso dos atos administrativos em matéria eleitoral da competência dos tribunais administrativos;

b) O contencioso dos atos administrativos praticados no âmbito de procedimentos de massa, com o âmbito estabelecido na presente secção.

2 — Os processos abrangidos pelo contencioso regulado na presente secção podem dar lugar à emissão de pronúncias de anulação, declaração de nulidade ou inexistência de atos administrativos e/ou de condenação à prática de atos devidos.

3 — Nos processos abrangidos pelo contencioso regulado na presente secção, a ausência de reação contra atos procedimentais com eficácia externa ou decisões finais adoptadas no âmbito de procedimentos encadeados impede o interessado de reagir contra as decisões subsequentes, com fundamento em ilegalidades cometidas ao longo da sequência procedimental.

4 — Uma vez intentada uma ação abrangida pelo contencioso regulado na presente secção, é no âmbito desse processo e perante o tribunal em que este corra os seus termos que os demais interessados devem fazer valer as suas pretensões que envolvam a apreciação do mesmo acto jurídico ou de outros atos praticados no mesmo contexto.

5 — Para efeitos do disposto no número anterior, nos processos regulados na presente secção, há despacho liminar, mediante o qual o juiz manda publicar anúncio da propositura da ação pelo meio e no local utilizados para dar publicidade ao acto ou atos a que ela se reporta, a fim de promover a coligação de autores pelo prazo de dez dias.

#### **Artigo 98.º**

#### **Contencioso eleitoral**

1 — Os processos do contencioso eleitoral podem ser intentados por quem, na eleição em causa, seja eleitor ou elegível ou, quanto à omissão nos cadernos ou listas eleitorais, também pelas pessoas cuja inscrição haja sido omitida.

2 — Na falta de disposição especial, o prazo de propositura de ação é de sete dias a contar da data em que seja possível o conhecimento do ato ou da omissão.

3 — Nos processos abrangidos pelo contencioso eleitoral, a ausência de reação contra os atos relativos à exclusão, inclusão ou omissão de eleitores ou elegíveis nos cadernos eleitorais, e demais atos com eficácia externa anteriores ao ato eleitoral, assim como de cada ato eleitoral adotado no âmbito de procedimentos encadeados impede o interessado de reagir contra as decisões subsequentes com fundamento em ilegalidades de que enfermem os atos anteriormente praticados.

4 — Os prazos a observar durante a tramitação do processo são os seguintes:

a) Cinco dias para a contestação;

b) Cinco dias para a decisão do juiz ou do relator, ou para este submeter o processo a julgamento;

c) Três dias para os restantes casos.

5 — Nos processos da competência de tribunal superior, quando o processo não seja decidido pelo relator, é julgado, independentemente de vistos, na primeira sessão que tenha lugar após o despacho referido na alínea b) do número anterior.

#### **Artigo 99.º**

#### **Contencioso dos procedimentos de massa**

1 — Para os efeitos do disposto na presente secção, e sem prejuízo de outros casos previstos em lei especial, o

contencioso dos atos administrativos praticados no âmbito de procedimentos de massa compreende as acções respeitantes à prática ou omissão de atos administrativos nos seguintes domínios:

- a) Concursos de pessoal cujos participantes sejam em número superior a 20;
- b) Procedimentos de realização de provas cujos participantes sejam em número superior a 20;
- c) Procedimentos de recrutamento cujos envolvidos sejam em número superior a 20.

2 — Salvo disposição legal em contrário, o prazo de propositura das acções a que se refere o presente artigo é de um mês e, salvo nos casos abrangidos pela previsão do n.º 1 do artigo 20.º, elas devem ser propostas no tribunal administrativo de círculo de Lisboa.

3 — O modelo a que devem obedecer os articulados é estabelecido por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

4 — Quando, por referência ao mesmo procedimento, seja proposta mais do que uma ação, os respetivos processos são objeto de apensação obrigatória àquele que tiver sido intentado em primeiro lugar, segundo o disposto no artigo 28.º.

5 — Os prazos a observar durante a tramitação do processo são os seguintes:

- a) 20 dias para a contestação;
- b) 15 dias para a decisão do juiz ou do relator, ou para o despacho deste a submeter o processo a julgamento;
- c) 10 dias para os restantes casos.

6 — Nos processos da competência de tribunal superior, quando não seja decidido pelo relator, o processo é julgado, independentemente de vistos, na primeira sessão que tenha

lugar após o despacho referido na alínea b) do número anterior.

### **SECÇÃO III**

#### **CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL**

##### **Artigo 100.º**

###### **Âmbito**

1 - Os processos de impugnação ou de condenação à prática de atos administrativos relativos à formação de contratos de empreitada de obras públicas, de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos, de aquisição ou locação de bens móveis e de aquisição de serviços têm carácter urgente e regem-se pelo disposto na presente secção e, subsidiariamente, pelo disposto no Título II.

2 - Para os efeitos do disposto na presente secção, são considerados atos administrativos os atos praticados por quaisquer entidades adjudicantes ao abrigo de regras de contratação pública.

3 - Nos processos do contencioso pré-contratual, é possível a cumulação de pedidos, segundo o disposto no artigo 4.º, sendo, nesse caso, adoptada a tramitação prevista no artigo 102.º, com as adaptações que se revelem necessárias.

##### **Artigo 101.º**

###### **Prazo**

Os processos do contencioso pré-contratual devem ser intentados no prazo de um mês, por qualquer pessoa ou entidade com legitimidade nos termos gerais, sendo aplicável à contagem do prazo o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 58.º e nos artigos 59.º e 60.º.

##### **Artigo 102.º**

### **Tramitação**

1 - Os processos do contencioso pré-contratual obedecem à tramitação estabelecida no capítulo III do título II, salvo o preceituado nos números seguintes.

2 - Só são admissíveis alegações no caso de ser requerida ou produzida prova com a contestação.

3 - Os prazos a observar são os seguintes:

a) 20 dias para a contestação e para as alegações, quando estas tenham lugar;

b) 10 dias para a decisão do juiz ou relator, ou para este submeter o processo a julgamento;

c) 5 dias para os restantes casos.

4 - O objeto do processo pode ser ampliado à impugnação do contrato, segundo o disposto no artigo 63.º.

5 - Quando o considere aconselhável ao mais rápido esclarecimento da questão, o tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento de qualquer das partes, optar pela realização de uma audiência pública para discussão da matéria de facto e de direito.

6 — No âmbito do contencioso pré-contratual, há lugar à aplicação do disposto nos artigos 45.º e 45-A.º, quando se preencham os respetivos pressupostos.

7 - O disposto no número anterior é também aplicável nas situações em que, tendo sido cumulado pedido respeitante à invalidade de contrato por violação das regras relativas ao respectivo procedimento de formação, o tribunal proceda, segundo o disposto na lei substantiva, ao afastamento dessa invalidade em resultado da ponderação dos interesses públicos e privados em presença.

### **Artigo 103.º**

#### **Impugnação dos documentos conformadores do procedimento**

1 - Regem-se pelo disposto no presente artigo e no artigo anterior, os processos dirigidos à declaração de ilegalidade de disposições contidas no programa do concurso, no caderno de encargos ou em qualquer outro documento conformador do procedimento de formação de contrato, designadamente com fundamento na ilegalidade das especificações técnicas, económicas ou financeiras que constem desses documentos.

2 - O pedido de declaração de ilegalidade pode ser deduzido por quem participe ou tenha interesse em participar no procedimento em causa, podendo ser cumulado com o pedido de impugnação de acto administrativo de aplicação das determinações contidas nos referidos documentos.

3 - O pedido de declaração de ilegalidade pode ser deduzido durante a pendência do procedimento a que os documentos em causa se referem, sem prejuízo da possibilidade da impugnação autónoma dos respetivos atos de aplicação.

4 - O disposto no presente artigo não prejudica a possibilidade da impugnação, nos termos gerais, dos regulamentos que tenham por objeto conformar mais do que um procedimento de formação de contratos.

### **Artigo 103.º-A**

#### **Efeito suspensivo automático**

1 — A impugnação de atos de adjudicação no âmbito do contencioso pré-contratual urgente faz suspender automaticamente os efeitos do ato impugnado, se tal não tiver já sido obtido através da adoção de providência cautelar.

2 — No caso previsto no número anterior, a entidade demandada e os contra-interessados podem requerer ao juiz o levantamento do efeito suspensivo, alegando que o diferimento da execução do ato seria gravemente prejudicial para o interesse público ou gerador de consequências lesivas claramente desproporcionadas para outros interesses

envolvidos, havendo lugar, na decisão, à aplicação do critério previsto no n.º 2 do artigo 120.º.

3 — No caso previsto no número anterior, o demandado ou demandados dispõem do prazo de sete dias para responderem, findo o que o juiz decide no prazo máximo de dez dias, contado da data da última pronúncia apresentada ou do termo do prazo para a sua apresentação.

4 — A decisão do juiz é tomada segundo os critérios de decisão previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 120.º e a prova produzida releva, na medida do aplicável, para a decisão do mérito da causa.

#### **Artigo 103.º-B**

##### **Adoção de medidas provisórias**

1 — No âmbito de qualquer processo do contencioso pré-contratual urgente, pode ser requerida ao juiz a adoção de medidas provisórias, dirigidas a prevenir o risco de, no momento em que a sentença venha a ser produzida, se ter constituído uma situação de facto consumado, por já não ser possível retomar o procedimento pré-contratual para determinar quem nele seria escolhido como adjudicatário.

2 — Quando disponha de elementos que o justifiquem, o juiz pode, ouvidas as partes, determinar oficiosamente a suspensão da eficácia do ato impugnado ou a adoção de outras medidas provisórias, para prevenir a constituição de situações de facto consumado.

3 — Nas situações previstas no presente artigo, o juiz decide segundo os critérios de decisão previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 120.º e a prova produzida releva, na medida do aplicável, para a decisão do mérito da causa.

#### **Artigo 104.º**

##### **Objeto**

1 - Quando não seja dada integral satisfação a pedidos formulados no exercício do direito à informação procedimental ou do direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, o interessado pode requerer a correspondente intimação, nos termos e com os efeitos previstos na presente secção.

2 - O pedido de intimação é igualmente aplicável nas situações previstas no n.º 2 do artigo 60.º e pode ser utilizado pelo Ministério Público para o efeito do exercício da ação pública.

#### **Artigo 105.º**

##### **Pressupostos**

1 — A intimação deve ser requerida contra a pessoa coletiva de direito público, o ministério ou a secretaria regional cujos órgãos sejam competentes para facultar a informação ou a consulta, ou passar a certidão.

2 — Quando o interessado faça valer o direito à informação procedimental, a intimação deve ser requerida no prazo de 20 dias, a contar da verificação de qualquer dos seguintes factos:

- a) Decurso do prazo legalmente estabelecido, sem que a entidade requerida satisfaça o pedido que lhe foi dirigido;
- b) Indeferimento do pedido;
- c) Satisfação parcial do pedido.

3 — Quando o interessado faça valer o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, a intimação só pode ser requerida se, perante o indeferimento total ou parcial, ou a ausência de resposta ao seu requerimento dentro do prazo legal, o interessado se tiver dirigido, no prazo de 20 dias, à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos para obter a satisfação da sua pretensão.

4 — No caso previsto no número anterior, o prazo para requerer a intimação é de 20 dias e inicia-se quando a pretensão do interessado:



- a) Tiver sido objeto de pronúncia desfavorável ou não tiver obtido resposta da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos dentro do prazo legalmente estabelecido;
- b) Tiver sido objeto de pronúncia favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, mas a entidade requerida não lhe dê satisfação dentro do prazo legalmente estabelecido.

#### **Artigo 106.º**

##### **Efeito interruptivo do prazo de impugnação**

1 - O efeito interruptivo do prazo de impugnação que decorre da apresentação dos pedidos de informação, consulta de documentos ou passagem de certidão, quando efetuados ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 60.º, mantém-se se o interessado requerer a intimação judicial e cessa com:

- a) O cumprimento da decisão que defira o pedido de intimação ou com o trânsito em julgado da que o indefira;
- b) O trânsito em julgado da decisão que extinga a instância por satisfação do requerido na pendência do pedido de intimação.

2 - Não se verifica o efeito interruptivo quando o tribunal competente para conhecer do meio contencioso que venha a ser utilizado pelo requerente considere que o pedido constituiu expediente manifestamente dilatório ou foi injustificado, por ser claramente desnecessário para permitir o uso dos meios administrativos ou contenciosos.

#### **Artigo 107.º**

##### **Tramitação**

1 - Deduzido o pedido de intimação, a secretaria promove oficiosamente a citação da entidade demandada para responder no prazo de 10 dias.

2 - Apresentada a resposta ou decorrido o respetivo prazo e concluídas as diligências que se mostrem necessárias, o juiz profere decisão no prazo de cinco dias.

#### **Artigo 108.º**

##### **Decisão**

1 - Se der provimento ao processo, o juiz determina o prazo em que a intimação deve ser cumprida e que não pode ultrapassar os 10 dias.

2 - Se houver incumprimento da intimação sem justificação aceitável, deve o juiz determinar a aplicação de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar, segundo o disposto no artigo 159.º.

## **SECÇÃO II**

### **INTIMAÇÃO PARA PROTEÇÃO DE DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

#### **Artigo 109.º**

##### **Objeto**

1 - A intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias pode ser requerida quando a célere emissão de uma decisão de mérito que imponha à Administração a adoção de uma conduta positiva ou negativa se revele indispensável para assegurar o exercício, em tempo útil, de um direito, liberdade ou garantia, por não ser possível ou suficiente, nas circunstâncias do caso, o decretamento provisório de uma providência cautelar, segundo o disposto no artigo 131.º.

2 - A intimação também pode ser dirigida contra particulares, designadamente concessionários, nomeadamente para suprir a omissão, por parte da Administração, das providências

adequadas a prevenir ou reprimir condutas lesivas dos direitos, liberdades e garantias do interessado.

3 - Quando, nas circunstâncias enunciadas no n.º 1, o interessado pretenda a emissão de um ato administrativo estritamente vinculado, designadamente de execução de um ato administrativo já praticado, o tribunal emite sentença que produza os efeitos do ato devido.

#### **Artigo 110.º**

##### **Despacho liminar e tramitação subsequente**

1 - Uma vez distribuído, o processo é concluso ao juiz com a maior urgência, para despacho liminar, a proferir no prazo máximo de quarenta e oito horas, no qual, sendo a petição admitida, é ordenada a citação da outra parte para responder no prazo de sete dias.

2 - Quando a complexidade da matéria o justifique, pode o juiz determinar que o processo siga a tramitação estabelecida no capítulo III do Título II, sendo, nesse caso, os prazos reduzidos a metade.

3 - Em situações de especial urgência, em que a petição permita reconhecer a possibilidade de lesão iminente e irreversível do direito, liberdade ou garantia, o juiz pode optar, no despacho liminar, por:

- a) Reduzir o prazo previsto no n.º 1 para a resposta do requerido;
- b) Promover a audição do requerido através de qualquer meio de comunicação que se revele adequado;
- c) Promover a realização, no prazo de quarenta e oito horas, de uma audiência oral, no termo da qual a decisão é tomada de imediato.

#### **Artigo 110.º A**

##### **Convolução do processo e decretamento provisório de providência cautelar**

1 - Quando verifique que as circunstâncias do caso não são de molde a justificar o decretamento de uma intimação, por se bastarem com a adopção de uma providência cautelar, o juiz, no despacho liminar, fixa prazo para o autor substituir a petição, para o efeito de requerer a adopção de providência cautelar, seguindo-se, se a petição for substituída, os termos do processo cautelar.

2 - Quando, na hipótese prevista no número anterior, seja de reconhecer que existe uma situação de especial urgência que o justifique, o juiz deve, no mesmo despacho liminar, e sem quaisquer outras formalidades ou diligências, decretar provisoriamente a providência cautelar que julgue adequada, sendo, nesse caso, aplicável o disposto no artigo 131.º.

3 - Na hipótese prevista no número anterior, o decretamento provisório caduca se, no prazo de cinco dias, o autor não tiver requerido a adopção de providência cautelar, segundo o disposto no n.º 1.

#### **Artigo 111.º**

##### **Decisão e seus efeitos**

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 110.º, o juiz decide o processo no prazo necessário para assegurar o efeito útil da decisão, o qual não pode ser superior a cinco dias após a realização das diligências que se mostrem necessárias à tomada da decisão.

2 - Na decisão, o juiz determina o comportamento concreto a adoptar e, sendo caso disso, o prazo para o cumprimento e o responsável pelo mesmo.

3 - A notificação da decisão é feita de imediato a quem a deva cumprir, nos termos gerais aplicáveis aos processos urgentes.

4 - O incumprimento da intimação sujeita o particular ou o titular do órgão responsável ao pagamento de sanção pecuniária compulsória, a fixar pelo juiz na decisão de intimação ou em despacho posterior, segundo o disposto no artigo 169.º, sem prejuízo do apuramento da responsabilidade civil, disciplinar e criminal a que haja lugar.

## **TÍTULO IV**

### **DOS PROCESSOS CAUTELARES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES COMUNS**

###### **Artigo 112.º**

###### **Providências cautelares**

1 - Quem possua legitimidade para intentar um processo junto dos tribunais administrativos pode solicitar a adoção da providência ou das providências cautelares, antecipatórias ou conservatórias, que se mostrem adequadas a assegurar a utilidade da sentença a proferir nesse processo.

2 - As providências cautelares a adotar podem consistir designadamente em:

- a) Suspensão da eficácia de um ato administrativo ou de uma norma;
- b) Admissão provisória em concursos e exames;
- c) Atribuição provisória da disponibilidade de um bem;
- d) Autorização provisória ao interessado para iniciar ou prosseguir uma atividade ou adotar uma conduta;
- e) Regulação provisória de uma situação jurídica, designadamente através da imposição à Administração do pagamento de uma quantia por conta de prestações alegadamente devidas ou a título de reparação provisória;
- f) Arresto;

g) Embargo de obra nova;

h) Arrolamento;

i) Intimação para adoção ou abstenção de uma conduta por parte da Administração ou de um particular por alegada violação ou fundado receio de violação do direito administrativo nacional ou do direito da União Europeia.

###### **Artigo 113.º**

###### **Relação com a causa principal**

1 - O processo cautelar depende da causa que tem por objeto a decisão sobre o mérito, podendo ser intentado como preliminar ou como incidente do processo respetivo.

2 - O processo cautelar é um processo urgente e tem tramitação autónoma em relação ao processo principal, sendo apensado a este.

3 - Quando requerida a adoção de providências antes de proposta a causa principal, o processo é apensado aos autos logo que aquela seja intentada.

4 - Na pendência do processo cautelar, o requerente pode proceder à substituição ou ampliação do pedido, com fundamento em alteração superveniente das circunstâncias, com oferecimento de novos meios de prova, de modo a que o juiz possa atender à evolução ocorrida para conceder a providência adequada à situação existente no momento em que se pronuncia.

5 - Quando assuma a posição de autor num processo principal, nos termos do artigo 62.º, o Ministério Público também pode requerer o seguimento de eventual processo cautelar, que, com relação a esse processo, se encontre pendente, nele assumindo a posição de requerente.

###### **Artigo 114.º**

###### **Momento e forma do pedido**

1 - A adoção de uma ou mais providências cautelares é solicitada em requerimento próprio, apresentado:

- a) Previamente à instauração do processo principal;
- b) Juntamente com a petição inicial do processo principal;
- c) Na pendência do processo principal.

2 - O requerimento é apresentado no tribunal competente para julgar o processo principal.

3 - No requerimento, deve o requerente:

- a) Indicar o tribunal a que o requerimento é dirigido;
- b) Indicar o seu nome e residência ou sede;
- c) Identificar a entidade demandada;
- d) Identificar os contrainteressados a quem a adoção da providência cautelar possa diretamente prejudicar;
- e) Indicar a ação de que o processo depende ou irá depender;
- f) Indicar a providência ou as providências que pretende ver adotadas;
- g) Especificar, de forma articulada, os fundamentos do pedido, oferecendo prova sumária da respetiva existência;
- h) Quando for o caso, fazer prova do ato ou norma cuja suspensão pretende e da sua notificação ou publicação;
- i) Indicar o valor da causa.

4 - Quando a providência cautelar se destine a tutelar direitos, liberdades e garantias que de outro modo não possam ser exercidos em tempo útil ou quando entenda haver especial urgência, pode o interessado pedir que, no despacho liminar, o juiz proceda ao decretamento provisório da providência, segundo o disposto no artigo 131.º.

5 - Na falta da indicação de qualquer dos elementos enunciados no n.º 3, o interessado é notificado para suprir a falta no prazo de cinco dias.

6 - A falta da designação do tribunal a que o requerimento é dirigido deve ser oficiosamente suprida, com remessa para o tribunal competente, quando não seja o próprio.

## **Artigo 115.º**

### **Contrainteressados**

1 - Se o interessado não conhecer a identidade e residência dos contrainteressados, pode requerer previamente certidão de que constem aqueles elementos de identificação.

2 - A certidão a que se refere o número anterior deve ser passada no prazo de vinte e quatro horas pela autoridade requerida.

3 - Se a certidão não for passada, o interessado junta prova de que a requereu e indica a identidade e residência dos contrainteressados que conheça.

4 - No caso previsto no número anterior, quando não haja fundamento para rejeição, o juiz, no prazo de dois dias, intima a autoridade requerida a remeter, também no prazo de dois dias, a certidão pedida, fixando sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo 169.º.

5 - A falta de remessa da certidão sem justificação adequada é constitutiva de responsabilidade, nos termos previstos no artigo 159.º.

## **Artigo 116.º**

### **Despacho liminar**

1 - Uma vez distribuído, o processo é concluso ao juiz com a maior urgência, para despacho liminar, a proferir no prazo máximo de quarenta e oito horas, no qual, sendo o requerimento admitido, é ordenada a citação da entidade requerida e dos contrainteressados.

2 - Constituem fundamento de rejeição liminar do requerimento:

- a) A falta de qualquer dos requisitos indicados no n.º 3 do artigo 114.º que não seja suprida na sequência de notificação para o efeito;

b) A manifesta ilegitimidade do requerente;

c) A manifesta ilegitimidade da entidade requerida;

d) A manifesta ilegalidade da pretensão formulada.

3 - A rejeição com os fundamentos indicados nas alíneas a) e c) do número anterior não obsta à possibilidade de apresentação de novo requerimento.

4 - A rejeição com os fundamentos indicados nas alíneas b) e d) do n.º 2 não obsta à possibilidade de apresentação de novo requerimento com fundamentos diferentes ou supervenientes em relação aos invocados no requerimento anterior.

5 - Quando o requerimento permita reconhecer uma situação de especial urgência, o juiz, oficiosamente ou a pedido deduzido no requerimento cautelar, pode, no despacho liminar, decretar provisoriamente a providência requerida ou aquela que julgue mais adequada, segundo o disposto no artigo 131º.

#### **Artigo 117.º**

##### **Citação**

1 - Não havendo fundamento para rejeição, o requerimento é admitido, sendo citados para deduzir oposição a entidade requerida e os contrainteressados, se os houver, no prazo de 10 dias.

2 - Quando se verifique a situação prevista no n.º 1 do artigo 115.º, a secretaria só expede as citações após a resposta da autoridade requerida ou após o termo do prazo respetivo.

3 - A secretaria cita os contrainteressados indicados pelo requerente e, relativamente aos incertos ou de residência desconhecida, emite anúncios que o requerente deva fazer publicar em dois jornais diários de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa, convidando-os a intervir até ao limite do prazo do n.º 6.

4 - No caso previsto no número anterior, quando a pretensão esteja relacionada com a impugnação de um ato a que tenha sido dado certo tipo de publicidade, a mesma é também utilizada para o anúncio.

5 - Se a providência cautelar for requerida como incidente em processo já intentado e a entidade requerida e os contrainteressados já tiverem sido citados no processo principal, são chamados por mera notificação.

6 - Qualquer interessado que não tenha recebido a citação só pode intervir no processo até à conclusão ao juiz ou relator para decisão.

#### **Artigo 118.º**

##### **Produção de prova**

1 - Juntas as oposições ou decorrido o respectivo prazo, o processo é concluso ao juiz, podendo haver lugar a produção de prova, quando este a considere necessária.

2 - Na falta de oposição, presumem-se verdadeiros os factos invocados pelo requerente.

3 - Os meios de prova a utilizar são apenas os oferecidos pelo requerente e pelos requeridos com os articulados, não sendo admissível a prova pericial.

4 - O requerente não pode oferecer mais de cinco testemunhas para prova dos fundamentos da pretensão cautelar, aplicando-se a mesma limitação aos requeridos que deduzam a mesma oposição.

5 - Mediante despacho fundamentado, o juiz pode recusar a utilização de meios de prova quando considere assentes ou irrelevantes os factos sobre os quais eles recaem ou quando entenda que os mesmos são manifestamente dilatórios.

6 - As testemunhas oferecidas são apresentadas pelas partes no dia e no local designados para a inquirição, não havendo adiamento por falta das testemunhas ou dos mandatários.

## **Artigo 119.º**

### **Prazo para a decisão**

1 - O juiz profere decisão no prazo de cinco dias contado da data da apresentação da última contestação ou do decurso do respetivo prazo, ou da produção de prova, quando esta tenha tido lugar.

2 - O relator pode submeter o julgamento da providência à apreciação da conferência, quando a complexidade da matéria o justifique.

3 - O presidente do tribunal pode determinar, por proposta do juiz do processo, que a questão seja decidida em conferência de três juízes.

## **Artigo 120.º**

### **Critérios de decisão**

1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as providências cautelares são adotadas:

a) Quando, estando em causa a adoção de uma providência conservatória, haja fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente visa assegurar no processo principal e não seja manifesta a falta de fundamento da pretensão formulada ou a formular nesse processo ou a existência de circunstâncias que obstem ao seu conhecimento de mérito;

b) Quando, estando em causa a adoção de uma providência antecipatória, haja fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado ou da produção de prejuízos de difícil reparação para os interesses que o requerente pretende ver reconhecidos no processo principal e seja provável que a pretensão formulada ou a formular nesse processo venha a ser julgada procedente.

2 - Nas situações previstas no número anterior, a adoção da providência ou das providências é recusada quando, devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, os danos que resultariam da sua concessão se mostrem superiores àqueles que podem resultar da sua recusa, sem que possam ser evitados ou atenuados pela adoção de outras providências.

3 - As providências cautelares a adotar devem limitar-se ao necessário para evitar a lesão dos interesses defendidos pelo requerente, devendo o tribunal, ouvidas as partes, adotar outra ou outras providências, em cumulação ou em substituição daquela ou daquelas que tenham sido concretamente requeridas, quando tal se revele adequado a evitar a lesão desses interesses e seja menos gravoso para os demais interesses públicos ou privados, em presença.

4 - Se os potenciais prejuízos para os interesses, públicos ou privados, em conflito com os do requerente forem integralmente reparáveis mediante indemnização pecuniária, o tribunal pode, para efeitos do disposto no número anterior, impor ao requerente a prestação de garantia por uma das formas previstas na lei tributária.

5 - Na falta de contestação da autoridade requerida ou da alegação de que a adoção das providências cautelares pedidas prejudica o interesse público, o tribunal julga verificada a inexistência de tal lesão, salvo quando esta seja manifesta ou ostensiva.

6 - Quando no processo principal esteja apenas em causa o pagamento de quantia certa, sem natureza sancionatória, as providências cautelares são adotadas, independentemente da verificação dos requisitos previstos no n.º 1, se tiver sido prestada garantia por uma das formas previstas na lei tributária

## **Artigo 121.º**

### **Decisão da causa principal**

1 - Quando, existindo processo principal já intentado, se verifique que foram trazidos ao processo cautelar todos os elementos necessários para o efeito, o tribunal pode, ouvidas as partes pelo prazo de 10 dias, antecipar o juízo sobre a causa principal, proferindo decisão que constitua a decisão final desse processo.

2 - A decisão prevista no número anterior é passível de recurso, com efeito meramente devolutivo.

## **Artigo 122.º**

### **Efeitos da decisão**

1 - A decisão sobre a adopção de providências cautelares determina a notificação com urgência às partes e, quando seja caso disso, às demais pessoas e entidades que lhe devam dar cumprimento.

2 - As providências cautelares podem ser sujeitas a termo ou condição.

3 - Na falta de determinação em contrário, as providências cautelares subsistem até caducarem ou até que seja proferida decisão sobre a sua alteração ou revogação.

## **Artigo 123.º**

### **Caducidade das providências**

1 - Os processos cautelares extinguem-se e, quando decretadas, as providências cautelares caducam:

- a) Se o requerente não fizer uso, no respetivo prazo, do meio contencioso adequado à tutela dos interesses a que o pedido de adoção de providência cautelar se destinou;
- b) Se, tendo o requerente feito uso desses meios, o correspondente processo estiver parado durante mais de três meses por negligência sua em promover os respetivos termos

ou de algum incidente de que dependa o andamento do processo;

c) Se esse processo findar por extinção da instância e o requerente não intentar novo processo, nos casos em que a lei o permita, dentro do prazo fixado para o efeito;

d) Se se extinguir o direito ou interesse a cuja tutela a providência se destina;

e) Se se verificar o trânsito em julgado da decisão que ponha termo ao processo principal, no caso de ser desfavorável ao requerente;

f) Se ocorrer termo final ou se preencher condição resolutiva a que a providência cautelar estivesse sujeita.

2 - Quando a tutela dos interesses a que a providência cautelar se destina seja assegurada por via contenciosa não sujeita a prazo, o requerente deve, para efeitos da alínea a) do número anterior, usar essa via no prazo de três meses, contado desde o trânsito em julgado da decisão.

3 - A caducidade do processo cautelar ou da providência cautelar é declarada pelo tribunal, oficiosamente ou a pedido fundamentado de qualquer interessado, mediante prévia audição das partes.

4 - Apresentado o requerimento, o juiz ordena a notificação do requerente da providência para responder no prazo de sete dias.

5 - Concluídas as diligências que se mostrem necessárias, o juiz decide sobre o pedido no prazo de cinco dias.

## **Artigo 124.º**

### **Alteração e revogação das providências**

1 - A decisão de adoptar ou recusar a adopção de providências cautelares pode ser revogada ou alterada, oficiosamente ou mediante requerimento, com fundamento em alteração dos pressupostos de facto e de direito inicialmente existentes.

2 - À situação prevista no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, o preceituado nos n.ºs 3 a 5 do artigo anterior.

3 - É, designadamente, relevante, para os efeitos do disposto no n.º 1, a eventual improcedência da causa principal, decidida por sentença de que tenha sido interposto recurso com efeito suspensivo.

#### **Artigo 125.º**

##### **Notificação e publicação**

1 - A alteração e a revogação das providências cautelares, bem como a declaração da respetiva caducidade, são imediatamente notificadas ao requerente, à entidade requerida e aos contrainteresados.

2 - A adoção de providências cautelares que se refiram à vigência de normas ou à eficácia de atos administrativos que afetem uma pluralidade de pessoas é publicada nos termos previstos para as decisões finais de provimento dos respetivos processos impugnatórios.

#### **Artigo 126.º**

##### **Utilização abusiva da providência cautelar**

1 - Sem prejuízo da possibilidade de aplicação pelo juiz de uma taxa sancionatória nos termos da lei processual civil, o requerente responde pelos danos que, com dolo ou negligência grosseira, tenha causado ao requerido e aos contrainteresados.

2 - Quando as providências cessem por causa diferente da execução de decisão do processo principal favorável ao requerente, a Administração ou os terceiros lesados pela sua adoção podem solicitar a indemnização que lhes seja devida ao abrigo do disposto no número anterior, no prazo de um ano a contar da notificação prevista no n.º 1 do artigo anterior.

3 - Decorrido o prazo referido no número anterior sem que tenha sido pedida qualquer indemnização, é autorizado o levantamento da garantia, quando exista.

#### **Artigo 127.º**

##### **Garantia da providência**

1 - A execução da decisão cautelar corre termos nos próprios autos do processo cautelar, sob as formas previstas neste Código para os processos executivos, ou sob as formas previstas na lei processual civil, quando se trate de uma execução contra particulares, sendo-lhe aplicável o regime dos processos urgentes.

2 - Quando a providência decretada exija da Administração a adoção de providências infungíveis, de conteúdo positivo ou negativo, o tribunal pode condenar de imediato o titular do órgão competente ao pagamento da sanção pecuniária compulsória que se mostre adequada a assegurar a efetividade da providência decretada, sendo, para o efeito, aplicável o disposto no artigo 169.º.

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os órgãos ou agentes que infringjam a providência cautelar decretada ficam sujeitos à responsabilidade prevista no artigo 159.º.

#### **Artigo 128.º**

##### **Proibição de executar o ato administrativo**

1 - Quando seja requerida a suspensão da eficácia de um ato administrativo, a entidade requerida, uma vez citada no âmbito do processo cautelar, não pode, salvo em estado de necessidade, iniciar ou prosseguir a execução, devendo impedir, com urgência, que os serviços competentes ou os beneficiários do ato procedam ou continuem a proceder à execução.



2 - A entidade requerida e os beneficiários do ato podem requerer ao juiz cautelar o levantamento do efeito previsto no número anterior, alegando que o diferimento da execução do ato seria gravemente prejudicial para o interesse público ou gerador de consequências lesivas claramente desproporcionadas para outros interesses envolvidos, havendo lugar, na decisão, à aplicação do critério previsto no n.º 2 do artigo 120.º.

3 — Em caso de execução indevida, o interessado pode requerer ao juiz a adoção das providências necessárias para impedir ou fazer cessar a execução e, sendo possível, restabelecer provisoriamente a situação anterior, podendo haver lugar à imposição de sanção pecuniária compulsória, nos termos do artigo 169.º, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil, disciplinar e criminal que ao caso possa corresponder.

4 - Os incidentes previstos nos n.ºs 2 e 3 são processados nos autos do processo cautelar, sendo, em qualquer deles, a outra parte ouvida pelo prazo de cinco dias e, em seguida, o incidente concluso ao juiz, com a maior urgência, para decisão no prazo de cinco dias.

5 - Quando, no caso previsto no n.º 2, a entidade requerida tenha pedido o levantamento do efeito com caráter de urgência, o juiz promove a realização, no prazo de quarenta e oito horas, de uma audiência oral, no termo da qual a decisão é tomada de imediato.

6 - O disposto no n.º 1 não prejudica a possibilidade do decretamento provisório da suspensão da eficácia, em situações de especial urgência, segundo o disposto no artigo 131.º.

#### **Artigo 129.º**

##### **Suspensão da eficácia do ato já executado**

A execução de um ato não obsta à suspensão da sua eficácia quando desta possa advir, para o requerente ou para os interesses que este defenda ou venha a defender, no processo principal, utilidade relevante no que toca aos efeitos que o ato ainda produza ou venha a produzir.

#### **Artigo 130.º**

##### **Suspensão da eficácia de normas**

1 - O interessado na declaração da ilegalidade de norma emitida ao abrigo de disposições de direito administrativo cujos efeitos se produzem imediatamente, sem dependência de um ato administrativo ou jurisdicional de aplicação, pode requerer a suspensão da eficácia dessa norma, com efeitos circunscritos ao seu caso.

2 - O Ministério Público e as pessoas e entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º podem pedir a suspensão, com força obrigatória geral, dos efeitos de qualquer norma em relação à qual tenham deduzido ou se proponham deduzir pedido de declaração de ilegalidade com força obrigatória geral.

3 - *[Revogado]*.

4 - *[Revogado]*.

#### **Artigo 131.º**

##### **Decretamento provisório da providência**

1 - Quando reconheça a existência de uma situação de especial urgência, o juiz, no despacho liminar, pode, a pedido do requerente ou a título oficioso, decretar provisoriamente a providência requerida ou aquela que julgue mais adequada, seguindo o processo cautelar os subsequentes termos dos artigos 117.º e seguintes.

2 - Quando as circunstâncias imponham que o decretamento provisório seja precedido da audição do requerido, esta pode

ser realizada por qualquer meio de comunicação que se revele adequado.

3 - O decretamento provisório não é passível de qualquer meio impugnatório.

4 - O decretamento provisório é notificado de imediato às pessoas e entidades que o devam cumprir, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 128.º.

5 - Mediante requerimento devidamente fundamentado, os requeridos, durante a pendência do processo cautelar, podem solicitar o levantamento da providência provisoriamente decretada, sendo o requerimento decidido depois de ouvido o requerente pelo prazo de cinco dias e de produzida a prova que o juiz considere necessária.

6 - O decretamento provisório também pode ter lugar durante a pendência do processo cautelar, com fundamento em alteração superveniente das circunstâncias.

#### **Artigo 132.º**

##### **Providências relativas a procedimentos de formação de contratos**

1 - No âmbito de processos relativos à formação de contratos, podem ser requeridas providências cautelares destinadas a corrigir ilegalidades ou a impedir que sejam causados danos irreversíveis, incluindo a suspensão do procedimento pré-contratual e a proibição da celebração ou da execução do contrato.

2 - Aos processos cautelares relativos a atos praticados no âmbito de procedimentos de formação de contratos, é aplicável o disposto no presente Título, com ressalva do disposto nos números seguintes.

3 - O requerimento deve ser instruído com todos os elementos de prova.

4 - A autoridade requerida e os contrainteressados dispõem do prazo de sete dias para responderem.

5 - A concessão da providência depende do juízo de probabilidade do tribunal quanto a saber se, ponderados os interesses suscetíveis de serem lesados, os danos que resultariam da adoção da providência são superiores aos prejuízos que podem resultar da sua não adoção, sem que tal lesão possa ser evitada ou atenuada pela adoção de outras providências.

6 - Quando, no processo cautelar, o juiz considere demonstrada a ilegalidade de especificações contidas nos documentos conformadores do procedimento que era invocada como fundamento do processo principal, pode determinar a sua imediata correcção, decidindo, desse modo, o mérito da causa, segundo o disposto no artigo 121.º.

7 - [Revogado].

#### **Artigo 133.º**

##### **Regulação provisória do pagamento de quantias**

1. Quando o alegado incumprimento do dever de a Administração realizar prestações pecuniárias provoque uma situação de grave carência económica, pode o interessado requerer ao tribunal, a título de regulação provisória, e sem necessidade da prestação de garantia, a intimação da entidade competente a prestar as quantias indispensáveis a evitar a situação de carência.

2 - A regulação provisória é decretada quando:

- a) Esteja adequadamente comprovada a situação de grave carência económica;
- b) Seja de prever que o prolongamento dessa situação possa acarretar consequências graves e dificilmente reparáveis;
- c) Seja provável que a pretensão formulada ou a formular nesse processo venha a ser julgada procedente.

3 - As quantias percebidas não podem exceder as que resultariam do reconhecimento dos direitos invocados pelo requerente, considerando-se o respetivo processamento como feito por conta das prestações alegadamente devidas em função das prestações não realizadas.

#### **Artigo 134.º**

##### **Produção antecipada de prova**

1 - Havendo justo receio de vir a tornar-se impossível ou muito difícil o depoimento de certas pessoas ou a verificação de certos factos por meio de prova pericial ou por inspeção, pode o depoimento, o arbitramento ou a inspeção realizar-se antes de intentado o processo.

2 - O requerimento, a apresentar com tantos duplicados quantas as pessoas a citar ou notificar, deve justificar sumariamente a necessidade da antecipação de prova, mencionar com precisão os factos sobre que esta vai recair, especificar os meios de prova a produzir, identificar as pessoas que vão ser ouvidas, se for caso disso, e indicar, com a possível concretização, o pedido e os fundamentos da causa a propor, bem como a pessoa ou o órgão em relação aos quais se pretende fazer uso da prova.

3 - A pessoa ou o órgão referido é notificado para intervir nos atos de preparação e produção de prova ou para deduzir oposição no prazo de três dias.

4 - Quando a notificação não possa ser feita a tempo de, com grande probabilidade, se realizar a diligência requerida, a pessoa ou o órgão são notificados da realização da diligência, tendo a faculdade de requerer, no prazo de sete dias, a sua repetição, se esta for possível.

5 - Se a causa principal vier a correr noutro tribunal, para aí é remetido o apenso, ficando o juiz da ação com exclusiva competência para os termos subsequentes à remessa.

6 - O disposto nos n.ºs 1 a 4 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos pedidos de antecipação de prova em processo já intentado.

#### **TÍTULO V**

#### **DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E DE ATRIBUIÇÕES**

#### **Artigo 135.º**

##### **Lei aplicável**

1 - Os processos de conflito entre tribunais da jurisdição administrativa e fiscal ou entre órgãos administrativos regem-se pelos preceitos próprios da ação administrativa, com as seguintes especialidades, sendo, quanto ao mais, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei processual civil:

- a) Os prazos são reduzidos a metade;
- b) O autor do primeiro ato é chamado ao processo na fase da resposta da entidade demandada e no mesmo prazo para se pronunciar;
- c) Só é admitida prova documental;
- d) Não são admissíveis alegações;
- e) Da sentença não cabe qualquer recurso.

2 - *[Revogado]*.

#### **Artigo 136.º**

##### **Pressupostos**

A resolução dos conflitos pode ser requerida por qualquer interessado e pelo Ministério Público no prazo de um ano contado da data em que se torne inimpugnável a última das decisões.

#### **Artigo 137.º**

## **Resposta**

Não há lugar a resposta do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo quando o conflito respeite à competência de qualquer das suas secções.

## **Artigo 138.º**

### **Decisão provisória**

Se da inação das autoridades em conflito puder resultar grave prejuízo, o relator designa a autoridade que deve exercer provisoriamente a competência em tudo o que seja urgente.

## **Artigo 139.º**

### **Decisão**

1 - A decisão que resolva o conflito, além de especificar a autoridade ou tribunal competente, determina a invalidade do ato ou decisão da autoridade ou tribunal incompetente.

2 - Quando razões de equidade ou de interesse público especialmente relevante o justifiquem, a decisão pode excluir os atos preparatórios da declaração de invalidade.

## **TÍTULO VI**

## **DOS RECURSOS JURIDICIONAIS**

### **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **Artigo 140.º**

### **Espécies de recursos e regime aplicável**

1 - Os recursos das decisões proferidas pelos tribunais administrativos são ordinários ou extraordinários, sendo ordinários a apelação e a revista e extraordinários o recurso para uniformização de jurisprudência e a revisão.

2 - Só existe recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo nos casos e termos previstos no capítulo seguinte.

3 - Os recursos das decisões proferidas pelos tribunais administrativos regem-se pelo disposto na lei processual civil, salvo o disposto no presente Título.

## **Artigo 141.º**

### **Legitimidade**

1 - Pode interpor recurso ordinário de uma decisão jurisdicional proferida por um tribunal administrativo quem nela tenha ficado vencido e o Ministério Público, se a decisão tiver sido proferida com violação de disposições ou princípios constitucionais ou legais.

2 - Nos processos impugnatórios, considera-se designadamente vencido, para o efeito do disposto no número anterior, o autor que, tendo invocado várias causas de invalidade contra o mesmo ato administrativo, tenha decaído relativamente à verificação de alguma delas, na medida em que o reconhecimento, pelo tribunal de recurso, da existência dessa causa de invalidade impeça ou limite a possibilidade de renovação do ato anulado.

3 - Ainda que um ato administrativo tenha sido anulado com fundamento na verificação de diferentes causas de invalidade, a sentença pode ser impugnada com base na inexistência de apenas uma dessas causas de invalidade, na medida em que do reconhecimento da inexistência dessa causa de invalidade dependa a possibilidade de o ato anulado vir a ser renovado.

4 - Pode ainda recorrer das decisões dos tribunais administrativos quem seja directa e efectivamente prejudicado por elas, ainda que não seja parte na causa ou seja apenas parte acessória.

## **Artigo 142.º**

### **Decisões que admitem recurso**

1 - O recurso das decisões que, em primeiro grau de jurisdição, tenham conhecido do mérito da causa é admitido nos processos de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre, quando a decisão impugnada seja desfavorável ao recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal, atendendo-se, em caso de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência, somente ao valor da causa.

2 - Para os efeitos do disposto no número anterior, consideram-se incluídas nas decisões sobre o mérito da causa as que, em sede executiva, declarem a existência de causa legítima de inexecução, pronunciem a invalidade de atos desconformes ou fixem indemnizações fundadas na existência de causa legítima de inexecução.

3 - Para além dos casos previstos na lei processual civil, é sempre admissível recurso, independentemente do valor da causa e da sucumbência, das decisões:

- a) De improcedência de pedidos de intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias;
- b) Proferidas em matéria sancionatória;
- c) Proferidas contra jurisprudência uniformizada pelo Supremo Tribunal Administrativo;
- d) Que ponham termo ao processo sem se pronunciarem sobre o mérito da causa.

4 - [Revogado].

5 - As decisões proferidas em despacho interlocutório podem ser impugnadas no recurso que venha a ser interposto da decisão final, excepto nos casos em que é admitida apelação autónoma nos termos da lei processual civil.

## **Artigo 143.º**

### **Efeitos dos recursos**

1 - Salvo disposto em lei especial, os recursos ordinários têm efeito suspensivo da decisão recorrida.

2 - Têm efeito meramente devolutivo os recursos interpostos de:

- a) Intimações para protecção de direitos, liberdades e garantias;
- b) Decisões respeitantes a processos cautelares e respectivos incidentes;
- c) Decisões proferidas por antecipação do juízo sobre a causa principal no âmbito de processos cautelares, nos termos do artigo 121.º.

3 - Quando a suspensão dos efeitos da sentença seja passível de originar situações de facto consumado ou a produção de prejuízos de difícil reparação para a parte vencedora ou para os interesses, públicos ou privados, por ela prosseguidos, o recorrente, no requerimento de interposição de recurso, pode requerer que ao recurso seja atribuído efeito meramente devolutivo.

4 - Quando a atribuição de efeito meramente devolutivo ao recurso possa ser causadora de danos, o tribunal pode determinar a adoção de providências adequadas a evitar ou minorar esses danos e impor a prestação, pelo interessado, de garantia destinada a responder pelos mesmos.

5 - A atribuição de efeito meramente devolutivo ao recurso é recusada quando os danos que dela resultariam se mostrem superiores àqueles que podem resultar da sua não atribuição, sem que a lesão possa ser evitada ou atenuada pela adoção de providências adequadas a evitar ou minorar esses danos.

## **Artigo 144.º**

### **Interposição de recurso e alegações**

1 - O prazo para a interposição de recurso é de 30 dias e conta-se a partir da notificação da decisão recorrida.

2 - O recurso é interposto mediante requerimento, dirigido ao tribunal que proferiu a sentença, que inclui ou junta a respectiva alegação e no qual são enunciados os vícios imputados à sentença.

3 - Recebido o requerimento, a secretaria promove oficiosamente a notificação do recorrido ou recorridos para alegarem no prazo de 30 dias.

4 - Se o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, ao prazo de interposição e de resposta acrescem 10 dias.

#### **Artigo 145.º**

##### **Despacho sobre o requerimento**

1 - Findos os prazos concedidos às partes, o juiz ou relator aprecia os requerimentos apresentados e pronuncia-se sobre as nulidades arguidas e os pedidos de reforma, ordenando a subida do recurso se a tal nada obstar.

2 - O requerimento é indeferido quando:

- a) Se entenda que a decisão não admite recurso, que este foi interposto fora do prazo ou que o requerente não tem as condições necessárias para recorrer;
- b) Não contenha ou junte a alegação do recorrente ou quando esta não tenha conclusões.

3 - Do despacho do juiz ou relator que não admita o recurso pode o recorrente reclamar, segundo o disposto na lei processual civil, para o tribunal que seria competente para dele conhecer.

4 - Do despacho do relator que não receba o recurso interposto de decisão da Secção de contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo para o Pleno do mesmo Tribunal, ou o retenha, cabe reclamação para a conferência e da decisão desta não há recurso.

#### **Artigo 146.º**

##### **Intervenção do Ministério Público, conclusão ao relator e aperfeiçoamento das alegações de recurso**

1 - Recebido o processo no tribunal de recurso e efetuada a distribuição, a secretaria notifica o Ministério Público, quando este não se encontre na posição de recorrente ou recorrido, para se pronunciar, querendo, no prazo de 10 dias, sobre o mérito do recurso, em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, de interesses públicos especialmente relevantes ou de algum dos valores ou bens referidos no n.º 2 do artigo 9.º.

2 - No caso de o Ministério Público exercer a faculdade que lhe é conferida no número anterior, as partes são notificadas para responder no prazo de 10 dias.

3 - Cumpridos os trâmites previstos nos números anteriores, os autos são conclusos ao relator, que ordena a notificação do recorrente para se pronunciar, no prazo de 10 dias, sobre as questões prévias de conhecimento oficioso ou que tenham sido suscitadas pelos recorridos.

4 - Quando o recorrente, na alegação de recurso contra sentença proferida em processo impugnatório, se tenha limitado a reafirmar os vícios imputados ao ato impugnado, sem formular conclusões ou sem que delas seja possível deduzir quais os concretos aspetos de facto que considera incorretamente julgados ou as normas jurídicas que considera terem sido violadas pelo tribunal recorrido, o relator deve convidá-lo a apresentar, completar ou esclarecer as conclusões formuladas, no prazo de 10 dias, sob pena de não se conhecer do recurso na parte afetada.

5 - No caso previsto no número anterior, a parte contrária é notificada da apresentação de aditamento ou esclarecimento pelo recorrente, podendo responder no prazo de 10 dias.

#### **Artigo 147.º**

### **Processos urgentes**

1 - Nos processos urgentes, os recursos são interpostos no prazo de 15 dias e sobem imediatamente, no processo principal ou no apenso em que a decisão tenha sido proferida, quando o processo esteja findo no tribunal recorrido, ou sobem em separado, no caso contrário.

2 - Os prazos a observar durante o recurso são reduzidos a metade e o julgamento pelo tribunal superior tem lugar, com prioridade sobre os demais processos, na sessão imediata à conclusão do processo para decisão.

### **Artigo 148.º**

#### **Julgamento ampliado do recurso**

1 - O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo ou do Tribunal Central Administrativo pode determinar que no julgamento de um recurso intervenham todos os juízes da Secção, quando tal se revele necessário ou conveniente para assegurar a uniformidade da jurisprudência, sendo o quórum de dois terços.

2 - O julgamento nas condições previstas no número anterior pode ser requerido pelas partes e deve ser proposto pelo relator ou pelos adjuntos, designadamente quando se verifique a possibilidade de vencimento de solução jurídica em oposição com jurisprudência anteriormente firmada no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão fundamental de direito.

3 - Determinado o julgamento por todos os juízes da Secção, nos termos previstos nos números anteriores, o relator determina a extração de cópia das peças processuais relevantes para o conhecimento do objeto do recurso, as quais são entregues a cada um dos juízes, permanecendo o processo, para consulta, na secretaria do tribunal.

4 - O acórdão é publicado na 1.ª ou na 2.ª série do *Diário da República*, consoante seja proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo ou pelo Tribunal Central Administrativo.

## **CAPÍTULO II**

### **RECURSOS ORDINÁRIOS**

#### **Artigo 149.º**

##### **Poderes do tribunal de apelação**

1 - Ainda que declare nula a sentença, o tribunal de recurso não deixa de decidir o objeto da causa, conhecendo do facto e do direito.

2 - Se o tribunal recorrido tiver julgado do mérito da causa, mas deixado de conhecer de certas questões, designadamente por as considerar prejudicadas pela solução dada ao litígio, o tribunal superior, se entender que o recurso procede e que nada obsta à apreciação daquelas questões, conhece delas no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida.

3 - Se, por qualquer motivo, o tribunal recorrido não tiver conhecido do pedido, o tribunal de recurso, se julgar que o motivo não procede e que nenhum outro obsta a que se conheça do mérito da causa, conhece deste no mesmo acórdão em que revoga a decisão recorrida.

4 - Nas situações previstas nos números anteriores, há lugar, no tribunal superior, à produção da prova que, ouvidas as partes pelo prazo de cinco dias, for julgada necessária, sendo aplicável às diligências ordenadas, com as necessárias adaptações, o disposto quanto à instrução, discussão, alegações e julgamento em primeira instância.

5 - Na situação prevista no número anterior, o relator, antes de ser proferida decisão, ouve as partes pelo prazo de 10 dias.

6 - Se, em desconformidade com o disposto no presente Código, o tribunal recorrido tiver absolvido da instância em

decisão final, proferida após a instrução, o processo é liminarmente devolvido ao tribunal recorrido, para que seja decidido do mérito pelos mesmos juízes que intervieram no julgamento em primeira instância.

#### **Artigo 150.º**

##### **Recurso de revista**

1 - Das decisões proferidas em 2.ª instância pelo Tribunal Central Administrativo pode haver, excecionalmente, revista para o Supremo Tribunal Administrativo quando esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão do recurso seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito.

2 - A revista só pode ter como fundamento a violação de lei substantiva ou processual.

3 - Aos factos materiais fixados pelo tribunal recorrido, o tribunal de revista aplica definitivamente o regime jurídico que julgue adequado.

4 - O erro na apreciação das provas e na fixação dos factos materiais da causa não pode ser objeto de revista, salvo havendo ofensa de uma disposição expressa de lei que exija certa espécie de prova para a existência do facto ou que fixe a força de determinado meio de prova.

5 - Na revista de decisão de atribuição ou recusa de providência cautelar, o Supremo Tribunal Administrativo, quando não confirme o acórdão recorrido, substitui-o mediante decisão que decide a questão controvertida, aplicando os critérios de atribuição das providências cautelares por referência à matéria de facto fixada nas instâncias.

6 - A decisão quanto à questão de saber se, no caso concreto, se preenchem os pressupostos do n.º 1 compete ao Supremo

Tribunal Administrativo, devendo ser objeto de apreciação preliminar sumária, a cargo de uma formação constituída por três juízes de entre os mais antigos da Secção de Contencioso Administrativo.

#### **Artigo 151.º**

##### **Revista *per saltum* para o Supremo Tribunal Administrativo**

1 - Os recursos interpostos de decisões de mérito proferidas por tribunais administrativos de círculo são da competência do Supremo Tribunal Administrativo quando as partes, nas alegações, suscitem apenas questões de direito e o valor da causa seja superior a 500.000 € ou seja indeterminada, designadamente nos processos de declaração de ilegalidade de norma ou de declaração de ilegalidade por omissão de norma.

2 - O disposto no número anterior não se aplica a processos respeitantes a atos administrativos em matéria de emprego público ou relacionados com formas públicas ou privadas de protecção social.

3 - Os recursos previstos no n.º 1 são julgados como revista, sendo-lhes aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo anterior.

4 - Se, remetido o processo ao Supremo Tribunal Administrativo, o relator entender que as questões suscitadas ultrapassam o âmbito da revista, determina, mediante decisão definitiva, que o processo baixe ao Tribunal Central Administrativo, para que o recurso aí seja julgado como apelação, com aplicação do disposto no artigo 149.º.

5 - Se o relator admitir o recurso, pode haver reclamação para a conferência, nos termos gerais.

### **CAPÍTULO III**

#### **RECURSOS ORDINÁRIOS**



## **Artigo 152.º**

### **Recurso para uniformização de jurisprudência**

1 - As partes e o Ministério Público podem dirigir ao Supremo Tribunal Administrativo, no prazo de 30 dias contado do trânsito em julgado do acórdão impugnado, pedido de admissão de recurso para uniformização de jurisprudência, quando, sobre a mesma questão fundamental de direito, exista contradição:

a) Entre acórdão do Tribunal Central Administrativo e acórdão proferido pelo mesmo Tribunal ou pelo Supremo Tribunal Administrativo;

b) Entre dois acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

2 - A petição de recurso é acompanhada de alegação na qual se identifiquem, de forma precisa e circunstanciada, os aspetos de identidade que determinam a contradição alegada e a infração imputada ao acórdão recorrido.

3 - O recurso não é admitido se a orientação perfilhada no acórdão impugnado estiver de acordo com a jurisprudência mais recentemente consolidada do Supremo Tribunal Administrativo.

4 - O recurso é julgado pelo Pleno da Secção e o acórdão é publicado na 1.ª série do *Diário da República*.

5 - A decisão de provimento emitida pelo tribunal superior não afeta qualquer decisão anterior àquela que tenha sido impugnada, nem as situações jurídicas ao seu abrigo constituídas.

6 - A decisão que verifique a existência da contradição alegada anula o acórdão recorrido e substitui-o, decidindo a questão controvertida.

## **Artigo 153.º**

### **Relator por vencimento**

1 - Quando, no Pleno da Secção, o relator fique vencido quanto à decisão ou a todos os fundamentos desta, o acórdão é lavrado por juiz a determinar por sorteio, de entre os que tenham feito vencimento.

2 - Dos sorteios vão sendo sucessivamente excluídos os juizes que já tenham relatado por vencimento.

## **Artigo 154.º**

### **Objeto**

1 - A revisão de sentença transitada em julgado pode ser pedida ao tribunal que a tenha proferido, sendo subsidiariamente aplicável o disposto no Código de Processo Civil, no que não colida com o que se estabelece nos artigos seguintes.

2 - No processo de revisão, pode ser cumulado o pedido de indemnização pelos danos sofridos.

## **Artigo 155.º**

### **Legitimidade**

1 - Têm legitimidade para requerer a revisão, com qualquer dos fundamentos previstos no Código de Processo Civil, o Ministério Público e as partes no processo.

2 - Tem igualmente legitimidade para requerer a revisão quem, devendo ser obrigatoriamente citado no processo, não o tenha sido e quem, não tendo tido a oportunidade de participar no processo, tenha sofrido ou esteja em vias de sofrer a execução da decisão a rever.

## **Artigo 156.º**

### **Tramitação**

1 - Uma vez admitido o recurso, o juiz ou relator manda apensá-lo ao processo a que respeita, que para o efeito é avocado ao arquivo onde se encontre, e ordena a notificação

de todos os que tenham intervindo no processo em que foi proferida a decisão a rever.

2 - O processo tem o seguimento estabelecido para aquele em que tenha sido proferida a decisão a rever, sendo a questão novamente julgada e mantida ou revogada, a final, a decisão recorrida.

## **TÍTULO VII**

### **DO PROCESSO EXECUTIVO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

###### **Artigo 157.º**

###### **Âmbito de aplicação**

1 - A execução das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos contra entidades públicas é regulada no presente Título.

2 - As vias de execução previstas no presente Título também podem ser utilizadas para obter a execução de atos administrativos inimpugnáveis a que a Administração não dê a devida execução, por quem possa fazer valer uma pretensão dirigida à execução desses atos.

3 - Sem prejuízo do disposto em lei especial, o preceituado no número anterior é, designadamente, aplicável para obter a emissão de sentença que produza os efeitos de alvará ilegalmente recusado ou omitido.

4 - As vias de execução previstas no presente Título podem ser ainda utilizadas para obter a execução de qualquer outro título executivo passível de ser accionado contra uma pessoa colectiva de direito público, um ministério ou uma secretaria regional, mas, quando diga respeito a títulos executivos

emitidos fora do âmbito das relações jurídicas administrativas, a execução corre termos nos tribunais judiciais.

5 - As execuções contra particulares das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos, assim como dos demais títulos executivos produzidos no âmbito de relações jurídico-administrativas que careçam de execução jurisdicional, correm termos nos tribunais administrativos, mas, na ausência de legislação especial, regem-se pelo disposto na lei processual civil.

###### **Artigo 158.º**

###### **Obrigatoriedade das decisões judiciais**

1 - As decisões dos tribunais administrativos são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer autoridades administrativas.

2 - A prevalência das decisões dos tribunais administrativos sobre as das autoridades administrativas implica a nulidade de qualquer ato administrativo que desrespeite uma decisão judicial e faz incorrer os seus autores em responsabilidade civil, criminal e disciplinar, nos termos previstos no artigo seguinte.

###### **Artigo 159.º**

###### **Inexecução ilícita das decisões judiciais**

1 - Para além dos casos em que, por acordo do interessado ou declaração judicial, nos termos previstos no presente Título, seja considerada justificada por causa legítima, a inexecução, por parte da Administração, de sentença proferida por um tribunal administrativo envolve:

a) Responsabilidade civil, nos termos gerais, quer da Administração quer das pessoas que nela desempenhem funções;

b) Responsabilidade disciplinar, também nos termos gerais, dessas mesmas pessoas.

2 - A inexecução também constitui crime de desobediência qualificada, sem prejuízo de outro procedimento especialmente fixado na lei, quando, tendo a Administração sido notificada para o efeito, o órgão administrativo competente:

a) Manifeste a inequívoca intenção de não dar execução à sentença, sem invocar a existência de causa legítima de inexecução;

b) Não proceda à execução nos termos que a sentença tinha estabelecido ou que o tribunal venha a definir no âmbito do processo de execução.

#### **Artigo 160.º**

##### **Eficácia da sentença**

1 - Os prazos dentro dos quais se impõe à Administração a execução das sentenças proferidas pelos tribunais administrativos correm a partir do respetivo trânsito em julgado.

2 - Quando a sentença tenha sido objeto de recurso a que tenha sido atribuído efeito meramente devolutivo, os prazos correm com a notificação à Administração da decisão mediante a qual o tribunal tenha atribuído efeito meramente devolutivo ao recurso.

#### **Artigo 161.º**

##### **Extensão dos efeitos da sentença**

1 - Os efeitos de uma sentença transitada em julgado que tenha anulado ou declarado nulo um acto administrativo desfavorável, ou reconhecido a titularidade de uma situação jurídica favorável a uma ou várias pessoas, podem ser estendidos a outras pessoas que, quer tenham recorrido ou

não à via contenciosa, tenham sido objecto de acto administrativo com idêntico conteúdo ou se encontrem colocadas na mesma situação jurídica, desde que, quanto a estas, não exista sentença transitada em julgado.

2 - O disposto no número anterior vale apenas para situações em que existam vários casos perfeitamente idênticos, nomeadamente no domínio do emprego público e em matéria de concursos, e só quando se preencham cumulativamente os seguintes pressupostos:

a) Terem sido proferidas por tribunais superiores, no mesmo sentido, 5 sentenças transitadas em julgado ou, existindo situações de processos em massa, nesse sentido terem sido decididos em três casos, por sentença transitada em julgado, os processos seleccionados segundo o disposto no artigo 48.º;

b) Não ter sido proferido número superior de sentenças, também transitadas em julgado, em sentido contrário ao das sentenças referidas na alínea anterior, nem serem as referidas sentenças contrárias a doutrina assente pelo Supremo Tribunal Administrativo em recurso para uniformização de jurisprudência.

3 - Para o efeito do disposto no n.º 1, o interessado deve apresentar, no prazo de um ano, contado desde a data em que a sentença foi proferida, um requerimento dirigido à entidade pública que, nesse processo, tenha sido demandada.

4 - Indeferida a pretensão ou decorridos três meses sem decisão da Administração, o interessado pode requerer, no prazo de dois meses, ao tribunal que tenha proferido a sentença, a extensão dos respetivos efeitos e a sua execução em seu favor, sendo aplicáveis, com as devidas adaptações, os trâmites previstos no presente título para a execução das sentenças de anulação de atos administrativos.

5 - A extensão dos efeitos da sentença, no caso de existirem contrainteressados que não tenham tomado parte no processo

em que ela foi proferida, só pode ser requerida se o interessado tiver lançado mão, no momento próprio, da via judicial adequada, encontrando-se pendente o correspondente processo.

6 - Quando, na pendência de processo impugnatório, o ato impugnado seja anulado por sentença proferida noutro processo, pode o autor fazer uso do disposto nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo para obter a execução da sentença de anulação.

## **CAPÍTULO II**

### **EXECUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE FACTOS OU DE COISAS**

#### **Artigo 162.º**

##### **Execução espontânea por parte da Administração**

1 - Se outro prazo não for por elas próprias fixado, as sentenças dos tribunais administrativos que condenem a Administração à prestação de factos ou à entrega de coisas devem ser espontaneamente executadas pela própria Administração no prazo máximo de três meses, salvo ocorrência de causa legítima de inexecução, segundo o disposto no artigo seguinte.

2 - Extinto o órgão ao qual competiria dar execução à sentença ou tendo-lhe sido retirada a competência na matéria, o dever recai sobre o órgão que lhe tenha sucedido ou sobre aquele ao qual tenha sido atribuída aquela competência.

#### **Artigo 163.º**

##### **Causas legítimas de inexecução**

1 - Só constituem causa legítima de inexecução a impossibilidade absoluta e o excepcional prejuízo para o interesse público na execução da sentença.

2 - A causa legítima de inexecução pode respeitar a toda a decisão ou a parte dela.

3 - A invocação de causa legítima de inexecução deve ser fundamentada e notificada ao interessado, com os respetivos fundamentos, dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, e só pode reportar-se a circunstâncias supervenientes ou que a Administração não estivesse em condições de invocar no momento oportuno do processo declarativo.

#### **Artigo 164.º**

##### **Petição de execução**

1 - Quando a Administração não dê execução espontânea à sentença no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 162.º, o interessado e o Ministério Público, quando tenha sido autor no processo ou estejam em causa os valores referidos no n.º 2 do artigo 9.º, podem pedir a respectiva execução ao tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.

2 - Caso outra solução não resulte de lei especial, a petição de execução, que é autuada por apenso aos autos em que foi proferida a decisão exequenda, deve ser apresentada no prazo de um ano, contado desde o termo do prazo do n.º 1 do artigo 162.º ou da notificação da invocação de causa legítima de inexecução.

3 - Na petição, o exequente pode pedir a declaração de nulidade dos atos desconformes com a sentença, bem como a anulação daqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal.

4 - Na petição, o exequente deve especificar os atos e operações em que entende que a execução deve consistir, podendo requerer, para além da indemnização moratória a que tenha direito:

- a) A entrega judicial da coisa devida;
- b) A prestação do facto devido por outrem, se o facto for fungível;

c) Estando em causa a prática de ato administrativo legalmente devido de conteúdo vinculado, a emissão pelo próprio tribunal de sentença que produza os efeitos do ato ilegalmente omitido;

d) Estando em causa a prestação de facto infungível, a fixação de um prazo limite, com imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares dos órgãos incumbidos de executar a sentença.

5 - Se a Administração tiver invocado a existência de causa legítima de inexecução, segundo o disposto no n.º 3 do artigo anterior, deve o exequente deduzir, se for caso disso, as razões da sua discordância e juntar cópia da notificação a que se refere aquele preceito.

6 - No caso de concordar com a invocação da existência de causa legítima de inexecução, o exequente pode requerer, no prazo estabelecido no n.º 2, a fixação da indemnização devida, segundo o disposto no artigo 166.º.

#### **Artigo 165.º**

##### **Oposição à execução**

1 - Apresentada a petição, é ordenada a notificação da entidade ou entidades obrigadas para, no prazo de 20 dias, executarem a sentença ou deduzirem a oposição que tenham, podendo o fundamento da oposição consistir na invocação da existência de causa legítima de inexecução da sentença ou da circunstância de esta ter sido entretanto executada.

2 - O recebimento da oposição suspende a execução, sendo o exequente notificado para replicar no prazo de 10 dias.

3 - No caso de concordar com a oposição deduzida pela Administração, o exequente pode, desde logo, pedir a fixação da indemnização devida, seguindo-se os termos prescritos no artigo seguinte.

4 - Junta a réplica do exequente ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a

oposição deduzida pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.

5 - A oposição é decidida no prazo máximo de 20 dias.

#### **Artigo 166.º**

##### **Indemnização por causa legítima de inexecução e conversão da execução**

1 - Quando o tribunal julgue procedente a oposição fundada na existência de causa legítima de inexecução, ordena a notificação da Administração e do exequente para, no prazo de 20 dias, acordarem no montante da indemnização devida pelo facto da inexecução, podendo o prazo ser prorrogado se for previsível que o acordo se possa vir a concretizar em momento próximo.

2 - Na falta de acordo, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial, fixando o tribunal o montante da indemnização devida no prazo máximo de 20 dias.

3 - Se a Administração não ordenar o pagamento devido no prazo de 30 dias contado da data do acordo ou da notificação da decisão judicial que tenha fixado a indemnização devida, seguem-se os termos do processo executivo para pagamento de quantia certa.

#### **Artigo 167.º**

##### **Providências de execução**

1 - Quando, dentro do prazo concedido para a oposição, a Administração não dê execução à sentença nem deduza oposição, ou a oposição deduzida venha a ser julgada improcedente, o tribunal deve adotar as providências

necessárias para efetivar a execução da sentença, declarando nulos os atos desconformes com a sentença e anulando aqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal.

2 - Quando o órgão competente para executar esteja sujeito a poderes hierárquicos ou de superintendência, o tribunal manda notificar o titular dos referidos poderes para dar execução à sentença em substituição desse órgão.

3 - Em ordem à execução das suas sentenças, os tribunais administrativos podem requerer a colaboração das autoridades e agentes da entidade administrativa obrigada bem como, quando necessário, de outras entidades administrativas.

4 - Todas as entidades públicas estão obrigadas a prestar a colaboração que, para o efeito do disposto no número anterior, lhes for requerida, sob pena de os responsáveis pela falta de colaboração poderem incorrer no crime de desobediência.

5 - Dependendo do caso concreto, o tribunal pode proceder à entrega judicial da coisa devida ou determinar a prestação do facto devido por outrem, se o facto for fungível, sendo aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições correspondentes do Código de Processo Civil.

6 - Estando em causa a prática de ato administrativo legalmente devido de conteúdo vinculado, o próprio tribunal emite sentença que produza os efeitos do ato ilegalmente omitido.

#### **Artigo 168.º**

##### **Execução para prestação de facto infungível**

1 - Quando, dentro do prazo concedido para a oposição, a Administração não dê execução à sentença nem deduza oposição, ou a oposição deduzida venha a ser julgada improcedente, o tribunal, estando em causa a prestação de um facto infungível, fixa, segundo critérios de razoabilidade, um prazo limite para a realização da prestação e, se não o tiver já

feito na sentença condenatória, impõe uma sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo seguinte.

2 - Quando tal não resulte já do próprio teor da sentença exequenda, o tribunal especifica ainda, no respeito pelos espaços de valoração próprios do exercício da função administrativa, o conteúdo dos atos e operações que devem ser adotados, identificando o órgão ou órgãos administrativos responsáveis pela sua adoção.

3 - Expirando o prazo a que se refere o n.º 1 sem que a Administração tenha cumprido, pode o exequente requerer ao tribunal a fixação da indemnização que lhe é devida a título de responsabilidade civil pela inexecução ilícita da sentença, seguindo-se os trâmites estabelecidos no n.º 2 do artigo 166.º.

#### **Artigo 169.º**

##### **Sanção pecuniária compulsória**

1 - A imposição de sanção pecuniária compulsória consiste na condenação dos titulares dos órgãos incumbidos da execução, que para o efeito devem ser individualmente identificados, ao pagamento de uma quantia pecuniária por cada dia de atraso que, para além do prazo limite estabelecido, se possa vir a verificar na execução da sentença.

2 - A sanção pecuniária compulsória prevista no n.º 1 é fixada segundo critérios de razoabilidade, podendo o seu montante diário oscilar entre 5% e 10% do salário mínimo nacional mais elevado em vigor no momento.

3 - Se o órgão ou algum dos órgãos obrigados for colegial, não são abrangidos pela sanção pecuniária compulsória os membros do órgão que votem a favor da execução integral e imediata, nos termos judicialmente estabelecidos, e que façam registar em ata esse voto, nem aqueles que, não estando presentes na votação, comuniquem por escrito ao presidente a sua vontade de executar a sentença.

4 - A sanção pecuniária compulsória cessa quando se mostre ter sido realizada a execução integral da sentença, quando o exequente desista do pedido ou quando a execução já não possa ser realizada pelos destinatários da medida, por terem cessado ou sido suspensos do exercício das respectivas funções.

5 - A liquidação das importâncias devidas em consequência da imposição de sanções pecuniárias compulsórias, nos termos deste artigo, é feita pelo tribunal, a cada período de três meses, e, a final, uma vez cessada a aplicação da medida, podendo o exequente solicitar a liquidação.

6 - As importâncias devidas ao exequente a título de indemnização e aquelas que resultem da aplicação de sanção pecuniária compulsória são cumuláveis, mas a parte em que o valor das segundas exceda o das primeiras constitui receita consignada à dotação anual, inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a que se refere o n.º 3 do artigo 172.º.

#### **Artigo 170.º**

##### **Execução espontânea e petição de execução**

1 - Se outro prazo não for por elas próprias fixado, as sentenças dos tribunais administrativos que condenem a Administração ao pagamento de quantia certa devem ser espontaneamente executadas pela própria Administração no prazo máximo de 30 dias.

2 - Caso a Administração não dê execução à sentença no prazo estabelecido no n.º 1, dispõe o interessado do prazo de um ano para pedir a respectiva execução ao tribunal competente, podendo, para o efeito, solicitar:

a) A compensação do seu crédito com eventuais dívidas que o onerem para com a mesma pessoa coletiva ou o mesmo ministério;

b) O pagamento, por conta da dotação orçamental inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais a que se refere o n.º 3 do artigo 172.º.

#### **Artigo 171.º**

##### **Oposição à execução**

1 - Apresentada a petição, é ordenada a notificação da entidade obrigada para pagar, no prazo de 20 dias, ou deduzir oposição fundada na invocação de facto superveniente, modificativo ou extintivo da obrigação.

2 - O recebimento da oposição suspende a execução, sendo o exequente notificado para replicar no prazo de 10 dias.

3 - Junta a réplica do exequente ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a oposição deduzida pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.

4 - A oposição é decidida no prazo máximo de 20 dias.

5 - A inexistência de verba ou cabimento orçamental que permita o pagamento imediato da quantia devida não constitui fundamento de oposição à execução, sem prejuízo de poder ser causa de exclusão da ilicitude da inexecução espontânea da sentença, para os efeitos do disposto no artigo 159.º.

6 - Quando a situação de incumprimento se deva à inexistência de verba ou cabimento orçamental que permita o pagamento imediato da quantia devida, a entidade obrigada deve, dentro do prazo previsto no n.º 1, dar conhecimento da situação ao tribunal, que convida as partes a chegarem a acordo, no prazo de 20 dias, quanto ao pagamento escalonado da quantia em dívida.

7 - Na ausência do acordo referido no número anterior, aplica-se o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 172.º.

## **Artigo 172.º**

### **Providências de execução**

1 - O tribunal dá provimento à pretensão executiva do autor quando, dentro do prazo concedido para a oposição, a Administração não dê execução à sentença nem deduza oposição ou a eventual alegação da existência de factos supervenientes, modificativos ou extintivos da obrigação venha a ser julgada improcedente.

2 - Quando tenha sido requerida a compensação de créditos entre exequente e Administração obrigada, a compensação decretada pelo juiz funciona como título de pagamento total ou parcial da dívida que o exequente tinha para com a Administração, sendo oponível a eventuais reclamações futuras do respetivo cumprimento.

3 - No Orçamento do Estado é anualmente inscrita uma dotação à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, afeta ao pagamento de quantias devidas a título de cumprimento de decisões jurisdicionais, a qual corresponde, no mínimo, ao montante acumulado das condenações decretadas no ano anterior e respetivos juros de mora.

4 - Quando o exequente o tenha requerido, o tribunal dá conhecimento da sentença e da situação de inexecução ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, ao qual cumpre emitir, no prazo de 30 dias, a correspondente ordem de pagamento.

5 - Quando a entidade responsável pelo pagamento seja uma pessoa coletiva pertencente à Administração indireta do Estado, as quantias pagas por ordem do Conselho Superior são descontadas nas transferências a efetuar para aquela entidade no Orçamento do Estado do ano seguinte ou, não havendo transferência, são oficiosamente inscritas no orçamento

privativo de tal entidade pelo órgão tutelar ao qual caiba a aprovação do orçamento.

6 - Quando a entidade responsável pertença à Administração autónoma, procede-se igualmente a desconto nas transferências orçamentais do ano seguinte e, não havendo transferência, o Estado intenta ação de regresso no tribunal competente.

7 - No caso de insuficiência de dotação, o Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais officia ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro para que se promova a abertura de créditos extraordinários.

8 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o exequente deve ser imediatamente notificado da situação de insuficiência de dotação, assistindo-lhe, nesse caso, em alternativa:

a) O direito de requerer que o tribunal administrativo dê seguimento à execução, aplicando o regime da execução para pagamento de quantia certa, previsto na lei processual civil; ou

b) O direito de requerer a fixação à entidade obrigada de um prazo limite para proceder ao pagamento, com imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares do órgão competente para determinar tal pagamento.

## **CAPÍTULO IV**

### **EXECUÇÃO DE SENTENÇAS DE ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

## **Artigo 173.º**

### **Dever de executar**

1 - Sem prejuízo do eventual poder de praticar novo ato administrativo, no respeito pelos limites ditados pela autoridade do caso julgado, a anulação de um ato



administrativo constitui a Administração no dever de reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado, bem como de dar cumprimento aos deveres que não tenha cumprido com fundamento naquele ato, por referência à situação jurídica e de facto existente no momento em que deveria ter atuado.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a Administração pode ficar constituída no dever de praticar atos dotados de eficácia retroativa, desde que não envolvam a imposição de deveres, encargos, ónus ou sujeições a aplicação de sanções ou a restrição de direitos ou interesses legalmente protegidos, assim como no dever de anular, reformar ou substituir os atos consequentes, sem dependência de prazo, e alterar as situações de facto entretanto constituídas, cuja manutenção seja incompatível com a execução da sentença de anulação.

3 - Os beneficiários de boa-fé de atos consequentes praticados há mais de um ano têm direito a ser indemnizados pelos danos que sofram em consequência da anulação, mas a sua situação jurídica não pode ser posta em causa se esses danos forem de difícil ou impossível reparação e for manifesta a desproporção existente entre o seu interesse na manutenção da situação e o interesse na execução da sentença anulatória.

4 - Quando à reintegração ou recolocação de um trabalhador que tenha obtido a anulação de um ato administrativo se oponha a existência de terceiros interessados na manutenção de situações incompatíveis, constituídas em seu favor por ato administrativo praticado há mais de um ano, o trabalhador que obteve a anulação tem direito a ser provido em lugar de categoria igual ou equivalente àquela em que deveria ser colocado, ou, não sendo isso possível, à primeira vaga que venha a surgir na categoria correspondente, exercendo

transitoriamente funções fora do quadro até à integração neste.

#### **Artigo 174.º**

##### **Competência para a execução**

1 - O cumprimento do dever de executar a que se refere o artigo anterior é da responsabilidade do órgão que tenha praticado o ato anulado.

2 - Se a execução competir, cumulativa ou exclusivamente, a outro ou outros órgãos, deve o órgão referido no número anterior enviar-lhes os elementos necessários para o efeito.

3 - Extinto o órgão ao qual competiria dar execução à sentença ou tendo-lhe sido retirada a competência na matéria, o dever recai sobre o órgão que lhe sucedeu ou sobre aquele ao qual tenha sido atribuída aquela competência.

#### **Artigo 175.º**

##### **Prazo para a execução e causas legítimas de inexecução**

1 - Salvo ocorrência de causa legítima de inexecução, o dever de executar deve ser integralmente cumprido no prazo de três meses.

2 - A existência de causa legítima de inexecução deve ser invocada segundo o disposto no artigo 163.º, mas não se exige, neste caso, que as circunstâncias invocadas sejam supervenientes.

3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 177.º, quando a execução da sentença consista no pagamento de uma quantia pecuniária, não é invocável a existência de causa legítima de inexecução e o pagamento deve ser realizado no prazo de 30 dias.

#### **Artigo 176.º**

### **Petição de execução**

1 - Quando a Administração não dê execução espontânea à sentença no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, o interessado e o Ministério Público, quando tenha sido autor no processo ou estejam em causa os valores referidos no n.º 2 do artigo 9.º, podem exigir o cumprimento do dever de execução perante o tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.

2 - A petição, que é autuada por apenso aos autos em que foi proferida a sentença de anulação, deve ser apresentada no prazo de um ano, contado desde o termo do prazo do n.º 1 do artigo anterior ou da notificação da invocação de causa legítima de inexecução a que se refere o mesmo preceito.

3 - Na petição, o autor deve especificar os atos e operações em que considera que a execução deve consistir, podendo, para o efeito, pedir a condenação da Administração ao pagamento de quantias pecuniárias, à entrega de coisas, à prestação de factos ou à prática de atos administrativos.

4 - Na petição, o autor também pode pedir a fixação de um prazo para o cumprimento do dever de executar e a imposição de uma sanção pecuniária compulsória aos titulares dos órgãos incumbidos de proceder à execução, segundo o disposto no artigo 169.º.

5 - Quando for caso disso, o autor pode pedir ainda a declaração de nulidade dos atos desconformes com a sentença, bem como a anulação daqueles que mantenham, sem fundamento válido, a situação constituída pelo ato anulado.

6 - Quando a Administração tenha invocado a existência de causa legítima de inexecução, segundo o disposto no n.º 3 do artigo 163.º, deve o autor deduzir, se for caso disso, as razões da sua discordância e juntar cópia da notificação a que se refere aquele preceito.

7 - No caso de concordar com a invocação da existência de causa legítima de inexecução, o autor pode solicitar, no prazo estabelecido no n.º 2, a fixação da indemnização devida, sendo, nesse caso, aplicável o disposto no artigo 166.º.

### **Artigo 177.º**

#### **Tramitação do processo**

1 - Apresentada a petição, é ordenada a notificação da entidade ou entidades requeridas, bem como dos contrainteressados a quem a satisfação da pretensão possa prejudicar, para contestarem no prazo de 20 dias.

2 - Havendo contestação, o autor é notificado para replicar no prazo de 10 dias.

3 - No caso de concordar com a existência de causa legítima de inexecução apenas invocada na contestação, o autor pode pedir a fixação da indemnização devida, seguindo-se os termos prescritos no artigo 166.º.

4 - Junta a réplica do autor ou expirado o respetivo prazo sem que ele tenha manifestado a sua concordância com a eventual contestação apresentada pela Administração, o tribunal ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, findo o que se segue a abertura de vista simultânea aos juízes-adjuntos, caso se trate de tribunal colegial.

5 - O tribunal decide no prazo máximo de 20 dias.

6 - Caso não exista verba ou cabimento orçamental que permita o pagamento imediato de quantia devida, a entidade obrigada deve dar conhecimento da situação ao tribunal, que convida as partes a chegarem a acordo, no prazo de 20 dias, quanto aos termos em que se pode proceder a um pagamento escalonado da quantia em dívida.

7 - Na ausência do acordo referido no número anterior, seguem-se os trâmites dos n.ºs 3 e seguintes do artigo 172.º.

## **Artigo 178.º**

### **Indemnização por causa legítima de inexecução**

1 - Quando julgue procedente a invocação da existência de causa legítima de inexecução, o tribunal ordena a notificação da Administração e do requerente para, no prazo de 20 dias, acordarem no montante da indemnização devida pelo facto da inexecução, podendo o prazo ser prorrogado quando seja previsível que o acordo se possa vir a concretizar em momento próximo.

2 - Na falta de acordo, seguem-se os trâmites previstos no artigo 166.º.

3 - Se a Administração não ordenar o pagamento devido no prazo de 30 dias contado a partir da data do acordo ou da notificação da decisão judicial que tenha fixado a indemnização devida, seguem-se os termos do processo executivo para pagamento de quantia certa.

## **Artigo 179.º**

### **Decisão judicial**

1 - Quando julgue procedente a pretensão do autor, o tribunal específica, no respeito pelos espaços de valoração próprios do exercício da função administrativa, o conteúdo dos atos e operações a adotar para dar execução à sentença e identifica o órgão ou os órgãos administrativos responsáveis pela sua adoção, fixando ainda, segundo critérios de razoabilidade, o prazo em que os referidos atos e operações devem ser praticados.

2 - Sendo caso disso, o tribunal também declara a nulidade dos atos desconformes com a sentença e anula os que mantenham, sem fundamento válido, a situação ilegal.

3 - Quando tal se justifique, o tribunal condena ainda os titulares dos órgãos incumbidos de executar a sentença ao

pagamento de uma sanção pecuniária compulsória, segundo o disposto no artigo 169.º.

4 - Quando seja devido o pagamento de uma quantia, o tribunal determina que o pagamento seja realizado no prazo de 30 dias, seguindo-se, em caso de incumprimento, os termos do processo executivo para pagamento de quantia certa.

5 - Quando, estando em causa a prática de um ato administrativo legalmente devido de conteúdo vinculado, expire o prazo a que se refere o n.º 1 sem que a Administração o tenha praticado, pode o interessado requerer ao tribunal a emissão de sentença que produza os efeitos do ato ilegalmente omitido.

6 - Quando, estando em causa a prestação de um facto infungível, expire o prazo a que se refere o n.º 1 sem que a Administração tenha cumprido, pode o interessado requerer ao tribunal a fixação da indemnização que lhe é devida, a título de responsabilidade civil pela inexecução ilícita da sentença, seguindo-se os trâmites estabelecidos no artigo 166.º.

## **TÍTULO VIII**

### **TRIBUNAL ARBITRAL E CENTRO DE ARBITRAGEM**

## **Artigo 180.º**

### **Tribunal arbitral**

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 187.º e em lei especial, pode ser constituído tribunal arbitral para o julgamento de:

- a) Questões respeitantes a contratos, incluindo a apreciação da validade de atos administrativos relativos à respectiva formação e execução;
- b) Questões respeitantes a responsabilidade civil extracontratual, incluindo a efetivação do direito de regresso, ou indemnizações devidas nos termos da lei, no âmbito das relações jurídicas administrativas;

c) Questões respeitantes à validade de atos administrativos;  
d) Questões emergentes de relações jurídicas de emprego público, quando não estejam em causa direitos indisponíveis e quando não resultem de acidente de trabalho ou de doença profissional.

2 - Excecionam-se do disposto no número anterior os casos em que existam contrainteressados, salvo se estes aceitarem o compromisso arbitral.

#### **Artigo 181.º**

##### **Constituição e funcionamento**

1 - O tribunal arbitral é constituído e funciona nos termos da lei sobre arbitragem voluntária, com as devidas adaptações.

2 - *[Revogado pelo n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro].*

#### **Artigo 182.º**

##### **Direito à outorga de compromisso arbitral**

O interessado que pretenda recorrer à arbitragem no âmbito dos litígios previstos no artigo 180.º pode exigir da Administração a celebração de compromisso arbitral, nos casos e termos previstos em lei especial.

#### **Artigo 183.º**

##### **Suspensão de prazos**

A apresentação de requerimento ao abrigo do disposto no artigo anterior suspende os prazos de que dependa a utilização dos meios processuais próprios da jurisdição administrativa.

#### **Artigo 184.º**

##### **Competência para outorgar compromisso arbitral**

1 - A outorga de compromisso arbitral por parte do Estado é objeto de despacho do membro do Governo da tutela, a

proferir no prazo de 30 dias, contado desde a apresentação do requerimento do interessado.

2 - Nas demais pessoas coletivas de direito público, a competência prevista no número anterior pertence ao presidente do respetivo órgão dirigente.

3 - No caso das Regiões Autónomas e das autarquias locais, a competência referida nos números anteriores pertence, respetivamente, ao governo regional e ao órgão autárquico que desempenha funções executivas.

#### **Artigo 185.º**

##### **Exclusão da arbitragem**

Não pode ser objeto de compromisso arbitral a responsabilidade civil por prejuízos decorrentes do exercício da função política e legislativa ou da função jurisdicional.

#### **Artigo 186.º**

##### **Impugnação da decisão arbitral**

As decisões proferidas pelo tribunal arbitral podem ser impugnadas nos termos e com os fundamentos estabelecidos na Lei de Arbitragem Voluntária.

#### **Artigo 186.º-A**

##### **Publicidade das decisões arbitrais**

As decisões proferidas por tribunais arbitrais transitadas em julgado são obrigatoriamente publicadas por via informática, em base de dados organizada pelo Ministério da Justiça.

#### **Artigo 187.º**

##### **Centros de arbitragem**

1 - O Estado pode, nos termos da lei, autorizar a instalação de centros de arbitragem permanente destinados à composição de

litígios passíveis de arbitragem nos termos do artigo 180.º, designadamente no âmbito das seguintes matérias:

- a) Relações jurídicas de emprego público;
- b) Sistemas públicos de proteção social;
- f) Urbanismo.

2 - A vinculação de cada ministério à jurisdição de centros de arbitragem depende de portaria conjunta do membro do Governo responsável pela área da justiça e do membro do Governo competente em razão da matéria, que estabelece o tipo e o valor máximo dos litígios abrangidos, conferindo aos interessados o poder de se dirigirem a esses centros para a resolução de tais litígios.

3 - Aos centros de arbitragem previstos no n.º 1 podem ser atribuídas funções de conciliação, mediação ou consulta no âmbito de procedimentos de impugnação administrativa.

## **TÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Artigo 188.º**

##### **Informação anual à Comissão das Comunidades Europeias**

1 - Até 1 de Março de cada ano, o Estado Português informa a Comissão das Comunidades Europeias sobre os processos principais e cautelares que tenham sido intentados durante o ano anterior no âmbito do contencioso pré-contratual regulado neste Código e relativamente aos quais tenha sido suscitada a questão da violação do direito da União Europeia, bem como das decisões que tenham sido proferidas nesses processos.

2 - A recolha dos elementos a que se refere o número anterior compete ao serviço do Ministério da Justiça responsável pelas relações com a União Europeia.

#### **Artigo 189.º**

##### **Custas**

1 - O Estado e as demais entidades públicas estão sujeitos ao pagamento de custas.

2 - O regime das custas na jurisdição administrativa e fiscal é objeto de regulação em diploma próprio.

#### **Artigo 190.º**

##### **Prazo para os atos judiciais**

*[Revogado]*

#### **Artigo 191.º**

##### **Recurso contencioso de anulação**

A partir da data da entrada em vigor deste Código, as remissões que, em lei especial, são feitas para o regime do recurso contencioso de anulação de atos administrativos consideram-se feitas para o regime da ação administrativa.

#### **Artigo 192.º**

##### **Extensão da aplicabilidade**

Sem prejuízo do disposto em lei especial, os processos em matéria jurídicoadministrativa cuja competência seja atribuída a tribunais pertencentes a outra ordem jurisdicional regem-se pelo disposto no presente Código, com as necessárias adaptações.



## Bibliografia

- Almeida, Mário Aroso de – *Teoria Geral do Direito Administrativo: temas nucleares*, Almedina, Coimbra, 2012
- Almeida, Mário Aroso de – *Manual de Processo Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2010
- Almeida, Mário Aroso de e Carlos Alberto Fernandes Cadilha – *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, Almedina, 3.<sup>a</sup> edição revista, Coimbra, 2010
- Amaral, Diogo Freitas do, As Providências Cautelares no Novo Contencioso Administrativo, *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 43 janeiro-fevereiro
- Amaral, Diogo Freitas do – *Curso de Direito Administrativo*, volume I, Almedina, 3.<sup>a</sup> edição, reimpressão, Coimbra, 2012
- Amaral, Diogo Freitas do – *Curso de Direito Administrativo*, volume II, Almedina, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra, 2013
- Amaral, Diogo Freitas do – *Direito Administrativo*, volume III, Almedina, Coimbra, 1985
- Amaral, Diogo Freitas do – *Estudos de Direito Público e Matérias Afins*, volume I e II, Almedina, Coimbra, 2004
- Amorim, Tiago, *As Providências Cautelares do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: um primeiro balanço*, *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 47
- Andrade, José Carlos Vieira de – *A Justiça Administrativa - Lições*, Almedina, Coimbra, 1998
- Antunes, Luís Filipe Colaço, com a colaboração de Juliana Ferraz Coutinho, *A Ciência Jurídica Administrativa – noções fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2012
- Botelho, José Manuel Santos, *Contencioso Administrativo anotado e comentado cm jurisprudência*, Almedina, 4.<sup>a</sup> edição, Coimbra, 2002
- Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – *Dicionário de Contencioso Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2006
- Caupers, João – *Introdução ao Direito Administrativo*, Âncora, 10.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 2009
- Caupers, João – *A Nova Justiça Administrativa*, Âncora, Lisboa, 2002
- Duarte, Tiago, *Providência Cautelar e Resolução Fundamentada: the winner takes it all?*, *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 55 janeiro-fevereiro, 2006
- Estorninho, Maria João – *A Fuga para o Direito Privado – contributo para o estudo da actividade de direito provado da Administração Pública*, Teses, Almedina, 2.<sup>a</sup> reimpressão, Coimbra, 2009
- Fonseca, Isabel Celeste M., *Direito Processual Administrativo – Roteiro Prático*, Almeida e Leitão, Lda., 3.<sup>a</sup> edição, Porto, 2011

Fonseca, Rui Guerra da – *Autonomia Estatutária das Empresas Públicas e Descentralização Administrativa*, Almedina, Coimbra, 2005

Garcia, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia – *Da Justiça Administrativa em Portugal – sua origem e evolução*, Teses, Universidade Católica Editora, 1994

Gomes, Carla Amado, *À Espera de Ulisses – Breve Análise da Secção I do Capítulo VI do Anteprojeto de Código dos Tribunais Administrativos/ II (as medidas cautelares)*, Lisboa, 2000, separata da revista do Ministério Público n.º84.

Gomes, Carla Amado, *Textos Dispersos de Direito Administrativo*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2013

Gomes, Carla Amado – *Textos Dispersos sobre Direito da Responsabilidade Civil Extracontratual das Entidades Públicas*, AAFDL, Lisboa, 2010

Gomes, Carla Amado – *Três Textos sobre o Novo Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas*, AAFDL, Lisboa, 2008

Maças, Maria Fernanda, *As Formas de Tutela Urgente Previstas no Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, separável da revista do Ministério Público, n.º 100, 2004

Martins, Ana Gouveia, *A Tutela Cautelar no Contencioso Administrativo (em especial nos procedimentos de formação dos contratos)*, Coimbra, 2005

Monteiro, Cláudio, *Suspensão de Eficácia de Atos de Conteúdo Negativo*, Lisboa, 1990

Oliveira, Mário Esteves de, Pedro Costa Gonçalves e J. Pacheco de Amorim – *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, Almedina, 2.ª edição, 8.ª reimpressão, Coimbra, 2010

Otero, Paulo e Pedro Gonçalves – *Tratado de Direito Administrativo Especial*, volume I, II e III, Almedina, Coimbra, 2009

Quadros, Fausto de, *Algumas Considerações Gerais sobre a Reforma do Contencioso Administrativo. Em especial as Providências Cautelares, Reforma do Contencioso Administrativo. Trabalhos preparatórios. O debate universitário*, Ministério da Justiça, 2000

Rato, António, *A Suspensão da Executoriedade do Ato Administrativo Impugnado*, in RDP, ano I, 1980

Serra, Manuel Fernando dos Santos, *Breve Apontamento sobre as Providências no Novo Contencioso Administrativo*, separata de estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Professor Doutor António de Sousa Franco, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006, Coimbra editora

Silva, Vasco Pereira da – *Em Busca do Ato Administrativo Perdido*, Almedina, Coimbra, 1996



- Silva, Vasco Pereira da – *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – ensaio sobre as ações no novo processo administrativo* Almedina, Coimbra, 2005
- Sousa, António Francisco de, *Direito Administrativo*, Prefácio, Lisboa, 2009
- Sousa, António Francisco de – *Código do Procedimento Administrativo Anotado e Comentado*, 2.<sup>a</sup> edição, Quid Júris sociedade editora, Lisboa, 2010
- Sousa, Marcelo Rebelo de – *Lições de Direito Administrativo*, Volume I, Lex, Lisboa, 1999
- Sousa, Marcelo Rebelo de, e André Salgado de Matos – *Direito Administrativo Geral – introdução e princípios fundamentais*, Tomo I, D. Quixote, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 2008
- Sousa, Marcelo Rebelo de, e André Salgado de Matos – *Direito Administrativo Geral – atividade administrativa*, Tomo III, D. Quixote, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 2009
- Vários – *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, Lisboa, 1985
- Vários – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Instituto António Houaiss de Lexicografia Portugal, Temas e Debates, Lisboa, 2003
- Vários – *Legislação*, Cadernos de Ciência de Legislação n.º 50, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, 2009
- Vários – *Reforma do Contencioso Administrativo – discussão pública*, Ministério da Justiça, Lisboa, 2000

### **Ciberbibliografia**

- <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/provid%C3%Aancia>
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Provid%C3%Aancia\\_\(mitologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Provid%C3%Aancia_(mitologia))
- <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cautela>
- [www.iduc.uc.pt/index.php/boletimauca/article/download/2198/173](http://www.iduc.uc.pt/index.php/boletimauca/article/download/2198/173)

## Índice

### O efeito suspensivo no Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos

Resumo .....	1
Abstract.....	2
Abreviaturas.....	3
Introdução .....	5

### Parte I A reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos..... 9

Capítulo I A maior flexibilidade processual no Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos como manifestação da tutela jurisdicional efetiva .....	10
--	----

Secção I Da ação una e indivisível.....	10
Secção II Da separação de poderes e da decisão administrativa vinculada .....	11
Secção III Da identificação dos contrainteresados .....	11
Secção IV Da preferência por meios eletrónicos .....	12
Secção V Da modificação objetiva da instância .....	12

Capítulo II A maior clareza legislativa no Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos como manifestação da segurança jurídica.....	13
---	----

Secção I Da colaboração com o Ministério Público .....	13
Secção II Da legitimidade no processo executivo.....	13
Secção III Da representação em juízo .....	14

Secção IV Da impugnabilidade dos atos administrativos .....	14
Secção V Da impossibilidade de aceitação dos atos nulos .....	15
Secção VI Das peças processuais e das diligências no processo .....	15
 Capítulo III O maior pendor do princípio da necessidade no Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos como manifestação da eficiência .....	 16
Secção I Do juiz como guardião do andamento processual .....	16
Secção II Do interesse em agir .....	18
Secção III Da impugnabilidade de atos executivos.....	19
Secção IV Da inimpugnabilidade de atos nulos.....	19
Secção V Da sindicabilidade das normas .....	20
Secção VI Da sindicabilidade das normas unidade do critério de decisão das providências cautelares.....	21
 Capítulo IV A maior garantia dos administrados no Novo Código de Processo nos Tribunais Administrativos como manifestação da justiça .....	 22
Secção I Da citação da entidade requerida.....	22
Secção II Da ingerência do Ministério Público.....	22
Secção III Da competência territorial .....	23
Secção IV Da reclamação para a conferência .....	24
Secção V Dos processos em massa.....	25
Secção VI Da agilidade processual .....	25
Secção VII Da inércia da entidade requerida.....	26
Secção VIII Da suspensão dos atos.....	26
Secção IX Dos recursos .....	27

<b>Parte II As providências cautelares .....</b>	<b>28</b>
Capítulo I O conceito de providência cautelar .....	29
Capítulo II As características das providências cautelares .....	30
Secção I Da acessoriedade .....	30
Secção II Da urgência .....	30
Secção III Da autonomia .....	31
Capítulo III Os tipos de providência cautelar .....	32
Secção I Das providências cautelares conservatórias .....	32
Secção II Das providências cautelares antecipatórias .....	33
Secção III Da inexistência de uma “terceira via” .....	33
Secção IV Da transformação dos processos não urgentes em urgentes .....	35
Capítulo IV Os critérios de decisão das providências cautelares .....	37
Secção I Do <i>periculum in mora</i> .....	37
Secção II Do <i>fumus boni iuris</i> .....	39
Secção III Da ponderação de interesses .....	40
Secção IV Da razoabilidade .....	42
Capítulo V A tramitação das providências cautelares .....	44

<b>Parte III O efeito suspensivo.....</b>	<b>47</b>
Capítulo I O conceito de efeito suspensivo.....	47
Capítulo II O efeito suspensivo ao longo dos tempos.....	49
Secção I Do efeito suspensivo na monarquia.....	49
Secção II Do efeito suspensivo na república.....	50
Secção III Do efeito suspensivo depois da Constituição da República Portuguesa.....	51
Secção IV Do efeito suspensivo depois do Código de Processo nos Tribunais Administrativos .....	54
Capítulo III O efeito suspensivo automático .....	59
Secção I Da resolução fundamentada e da separação de poderes .....	60
Secção II Da resolução fundamentada e do prazo .....	61
Secção III Da resolução fundamentada e do fundamento .....	62
Secção IV Da resolução fundamentada e da pronúncia jurisdicional .....	63
Secção V Da resolução fundamentada e do anteprojeto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos .....	65
Conclusão .....	69
Anexo – anteprojeto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.....	77
Bibliografia.....	233
Ciberbibliografia.....	234